



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Márcio Ananias Ferreira Vilela

DISCURSOS E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL
DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E
POLÍTICA

Recife/2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISCURSOS E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL
DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E
POLÍTICA**

Márcio Ananias Ferreira Vilela

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História da Universidade Federal de
Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr.
Antonio Torres Montenegro.

Recife/2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB4-1291

V699d Vilela, Márcio Ananias Ferreira.
Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política / Márcio Ananias Ferreira Vilela. – Recife: O autor, 2014.
291 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2014.
Inclui referências.

1. História. 2. Estado. 3. Igreja – Aspectos sociais. 4. Igreja Presbiteriana do Brasil – Aspectos políticos. 5. Governo militar - Brasil. 6. Perseguição política. I. Montenegro, Antonio Torres (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-20)



ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO MÁRCIO ANANIAS FERREIRA VILELA

Às 14h do dia 10 (dez) de março de 2014 (dois mil e quatorze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno Márcio Ananias Ferreira Vilela intitulada **"DISCURSOS E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro (Orientador), Maria do Socorro de Abreu e Lima, Daniel Aarão Reis Filho, Elizete da Silva e Gustavo Gilson Sousa de Oliveira. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Vice-coordenadora, Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 10 de março de 2014.

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

Profª. Drª. Elizete da Silva

Prof. Dr. Gustavo Gilson Sousa de Oliveira

Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto

Sandra Regina Albuquerque

Agradecimentos

Na construção dessa narrativa vários leitores foram agenciados, os quais quero começar agradecendo, pois mesmo diante dos compromissos acadêmicos foram capazes de gastar tempo realizando uma atenta leitura e sugerindo significativas alterações: ao Prof. Pablo Porfírio, Erinaldo Cavalcanti, Hélder Remígio, Humberto Miranda, Marcelo Góes, Diogo Cunha, o meu muito obrigado. Cada vez mais estou convencido da real importância desses leitores, ou *intercessores*, para usar uma expressão do filósofo francês Gilles Deleuze. Nesta jornada, algumas amizades foram consolidadas. Agradeço o apoio e a amizade de Zilma Adélia, Arthur Victor, Camila Melo, Felipe Genú, Clarisse Pereira, Tasso Brito, José Brito e Emília Vasconcelos.

Durante o doutorado tivemos a satisfação de conhecer pessoas como Claudefranklin Monteiro Santos, professor da Universidade Federal de Sergipe, e o teólogo e professor do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN) José Roberto. Este, em muito contribuiu como conhecedor da estrutura e funcionamento da Igreja Presbiteriana do Brasil, indicando obras e documentos relevantes. Aliás, alguns religiosos foram importantes oferecendo informações substanciais, como o pastor Enos Moura, um dos responsáveis pelo Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. E não poderia deixar de agradecer a direção do SPN por ter permitido o acesso ao seu arquivo.

Alguns encontros ocorreram de maneira surpreendente e deixaram lembranças marcantes. Na busca por informações e pessoas para entrevistar, tivemos a oportunidade de conhecer e manter um intenso diálogo com João Dias de Araújo, Zwinglio Mota Dias, Josué Mello, Anivaldo Padilha, Leonildo Silveira e Guilhermino Cunha. De modo muito especial, também quero agradecer a professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, Elizete Silva, ao professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Daniel Aarão Reis e ao professor do Centro de Educação da UFPE, Gustavo Oliveira, pelas contribuições e empenho oferecido a este trabalho.

Ao longo das pesquisas e escrita foi fundamental a presença do orientador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro. Agradecemos não só pelos longos momentos de discussões sobre os caminhos que deveria seguir, mas pela amizade e a compreensão dispensada

nesses anos. Assim como a professora Regina Beatriz que muito contribuiu com as suas aulas no Programa de Pós-graduação para construirmos uma narrativa que trouxesse a complexidade, mas que fosse ao mesmo tempo leve e compreensiva.

Externar os agradecimentos ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. E neste caso, não poderia deixar de lembrar a pessoa da secretária Sandra, que sempre procurou atender às demandas de todos com muito zelo e dedicação. Assim como a FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – que financiou integralmente essa pesquisa.

No percurso foi fundamental o apoio familiar dos meus pais, Jeú Correia Vilela e Juvanete Ferreira Vilela, e dos meus irmãos, que descrevo em ordem cronológica decrescente, Maely, Marly, Marlene, Juvina, Marília e Misael Ferreira Vilela. Todos indistintamente, e ao seu modo, embarcaram e acreditaram nessa odisséia desde os seus momentos iniciais. Assim como meus primos, Valdir Moraes de Almeida, o qual ofereço um fraterno abraço, e Valderes Moraes de Almeida.

Nesta caminhada, além das amigadas e, possivelmente, inimizadas, também conheci um grande amor. O meu muito obrigado a minha namorada, companheira e crítica sistemática dessa narrativa, Márcia Santos, pela paciência e determinação ao longo destes anos.

Resumo

Este trabalho busca investigar uma série de discursos e práticas utilizadas por setores da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) durante a década de 1960 e 1970. Mais precisamente, procuramos entender qual foi o comportamento da IPB quando tínhamos no Brasil um regime de exceção. Para isso, iniciamos por analisar alguns embates políticos e doutrinários travados na instituição, de modo intenso a partir de 1962, quando um segmento presbiteriano desejava propagar uma teologia que respondesse às demandas políticas e sociais do país, enquanto outro grupo acreditava que a Igreja não deveria manter essa discussão, por entender que tais questões eram restritas ao Estado. Conflitos que, de certa maneira, nos permitem compreender o comportamento de setores da Igreja, quando ocorre o Golpe de 1964 e durante parte do Regime civil-militar. Em outros termos, podemos formular essa questão da seguinte maneira: que relação manteve essa instituição religiosa com o Regime civil-militar, sobretudo, até meados da década de 1970, quando a documentação registra com uma frequência significativa essa relação? A tese, procura exatamente responder de maneira coerente essa problemática mantendo um estreito diálogo com a historiografia sobre o período e a documentação disponível.

Palavras-chave: Igreja, Estado e Repressão

Resumen

Este trabajo de tesis tiene como objetivo investigar una serie de discursos y prácticas utilizadas por los sectores de la Iglesia Presbiteriana de Brasil (IPB) entre los años 1960 y 1970. Más específicamente, buscamos entender cuál era el comportamiento de la IPB en el Brasil que vivía en una dictadura. Empezamos por analizar algunos conflictos políticos y doctrinales en la institución, de modo intensivo a partir de 1962, cuando sectores presbiterianos deseaban propagar una teología que respondía a las demandas políticas y sociales del país, mientras que otro grupo creía que la Iglesia no debía mantenerse en este debate, entendiendo que estos problemas se limitaron al Estado. Conflictos que, en cierto modo, nos permiten entender el comportamiento de los sectores de la Iglesia, cuando se produce el Golpe de 1964 y durante parte del Régimen cívico-militar. En otras palabras, podemos formular la pregunta de la siguiente manera: ¿qué relación mantiene esta institución religiosa con el Régimen cívico-militar, sobre todo hasta mediados de los años 70? La tesis trata de responder esa cuestión al mantener un estrecho diálogo con la historiografía de la época y la documentación disponible.

Palabras-clave: Iglesia, Estado y Represión

Lista de figuras

Figura 01 - Caricatura de William Allan Rogers.....	29
Figura 02 - Conferência do Nordeste, <i>Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro</i> , Salão Nobre do Colégio Agnes Erskine, Recife, julho de 1962.....	90
Figura 03 - Capa do livro do pastor Alcides Nogueira, publicado em 1965 pela Casa Publicadora Batista.....	102
Figura 04 - Fotografias da Revista Manchete.....	128
Figura 05 - “Marcha do Recife levou à rua 200 mil pessoas”.....	133
Figura 06 - Cruzada Feminina teve papel destacado nos festejos da Revolução.....	235
Figura 07 – Cristo das torturas.....	253

Lista de siglas e abreviaturas

AI: Ato Institucional

ACA: Associação Cristã de Acadêmicos

ADF: Associação Democrática Feminina

ALESC: Assembleia Legislativa de Santa Catarina

AME: Associação de Militares Evangélicos

AP: Ação Popular

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BP: Brasil Presbiteriano

CAOS: Centro Acadêmico Oito de Setembro

CES: Comissão Especial dos Seminários

CE/SC: Comissão Executiva do Supremo Concílio

CEB: Confederação Evangélica do Brasil

CEHIBRA: Centro de Estudos da História Brasileira Centro

CENIMAR: Centro de Informação da Marinha

CIA: Agência Central de Inteligência

CCC: Comando de Caça aos Comunistas

CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia

CMI: Conselho Mundial de Igrejas

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CDFR: Cruzada Democrática Feminina do Recife

DOI-CODI: Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social

EUA: Estados Unidos da América

FBI: Departamento Federal de Investigação

FECOPESCA: Federação das Cooperativas de Pescadores

IPB: Igreja Presbiteriana do Brasil

IPBV: Igreja Presbiteriana da Boa Vista

ISAL: Igreja e Sociedade na América Latina
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
JOC: Juventude Operária Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
LIMDE: Liga das Mulheres Democráticas
MAF: Movimento de Arregimentação Feminina
MFC: Movimento Familiar Cristão
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN: Operação Bandeirante
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PJDI: Presbitério de Jundiá
PSD: Partido Social Democrático
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PSP: Partido Social Progressista
SC: Supremo Concílio
SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SSP: Secretária de Segurança Pública
SPN: Seminário Presbiteriano do Norte
SPS: Seminário Presbiteriano do Sul
SAF: Sociedade Auxiliadora Feminina
SNI: Serviço Nacional de Informação
UDN: União Democrática Nacional
USAID: Agência Internacional de Desenvolvimento
UCEB: União Cristã de Estudantes Brasileiros
UNE: União Nacional dos Estudantes
USP: Universidade de São Paulo
UNICAMP: Universidade de Campinas
UCF: União Cívica Feminina
UMP: União da Mocidade Presbiteriana

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo I: A estrutura da Igreja Presbiteriana no Brasil: a inserção do debate ecumênico.....	22
1.1 Protestantismo de missão no Brasil: o papel dos Estados Unidos da América na propagação da fé reformada.....	22
1.2 O Conselho Mundial de Igrejas e o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs: a posição de equidistâncias da IPB.....	36
1.3 A Igreja e as entidades ecumênicas nacionais.....	42
1.4 Revisitando o evangelho social: algumas considerações.....	48
 Capítulo II: Uma igreja cambiante: aspectos sociais, políticos e teológicos da Igreja Presbiteriana do Brasil na década de 1960.....	 59
2.1 Diálogos entre o pensamento social e a Teologia: o Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil.....	59
2.2 Conflitos na América Latina: a igreja e as reformas sociais.....	67
2.3 A relação com o mundo: conceitos e embates.....	81
 Capítulo III: O Golpe civil-militar e o envolvimento político da Igreja Presbiteriana do Brasil.....	 104
3.1 O jornal <i>Brasil Presbiteriano</i> em questão: permanências ou mudanças?.....	104
3.2 A Igreja Presbiteriana do Brasil frente ao Golpe civil-militar de 1964.....	111
3.3 Para além dos muros da igreja.....	125
3.4 O Combate ao caos: a igreja, os militares e o comunismo durante o governo do presidente João Goulart.....	138
 Capítulo IV: Uma Igreja vigilante: a IPB em tempo de Regime militar.....	 153
4.1 Controle e vigilância a um inimigo comum: a construção de uma rede de informação.....	153
4.2 As ações repressivas contra pastores e membros da igreja Presbiteriana do Brasil.....	171
4.3 O caso do deputado Paulo Stuart Wright: a igreja e os militares no despontar de uma	

repressão.....	179
Capítulo V: A consolidação de instrumentos eclesiásticos repressivos.....	195
5.1 O desafio das práticas ecumênicas: pastores, seminaristas e membros de igrejas encurralados.....	195
5.2 O surgimento e as ações da Comissão Especial de Seminário.....	208
Capítulo VI: Entre cultos e torturas: legitimidade e conflito.....	228
6.1 As celebrações pela revolução redentora/gloriosa.....	228
6.2 A posição da Igreja Presbiteriana do Brasil e da comunidade religiosa internacional sobre a tortura durante o Regime civil-militar.....	241
Considerações finais.....	266
Bibliografia.....	269
Fontes.....	287

INTRODUÇÃO

Quando ainda era criança, fui iniciado nos ensinamentos doutrinários do presbiterianismo, na cidade de Águas Belas/PE, onde residia, dando continuidade a uma tradição familiar que professava a fé reformada, como resultado, em grande medida, do trabalho desenvolvido por missionários norte-americanos no estado de Pernambuco no final do século XIX. Por meio de conversas informais entre familiares, quando jovem, soube que alguns pastores tinham sido expulsos da Igreja a partir de 1964, muitos dos quais, perseguidos pelo aparato repressivo do estado. Posteriormente, essas questões se reencontraram e foram reavivadas e potencializadas pela minha condição de graduado e mestre em história. Momento em que passei a ter contato com a historiografia mais recente sobre a temática e com uma nova concepção sobre a história política, aspectos que concorreram para transformar essa experiência de vida em tema desta tese. Também contribuiu para despertar o meu olhar investigativo, o fato de desconhecer a existência de esclarecimentos proveniente dessa instituição religiosa, no que diz respeito as suas escolhas sobre aquele período, indicando um silêncio estratégico.

Esta tese tem como proposta pesquisar e problematizar qual foi o comportamento da Igreja Presbiteriana do Brasil entre os anos de 1962 e 1975, pois interessa-nos os meandros percorridos por esta instituição. Pretendemos pensar o *entre*, evocando o filósofo Gilles Deleuze¹, que constituído por estratégias e táticas, idas e vindas, possibilitou a esta instituição se reorganizar e redirecionar suas ações e discursos naquele período. Em hipótese alguma desejamos elaborar qualquer espécie de denunciismo, nem entendemos que a contribuição desta pesquisa para o debate historiográfico decorra de um ineditismo sobre a temática. Acreditamos que a sua relevância se deve à necessidade de serem analisados discursos e práticas, enfim, às relações de um amplo segmento civil, aqui representado pela Igreja Presbiteriana do Brasil, com um regime que cerceou as liberdades civis e políticas, interrompendo o exercício da democracia enquanto regime político.

Os caminhos da pesquisa são tortuosos, mas com base em uma farta documentação, a tese revela que antes do Golpe civil-militar de 1964 setores significativos da IPB realizavam esforços para se colocarem em sintonia com os temas

¹ DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972 a 1999*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 151.

centrais que mobilizavam a sociedade. Entre eles, as reformas de base proposta pelo governo do presidente João Goulart. Foi com esta finalidade, também, que se realiza em Recife em 1962 uma Conferência intitulada *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*. Seus participantes demonstravam um amplo conhecimento e articulação com as transformações que vinham sendo encaminhadas no cenário político, social, econômico e cultural. O historiador Joanildo Burity detalha que estas discussões eram realizadas de maneira sistemática entre os anos 1950 e 1962 e que teriam provocado, no interior da IPB, intenso debate sobre o papel político e social da Igreja². Debate que ganhava força com a adoção crescente do que se tornou conhecido na Igreja Presbiteriana do Brasil como *Evangelho Social*. Em linhas gerais, os defensores desta leitura do Evangelho acreditavam que a IPB deveria se engajar na luta por reformas sociais – defendidas pelo Governo e por amplos setores da sociedade - tendo como diretriz fundamental os ensinamentos cristãos.

Após o Golpe civil-militar de 1964, a documentação revela que esse grupo que trabalhava e defendia uma teologia associada ao *Evangelho Social* perderá força e será isolado ou expulso da IPB, tornando-se hegemônica na instituição uma visão teológica que primava pelo afastamento da igreja das questões sociais, fazendo com que a única preocupação da igreja caísse na conversão e consequente salvação da alma. A partir deste momento, destacaremos o aparecimento de uma série de discursos e práticas comemorativas ao Golpe de 1964 como sendo uma “revolução gloriosa”, um ato de redenção da sociedade, assim como a sistemática defesa do Regime civil-militar implantado. Esse posicionamento político-religioso se configura nos registros documentais em torno de manifestações como a *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*; são editoriais e matérias em jornais, além de circulares distribuídas nos cultos de ações de graça, realizados em inúmeras igrejas presbiterianas, ademais também se constituíram em fonte privilegiada, os relatos de memória daqueles que vivenciaram este período.

A tese também analisa que, assim como o Regime civil-militar instituiu internamente novas medidas legais de cerceamento dos direitos civis e políticos, a IPB construiu outros referenciais jurídicos. Isso lhe permitiu ampliar consideravelmente o

² BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

controle e o poder de vigilância e de exclusão de todos aqueles (pastores, membros comuns, professores e alunos dos seminários) que não se enquadravam nas diretrizes de autoridade, obediência e disciplina estabelecidas. E para fortalecer este controle, foi criado em 1966 pela cúpula da Igreja a *Comissão Especial de Seminários* (CES), organismo com poderes para investigar e expulsar professores e seminaristas, muitos dos quais, acusados de propagar o Evangelho Social, de serem ecumênicos e comunistas. Assim como o aparato repressivo, e muitas vezes, mantendo estreitas relações com os órgãos policiais e militares, a IPB manteve-se, vigilante quanto ao comportamento de inúmeros dos membros. Também esteve acompanhando o comportamento e as atividades de protestantes exilados, da imprensa internacional, de igrejas protestantes no exterior e de entidades ecumênicas, como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que já no final da década de 1960 divulgaram críticas ao Regime civil-militar do Brasil. A documentação aponta para uma igreja reativa a essas críticas, o que reforça o ponto central da nossa tese: a Igreja Presbiteriana do Brasil manteve uma relação de comprometimento e de legitimação com o Regime, pelo menos até meados da década de 1970, quando se fortalece os movimentos pela abertura política.

Sobre os discursos e as práticas da IPB nesse período, o historiador Silas Luiz de Souza afirma: “a IPB deu apoio oficial ao governo militar, incentivando seus ministros, presbíteros e membros em geral a seguirem os passos da liderança eclesiástica”³. Também o filósofo e educador Rubem Alves, em seu livro *Religião e repressão*⁴ analisou esse período. Para ele, este é um momento marcado por intolerância, esclerosamento institucional da IPB, severa repressão contra os grupos divergentes da posição religiosa predominante e aliança estabelecida com os militares. Para esse autor, o alinhamento com os militares era uma estratégia da IPB para se consolidar como importante instituição religiosa. Ou seja, a Igreja, enquanto instituição, ao apoiar e legitimar o estado de exceção, ampliava seu espaço no campo religioso e, conseqüentemente, político no Brasil.

Muito embora exista uma historiografia que se preocupou em analisar o comportamento da Igreja Católica neste período, ainda permanece uma enorme escassez de investigações históricas sobre os diversos segmentos protestantes e suas relações

³ SOUZA, Silas Luiz de. A IPB e o governo militar de 1964. *Revista Teológica. Seminário Presbiteriano do Sul*, v. 64, n. 57, p. 107-123, jan-jun. 2004.

⁴ ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Ática, 1982.

com o Regime civil-militar. Esse tem sido um esforço que dá seus primeiros passos como as publicações da historiadora Elizete Silva, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia⁵. Ainda nessa perspectiva destacaria o instigante trabalho de mestrado da historiadora Luciene Silva de Almeida que analisou, sob orientação da referida professora, a Igreja Batista na Bahia entre 1963 e 1975 e suas complexas relações políticas⁶.

Paralelamente, é importante registrar as dificuldades de acesso aos arquivos referentes à Igreja Presbiteriana do Brasil, o que gerou grandes atropelos ao bom andamento da nossa pesquisa. Oficialmente, a guarda da documentação institucional, sobretudo da sua instância superior, o Supremo Concílio, encontra-se a cargo do *Arquivo Histórico Presbiteriano*, na cidade de São Paulo. Mas até o momento não há por parte da Igreja uma política de catalogação/classificação e acondicionamento adequado dessa documentação. Situação amenizada pela boa vontade de funcionários dedicados e experientes como o pastor Enos Moura, cuja vivência e dedicação àquele arquivo possibilita ao pesquisador a acessibilidade às diversas coleções documentais. Essa dificuldade em relação ao acesso e à organização é algo recorrente, a exemplo do que ocorre no arquivo existente no *Seminário Presbiteriano do Norte*, localizado na cidade do Recife, que mantém sob sua guarda um rico acervo documental referente às suas atividades, assim como as decisões das autoridades administrativas, à atuação do corpo docente e dos seminaristas.

Já em relação aos registros produzidos pelas várias igrejas locais, a dificuldade é ainda maior. Os seus arquivos internos, compostos em sua grande maioria por *Atas*, *Boletins Dominicais* e *fotografias*, por exemplo, só são possíveis de serem acessados com a autorização das suas autoridades religiosas, o que nem sempre é franqueado ao pesquisador. Não há critérios ou uma política de acesso a esses arquivos, pelo contrário, podemos observar um exagerado controle e vigilância desses registros. O que sugere certo receio do conhecimento público de ações e comportamentos trilhados por essas comunidades religiosas em relação ao seu passado recente.

⁵ Uma de suas pesquisas significativas sobre o protestantismo no Brasil encontra-se em: SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

⁶ ALMEIDA, Luciane Silva de. *“O comunismo é o ópio do povo”*: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

Este silenciamento também é perceptível nas entrevistas com alguns personagens, sobretudo, pastores que vivenciaram o período proposto para análise, e que ainda estão inseridos na instituição desenvolvendo atividades pastorais ou administrativas. Rememorar esse passado, nestes casos, requereu desses atores sociais uma série de cuidados e de silêncios estratégicos, um andar no fio na navalha. São acontecimentos que “se mantém firmemente na memória, apesar de poder sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mudanças de atitude”⁷. Por outro lado, o pesquisador Michel Pollack alerta para o que denomina *batalhas da memória*⁸. Isso significa que a memória coletiva e individual é resultado da gestão de um precário equilíbrio entre memória, esquecimento e silêncio. Para Pollak, “na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio [...] pode mesmo ser condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente”⁹. No entanto, é possível mapearmos outro segmento, sobretudo de ex-presbiterianos, que atualmente se apresentam ávidos por narrar as suas vivências e experiências de quando integravam aquela instituição, oferecendo detalhes sobre o comportamento da Igreja em relação ao período proposto.

Em conjunto, esse corpo documental constituído por jornais, correspondências institucionais e pessoais, relatórios, atas e imagens, apenas para mencionar parte da documentação pesquisada, nos permite compreender a complexidade que envolveu a Igreja entre 1962 e 1975. Tais registros apresentam, com considerável frequência, um conjunto de discursos e práticas que nos ajudam a analisar o comportamento de setores da Igreja Presbiteriana do Brasil, tendo em vista a sua inserção na dinâmica dos acontecimentos políticos que se agigantaram desde antes do Golpe civil-militar de 1964 até 1975. As escolhas políticas, sociais e teológicas, sobretudo a partir de 1962, produziram com certa periodicidade, até meados da década de 1970, intensos debates e conflitos envolvendo a cúpula eclesiástica, líderes, pastores e membros da IPB. Mas a partir de 1975, essa dinâmica institucional se altera, seja em função de setores majoritários já terem conseguido controlar os conflitos internos, ou pelo surgimento e fortalecimento, a partir de 1974, de uma ampla resistência de lutas por liberdades

⁷ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17.

⁸ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 03-15. 1989.

⁹ POLLACK, Michael. op. cit., p. 14.

democráticas em oposição ao Regime civil-militar, com as chamadas *Frentes Democráticas*¹⁰, o que possivelmente provocou uma acomodação estratégica, um certo silenciamento institucional. Muito embora, em alguns momentos, essa posição tenha sido alterada com a circulação de matérias e editoriais publicados pelo jornal *Brasil Presbiteriano*.

∴

Interagimos com uma concepção de história que problematiza o político a partir de novas abordagens. Em muito, essa perspectiva se deve à posição do historiador e analista político francês René Rémond, na década de 1980, legou sua crítica àqueles que observam o aspecto político presente nas minorias privilegiadas como algo efêmero e superficial, alegações que desqualificavam o político, impedindo que fosse visto como importante elemento de compreensão da sociedade. René Rémond estuda a importância do político considerando vários aspectos, dentre os quais destacamos a relação entre religião e política¹¹. Sobre este ponto, Aline Coutrot observa que as forças religiosas não só são importantes elementos de explicação do político, como integram o próprio tecido político¹². Em outras palavras, há relações entre os campos da religião e da política fundamentais para o historiador. Mediações que “reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais [...] como corpos sociais difundem um ensinamento [...] pregam uma moral individual e coletiva [...] proferem julgamentos em relação à sociedade [...]”¹³. Ora, essas igrejas ou instituições religiosas, “controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que caracterizam em uma direção por oposição as muitas direções que seriam teoricamente possíveis”¹⁴.

¹⁰ Sobre a estruturação de uma frente democrática contra o Regime civil e militar ver ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-353.

¹¹ RÉMOND, René. Uma história do presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 14-36.

¹² COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331.

¹³ COUTROT, Aline. op. cit., p. 334.

¹⁴ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 79-80.

Nesta mesma linha de pensamento, o antropólogo Georges Balandier afirma que “o sagrado é uma dimensão do campo político”¹⁵. As análises desses autores estabelecem, portanto, um estreito ponto de contato com o ponto central da pesquisa, a saber: como corpo social quais os padrões, as direções e os critérios presentes nas mediações e/ou interações entre setores da Igreja Presbiteriana do Brasil e o Regime civil e militar que se instala em 1964? Quais foram os conflitos e embates internos suscitados em razão dessas negociações? Cabe, portanto, fazer algumas considerações.

Podemos entender esse ambiente de tensão como espaços onde se estruturam sistemas simbólicos¹⁶, cuja função é promover a integração social. Para o sociólogo Pierre Bourdieu, “eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”¹⁷. Nesta perspectiva, o poder dos símbolos presentes no campo religioso é capaz de nomear, classificar, legitimar e impor - violência simbólica - o mundo social e cultural. Afirma Bourdieu que a Igreja “contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações”¹⁸.

O período e a temática que analisaremos também dialogam com uma historiografia que repensa a história do Brasil, e de certa maneira, com toda uma produção acadêmica de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, as ações relacionadas ao Golpe de 1964 pouco a pouco deixam de ser compreendidas pela historiografia como algo arquitetado estritamente por setores das forças armadas. Para o historiador René Dreifuss, as ações militares de 1964 receberam o apoio de segmentos de várias organizações e setores sociais, do capital internacional, de empresários nacionais, de intelectuais, de movimentos femininos, da Igreja Católica e dos partidos políticos – constituindo-se numa importante frente de apoio aos militares – preocupados com a preservação do *status quo* político, econômico e social¹⁹. Posteriormente, o

¹⁵ BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 109.

¹⁶ Para Bourdieu, compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 69.

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 10.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 33-34.

¹⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

historiador Daniel Aarão também trouxe para o debate historiográfico a importância dos grupos civis para a consolidação das ações militares que resultaram nos acontecimentos de 1964. Para ele acerca de “a ditadura militar, não há como negá-la [...] foi um processo de construção histórico-social [...]”²⁰.

Sobre essa ampla rede social, o sociólogo Michel Löwy, em seu artigo *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação*, destaca a participação e legitimação por parte da CNBB ao Golpe civil-militar de 1964. No entanto, explica que ao final da década de 1960 esse posicionamento de apoio, lentamente, transforma-se numa importante oposição ao Regime. Essa mudança, em parte, está associada ao peso da “base da Igreja, os milhares de cristãos, leigos ou membros do clero [...] engajados no combate ao regime de exceção [...] que foram sem dúvida, o ‘motor’ da transformação da instituição”²¹. Paralelamente a esse movimento – afirma Kenneth Serbin²² – os militares aperfeiçoaram de maneira significativa, a partir do final da década de 1960, suas relações com outros grupos religiosos.

∴

É essa história conflituosa que a seguir apresentaremos e passaremos a construir uma inteligibilidade.

No primeiro capítulo problematizaremos a atuação dos missionários norte-americanos na formação e estruturação da Igreja Presbiteriana do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, no que ficou conhecido como *Protestantismo de Missão*. Sem perder de vista o comportamento da igreja diante do surgimento, na segunda metade do século XX, de entidades ecumênicas nacionais e internacionais como, o *Conselho Mundial de Igrejas* e o *Concílio Internacional de Igrejas Cristãs*,

²⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 50; REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan.-jun. de 2010.

²¹ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 110.

²² SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 121.

momento em que cresce nacionalmente uma perspectiva teológica conhecida por *Evangelho Social*.

No capítulo seguinte, iniciaremos apresentando como uma parte significativa da Igreja Presbiteriana do Brasil dialoga com uma teologia preocupada com as questões sociais e políticas no Brasil, a exemplo de como as reformas de base figuravam entre as suas preocupações e era pauta em encontros ecumênicos, como a Conferência do Nordeste realizada em Recife em 1962, cujo objetivo era a formulação de propostas de transformação da realidade nacional, postura política e teológica capaz de gerar intensos conflitos no interior da instituição.

No terceiro capítulo nos interessa pensar como este conflito é fortemente utilizado por um segmento contrário à perspectiva teológica e social, para justificar uma série de mudanças na linha editorial do jornal da Igreja, o *Brasil Presbiteriano*. Também é nossa preocupação mostrar que esse grupo propagava os perigos provenientes do comunismo e criticava a atuação política do presidente João Goulart, a exemplo das propostas de reformas estruturais para o país. Assim, o Golpe civil e militar de 1964 foi encarado como uma ação divina, uma revolução redentora, levando setores presbiterianos a interagir com outros segmentos sociais nos movimentos cívicos, como a *Marcha da família com Deus e pela liberdade*.

Em relação ao quarto capítulo, nele debateremos como a IPB durante o Regime civil e militar integra uma rede de vigilância, como fez tantas outras instituições religiosas e setores empresariais. Vamos localizar uma Igreja preocupada em denunciar aos órgãos de segurança e informações os inimigos da igreja, e consequentemente do Regime. De maneira complementar, o quinto capítulo apresenta a própria instituição religiosa construindo mecanismos de controle interno. Com essa finalidade, em 1966 cria a Comissão Especial de Seminários com poderes para vigiar e punir professores dos seminários e seminaristas acusados de práticas ecumênicas e de terem um posicionamento político de esquerda.

Na última parte desta tese, no sexto capítulo, visaremos detalhar alguns rituais religiosos, como os cultos de ações de graças, utilizados na década de 1960 e 1970 para celebrar/comemorar o Golpe de 1964. Essa legitimidade ao Regime também será problematizada quando no início da década de 1970 a Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América e entidades ecumênicas internacionais criticam o

alinhamento político da IPB ao Regime e à prática de tortura existente no país. Entendemos, assim, que a reação da IPB a tais críticas é indicadora de uma legitimação a um governo repressor.

∴

CAPÍTULO I – A ESTRUTURAÇÃO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL: A INSERÇÃO DO DEBATE ECUMÊNICO

1.1 Protestantismo de missão no Brasil: o papel dos Estados Unidos da América na propagação da fé reformada

Convencionou-se classificar a presença do protestantismo no Brasil a partir de três categorizações: protestantismo de invasão, de imigração e de missão²³. A primeira surgiu com a expansão marítima francesa durante as dinastias de Valois e Bourbon, quando foi estabelecida na Guanabara, entre 1555 e 1567, uma colônia denominada de França Antártica, liderada pelo Vice-Almirante francês, Nicolas Villegaignon; com a chegada dos huguenotes²⁴, em 1557, ali foi realizado o primeiro culto protestante nas Américas, assim como a elaboração de uma confissão de fé baseada nos princípios calvinistas. Este protestantismo de invasão também foi identificado durante o controle exercido pela Companhia das Índias Ocidentais na Capitania de Pernambuco e em parte do que é atualmente a região Nordeste, entre 1630 e 1654, período em que holandeses, os quais, em sua maioria, professavam uma religião reformada, passaram a defender e praticar a tolerância religiosa nessas áreas.

Já no início do século XIX, ainda no período classificado como Colonial, os estudiosos apresentam a existência de um *protestantismo de imigração*, que se intensifica com a efetivação dos tratados de Aliança e Amizade e de Comércio entre a Coroa portuguesa e a Inglaterra em 1810. Esse protestantismo era assegurado pelo Artigo XII do Tratado do Comércio e Navegação e garantia aos ingleses a liberdade de realização do culto protestante, desde que observada uma série de limites, como os locais de celebração, que não poderiam assumir as formas arquitetônicas de um templo religioso, não poderiam conter sinos, assim como não era permitido que fossem feitos

²³ O estudioso Cândido Procópio Ferreira de Camargo dividiu a presença dos protestantes no Brasil em duas categorias: protestantismo de imigração e de missão. Mas essa clássica divisão foi repensada por MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 49-79; MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2008.

²⁴ Recebia o nome de huguenotes os protestantes calvinistas franceses nos séculos XVI e XVII.

prosélitos; respeitando sempre tais limites, essa liberdade religiosa também foi estendida a outros imigrantes protestantes, pela Constituição do Império de 1824.

Sobre estas primeiras práticas do protestantismo no Brasil, o sociólogo Antonio Gouvêa Mendonça fez a seguinte observação: “os protestantes invasores chegaram e se foram sem deixar traços. Os demais visitantes, viajantes, comerciantes e mesmo imigrantes [...], não chegaram a fazer do protestantismo talvez nada mais do que mera curiosidade por uma religião exótica [...]”²⁵. Seguindo um entendimento semelhante ao apresentado por Mendonça, o missionário escocês William Forsyth, afirma ter o protestantismo chegado ao Brasil no início do século XIX com os imigrantes europeus, mas este não conseguiu se transformar, naquele período, em uma força militante considerável, que deixasse marcas profundas na sociedade²⁶.

A terceira e última categoria dessa presença religiosa foi denominada de *protestantismo de missão*, quando as diversas igrejas protestantes dos EUA, sobretudo a partir de meados do século XIX, passaram a enviar sistematicamente missionários ao Brasil com o objetivo bem definido de propagar a fé protestante e conquistar seguidores em uma nação essencialmente católica. Trilhando as diretrizes deste protestantismo de missão, em agosto de 1859 chegou ao Brasil o jovem missionário e Pastor Ashbel Green Simonton, proveniente de igrejas presbiterianas do Norte dos EUA, enviado pela Junta de Missões Estrangeiras, localizada em Nova York; esta, portanto, tem sido a data propagada pela Igreja Presbiteriana do Brasil para fins comemorativos, como marco inicial do presbiterianismo em território nacional²⁷.

Em relação a essa Junta de Missões, Alderi Matos – o qual se apresentava como historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil – afirmou ter sido criada em 1837, sendo a responsável por enviar algum tempo depois vários missionários para países

²⁵ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 179-180.

²⁶ FORSYTH, William B. *Jornada no Império: vida e obra do Dr. Kalley no Brasil*. São Paulo: Fiel, 2006. p. 120. Livro traduzido do original em inglês: *The Wolf from Scotland the story of Robert Reid Kalley*. William Forsyth foi um missionário da Igreja Congregacional dos Estados Unidos que chegou a desenvolver um trabalho de evangelização na década de 1930 no município de Santa Cruz do Capibaribe em Pernambuco.

²⁷ Sobre as condições em que se desenvolveu este protestantismo de missão e, especificamente, a presença de missionários presbiterianos no Brasil, ver o artigo do teólogo e professor do Seminário Presbiteriano do Norte/SPN SOUZA, José Roberto. Mapeamento histórico do(s) protestantismo(s) em terra brasilis: o protestantismo de missão e a contribuição de Ashbel Green Simonton. *Revista Paralellus*, Recife, ano 02, n. 04, p. 137-155, 2011.

como Índia, Tailândia, China, Colômbia e Japão, com o objetivo de propagar o protestantismo²⁸.

No Brasil, mesmo diante das dificuldades iniciais, como o domínio da língua local e a reação de hostilidade por parte de setores da igreja católica, Simonton e inúmeros outros missionários norte-americanos encontraram um ambiente que possibilitou a divulgação e a implantação do protestantismo. Havia no cenário político nacional, em meados do século XIX, um forte discurso em defesa da imigração de norte-americanos e da aceitação da religião protestante.

Representando importantes setores políticos no Segundo Reinado, o influente jurista e parlamentar Aureliano Tavares Bastos²⁹ defendia que o Brasil deveria se aproximar dos EUA, não só nos aspectos político e econômico, mas incentivar internamente um influxo do caráter civilizador norte-americano. Além do que, apresentava duas maneiras que permitiriam ao Brasil um maior contato com o espírito civilizador da nação do Norte. A primeira era incentivando um processo migratório para o Brasil de contingentes de norte-americanos, que após a Guerra de Secessão e a derrota dos Confederados do Sul, estavam procurando na América do Sul um novo lar. Com este intuito e tendo o apoio de inúmeros políticos de tendências liberais, ajudou a estruturar a Sociedade Internacional de Imigrantes em 1866, cujo objetivo era o de realizar campanhas para estimular a imigração em massa de sulistas dos EUA para o Brasil. Defendia também, como uma eficiente maneira de ampliar o contato com a próspera civilização dos EUA, uma permissão que o Império deveria conceder aos missionários protestantes norte-americanos que àquela altura chegavam ao Brasil para difundir sua doutrina. Acreditava Tavares Bastos, que a religião protestante pudesse produzir na sociedade brasileira as mesmas transformações civilizatórias que entendia terem acontecido nos EUA³⁰.

²⁸ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. p. 13.

²⁹ Aureliano Cândido Tavares Bastos nasceu em 1839, na cidade de Marechal Deodoro, na então Província de Alagoas. Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito do Recife, tendo finalizado o curso em São Paulo onde passa a residir com a família em São Paulo, tornando-se um destacado político no Império, ligado ao Partido Liberal.

³⁰ PEREIRA, Rodrigo Nóbrega Moura. A nação brasileira e o protestantismo: religião e americanismo no projeto nacional de Tavares Bastos. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, ano 06, v. II, 2007; MESQUIDA, Peri. Educação protestante e processo civilizador na América Latina: de facundo ao solitário. In: Simpósio Internacional – Processo Civilizador, 10, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2007.

Essa demanda civilizatória pode explicar em parte o não cumprimento da Constituição de 1824, no que tange a temática religiosa. A esse respeito uma série de critérios e proibições era preconizada: a religião oficial do Brasil era o Catolicismo Romano; proibia entre outras coisas a realização de ações evangelizadoras com o objetivo de fazer prosélitos; pregar em língua portuguesa, assim como a construção de locais de culto que pudessem ser identificados como tais externamente. O teólogo José Roberto de Souza, que até o momento da construção dessa escrita é professor do Seminário Presbiteriano do Norte, afirmou que, de fato, a Constituição de 1824 não era observada em sua totalidade, tendo o próprio missionário presbiteriano Ashbel Green Simonton, quando chegou ao Brasil em 1859, – mas precisamente ao Rio de Janeiro, então capital do país – procurado aprender o português, o que lhe possibilitou pregar e/ou evangelizar os brasileiros na língua local sem qualquer interferência das autoridades nacionais³¹.

A presença destes missionários presbiterianos no Brasil – protestantismo de missão – proveniente dos Estados Unidos seguiu algumas especificidades. É importante ressaltar que, desde a primeira metade do século XIX, questões como o escravismo no território norte-americano vinham provocando fortes tensões na Igreja Presbiteriana daquele país. E com os conflitos gerados pela Guerra de Secessão (1861-1865) – conhecida também, como a Guerra Civil – houve uma ruptura definitiva, surgindo no Norte, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA³²), que tendia para uma postura antiescravista, e no sul, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), descrita como mais conservadora e defensora da permanência da escravidão³³. Todavia tal ruptura não inviabilizou os projetos missionários destas instituições, pelo contrário, passaram a agenciar um notável esforço como o envio de recursos financeiros

³¹ SOUZA, José Roberto de. Mapeamento histórico do(s) protestantismo(s) em terra brasilis: o protestantismo de missão e a contribuição de Ashbel Green Simonton. *Revista Paralellus*, Recife, ano 02, n. 04, p. 137-155, 2011.

³² É importante informar ao leitor que em 1958, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), formalizou uma união com a Igreja Presbiteriana Unida, acarretando na formação da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América (UPCUSA). NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 69.

³³ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003. p. 128-140.

e humanos para o Brasil e a América Latina, a partir da segunda metade do século XIX, atuação que se estende durante quase todo o século XX³⁴.

Esforços agenciados tanto pela Igreja do Norte, por meio de sua Junta de Missões sediada em Nova York, como pela recém-estruturada (1861) Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), cuja sede da sua organização missionária (Comitê de Missões Estrangeiras) localizava-se na cidade de Nashville, no estado do Tennessee. Assim, terminada a Guerra de Secessão, estas instituições religiosas, por meio dos setores de missões, passaram a incentivar e enviar um número significativo de pastores e missionários para várias regiões do Brasil, com objetivo de atrair os brasileiros a professarem uma nova doutrina³⁵.

Para o historiador francês Émile Léonard, após a derrota dos Confederados (organização dos estados sulistas), uma considerável leva de missionários cruzaram o Oceano Atlântico em direção ao Brasil. Ao mesmo tempo, o historiador afirmou que não eram apenas estes missionários que migravam. Havia outro movimento. Várias famílias protestantes do Sul dos EUA fizeram este mesmo caminho, sobretudo para a província de São Paulo³⁶. Seguindo este raciocínio, o Doutor em Teologia, o norte-americano Duncan Reily, afirmou ter sido este deslocamento, em grande medida, incentivado e reforçado por uma série de condições. Ou seja, teriam sido “atraídos pela boa terra a preços acessíveis, pelo clima e pela ajuda do governo imperial, além da possibilidade de adquirirem escravos no Brasil, o que não lhes era mais possível na sua terra de origem”³⁷. Todavia, no que tange a temática da escravidão, é importante salientar os reflexos no Brasil dos embates que permeavam setores da sociedade nos EUA em torno da permanência ou não do trabalho escravo. Profundamente inseridos nesse conflito, havia por parte dos missionários provenientes da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) - uma tendência maior para condenar a escravidão, ao contrário daqueles enviados pela Igreja do Sul - Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS) - cuja postura inclinava-se muito mais para uma tolerância ou

³⁴ A presença destas Missões (presbiterianas, batista, entre outras) norte-americanas no Brasil, assim como em várias partes da América Latina, África e Ásia, ainda carece de investigações consistentes no campo da História, da Antropologia e da Sociologia.

³⁵ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003. p. 29.

³⁶ LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. São Paulo: ASTE, 2002. p. 85.

³⁷ REILY, Duncan Alexander. op. cit., p. 129-130.

defesa da escravidão. No Brasil, sinais desse confronto se fizeram presentes com o próprio Ashbel Green Simonton, enviado pela Igreja do Norte. O mesmo deixou registrado, em seu diário de viagem, várias passagens dando conta da sua posição antiescravista tanto em seu país como no Brasil³⁸.

Além destes aspectos delineados até o momento, os missionários protestantes em meados do século XIX agiam motivados por uma concepção política, social e religiosa, bem demarcada, em relação ao seu papel perante o mundo, e, sobretudo, frente à América Latina. Provavelmente eles interagiam, como a maior parte dos seus contemporâneos, com uma autoimagem carregada de significados religiosos construída em torno da chegada dos puritanos ingleses nas *Treze Colônias* – imigrantes protestantes fugidos da perseguição religiosa do século XVII na Inglaterra. Essa percepção do povo norte-americano foi descrita por Reily da seguinte maneira:

Como Deus, por Moisés, libertou os israelitas da escravidão no Egito, pela travessia maravilhosa do Mar Vermelho, os puritanos se libertaram da opressão dos soberanos ingleses Tiago I e Carlos I, atravessando o Atlântico no pequeno navio *Mayflower*. Deus estabeleceu seu pacto com o povo liberto, no Sinai; paralelamente, os puritanos, antes de pôr os pés em terra seca na América, firmaram o *Mayflower Compact*. Explicaram que havia encetado sua viagem de colonização “para a glória de Deus, avanço da fé cristã e honra do nosso rei e país [...] solene e mutuamente, na presença de Deus, e cada um na presença dos demais, compactuamos e nos combinamos em um corpo político civil”. Finalmente, como Josué havia conquistado a terra da promessa, os americanos viam como seu “destino manifesto” conquistar o Continente de oceano a oceano, espalhando os benefícios de uma civilização republicana e protestante por toda a parte. Assim, os Americanos do Norte observavam, jubilosos, o início do processo da libertação da América Latina [...] ³⁹.

Este imaginário religioso de uma civilização escolhida diante de um pacto feito com Deus ainda durante a travessia para uma terra distante, ao norte da América, - dentre outras construções tendo por base todo um simbolismo religioso e moral – foi incorporado à sociedade norte-americana. Mentalidade essa que seria extremamente utilizada em meados do século XIX para fundamentar o que ficou conhecido como *O Destino Manifesto*, movimento que consolida as bases teóricas (moral, cultural e

³⁸ Sobre a posição antiescravista de Simonton ver CÉSAR, Elben M. Lenz. *Mochila nas costas e diário na mão: a fascinante história de Ashbel Green Simonton*. Viçosa, MG: Ultimato, 2009. p. 115-126.

³⁹ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003. p. 37.

ideológica) para a conquista de novos territórios e povos. Este movimento era a sistematização da crença na qual os anglo-saxões, ou seja, o povo branco norte-americano se autoafirmava ser uma raça superior ajudada por Deus; que a religião protestante era o verdadeiro caminho rumo ao paraíso, o que lhes garantia o direito e/ou a obrigação cristã de regenerar os povos atrasados⁴⁰.

Neste sentido, a crença fortemente alicerçada em torno de um povo eleito e/ou escolhido por Deus integrava e/ou interagia com o imaginário artístico norte-americano, sendo por esse retratado. É dessa maneira que entendemos uma série de caricaturas produzidas no século XIX e XX, tendo circulado na imprensa, sobretudo, em periódicos e revistas. Em 1980 o cientista político John Johnson no livro *Latin America in Caricature*, analisou – fazendo uso de caricaturas - a mentalidade recorrente sobre o papel político que os EUA deveriam desempenhar para com seus vizinhos⁴¹. Podemos analisar a seguir que tal imagem não se encontra fora de um código cultural, legitimado por importantes setores sociais norte-americanos, sobretudo protestantes; ou seja, a imagem emitia uma linguagem visual carregada de sentidos e significados aos leitores daqueles periódicos. Endossando esse enunciado supracitado, o historiador Alberto Del Castillo afirmou que a produção de imagens interage, participa de esquemas sociais em circulação em um dado momento⁴².

⁴⁰ MENEZES, Alfredo da Mota. *Ingênuos, pobres e católicos: a relação do EUA com a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2010. p. 19-20 e 56. Sobre os aspectos religiosos que norteiam O Destino Manifesto, ver também COSTA, Priscila Borba. O Destino Manifesto do povo estadunidense: uma análise dos elementos delineadores do sentimento religioso voltado à expansão territorial. In: Congresso Internacional de História, 5, 2011, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM, 2011. p. 2267-2276.

⁴¹ JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Austin: University of Texas Press, 1980.

⁴² DEL CASTILLO TRANCOSO, Alberto. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México, 1880 – 1920*. México – DF.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos; Institutos de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2006. p. 32.



Figura 1: Caricatura de William Allan Rogers. Fonte: Harper's Weekly, Nova York, 27 ago. 1898 apud JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Austin: University of Texas Press, 1980. p. 217.

Um dos cartunistas do jornal *Harper's Weekly*⁴³, William Rogers, projetou o seu olhar sobre a América Latina e o papel exercido pelos EUA, este, portando uma estatura imponente e bem vestido, características que correspondiam à moderna e avançada civilização protestante do Norte. A sua imagem é a de quem ensina e civiliza os povos da América Latina, o que tinha acontecido com alguns países, os quais foram representados por pessoas de aspectos mais adultos e de comportamentos exemplares, estando bem vestidas. Enquanto parte da América Latina é retratada como sendo ainda uma criança rebelde e carente, que se encontrava descalça e mal vestida. E como toda criança deveria ser educada e/ou civilizada, processo que muitas vezes só era possível com a utilização da força e o disciplinamento constante. Não é, então, por acaso que o caricaturista projetou os EUA fazendo uso de um chicote pronto para disciplinar e orientar os países rebeldes da América Latina.

Caricaturas semelhantes, nas quais a América Latina e seus aspectos políticos, econômicos e sociais foram representados a partir de um código cultural e/ou uma concepção de mundo fortemente aceita, eram bastante comum circularem nos jornais e revistas dos EUA em vários outros momentos⁴⁴. Os missionários norte-americanos, portanto, não estavam fora desse código cultural. O teólogo e filósofo Rubem Alves afirmou que tais agentes ao chegar ao Brasil em meados do século XIX sempre se comportaram como os representantes de uma cultura tida como civilizada e superior, em detrimento da cultura nacional e da religião católica aqui consolidada⁴⁵.

Paralelamente, não podemos desconsiderar o papel desempenhado por estes missionários na estruturação (material, doutrinária e organizacional) do que hoje conhecemos como Igreja Presbiteriana do Brasil. Logo após a chegada do primeiro missionário, Ashbel Simonton, em 1859, os esforços da Igreja Presbiteriana dos Estados

⁴³ *Harper's Weekly* era uma publicação de política semanal da cidade de Nova York que circulou entre 1857 até 1916, também intitulado de *O Jornal da Civilização*. Apresentava notícias nacionais e internacionais, ficção, ensaios diversos, e humor, ao lado de ilustrações. De ampla circulação nos Estados Unidos, tinha como importante características a produção de ilustrações, ou seja, de charges políticas. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Harper's_Weekly>. Acesso em: 31 de maio de 2013.

⁴⁴ JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Austin: University of Texas Press, 1980. Recentemente vários estudos têm analisado caricaturas, produzidas na imprensa norte-americana, que retratavam a América Latina, ver PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 59-74.

⁴⁵ ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005. Uma leitura importante no que tange a relação entre religião e sociedade nos EUA, ver DUPAS, Gilberto. *Religião e Sociedade*. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). *Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 07-39.

Unidos da América (PCUSA), igrejas do Norte dos EUA, resultaram no surgimento das três primeiras igrejas presbiterianas localizadas em importantes centros urbanos da época: na cidade do Rio de Janeiro em 1862, em São Paulo em 1865 e em Brotas/SP em 1865. Tal crescimento, portanto, não se encontrava desarticulado do trabalho missionário desenvolvido pela Missão do Brasil - subordinada a Junta de Missões de Nova York (PCUSA) - que atuava inicialmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Extremo Sul de Minas Gerais; mais posteriormente, sua inserção atingiria os estados do Paraná, Santa Catarina, Bahia e Sergipe.

Objetivando abranger a maior parte do território nacional, em 1896 a Missão do Brasil foi dividida administrativamente em: Missão Sul do Brasil (RJ, PR, SC) e Missão Central do Brasil (BA, SE e norte de MG). Ao mesmo tempo, o Comitê de Missões Estrangeiras, ligado a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), igrejas do Sul dos EUA, concentraram seus esforços no Nordeste do estado de São Paulo, Sudeste de Minas Gerais e Triângulo Mineiro; estendendo-se também a partir de uma vasta área do Nordeste acima do rio São Francisco: de Alagoas até a Região Norte do Brasil, na Amazônia⁴⁶. Seguindo o exemplo anterior, em 1896 dividiu seu corpo missionário em: Missão Norte do Brasil (Norte e Nordeste) e Missão Sul do Brasil (SP, MG, GO). Em 1906 esta última também sofre divisões formando: a Missão Oeste do Brasil, com sede na cidade de Campinas e a Missão Leste do Brasil, sediada na cidade de Lavras/MG.

A atuação desses missionários, ligados à Igreja Presbiteriana do Sul dos EUA (PCUS), garantiu o surgimento de uma série de igrejas presbiterianas, possibilitando em 1872 a criação do Presbitério de São Paulo que, extinto em 1877, foi reorganizado em 1887 como Presbitério de Campinas e Oeste de Minas. E no Nordeste destacou-se a criação em 1888 do Presbitério de Pernambuco. Anteriormente, a Igreja Presbiteriana do Norte dos EUA (PCUSA) tendo como objetivo melhor coordenar suas igrejas: Igreja Presbiteriana de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brotas formou em dezembro de 1865 o Presbitério do Rio de Janeiro, mas este estava subordinado ao Sínodo de Baltimore⁴⁷ - uma importante cidade do estado de Maryland, Nordeste dos EUA.

É preciso mencionar que toda essa estrutura que começava a ser organizada estava subordinada às igrejas presbiterianas dos EUA, sejam do Norte ou do Sul, como

⁴⁶ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. p. 13-20.

⁴⁷ MATOS, Alderi Souza de. op. cit., p. 13-20.

popularmente ficaram conhecidas. Não havia, portanto, uma igreja presbiteriana nacional. Essa realidade só começou a ser alterada com o surgimento do Sínodo do Brasil em 6 de setembro de 1888, a partir da agremiação do Presbitério do Rio de Janeiro, de São Paulo e Oeste de Minas e de Pernambuco. Segundo Alderi Matos, o surgimento do “Sínodo representou a autonomia eclesiástica do presbiterianismo brasileiro, até então jurisdicionado às igrejas-mães norte-americanas”⁴⁸.

A partir deste momento, as igrejas estruturadas pela PCUSA e PCUS foram incorporadas à Igreja Presbiteriana do Brasil, acarretando, pelo menos em termos formais, uma maior autonomia. A formação desta igreja presbiteriana nacional foi analisada por Duncan Reily, para o qual “os missionários presbiterianos, desde a autonomia (1888), foram arrolados como ministros da nova Igreja Nacional”. Porém, os missionários continuaram a participar de uma organização paralela, a *Missão*⁴⁹. Assim, os missionários norte-americanos passaram a pertencer a Igreja Presbiteriana do Brasil e a sua Missão com sede nos EUA. Não houve, no entanto, um desligamento integral, as missões tinham certo grau de ingerência na IPB e compartilhavam a sua condução.

A busca por uma maior autonomia gerou profundos embates entre a IPB e os missionários norte-americanos, levando a formulação de um acordo intitulado *Modus operandi* ou *Brazil Plan* em 1917. Este documento, entre outras regulamentações, garantiu as missões norte-americanas suas permanências e a continuidade do trabalho missionário desenvolvido no Brasil, mas, sobretudo, regulamentava as condições em que os missionários deveriam atuar, assim como, os limites de sua participação em Presbitérios e na condução de igrejas locais⁵⁰.

Paralelamente ao seu crescimento - com o surgimento de novas igrejas, Presbitérios e Sínodos e a busca por autonomia em relação às igrejas norte-americanas, a estrutura administrativa da Igreja Nacional, conhecida como presbiterianismo, pouco a pouco, foi se consolidando. É preciso mencionar que o presbiterianismo se trata de um sistema de governo eclesiástico que se originou na Escócia, no contexto da Reforma Protestante do século XVI, tendo migrado posteriormente para América do Norte (Treze

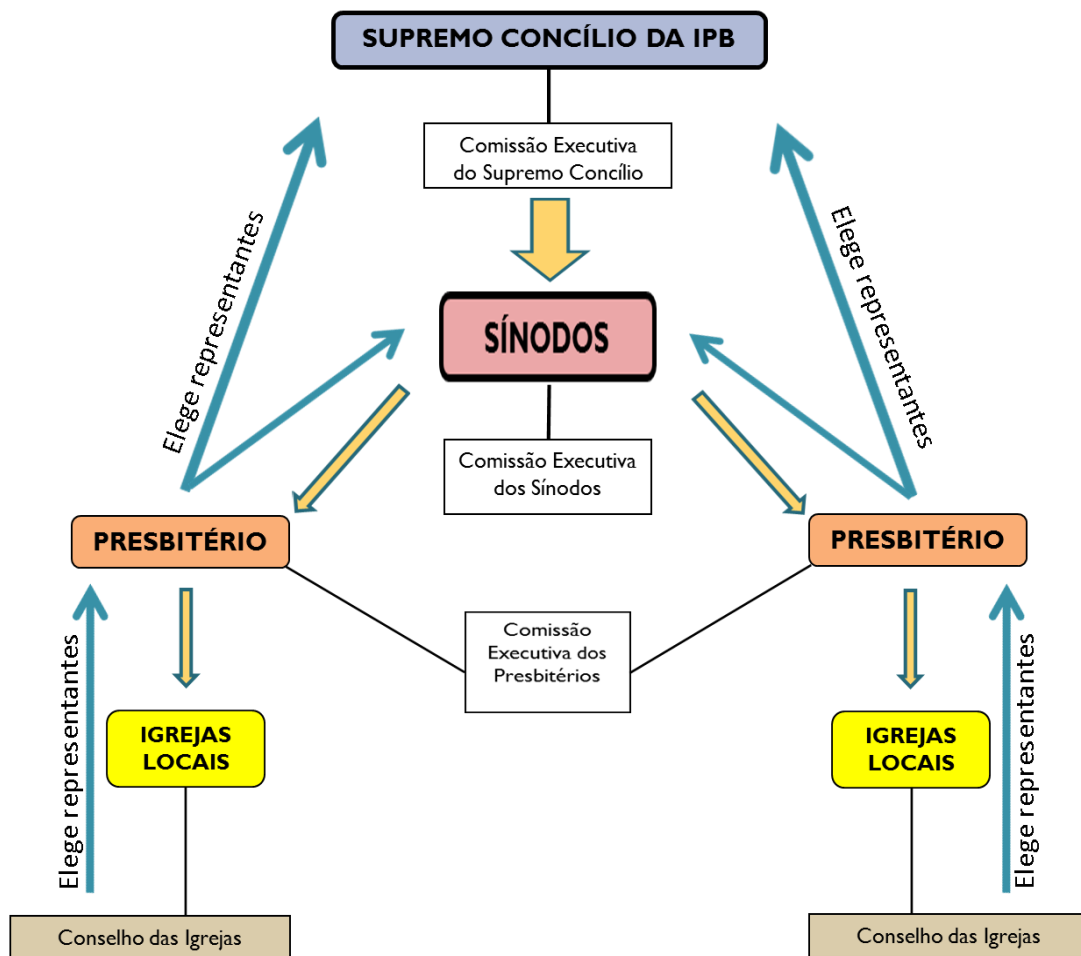
⁴⁸ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. p. 15-16; ARNOLD, Frank L. *Uma longa jornada missionária*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. p. 50-51.

⁴⁹ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003. p. 173.

⁵⁰ REILY, Duncan Alexander. op. cit., p. 173-177; LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. São Paulo: ASTE, 2002.

Colônias), trazido pelos protestantes ingleses, fugindo da perseguição religiosa na Inglaterra no século XVII. No Brasil, salvo algumas particularidades, a igreja implantada por estes missionários seguiu esta mesma estrutura de governo regida por concílios.

ESTRUTURA FUNCIONAL DOS CONCÍLIOS DA IPB



Como podemos compreender por meio do organograma apresentado, a Igreja Presbiteriana do Brasil é regida obedecendo a uma hierarquia de Concílios: Conselhos, Presbitérios, Sínodos e o Supremo Concílio⁵¹. É nas igrejas locais que os membros convertidos, muitos deles ex-católicos, começam a conhecer esta estrutura verticalizada. Para ser aceito como membro efetivo, o novo convertido é acompanhado pela

⁵¹ Toda esta estrutura dorsal de Concílios é composta apenas por homens. As mulheres participam e poderão administrar outras instâncias menores que compõe a instituição.

comunidade a qual pretende ingressar e deverá, posteriormente, ser submetido a uma cerimônia religiosa conhecida como profissão de fé. Neste ato o fiel terá que prometer solenemente, entre outras coisas, o respeito incondicional às autoridades religiosas constituídas. Com este ritual, é recebido por toda a igreja local como um membro comungante, ou seja, estará apto a receber todos os sacramentos, como a ceia, onde é lembrada a morte de Jesus Cristo.

Após este momento estará aberta a possibilidade para que o mesmo participe ativamente – junto com o pastor – da administração da igreja a qual pertence. Todas as igrejas presbiterianas locais são comunidades administradas por um Conselho formado geralmente por três presbíteros mais o pastor, que também assume a função de presidente. Os presbíteros poderão ser indicados pelo próprio Conselho ou pela comunidade de membros, ou seja, a igreja local. Mas neste último caso, deverão ter seus nomes também aprovados por este Conselho. Para só assim, concorrer ao cargo e ser eleito pelo voto secreto da comunidade (homens e mulheres) por uma maioria simples, para um mandato de cinco anos. Comumente o processo eleitoral é realizado para complementar o número de presbíteros cujo mandato vai sendo expirado.

Um conjunto de no mínimo três igrejas de uma cidade ou região formará um Presbitério, como prever o *Manual Presbiteriano*⁵². Em cidades com grande número de igrejas é comum existirem vários Presbitérios, como também poderá ser formado por igrejas de várias cidades. Integram estes Presbitérios, os quais também são Concílios, os representantes destas igrejas locais acompanhados de seus pastores⁵³, que se reúnem ordinariamente ao início de cada ano. O primeiro ato quando reunidos é formar uma Mesa Executiva do Presbitério, composta por um Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º secretários e o Tesoureiro, que serão responsáveis pela realização do concílio. Em outros momentos, quando necessário, essa Mesa poderá se reunir, sendo agora nomeada por Comissão Executiva do Presbitério. Quando existe um grande número de Igrejas e consequentemente de Presbitérios, há a possibilidade de organizar mais de um Sínodo por Estado. O contrário também é possível, um Sínodo pode ser formado pelos

⁵² Há vários documentos que regem a Igreja Presbiteriana do Brasil. A Igreja tem como única regra de fé e prática a Bíblia, tendo adotado os símbolos de fé elaborados pela Assembleia de Westminster em 1646 na Inglaterra. Existe também o Manual Presbiteriano, que é composto por três partes: a Constituição da IPB (que trata da forma de governo); o Código de Disciplina (que diz respeito as regras de conduta), e os Princípios de Liturgia (que versa sobre a vida devocional da instituição).

⁵³ É importante mencionar que os pastores não são membros das igrejas as quais exercem seus ofícios, mas do Presbitério que jurisdiciona tais igrejas, como estabelece o Manual Presbiteriano.

Presbitérios de mais de um Estado. Os Sínodos que também são Concílios que se reúnem ordinariamente a cada biênio, nos anos ímpares, quando há a composição de uma Mesa Executiva do Sínodo, que assim como nos presbitérios, se reunirá como Comissão Executiva do Sínodo sempre que necessário for.

O Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana⁵⁴ ocorre quando os representantes de cada presbitério (composto de dois pastores e dois presbíteros, que neste momento são nomeados de deputados), sob a chancela dos seus respectivos Sínodos, reúnem-se ordinariamente nos anos pares a cada quatro anos. Há também a possibilidade de reuniões do Supremo Concílio (SC) em caráter extraordinário. Para conduzir os trabalhos é eleita uma Mesa Executiva do Supremo Concílio composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo, 1º e 2º secretários e Tesoureiro, que permaneceram em atividade durante os quatro anos seguintes, até a realização de uma nova reunião. Ao mesmo tempo, para dar continuidade a esta administração, há uma Comissão Executiva do Supremo Concílio que é formada pela Mesa Executiva do SC (Presidente, Vice-Presidente, Secretários e Tesoureiro) mais os representantes dos respectivos Sínodos. Esta Comissão se reúne ordinariamente a cada ano, com possibilidades de se reunirem extraordinariamente.

No que se refere ao Supremo Concílio, este tem por competência legal, entre outras atribuições, analisar e julgar as demandas provenientes dos concílios inferiores, além de “formular sistemas ou padrões de doutrina, quanto à fé; estabelecer regras de governo, de disciplina e de liturgia, de conformidade com o ensino das Sagradas Escritura; [...] definir as relações entre a Igreja e o Estado”⁵⁵. É em suas reuniões que se apresentam e efetivam as maiores discussões sobre o andamento da Igreja; ao final, suas resoluções são divulgadas em documentos institucionais, espécie de anais denominados *Digestos Presbiterianos*⁵⁶, assim como, as decisões da Comissão Executiva do SC.

Esse conjunto de resoluções, a depender do grau de debates que o envolvia, era publicado também no jornal *Brasil Presbiteriano*, órgão oficial da IPB que neste momento mantinha edição mensal, o que possibilitava a divulgação de tais decisões à

⁵⁴ Supremo Concílio é uma designação que surgiu a partir de 1937, antes desse momento, este Concílio se chamava Assembleia Geral, a exemplo dos EUA.

⁵⁵ *Manual Presbiteriano*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1997. p. 36.

⁵⁶ Estes anais são publicados pela Casa da Editora Presbiteriana com o título *Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva*, e poderão ser facilmente localizados nas bibliotecas dos seminários e em algumas igrejas.

significativa parcela de pessoas ligadas à Igreja; decisões que deveriam funcionar como um tipo de lei e assim serem observadas por todos indistintamente⁵⁷. Determinações que poderão ser observadas, por exemplo, a partir de suas concepções sociais e políticas nas suas relações com a Igreja Católica Romana e outras igrejas protestantes e nas suas convicções em tornos de instituições ecumênicas, como o *Conselho Mundial de Igrejas* (CMI) e o *Conselho Internacional de Igrejas Cristãs* (CIIC).

1.2 O Conselho Mundial de Igrejas e o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs: a posição de equidistâncias da IPB

Desde o século XIX, setores protestantes vinham elaborando em vários países propostas de reunião entre os cristãos, muito mais do que uma união entre as denominações, com a finalidade de arregimentar esforços e defender seus interesses e possíveis ameaças. Esse esforço deu origem a um tipo de organização conhecida mundialmente como Aliança Evangélica, despontando neste momento como as mais conhecidas a *Britânica e Norte-Americana*. O surgimento dessas alianças foi uma resposta ao ultramontanismo católico romano do século XIX, que era o conjunto de esforços doutrinários e políticos, visando reforçar o poder da Igreja Católica Romana no mundo. Para isso, a Igreja Católica implementou dentre outras ações a restauração da *Companhia de Jesus*, posicionando-se contrária ao Estado laico e reforçou as prerrogativas dos dogmas papais, ao defender seu caráter absoluto e sua infalibilidade⁵⁸.

Um passo significativo visando ampliar a união de protestantes ocorreu na cidade de Edimburgo na Escócia em 1910, com a Conferência Mundial de Missão, cujo objetivo era encontrar caminhos para a realização de ações missionárias, sobretudo nos continentes africano e asiático. Havia a compreensão entre os missionários envolvidos de que tal objetivo não seria possível de ser alcançado com ações isoladas, mas

⁵⁷ Toda esta estrutura se encontra definidas no *Manual Presbiteriano*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1997. Sobre esta estrutura ver também GIESBRECH, Érica. *Fiéis em fuga? A nova configuração da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

⁵⁸ Sobre a formação dos movimentos ecumênicos protestantes, ver REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003. p. 245-248; LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. São Paulo: ASTE, 2002. p. 313-340. Destacamos também, OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. *Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. p. 108-143.

conjugando todas as forças e estratégias. No entanto, a América Latina não figurou entre as maiores preocupações, exceto nos casos em que as missões estavam envolvidas com a evangelização dos povos indígenas, considerados como não-cristãos.

Segundo o missionário norte-americano Frank Arnold, que trabalhou no Brasil por mais de trinta anos, “A conferência não incluiu latino-americanos entre os delegados convidados porque certas sociedades missionárias alemãs, bem como alguns líderes da Igreja da Inglaterra, consideravam que a América Latina já era um continente cristão”⁵⁹. Esse entendimento teria desagradado os missionários que trabalhavam na América Latina, assim como as lideranças de igrejas protestantes nacionais, tendo em vista que uma de suas maiores preocupações era com o catolicismo romano, visto como uma prática pagã. Em grande medida, motivado por este grupo descontente, quatro anos depois foi realizado o *Congresso sobre a Obra Cristã na América Latina*, também conhecido como o *Congresso do Panamá*, tendo como foco principal a evangelização na América Latina. Seus participantes estavam ligados, de alguma maneira, ao trabalho evangélico na região, tendo uma significativa participação de representantes do protestantismo brasileiro, dentre eles, os pastores presbiterianos Erasmo Braga e Álvaro Reis⁶⁰.

Após esses dois eventos, ganhou ainda mais expressividade o ideal ecumênico e surgiram na Europa, durante a década de 1920, vários outros movimentos semelhantes, visando alcançar uma maior cooperação entre as ações evangelizadoras. Apareceu assim o movimento *Life and Work* (Vida e Ação ou Vida e Trabalho) em 1925, buscando elaborar e apresentar uma resposta cristã dos protestantes aos problemas enfrentados pela Europa após a I Guerra Mundial⁶¹. Segundo o historiador e pastor presbiteriano Silas Luiz de Souza, este movimento que objetivava “a unidade entre os cristãos, sob o slogan ‘A doutrina separa, o trabalho une’”, procurou encontrar caminhos comuns para o trabalho cristão”⁶². Em 1927, outro movimento, com pretensões semelhantes, denominado *Faith and Order* (Fé e Ordem) foi organizado. Em 1937, essas duas entidades (Vida e Ação e Fé e Ordem) propuseram em suas conferências, realizadas

⁵⁹ ARNOLD, Frank L. *Uma longa jornada missionária*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 84.

⁶⁰ ARNOLD, Frank L. op. cit., p. 84-85.

⁶¹ O movimento Life and Work - conhecido também como Movimento de Estocolmo - desempenhou um importante papel na reconstrução da Europa pós-2ª Guerra. Destacando como um dos principais fundadores, Nathan Söderblom de Uppsala, um Arcebispo e Primaz da Igreja Luterana da Suécia.

⁶² SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. p. 119.

respectivamente em Oxford e Edimburgo, apoiar a organização do *Conselho Mundial de Igrejas* (CMI), o que vai ser efetivado no ano seguinte na cidade de Utrecht, na Holanda. A partir das experiências e vivências destes dois movimentos, tem-se o surgimento do CMI, propondo ações de dimensões e impactos bem mais abrangentes⁶³.

De acordo com a historiadora Elizete Silva, no livro *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*, a primeira assembleia do CMI deveria ser realizada no ano de 1941, o que não foi possível devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial, tendo funcionado apenas um pequeno escritório na cidade de Genebra coordenado por W. A. Visser't Hooft, que em 1948 será o primeiro Presidente do conselho. Finalmente o CMI pôde ser constituído formalmente neste ano e realizou sua primeira assembleia na cidade de Amsterdã.

De acordo com o sociólogo Gustavo Gilson,

Participaram da assembléia de fundação do CMI, oficialmente, 351 delegados de 147 igrejas, em sua maioria protestantes. A Sé Romana adotou inicialmente uma postura cética e reticente em relação ao ecumenismo que prevaleceu – apesar da atuação pró-ecumênica de muitos teólogos católicos¹⁴³ – até o início da década de 1960, quando o Vaticano passou a enviar representantes, como observadores, para as assembléias e reuniões do Conselho. Foi somente a partir da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), entretanto, que a Igreja Romana assumiu de forma oficial uma orientação claramente humanista e pró-ecumênica, e passou a desempenhar um papel atuante no movimento. Mesmo assim, é importante ressaltar que a Igreja Católica nunca se tornou membro formal do CMI⁶⁴.

Esta primeira assembleia teve como tema: *A desordem humana e o desígnio de Deus*⁶⁵, o que não ocorreu por acaso, pois tinha como objetivo a discussão em torno de uma sociedade responsável. Talvez, essa tenha sido uma das principais preocupações daquela assembleia, ou seja, mostrar o compromisso das autoridades políticas e econômicas perante Deus, ressaltando como fundamental a liberdade a ser exercida pela sociedade para mudar os rumos do mundo quando necessário, e assim ser possível

⁶³ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003. p. 234-272.

⁶⁴ OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. *Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2009. p. 127.

⁶⁵ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010. p. 93.

manter a justiça e a igualdade, como podemos depreender do relatório oficial do CMI⁶⁶. Pensando na constituição dos movimentos ecumênicos, como uma resposta as questões inquietantes presentes na sociedade, o sociólogo Gustavo Gilson também fez a seguinte análise:

O movimento ecumênico nasceu e cresceu nas ruínas de uma Europa destruída pelas grandes guerras e desenvolveu um forte discurso sobre a necessidade de superação das divergências e da construção de uma unidade – até mesmo de uma virtual unidade “visível” ou institucional – entre os cristãos, como um testemunho essencial diante da desesperança e da desconfiança de um mundo fragmentado⁶⁷.

No que tange ao CMI, a construção dessa unidade ecumênica foi permeada por intensos conflitos em 1948. Em sua primeira assembleia teria participado teólogos mundialmente conhecidos como Karl Barth, Reinhold Niebuhr, entre outros, mas nem todos compartilhavam de suas perspectivas teológicas, considerado-as liberais e pouco ortodoxas. Como veremos ainda neste capítulo, aqueles eram teólogos que estavam repensando de maneira contundente a posição e o compromisso da igreja em relação à política e as questões sociais. É importante mencionar que estes embates, naquele momento, ganhavam outra dinâmica, tendo em vista as concepções políticas que fervilhavam e ganhavam espaço no pós 2ª Guerra.

Havia quem pretendesse levar o CMI à luta anti-comunista: um deles era John Foster Dulles, que mais tarde foi Secretário de Estado dos EUA, durante o governo de Eisenhower. Outros, como o teólogo tchecoslovaco Joseph Hromadka, repetia incansavelmente que ser cristão não é coisa exclusiva de um regime ou sistema social: também era possível ser cristão no mundo socialista⁶⁸.

A dicotomia Capitalismo x Comunismo se fez presente nas igrejas, provocando uma considerável tensão e divisão. Isso foi possível de ser percebido, quando surge, também em Amsterdam, em 1948, o *Concílio Internacional de Igrejas Cristãs* (CIIC).

Setores protestantes liderados pelo pastor fundamentalista, o norte-americano Carl Curtis McIntire (fundador da Igreja Presbiteriana Bíblica nos Estados Unidos),

⁶⁶ HOOFT, W. A. Visser't. *The first assembly of the World Council of Churches - The Official Report*. New York: Harper & Brothers, 1949.

⁶⁷ OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. op. cit., p. 125.

⁶⁸ SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 239.

organizaram esta entidade, mundialmente conhecida, que passou a desenvolver um intenso ataque aos direcionamentos políticos e a uma teologia que buscava privilegiar a dimensão humana e social trilhada pelo CMI e seus adeptos.

Segundo o teólogo Heber Carlos de Campos Junior, o CIIC passou a ofensiva afirmando que inúmeros teólogos envolvidos com o Conselho Mundial de Igrejas eram comunistas, como o teólogo Joseph Hromadka; denunciando também que os EUA mantinha com a União Soviética uma relação de coexistência pacífica, o que foi considerado uma submissão a um governo tirano. Sua ofensiva, assim como o próprio Carl McIntire, Presidente do CIIC, cruzaram as fronteiras dos EUA, viajando para várias partes do mundo. Em suas várias viagens ao Brasil, Carl McIntire participava de congressos e de encontros com líderes protestantes brasileiros, expondo sua mensagem anticomunista e antiecumênica⁶⁹. Um dos seus maiores aliados no Brasil foi o Pastor Israel Gueiros, que neste período atuava também como professor do *Seminário Presbiteriano do Norte* (SPN), na cidade do Recife. Uma das incumbências de Gueiros foi a de acusar alunos, professores e pastores de manterem vínculos com o CMI, ou seja, de apresentarem uma teologia ecumênica e de cunho social, e politicamente, de estarem vinculados ao Comunismo. O posicionamento de Israel Gueiros levou o Pastor Natanael Cortez, Presidente do Supremo Concílio da IPB, a se pronunciar:

[...] por enquanto, o que podemos afirmar é que a Igreja Cristã Presbiteriana do Brasil não está regularmente filiada ao Concílio Mundial de Igrejas. A visita do Rev. Dr. Carl McIntire, [sic] do Concílio Internacional de Igrejas, inflamaram os ânimos de alguns dos nossos companheiros de ministério, sendo, dentre eles, o mais contaminado o rev. Israel Gueiros. A este prezado colega, encontrei muito exaltado, dando conta por consumada a nossa filiação ao Concílio Mundial de Igrejas que, para o rev. Mc Intire [sic] e para o Dr. Gueiros, seria um foco de modernismo teológico a ser transplantado para o Brasil. [...] não queremos as ideias modernistas do Concílio Mundial de Igrejas, se é que ele as tem, nem também queremos transplantar para o seio de nossa Igreja no Brasil as divergências que o Rev. Dr. Carl McIntire alimenta, com ou sem razão, para com o referido Concílio Mundial, ou os seus próceres, e para com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, o Board de Nova York e o Concílio Federal [sic] de Igrejas. O bom senso nos diz que nós devemos manter equidistantes desses movimentos antagônicos e que se processem fora dos nossos limites eclesiásticos. Graças a Deus,

⁶⁹ JUNIOR, Heber Carlos de Campos. *A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao “modernismo” dentro de seus seminários nas décadas de 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, São Paulo, 2003. p. 09-13.

os resultados dos meus entendimentos pessoais parecem satisfatórios⁷⁰.

Ainda na década de 1950, o posicionamento do Pastor Israel Gueiros acarretou em sua saída do Seminário Presbiteriano do Norte e do seu desligamento da Igreja Presbiteriana do Brasil, por meio de um processo ainda pouco conhecido. Mas logo em seguida, possuindo estreitas relações com CIIC, organizou um novo grupo religioso em Pernambuco, a Igreja Presbiteriana Fundamentalista, composta em grande medida por pastores e membros oriundos da própria IPB atraídos pelo posicionamento teológico de Israel Gueiros⁷¹.

Ora, diante dos intensos conflitos suscitado pela aproximação da IPB com o Conselho Mundial de Igrejas - e aqui não estamos interessados no debate em torno da filiação formal ou não da IPB a este Conselho⁷² - a nossa questão maior é perceber como estrategicamente setores dessa igreja construíram um lugar de neutralidade tanto em relação ao CMI quanto ao CIIC. Essa neutralidade deve ser pensada como uma escolha viável naquele momento, evitando assim um desgaste com duas entidades internacionais importantes; posicionamento que proporcionava a IPB uma maior liberdade e autonomia de ação em relação às soluções e as medidas a serem tomadas, visando solucionar seus problemas internos.

Ao mesmo tempo, politicamente, esse discurso da neutralidade pode garantir a permanência dos contatos de cordialidades ou financeiros existentes com as igrejas envolvidas com estas entidades, sobretudo, com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), que ainda investiam recursos consideráveis no processo de evangelização no Brasil. Portanto, a equidistância atendia a tais interesses sendo propagada por meio de artigos no jornal da IPB ou por resoluções do Supremo Concílio, sempre externando os perigos

⁷⁰ NÓS E O CONCÍLIO Mundial de Igrejas. Jornal *O Puritano*, p. 01, 25 jan. 1950. É importante esclarecer que este jornal surgiu em 1899 e estava ligado à Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, mas em 1920 passou a ser órgão de comunicação oficial da IPB. Em 1959 este jornal, combinado ao jornal *Norte Evangélico* da cidade de Garanhuns, deixou de existir, dando lugar ao jornal *Brasil Presbiteriano*.

⁷¹ No arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte, existe uma considerável documentação (dossiês e atas do Presbitério de Pernambuco) a respeito do “caso” Israel Gueiros.

⁷² De fato, o relatório da Primeira Assembleia do CMI consta que 147 igrejas – a maioria protestante – enviaram delegados, e a Igreja Presbiteriana do Brasil figura como membro fundador do CMI, tendo enviado o Pastor Samuel Rizzo como delegado. HOOFT, W. A. Visser’t. *The first assembly of the World Council of Churches - The Official Report*. New York: Harper & Brothers, 1949. p. 230-236.

das ideias ecumênicas para a unidade da igreja⁷³; ameaça que também era identificada, no caso do Brasil, em relação às atividades exercidas por entidades protestantes e ecumênicas, como *Confederação Evangélica do Brasil* (CEB), a *União Cristã de Estudantes do Brasil* (UCEB) e a *Associação Cristã de Acadêmicos* (ACA).

1.3 A Igreja e as entidades ecumênicas nacionais

Em sintonia com estas disputas internacionais que se manifestavam nas conferências e congressos em torno do movimento ecumênico, também temos no Brasil um esforço significativo por unidade entre os cristãos protestantes, o que começou a ocorrer em julho de 1903, na cidade de São Paulo, com a criação da *Aliança Evangélica Brasileira* (AEB). Assim que surgiu, a AEB, segundo o sociólogo Gustavo Gilson, era composta por missionários e lideranças de algumas igrejas protestantes, e seguindo a tônica de outras alianças como a britânica e a norte-americana, estava voltada principalmente para combater e reagir ao movimento de restauração do catolicismo romano articulado pelo ultramontanismo⁷⁴. A AEB visava, portanto, “o fortalecimento do campo protestante em relação ao contexto católico hostil e seus membros se filiavam como indivíduos, não como representantes de suas denominações”⁷⁵.

Paralelamente a atuação da AEB, em grande medida influenciado pelos debates ocorridos no *Congresso sobre a Obra Cristã na América Latina*, realizado no Panamá em 1916, surgiu no Brasil em 1920 a *Comissão Brasileira de Cooperação* (CBC), que instalada na cidade do Rio de Janeiro chegou a assumir proporções significativas, tendo aproximadamente 19 entidades protestantes associadas, como a IPB e as várias organizações missionárias estrangeiras que atuavam no Brasil. A CBC, a exemplo da AEB, era secretariada pelo pastor presbiteriano Erasmo Braga, – o que demonstrava

⁷³ ORTODOXIA Presbiteriana. Jornal *O Puritano*, p. 01, 25 jul. 1951. Ver também as resoluções do Supremo Concílio da IPB e da Comissão Executiva do Supremo Concílio: SC - 51E - 059; CE - 52E - 002; CE -56 - 096; CE - 61 - 008. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1951-1960). Casa da Editora Presbiteriana.

⁷⁴ “Ultramontanismo refere-se à doutrina política católica que busca em Roma a sua principal referência. Este movimento surgiu na França na primeira metade do século XIX. Reforça e defende o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ultramontanismo>>. Acesso em 28 nov. 2013.

⁷⁵ OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. *Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. p. 128.

uma forte atuação da IPB no que se referia ao protestantismo no Brasil – e foi considerada uma das primeiras entidades protestantes ecumênicas no Brasil, possuindo estreitas ligações com o movimento ecumênico internacional⁷⁶. O professor francês Émile-Guillaume Léonard, um estudioso sobre o protestantismo no Brasil, ao fazer referências sobre a CBC, afirmou que a mesma era integrada por:

representantes das missões estrangeiras, das sociedades bíblicas, da A. C. M. *Associação de Mocós Cristãos* [grifo nosso], da União das Escolas Dominicais e das Igrejas Presbiteriana [...], não passava, de acordo com sua declaração de princípio, de um órgão de ligação entre os trabalhos no Brasil e o *Committee on Cooperation*; pelo menos, apresentava-se, caso lhe fosse pedido, como tribunal de arbítrios para as dificuldades interdenominacionais levadas perante ela. As subcomissões que criaram eram destinadas a trabalhos práticos, publicações de literatura evangélica, estatística e informação, serviço médico missionário, trabalho entre os índios⁷⁷.

Mas a falta de apoio financeiro sistemático por parte das entidades envolvidas prejudicava o trabalho realizado pela CBC, demonstrando um nítido desinteresse pela prática da cooperação. Ora, diante da necessidade crescente de se efetivar ainda mais este processo de união entre os protestantes, a CBC foi incorporada à Confederação Evangélica Brasileira criada em 1934; entidade em que a IPB teve uma considerável atuação e controle. Esta, diferentemente da anterior, dispõe de meios e de recursos suficientes que garantem uma maior abrangência e atuação no cenário nacional; tendo inicialmente a seguinte composição: Igreja Congregacional, Metodista, Presbiteriana do Brasil (IPB), Presbiteriana Independente (IPI), e posteriormente, em 1959, a Igreja Luterana, hoje denominada de Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB)⁷⁸. É importante, portanto, considerar o momento histórico em que a CEB foi organizada. Segundo o sociólogo Gustavo Gilson, a CEB teria sido:

[...] fortemente incentivada, como já foi mencionado, pelos rumores em relação à possibilidade de restauração do caráter – e/ou dos privilégios – de religião oficial ao catolicismo, especialmente na elaboração da constituição do Estado Novo, e de uma temida perda ou

⁷⁶ ARNOLD, Frank L. *Uma longa jornada missionária*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. p. 103.

⁷⁷ LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. São Paulo: ASTE, 2002. p. 316.

⁷⁸ Sobre o surgimento da CEB, ver ARNOLD, Frank L. *Uma longa jornada missionária*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. p. 105.

restrição das liberdades religiosas. É possível perceber claramente, portanto, que embora alguns intelectuais e lideranças delineassem um discurso cristão de caráter mais universal e humanista, nesse período, a perspectiva hegemônica no protestantismo ainda era a de uma defesa corporativa dos interesses religiosos e eclesiásticos, fundamentada em uma mentalidade genuinamente denominacional. No campo católico, o projeto da neocristandade também era fortemente refratário ao ecumenismo. O discurso nacionalista predominante na Ação Católica costumava retratar o protestantismo histórico como um instrumento religioso do imperialismo e do colonialismo cultural norteamericano[...]⁷⁹.

Para além dessa reação do protestantismo nacional a uma possível restrição das liberdades religiosas garantidas com a implantação da República e do Catolicismo Romano vir a tornar-se a religião oficial do Brasil, outras questões conflitantes foram se intensificando e tomando corpo a partir de então. Avalia também, o supracitado sociólogo, que houve um considerável aumento nas igrejas protestantes, e na própria CEB, de um antagonismo entre os defensores do movimento ecumênico que começavam a crescer e aqueles que o repudiavam. Embates estes, como vimos, foram acentuados a partir da organização do Conselho Mundial e do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, criados em 1948, ainda no calor da Segunda Guerra Mundial⁸⁰.

Durante a Segunda Assembleia do CMI realizada na cidade de Evaston nos EUA em 1954, o tema estrategicamente escolhido pelos organizadores foi *Jesus Cristo, a Esperança do Mundo*. Os representantes procuravam, assim, afirmar oficialmente o compromisso ecumênico da entidade; e politicamente, defenderam a necessidade de ajudar a consolidar a formação de democracias essencialmente humanas, norteadas por dois princípios básicos e necessários: a justiça e a liberdade, além da participação do povo na vida política, enfatizavam ainda como fundamental uma coexistência harmoniosa entre as nações⁸¹. Estas perspectivas foram capazes de provocar fortes reações em setores protestantes do Brasil, e em particular, na IPB.

Um dos participantes brasileiros desta Assembleia foi, quem mais tarde viria a ser secretário executivo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, o então jovem presbiteriano Waldo César. O mesmo, posteriormente em entrevista à revista religiosa

⁷⁹ OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. *Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. p. 130.

⁸⁰ OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. op. cit., p. 108-143.

⁸¹ SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 241.

Ultimato, relatou o impacto provocado pelas discussões que permearam o evento, onde foi enfatizada uma relação mais responsável das igrejas em relação à sociedade secular. A este respeito, afirmou o seguinte:

O tema da assembleia nos tocou de maneira especial, sobretudo por causa do suicídio de Getúlio Vargas, notícia que reacendeu nossa preocupação pela crise política que dominava a sociedade brasileira e pela necessidade de um envolvimento cristão mais responsável na conjuntura nacional. De volta ao Brasil, e então com o apoio teológico de Richard Shaull, foi criada, em 1955, a Comissão de Igreja e Sociedade, constituída por líderes de várias igrejas. Inicialmente autônoma, um ano depois foi incorporada à CEB, transformando-se no Setor de Responsabilidade Social da Igreja⁸².

Em sintonia com as resoluções do *Conselho Mundial de Igrejas* promulgadas naquela Assembleia, um grupo de protestantes, com o apoio de Millard Richard Shaull - um pastor e missionário presbiteriano, proveniente dos EUA, mas com forte atuação entre a juventude protestante no Brasil e na América Latina - organizou a *Comissão Igreja e Sociedade*. Esta entidade recebeu apoio financeiro do CMI e aglutinou um número significativo de participantes. Em 1955, ainda como uma comissão independente, realizou seu primeiro encontro para estudar e compreender a realidade social do Brasil. Mas a realização destes debates, como lembrou Waldo Cesar, passou a encontrar uma série de dificuldades:

Não foi fácil conciliar idéias novas, até certo ponto revolucionárias, para as igrejas membros da CEB; porém conseguimos, nos dez anos de existência do Setor, realizar quatro consultas nacionais, cuja evolução temática indica a trajetória de compromisso e envolvimento com a realidade brasileira: “A responsabilidade social da Igreja” (1955); “A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil” (1957); “A presença da Igreja na evolução da nacionalidade” (1960). E em 1962, ano de muitos tumultos sociais e preparação do golpe militar, realizamos a quarta e última consulta, em Recife, PE, área de grandes conflitos, sob o tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”⁸³.

⁸² SOCIÓLOGO relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileiro nos anos 60. Revista *Ultimato*, Viçosa, ano XL, n. 305, p. 51-55, mar-abr 2007. Ver também CONRADO, Flávio; FERNANDES, Clemir. *Waldo César: vida e compromisso com a responsabilidade social da igreja*. 2011. Disponível em: <<http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=596>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

⁸³ SOCIÓLOGO relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileiro nos anos 60. Revista *Ultimato*, Viçosa, ano XL, n. 305, p. 51-55, mar-abr 2007.

Em sua entrevista, Waldo César expõe a existência de uma nítida divergência de concepção que havia entre a CEB e os membros do *Setor de Responsabilidade Social da Igreja*, no que tangia a questão social. Para a CEB, ou pelo menos para a maior parte dos seus integrantes, existia a compreensão da necessidade de se realizar uma série de ações beneficentes e assistencialistas. Um exemplo significativo foi o seu envolvimento com a distribuição de alimentos provenientes da *Aliança para o Progresso*, destinados a pessoas carentes⁸⁴. Diferentemente, e sem negar a importância destas ações, o *Setor de Responsabilidade Social da Igreja* procurava desenvolver estudos sobre a realidade política e social do Brasil e propor soluções políticas para os seus problemas, influenciado por uma concepção teológica, denominado de *Evangelho Social*⁸⁵.

Mas, outros movimentos ecumênicos protestantes fizeram-se presente no Brasil, como a *União Cristã de Estudantes para o Trabalho de Cristo* (UCET), organizado em 1926, tendo como objetivo interagir com os estudantes, principalmente, secundaristas.

O congresso ocorrido no Panamá em 1916 tinha apontado para a necessidade dos grupos protestantes na América Latina desenvolverem um processo evangelizador que atingisse também os setores estudantis. Nesse sentido, os pastores presbiterianos Jorge Cesar Mota e Erasmo Braga – este, como vimos, um dos participantes do *Congresso do Panamá* - em muito contribuíram para o surgimento desta organização estudantil, que passaria a se reunir principalmente em colégios evangélicos e realizar anualmente um congresso.

Em nível internacional, a UCET mantinha estreitos contatos com a *Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos* (FUMEC), uma federação organizada na pequena cidade de Vadstena na Suécia em 1895. Posteriormente, em 1940, a UCET passou a ser denominada de *União Cristã de Estudantes do Brasil* (UCEB), incorporando secundaristas e universitários, vindo logo em seguida a se filiar oficialmente a FUMEC; e para melhor se inserir entre os estudantes universitários nas várias cidades do país, organizou, naquele mesmo ano, a *Associação Cristã Acadêmica* (ACA).

⁸⁴ FERREIRA, Muniz. Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro. In: DIAS, André Luis Mattedi; NETO, Erelino Teixeira Coelho; LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiro (Orgs.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010. p. 83-103.

⁸⁵ O que ficou conhecido como Evangelho Social será abordado de maneira mais consistente, sobretudo, no próximo tópico deste capítulo.

Estes espaços, a UCEB e a ACA, apresentavam-se como locais privilegiados de debates e reflexões teológicas, política e social para os jovens e estudantes protestantes. Em relação à FUMEC é importante mencionar que se tratava de uma entidade que mantinha fortes ligações com vários movimentos ecumênicos do século XX, como o CMI, tendo também defendido a necessidade dos grupos protestantes, em especial os estudantis, de repensarem o mundo e o papel da igreja diante do cenário de guerra e miséria existente. Segundo o historiador Eduardo Gusmão,

[...] no início do século vinte, os grupos filiados a FUMEC começaram a se afastar do ideal conversionista inicial. Passaram a dialogar de maneira mais aberta com a ciência, a questionar a autoridade da Bíblia e enfatizar a ação político-social como uma dimensão importante da evangelização. O princípio da busca de unidade entre os cristãos abria-se também para os Católicos Romanos e Ortodoxos⁸⁶.

Tal perspectiva sofria a influência de uma visão teológica de cunho mais social, sendo também considerada como uma teologia liberal ou pouco ortodoxa. O que gerou uma crescente oposição interna, levando a formação em 1947, na *Universidade de Havard* nos EUA, de outra entidade estudantil: *International Fellowship of Evangelical Students*. Com abrangência internacional, era conhecida na América Latina como *Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos* (CIEE). Apresentava-se como uma entidade preocupada em resgatar, sobretudo, a ênfase na conversão individual, como um dos pontos fundamentais do protestantismo. Na década de 1950, a *Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos* intensificou o envio de missionários para a América Latina e para o Brasil visando expandir e organizar este movimento.

No Brasil, com o apoio de pastores nacionais, os representantes da CIEE estabeleceram contatos com universitários protestantes, o que possibilitou a criação em 1957 da *Aliança Bíblica Universitária do Brasil* (ABUB). Com presença marcante de jovens batistas e presbiterianos, a entidade, diferentemente da ACA, recebeu um notório apoio por parte das igrejas protestantes, propagando um discurso religioso bastante

⁸⁶ QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1981)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011. p. 22.

crítico em relação àqueles que se aproximavam de um evangelho contestador das misérias sociais do presente⁸⁷. Mas que evangelho era este? Como era apresentado?

1.4 Revisitando o Evangelho social: algumas considerações

Com o intuito de construir um melhor entendimento do que foi nomeado de Evangelho Social no Brasil, termo constantemente agenciado nos registros que analisaremos, faremos uso, inicialmente, de algumas considerações apresentadas por Michael Löwy em seu livro *A guerra dos deuses*.

Ao analisar o desenvolvimento da Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina, Löwy afirmou que só a partir de 1970 um conjunto de textos passou a caracterizar e fundamentar esta teologia na Igreja Católica Romana. Seu entendimento é que tais escritos são reflexos e expressões de um movimento social/religioso bastante amplo⁸⁸, surgido nos primeiros anos da década de 1960, nomeado pelo autor de *Cristianismo da Libertação*.

Em outro momento, foi enfatizado pelo autor que esse movimento não era apenas católico, mas que mantinha um *ramo protestante*; o Cristianismo da Libertação Protestante havia paralelamente surgido nas décadas de 1960 e 1970 e foi inserido nas correntes/igrejas protestantes no Brasil e América Latina, além de ser associado, muitas vezes, a seu congênere católico. Este Protestantismo da Libertação também representava um movimento social religioso, tal qual seu congênere católico, mas que necessitava de formuladores, teólogos, que pudessem caracterizar este movimento como uma teologia de cunho social, com destaque apenas para a Tese de Doutorado em Filosofia de Rubem Alves, intitulada *A Theology of Human Hope (Uma Teologia de esperança humana)*, defendida em 1968 no Princeton Theological Seminary, a qual é considerada

⁸⁷ Sobre os vários movimentos estudantis de protestantes, ver QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1981)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011; SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010; CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Nascente, 1985.

⁸⁸ “Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, JUC, JOC, redes pastorais com base popular, comunidade eclesiais de base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores, etc.)”. LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 56-57.

por Löwy um dos primeiros trabalhos a pensar a Teologia da Libertação na América Latina⁸⁹.

A nossa pesquisa tem demonstrado que o posicionamento social, no que diz respeito à Igreja Presbiteriana do Brasil, era algo bastante complexo e amplo. Inicialmente, atingia e mobilizava segmentos importantes da Igreja, como ocorreu em 1962 quando foi elaborado e aprovado seu *Pronunciamento Social*. Não era, portanto, como defendeu Michael Löwy em relação à Igreja Católica Romana, um movimento da periferia para o centro da Igreja. A cúpula e setores importantes da IPB relacionavam-se, ao mesmo tempo, muitas vezes de maneira conflituosa, com outros organismos protestantes, os quais não controlavam diretamente: como o *Setor de Responsabilidade Social da Igreja*, ligado à Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e o *Conselho Mundial de Igrejas* (CMI)⁹⁰. O próprio Michael Löwy apontou rapidamente nessa direção, quando tratou de organizações ecumênicas como a ISAL (*Igreja e Sociedade na América Latina*)⁹¹, propagadoras na década de 1960, do que o autor nomeou de *Cristianismo Protestante da Libertação*.

É possível pensar esta amplitude a partir de outros aspectos que não podem ser desconsiderados sobre o Protestantismo no Brasil. Estamos nos referindo à presença de várias igrejas protestantes (Presbiteriana, Luterana, Batista, Congregacional, Metodista), apenas para citar as mais representativas naquele momento, que poderiam teologicamente internalizar de maneira bastante distinta um discurso em torno da posição social da igreja. Não podemos supor que houvesse homogeneização teológica.

No que concerne à Igreja Presbiteriana do Brasil, não podemos precisar quando o termo *Evangelho Social* passou a ser utilizado para designar uma postura social e ativa que a Igreja deveria assumir frente aos problemas nacionais, mas é possível afirmar que

⁸⁹ Segundo Löwy, Rubem Alves, ao tratar de aspectos como “um humanismo político, uma consciência cristã dedicada à libertação histórica dos seres humanos e uma teologia que fala o idioma da liberdade, como uma linguagem histórica e radicalmente profética”, haveria sua obra tornado-se pioneira sobre a Teologia da Libertação na América Latina, com significativa influência na juventude protestante. Ver LÖWY, Michael. op. cit., p. 178-179.

⁹⁰ É importante ressaltar que podemos, sim, encontrar pastores e líderes evangélicos que compunham a cúpula dessas igrejas protestantes, – em particular a IPB – ou com elas mantendo estreitas relações, estando também envolvidos diretamente nessas organizações ecumênicas.

⁹¹ Para Michael Löwy, a ISAL (Iglesia y Sociedad em América Latina) foi organizada em 1961, no Peru, em assembleia na cidade de Huampani. Atuou mobilizando protestantes progressistas de várias denominações na América Latina, mantendo constante interação com católicos, esquerdistas e marxistas. LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 179-180.

setores representativos da Igreja vinham interagindo, desde as décadas de 1940 e 1950, com aspectos teológicos produzidos na Europa e EUA. Aspectos teológicos que na primeira metade do século XX problematizavam intensamente questões como a interação da Igreja em relação às questões sociais e políticas do presente, apresentando uma nova abordagem e/ou um repensar teológico.

Para Silas Luiz de Souza, no seu livro *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*, essa perspectiva teológica, nas décadas de 1930 e 1940, era apresentada e problematizada no Brasil em periódicos como a *Revista Fé e Vida*, nomeada posteriormente de *Unitas*⁹². A revista era um

[...] empreendimento interdenominacional, mas com inspiração e liderança amplamente de presbiterianos, essa revista tinha objetivos ousados de se apresentar perante a sociedade brasileira, com discussões de primeira linha acerca da realidade religiosa e da psicologia aplicada às questões sociais, relacionando a teologia à cultura da época. A revista apresentou desde os primeiros números uma seção chamada “Problemas sociais”⁹³.

A publicação da revista estava a cargo da Confederação Evangélica do Brasil, uma entidade ecumênica, mas segundo Silas Luiz, com produção fortemente controlada por segmentos da Igreja Presbiteriana do Brasil, a exemplo do Pastor Miguel Rizzo Júnior. Para Silas Luiz, a revista passou a representar um projeto ousado naquele momento e propunha-se a discutir e relacionar aspectos da Teologia com problemas sociais⁹⁴.

⁹² Circulou inicialmente, a partir de 1938, intitulada *Fé e Vida*, mas em 1946 foi publicada como *Revista Unitas*. A mudança deveu-se muito à proximidade da criação do Conselho Mundial de Igrejas, em 1948, e suas discussões em torno do Ecumenismo. Era mantido como um de seus maiores impulsionadores o Pastor presbiteriano Miguel Rizzo Júnior, que assumiu várias funções em órgãos da IPB, como a de professor no Seminário Presbiteriano de Campinas, em São Paulo. SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. p. 106. É importante informar que alguns números desta revista poderão ser localizados no Arquivo Histórico do Seminário Presbiteriano na cidade do Recife, assim como, em maior número, no Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. Sua coleção, no que compreende seus dois momentos, *Revista Fé e Vida* (1936-1946) e *Revista Unitas* (1946-1960), encontra-se na Biblioteca Dr. Jalmar Bowden, da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo, na cidade de São Paulo.

⁹³ SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. p. 106-107.

⁹⁴ Muito embora possamos encontrar artigos como o publicado em janeiro de 1946, intitulado *O Crente e o Comunismo*, condenando possíveis filiações de evangélicos com o Comunismo no Brasil, evidenciando posições políticas bastante rígidas. Parte deste artigo foi reproduzida pelo Pastor e Professor do Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, Jorge Goulart, em 1964. Ver *Revista Teológica*, ano XXV, n. 33-34, p. 10-11, 1964.

A seção *Problemas sociais* muito nos chamou a atenção. Analisando alguns exemplares da *Revista Unitas* foi possível perceber que à frente desta seção estava, como um de seus principais articulistas, o presbiteriano João Del Nero⁹⁵, o qual, neste espaço, publicava inúmeras críticas a uma postura teológica – não só entre os presbiterianos naquele momento, mas entre as diversas igrejas protestantes no Brasil – que negava a necessidade de reformas na sociedade em prol da conversão individual, defendendo, em janeiro de 1942, o que muitos acreditavam: “que unicamente pela conversão do indivíduo se poderá ter uma sociedade melhor [...]. De modo que ao lado da transformação dos indivíduos, é necessário transformar a sociedade [...]”⁹⁶. Portanto, João Del Nero desenvolve uma crítica à perspectiva teológica que primava pela conversão como única maneira de provocar mudanças econômicas, políticas e sociais.

Localizamos Del Nero trazendo ao conhecimento dos leitores, textos e artigos produzidos por teólogos e pastores como Paul Tillich, Reinhold Niebuhr, Karl Barth, Walter Rauschenbusch, entre outros, que tinham em comum uma preocupação com aspectos sociais. Os escritos de Del Nero, como no fragmento acima, de certa maneira interagiam com as principais obras de tais autores, uma vez que problematizavam a dimensão social e o papel da Teologia para pensar o presente.

Entre estes teólogos mencionados por Del Nero, destacamos o pastor batista norte-americano W. Rauschenbusch que procurou, ainda no século XIX e início do XX, estudar a vida dos imigrantes alemães nos EUA e as péssimas situações dos trabalhadores da indústria diante da inoperância do Estado, levando em consideração aspectos bíblicos e sociológicos, movimento que ficou conhecido como Social Gospel⁹⁷. Surgido nos EUA depois da Guerra Civil, o auge deste movimento aconteceu nas duas primeiras décadas do século XX nos EUA, mas “mesmo após a sua morte formal depois da Primeira Guerra Mundial, o impacto deste evangelho social continuou por muito tempo”⁹⁸ no Brasil, como podemos perceber. Rauschenbusch tornou-se mundialmente

⁹⁵ Não dispomos de muitas informações sobre João Del Nero. Mas – segundo Silas Luiz – além de responsável pela seção *Problemas sociais* na revista, ele exercia o cargo de Juiz de Direito. Ver SOUZA, Silas Luiz de. op. cit., p. 107.

⁹⁶ Revista *Fé e Vida*, p. 13-14, jan. 1941. Biblioteca Dr. Jalmar Bowden da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo/SP.

⁹⁷ Inicialmente o termo evangelho social foi empregado nos Estados Unidos pelos críticos da obra e posicionamento teológico de Walter Rauschenbusch, sendo posteriormente também incorporado e utilizado pelos próprios simpatizantes e defensores da obra de Rauschenbusch, dentro e fora dos EUA.

⁹⁸ WHITE, R. C. Jr. Implicações Sociais do Evangelho. In: ELWELL, Walter A. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1992. v. 2, p. 111.

conhecido como um dos maiores teólogos do Evangelho Social, tendo produzido algumas das principais obras sobre a temática, como: *Cristianity and the social crisis* (O Cristianismo e a crise social) de 1907, *Cristianizing the social order*, (Cristianizando a ordem social) de 1912 e *A theology for the social gospel* (Uma teologia para o evangelho social) em 1917⁹⁹. No Brasil alguns dos seus artigos foram traduzidos por Del Nero, onde podemos observar sua dimensão social.

Procuremos penetrar por nós mesmos na significação social da pessoa e do pensamento de Jesus Cristo, e preparemo-nos para aceitar o desafio que ele faz à ordem econômica e social da qual fazemos parte [...]. Como encarou ele as relações sociais que unem os seres humanos e os sofrimentos da sociedade do seu tempo? Se nós chegarmos a discernir qual foi o seu sentimento íntimo e espontâneo, nós teremos achado a chave dos seus princípios sociais¹⁰⁰.

No fragmento acima, a preocupação central de Rauschenbusch era de que os fiéis pudessem ser conhecedores autônomos do pensamento social de Jesus em relação à sociedade do seu tempo. Este conhecimento seria fundamental para a compreensão dos desafios postos por este mesmo Jesus na ordem social e econômica do presente. Sua visão teológica procurava estabelecer relação entre o conhecimento da Bíblia e dos princípios sociais de Jesus com o presente, ou seja, era preciso responder às angústias e anseios da humanidade na atualidade. Com isso, Rauschenbusch criticava uma corrente teológica para a qual os princípios sociais de Jesus estariam destituídos de relações significativas com o presente, com o agora.

De fato, Rauschenbusch tornou-se o mais conhecido expoente desse pensamento teológico, mas antes dele, o pastor congregacional, o norte-americano Washington Gladden (1836-1918) tinha divulgado um dos primeiros escritos sobre o Evangelho Social: *Working people and their employers* (Os operários e os patrões) em 1876. Considerado o pai do Evangelho Social, Gladden foi um propagador das reformas sociais contra a exploração dos operários nas indústrias nos EUA, defendendo o direito a sindicalização¹⁰¹. Outro importante livro responsável pela popularização das ideias do

⁹⁹ Estas obras de Walter Rauschenbusch poderão ser localizadas na Biblioteca Dr. Jalmir Bowden, da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo, na cidade de São Paulo.

¹⁰⁰ Revista *Fé e Vida*, p. 392-393, jul. 1942. Biblioteca Dr. Jalmir Bowden da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo, na cidade de São Paulo.

¹⁰¹ MAGNUSON, N. A. O Evangelho Social. In: ELWELL, Walter A. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1992. v. 2, p. 112-115.

Evangelho Social foi o romance (um best-seller devocional) intitulado *Em seus passos, o que faria Jesus?*, uma produção do pastor congregacional Charles Monroe Sheldon de 1896, que influenciou inúmeros teólogos e leigos por várias gerações¹⁰². Este livro foi traduzido e distribuído em vários países da América Latina; no Brasil sua tradução ocorreu provavelmente na década de 1950, tendo uma expressiva aceitação entre pastores e leigos das mais diversas igrejas protestantes.

Outro nome ligado ao que podemos chamar de uma teologia política no século XX foi o do teólogo suíço Karl Barth¹⁰³. O professor Walter Altmann, no prefácio do livro *Dádiva e louvor: ensaios teológicos de Karl Barth*, apresentou um Barth preocupado, na primeira metade do século XX, com a dimensão política e social, sobretudo em relação à igreja protestante na Alemanha. Exemplos dessa perspectiva são seus comentários no texto *A pobreza*, de 1949, quando afirmou que:

[...] é um texto menor, de cunho mais popular e dos menos conhecidos de Barth. Escolhemo-lo, quanto mais não seja, para evidenciar que também em outros continentes (não apenas na América Latina) e já antes da Teologia da Libertação (que portanto não inventou nada a esse respeito) a mensagem bíblica de que Deus faz uma opção definida em favor dos pobres podia ser ouvida, e de fato o foi. Pelo menos por Karl Barth¹⁰⁴.

Ao analisarmos a tradução do próprio texto *A pobreza*, podemos identificar Barth afirmando trazer ao conhecimento de seus leitores qual a posição bíblica no *Novo* e no *Velho Testamento* em relação à pobreza. Em relação a este aspecto, afirma:

¹⁰² CAMPOS JUNIOR, Heber Carlos de. *A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao “modernismo” dentro de seus seminários nas décadas de 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, São Paulo, 2003. p. 56 e 92.

¹⁰³ Barth nasceu na Basileia, na Suíça, mas seus estudos teológicos ocorreram na Alemanha, onde posteriormente exerceu destacada atividade acadêmica. Quando houve a ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933, passou a criticar o governo e a posição da Igreja Reformada Alemã por manter relação de comprometimento ao Regime. Sua obra, em grande medida, encontra-se permeada dessa sua posição política em relação à Alemanha. A produção teológica de Barth ultrapassou o número de 500 títulos elaborados até a década de 1960, somando mais de 40 anos de atividade intelectual. Esta e outras informações biográficas foram publicadas em: BARTH, Karl. *Dádiva e louvor: ensaios teológicos de Karl Barth*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2006. Walter Altmann destaca-se como um dos tradutores de uma seleção de ensaios e artigos de Barth publicados no referido livro, onde é apresentado um teólogo preocupado com a interação da Igreja com a sociedade.

¹⁰⁴ BARTH, Karl. *Dádiva e louvor: ensaios teológicos de Karl Barth*. Tradução de Walter O. Schlupp, Luís Marcos Sander e Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2006. p. 13-14.

Tanto mais marcante é o fato que domina no Antigo e no Novo Testamento, a saber, a simpatia inequívoca e definitiva para com a pobreza, também a simpatia para com todas aquelas pessoas que, de acordo com aquele ordenamento divino, são pobres nesta vida, em um ou outro sentido, mas sobretudo na esfera material¹⁰⁵.

Em outros textos traduzidos, como em *O cristão na sociedade*, escrito em 1920, Karl Barth procurou fundamentar detalhadamente sua preocupação em desenvolver uma concepção teológica capaz de interagir com a sociedade. Deste modo, que:

Ao enxergarmos essa irrupção do divino para dentro do humano, porém, já se torna claro que também o isolamento do humano ante o divino não pode ficar nisso. A inquietude que Deus produz em nós tem que nos levar à vida em oposição crítica, devendo-se entender “crítico” no sentido mais profundo que esta palavra alcançou na história do espírito humano [...]. Compreender nosso contemporâneo desde Naumann até Blumhardt, de Wilson a Lenin em todos os diversos estágios do mesmo movimento nos quais os enxergamos. Compreender nossa época e seus sinais, compreender também a nós mesmos em nossa entranha inquietação e movimento [...]. Deixamos de ser meros espectadores desinteressados [...] ¹⁰⁶.

Não podemos perder de vista, como alertou o próprio Walter Altmann no prefácio, que a maior parte dos escritos de Barth não está traduzida para o português. Essa constatação não impediu que a concepção teológica de Barth fosse conhecida e discutida no Brasil¹⁰⁷. Um dado que possivelmente contribuiu para isso, como esclareceu Silas Luiz de Souza, deveu-se ao Seminário de Princeton nos EUA, que na primeira metade do século XX esteve em ressonância com o pensamento teológico de Karl Barth, nomeado de neo-ortodoxia. Além do que, figuras importantes para o presbiterianismo no Brasil e na América Latina, como o missionário norte-americano Richard Shaull, haviam mantido intenso contato com os escritos de Karl Barth, de outros pastores e teólogos que questionavam e repensavam a Bíblia e a Igreja, quando de sua formação neste Seminário¹⁰⁸.

¹⁰⁵ BARTH, Karl. op. cit., p. 351-352.

¹⁰⁶ BARTH, Karl. op. cit., p. 19-46.

¹⁰⁷ Periódicos importantes no meio presbiteriano, como a *Revista Teológica* do Seminário Teológico de Campinas que mantinha significativa circulação e aceitação, sobretudo entre professores e alunos de Teologia, publicava – pelo menos até meados da década de 1960 – matérias e artigos onde essa nova perspectiva teológica era apresentada.

¹⁰⁸ SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. p. 128-137.

Em relação a Richard Shaull o mesmo tinha trabalhado em países da América Latina, como a Colômbia e o Brasil; entre 1952 e início da década de 1960 atuava no Brasil como professor do Seminário Presbiteriano de Campinas, quando foi convidado a deixar o país¹⁰⁹, por ter se envolvido e trabalhado na União Cristã de Estudantes do Brasil. Durante sua passagem pela América Latina, estudantes, seminaristas e pastores, como João Dias, foram incentivados pela postura teológica desenvolvida por Shaull - conhecida como *Teologia da Revolução* e presente, sobretudo em seu livro *Cristianismo e revolução*, produzido em 1960 - a buscar uma sociedade mais igualitária com base na Bíblia, como alternativa ao Capitalismo e ao Comunismo. Entre inúmeros exemplos desse envolvimento com a perspectiva social, presentes na teologia trazida por Shaull, podemos citar também o pastor Rubem Alves, o qual, segundo Michael Löwy, foi aluno de Teologia no Seminário Presbiteriano de Campinas no momento em que Richard Shaull ali lecionava, havendo completado seus estudos na Universidade de Princeton, nos EUA, onde desenvolveu, em 1968, tese intitulada *A theology of human hope (Uma Teologia de esperança humana)*, influenciada por esses teólogos protestantes considerados progressistas.

Tomando ainda por base as informações apresentadas por Silas Luiz, era bastante comum que seminaristas e pastores do Brasil recorressem com certa regularidade ao Seminário de Princeton para ampliar sua formação intelectual e teológica, o que possibilitava significativo contato com obras de Karl Barth, Walter Rauschenbusch, Bultmann entre outros. Defendemos, portanto, que isso não significa afirmar, como veremos neste tópico, ter havido por parte desses pastores, seminaristas e líderes religiosos, uma simples transposição das ideias desses teólogos europeus e norte-americanos. A percepção deste pensamento social foi alvo de diversos deslocamentos ao ser pensado para a realidade do Brasil.

Nas páginas do jornal *Brasil Presbiteriano*, até 1964, houve constantes referências a estes teólogos. Em Fevereiro de 1962, o pastor e professor do Seminário Teológico

¹⁰⁹ Segundo Löwy, pelo fato de Shaull “trabalhar em uma aliança fraternal com marxista e com católicos progressistas (os dominicanos de São Paulo), Shaull incompatibilizou-se cada vez mais com a Igreja Presbiteriana e, eventualmente, foi obrigado a deixar o país em 1964”, Ver LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 178. Porém, em outro artigo, encontramos referências que o mesmo deixou o Brasil em 1962, passando a lecionar no Seminário de Princeton como professor de Ecumenismo. HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Richard Shaull pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca da produção de memória religiosa. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano II, v. IV, n. 4, p. 03-19, maio/2009. p. 07.

Presbiteriano de Campinas, Waldyr Carvalho Luz, conhecido colaborador da *Revista Teológica* e do referido jornal, traduziu um editorial da revista norte-americana *Christianity today* que fazia referências a dois destacados teólogos europeus, Karl Barth e Bultmann. Em relação a Barth, relatava a existência de várias críticas ao seu pensamento:

Contendem que os escritos de Barth não defendem realmente a ressurreição como fato histórico objetivo independente da fé subjetiva. A distinção que Barth estabeleceu entre *Historie* e *Geschichte* (a Ressurreição concebe-a ele não como *Historie* mas *Geschichte*), a primeira vista, poderá parecer simplesmente diferenciação entre eventos e interpretação (entre a realidade meramente factual da ciência histórica declaradamente objetiva e sua aproximação subjetiva e importância histórica total)¹¹⁰.

O editorial afirma que em Barth os aspectos bíblicos carecem de comprovação histórica. Ao mesmo tempo em que a Ressurreição não era entendida como *Historie* e sim como *Geschichte*. O editorial esclarece que Barth apresentava significativa mudança na maneira de entender a história: os acontecimentos narrados pela Bíblia adquiriam dimensão temporal, não sendo a Ressurreição capaz de estabelecer conexão entre o passado e futuro como algo previsível e/ou determinado de maneira divina. Como afirmou Reinhart Koselleck, “a história [*Geschichte*] como acontecimento único ou como complexo de acontecimento não seria capaz de instruir da mesma forma que uma história [*Historie*] compreendida como relato exemplar”¹¹¹. Ao conceber a Ressurreição como *Geschichte*, afirmava o editorial, Barth apontava que era preciso compreender tais acontecimentos segundo uma linha temporal e de experiências próprias e que o passado em si da Ressurreição não teria qualquer significação destituída das experiências do tempo presente.

Estes teólogos estavam preocupados em apresentar uma concepção teológica em sintonia com os acontecimentos terrenos de sua época. Procuravam responder aos anseios de determinado momento, como fez Barth em sua persistente oposição ao Estado Nazista, ou como Walter Rauschenbusch em relação às péssimas condições de vida e trabalho dos imigrantes alemães nos EUA. Neste sentido, setores da Igreja

¹¹⁰ ENTRE Barth e Bultmann. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 11-12, fev. 1962.

¹¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 48-49.

Presbiteriana do Brasil na década de 1960 estavam interagindo com esse pensamento social e político para responder a questões que os provocavam naquele momento. No Brasil, essa nova maneira de pensar os problemas sociais foi nomeada muitas vezes por Evangelho Social, mas isso não é fácil de ser capturado ou definido: trata-se de um conjunto de mudanças pela qual passou a Teologia na primeira metade do século XX na Europa e nos Estados Unidos, que foi incorporado, ressignificado, sistematizado teologicamente, muitas vezes, levando em consideração a realidade do Brasil. Em julho de 1961, em artigo na *Revista Teológica*, temos significativo exemplo de como esta questão foi problematizada pelo professor do Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife, João Dias de Araújo:

Estamos na verdade, numa época de transição na teologia em nosso país. Parece que estamos já nos desapegando dos antigos mestres [...]. Nós precisamos de uma teologia para o Brasil. Os teólogos americanos falaram e falam para os Estados Unidos, os teólogos europeus se dirigiram e se dirigem para a Europa. Embora haja coincidências de situações e de problemas entre americanos, europeus e brasileiros, é preciso que se ergam teólogos falando para o Brasil [...]. Dizer que não há teologia nativa no Brasil. Não é verdade. Se entendermos por teologia a interpretação da verdade eterna de Deus para as condições humanas reais, então, todos os pregadores que, do púlpito, anunciam a palavra de Deus estão fazendo teologia. O que há em pequeno número é a produção escrita em forma de obra mássica de produção teológica¹¹².

Chamamos a atenção, pois o pastor apresentava-se como conhecedor das teologias europeia e norte-americana e advertia para a impossibilidade destas em responder a problemas específicos da Igreja Presbiteriana no Brasil. Mesmo admitindo que existia aproximações de problemas e soluções – que entre uma e outra realidade, por vezes, se tangenciavam – cada qual delas atendia particularmente aos anseios e necessidades do contexto próprio sobre o qual se ergueram; defendia, portanto, o desenvolvimento de uma produção teológica que atenda a realidade do Brasil. João Dias destaca ainda para a existência de expressivo número de pastores a elaborar e anunciar uma Teologia por meio dos púlpitos capazes de interpretar a *verdade eterna de Deus para as condições humanas reais*. Com isso o pastor Dias defende a existência de um pensar teológico

¹¹² ARAÚJO, João Dias de. Teologia para o Brasil. *Revista Teológica*, Campinas, ano XXV, n. 27, 1961. p. 38-39.

preocupado com os problemas do Brasil que era difundido e conhecido por setores importantes da Igreja, professores de seminários, seminaristas, pastores e líderes religiosos.

Não podemos, diante desta complexidade, identificar estas mudanças como simplesmente um movimento social-religioso que surgiu inicialmente na década de 1960 associado ao seu congênere católico romano, como fez Michel Löwy com o que denominou de Cristianismo da Libertação Protestante. O que ficou majoritariamente conhecido como *Evangelho Social* exigiu um trabalho de formulação teológica que, pouco a pouco, ganhou cor na instituição e conquistava espaços entre setores da IPB havia já alguns anos, o que teria permitido a elaboração do *Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil* em 1962 e, em certo sentido, a realização da *Conferência do Nordeste* neste mesmo ano, como veremos a seguir. Momentos estes significativos, nos quais poderemos analisar como inúmeras questões cruciais a sociedade passaram a circular e a compor a agenda de parte da instituição, gerando intensos conflitos e embates.

CAPÍTULO II – UMA IGREJA CAMBIANTE: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E TEOLÓGICOS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1960.

2.1 Diálogos entre o pensamento social e a Teologia: o Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil

Entre os dias 03 e 14 de julho de 1962, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, nas dependências da Catedral Presbiteriana (1ª Igreja Presbiteriana do Brasil), a XXV Reunião do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil¹¹³, na qual foi eleito para presidi-la o próprio pastor da Catedral, Amantino Adôrno Vassão¹¹⁴.

O Supremo Concílio é a instância máxima de poder da Igreja Presbiteriana de onde emanam decisões apresentadas como inquestionáveis. Assim como nos concílios inferiores, seus integrantes são considerados guardiões da boa-fé, isto é, observadores da doutrina dos reformadores do século XVI, sempre prontos a defender o que entendem como os mais nobres interesses da Igreja. São religiosos apresentados como distintos dos demais, por terem sido escolhidos por Deus para tal função¹¹⁵. Dessa forma, seus integrantes são considerados um grupo seletivo, um corpo de especialistas, dimensão projetada e constantemente lembrada à comunidade religiosa de várias maneiras, a exemplo da *Profissão de Fé*, momento onde diversos discursos religiosos, práticas religiosas e rituais atualizam as regras de fé adotada pela Igreja Presbiteriana, além de ser reforçada a autoridade absoluta dos líderes da Igreja¹¹⁶.

¹¹³ A IGREJA Presbiteriana do Brasil convoca os responsáveis representantes da sua liderança para um encontro decisivo na Guanabara. Jornal *Brasil Presbiteriano*, set. 1962.

¹¹⁴ A Igreja Presbiteriana da cidade do Rio de Janeiro (Guanabara), fundada em 1862, situada à Rua Silva Jardim, é considerada a igreja-mãe do presbiterianismo no Brasil; por ocasião da XXV Reunião do Supremo Concílio era comemorado seu centenário.

¹¹⁵ Norbert Elias, em sua conhecida obra *Os estabelecidos e os outsiders*, analisou sociologicamente como determinados grupos passam a ocupar posições privilegiadas de poder, compondo o que seria a boa sociedade, chamados de *estabelecidos*. Enquanto os *outsiders* seriam aqueles que não apresentam configuração de grupos sociais, sendo considerados fora da boa sociedade, os não escolhidos. ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹¹⁶ Aline Coutrot entendeu que “a própria missa semanal, ou culto, é carregada de influência em função de seu efeito repetitivo e sua grande valorização afetiva”. COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 336. Ver também BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 51.

No *Digesto Presbiteriano* – espécie de anais das decisões tomadas pelos concílios - referente à XXV Reunião do Supremo Concílio destacamos as resoluções que faziam referências à *realidade nacional do Brasil*, relacionando dimensões teológicas, políticas e/ou sociais. Aspectos, em grande medida, intensificados a partir de 1962, na linha editorial do jornal *Brasil Presbiteriano*, revelando intenso debate acerca de questões políticas em torno de mudanças estruturais para o Brasil, como a Reforma Agrária e o analfabetismo. Essa linha editorial, a qual correspondia maciçamente aos anseios de significativo setor da Igreja, foi apresentada em março de 1964 pelo redator – o Pastor Domício Pereira Matos, pouco antes de ser demitido – como o *pulmão da igreja*¹¹⁷.

Com um corpo oxigenado por um pulmão ativo, como sugeriu o próprio jornal, algumas questões foram suscitadas em relação à Igreja e sua posição social. Haveria a instituição agrupado – em julho de 1962, ao se reunir na cidade do Rio de Janeiro sua cúpula maior – forças suficientes para questionar e também propor respostas àquilo que entendia ser as péssimas condições sociais que vivenciava a maior parte da população no Brasil? Ou seja, a Igreja Presbiteriana do Brasil tentou interferir e contribuir para transformar o país, elaborando algum projeto político e social naquele momento?

Em 2005, o pastor presbiteriano e professor da Universidade Mackenzie, Silas Luiz de Souza, avaliou que em relação ao início da década de 1960 a Igreja estava atrasada em se manifestar politicamente, tendo em vista a intensificação de debate teológico sobre a temática social existente na década anterior.

A Igreja Presbiteriana do Brasil, no entanto, apesar de toda a fermentação teológica e prática acerca do assunto entre estudantes, pastores e líderes em geral, demorava a apresentar de modo sistematizado um pensamento social, uma manifestação norteadora para seus membros¹¹⁸.

É preciso entender que não existe uma lógica pré-estabelecida capaz de conduzir o processo histórico. Neste sentido, não há demora. A história obedece outra dinâmica,

¹¹⁷ DIREÇÃO do B.P. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 05, p. 03, mar. 1964. É importante observar que em alguns momentos este jornal editava dois números mensais.

¹¹⁸ SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. p. 148-149.

sua lógica é a do campo da força dos grupos e dos embates¹¹⁹. Interessa-nos compreender como um novo pensamento social foi sendo arquitetado nesse período, como se amplificava e tomava corpo. Essa necessidade urgente por um posicionamento oficial da IPB de sistematizar teologicamente um pensamento social capaz de responder aos anseios do presente foi apresentada de maneira significativa pelo pastor e professor de Ética Cristã do Seminário Presbiteriano do Norte, no Recife, João Dias de Araújo¹²⁰, que naquele momento fazia parte do Presbitério de Campo Formoso no estado da Bahia. Em matéria publicada no jornal *Brasil Presbiteriano*, em março de 1962, afirmou:

Há, pois, grande necessidade e urgência para a formulação de um Credo Social presbiteriano, que seja fundamentado nas Escrituras Sagradas, na nossa teologia e na experiência cristã [...] será uma contribuição valiosa para o presente e para o futuro da igreja e da pátria. A Igreja Presbiteriana não pode ficar calada perante a hora aflitiva da vida brasileira [...] ¹²¹.

João Dias de Araújo integrava o grupo de pastores e líderes religiosos preocupados com a problemática social do Brasil e a inserção da Igreja em suas soluções e defendia a elaboração de um *Credo Social* pautado na Teologia e na experiência cristã, capaz de projetar mudanças na Igreja e no Brasil. A formulação deste *Credo Social*, em seu entendimento, contribuiria com o futuro e com o presente da Igreja e da pátria diante da crise nacional. Para ele, a igreja deveria se expor, não ser apenas expectadora, mas fazer-se presente em todos os momentos políticos e sociais, deveria, então, tomar uma decisão seguindo a postura de outras instituições religiosas:

Os crentes de Cuba já tem uma orientação diante do cenário atual, porque o Concílio Cubano de Igrejas aprovou em 28 de dezembro de 1960 o seu credo social. Os metodistas do Brasil também aprovaram o seu Credo Social em 1960. Os católicos de todo o mundo estão atualizados e orientados diante das questões sociais, porque em 1961 o Papa João XXIII promulgou a Encíclica “Mater Magistra”. Outras igrejas têm feito publicações dos seus Credos Sociais. Esta é a hora

¹¹⁹ Em algumas de suas obras Michel Foucault analisou como as relações de forças são constituidoras de sentidos. A história, portanto, não escapa dessa dimensão. Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

¹²⁰ Durante toda a década de 1960, João Dias exerceu o cargo de professor no Seminário Presbiteriano do Norte, no Recife.

¹²¹ CREDO Social. Jornal *Brasil Presbiteriano*, p. 05, mar. 1962.

em que a Igreja Presbiteriana do Brasil deve formular seu Credo Social¹²².

O caráter teológico e cristão que deveria nortear o *Credo Social*, nesta *hora aflitiva da vida brasileira*, não poderia ser usado como impedimento para um diálogo com outras áreas do conhecimento. Era imprescindível o contato e a aprendizagem que outras experiências poderiam proporcionar. A Teologia deveria estar sintonizada com campos do conhecimento completamente distintos¹²³. Dessa maneira, ainda nessa matéria, defendia a ideia de que para a elaboração

[...] de um Credo Social, a igreja não pode dispensar a cooperação dos sociólogos, economistas, políticos e teólogos [...]. Não deve ser um credo elaborado por pastores, mas que seja uma expressão da vida total da igreja espalhada pela nossa grande pátria, onde há tantos contrastes de experiências¹²⁴.

Quanto à utilização do próprio termo *Credo Social*, algumas questões são suscitadas. Em entrevista realizada em 2011, João Dias de Araújo rememorou que durante as conflitantes discussões para a possível construção de um documento capaz de expressar o pensamento social da Igreja Presbiteriana do Brasil, em 1962, o termo *Credo Social* foi bastante debatido, uma vez que, segundo ele, de seu uso emanavam grandes dificuldades, pois outro documento de conteúdo semelhante – elaborado pela Igreja Metodista no Brasil e que circulava desde 1960 – havia também sido nomeado de *Credo Social*¹²⁵.

Somos levados a pensar, portanto, nesses embates em torno do termo *Credo* a partir de outra lógica. O Supremo Concílio, ao se reunir em 1962, elaborou várias resoluções, cumprindo assim sua função institucional, fazendo valer sua competência. Mas, a formulação de um *Credo*, contendo este uma dimensão social, produziu várias implicações, isso porque o termo remetia a uma crença, uma espécie de profissão de fé,

¹²² CREDO Social. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 05, mar. 1962.

¹²³ Entendemos o termo ressonância a partir do significado trabalhado por Gilles Deleuze, para o qual a Ciência e a Filosofia seriam linhas melódicas distintas, mas devido a razões intrínsecas são capazes de manter relações de trocas. DELEUZE, Gilles. *Conversações – 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. Ver também MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras: ou uma história a contrapelo. *Revista Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 01, p. 37-62, 2006.

¹²⁴ CREDO Social. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 05, mar. 1962.

¹²⁵ João Dias de Araújo foi entrevistado em sua residência, na cidade de Feira de Santana, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela. Durante a década de 1970, atuou como pastor no estado da Bahia e participou ativamente da formação da Igreja Presbiteriana Unida.

o que poderia fazer da questão social – como desejado por setores da Igreja – algo definido de maneira inquestionável, tornando-se parte do ofício religioso da Igreja. As questões sociais deixariam de ser observadas no âmbito da assistência social, doutrinariamente bastante aceito pela Igreja desde sua implantação em meados do século XIX, para se tornarem práticas de fé, ou seja, uma determinação divina.

Em sua rememoração, João Dias esclareceu que naquele conclave religioso uma enorme pressão foi exercida por forte segmento da Igreja Presbiteriana do Brasil – formado, sobretudo, por pastores mais jovens – a favor de uma posição social por parte da Igreja. Para Dias, essa destacada atuação do referido segmento viabilizou a elaboração de um documento que ficou conhecido como *Pronunciamento Social da Igreja*. A pressão exercida por este grupo mais jovem de pastores e líderes religiosos também é rememorada por religiosos como o pastor Josué Mello¹²⁶, que naquele momento era aluno de Teologia no Seminário Presbiteriano do Centenário, na cidade de Presidente Soares/MG¹²⁷, e integrava o Presbitério de Salvador. Essas rememorações são aproximações miméticas que se apresentam como experiências individuais, mas que figuraram também nas memórias de outros personagens, constituindo-se como registro de uma memória coletiva; ou seja, se trata de um processo de negociação capaz de conciliar inúmeros pontos de contato, formando uma espécie de base comum de lembranças. A memória que projetamos sobre algo é um processo carregado de marcas individuais, e diz respeito à maneira como determinado acontecimento foi internalizado; ao mesmo tempo, a memória é coletiva, pois nos lembramos daquilo que ocorreu na sociedade, em sintonia com outros acontecimentos e personagens. A memória é uma construção social¹²⁸.

Estes dois entrevistados, o pastor João Dias e o pastor Josué Mello, apresentaram outros pontos de contatos e/ou processos de negociação das memórias para explicarem como foi possível a elaboração e aprovação do *Pronunciamento Social*, pela instância maior de poder da IPB, o Supremo Concílio. Afirmaram também que os

¹²⁶ Josué Mello foi entrevistado nas dependências da Faculdade Dois de Julho, onde à época era Reitor, na cidade de Salvador, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

¹²⁷ De acordo com o próprio Josué Mello, o Seminário do Centenário foi criado em 1958 como parte das comemorações do centenário da Igreja Presbiteriana do Brasil.

¹²⁸ Esta relação entre as memórias individual e coletiva foi problematizada por HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2004. Sobre este processo de negociação ver também POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

representantes da Igreja, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, foram provocados por um documento encaminhado pelo Presbitério de Salvador sobre o papel da Igreja em uma época de eminente revolução social. Essa memória coletiva encontrou paralelo na matéria do jornal *Brasil Presbiteriano*, supramencionada. Em março de 1962, alguns meses antes desse encontro, João Dias chamou a atenção em matéria publicada no jornal para um documento que havia sido enviado pelo Presbitério de Salvador aos membros do Supremo Concílio, sugerindo a este que fosse formulado um *Credo Social* para a Igreja¹²⁹.

Diante das precárias condições organizacionais em que encontramos o Arquivo Histórico Presbiteriano¹³⁰, não foi possível localizar o referido documento enviado pelo Presbitério de Salvador ao Supremo Concílio e também não fomos capazes de avaliar com precisão a porcentagem dos representantes jovens naquela reunião de 1962. A historiadora Elizete Silva constatou que não há “muitos elementos para afirmar que houve um conflito de gerações, mas temos certeza de que um choque de perspectiva e visão de mundo aconteceu naquele momento no protestantismo brasileiro”¹³¹.

É razoável pensarmos em um número considerável de pastores e líderes jovens reunidos no Rio de Janeiro, mas o que devemos considerar são as condições, ou seja, as forças favoráveis para que efetivamente fosse construído um documento que contemplasse as questões sociais que vinham sendo debatidas amplamente na sociedade em outras igrejas. Em setembro de 1962, era apresentado um documento doutrinário¹³² que expunha, aparentemente em termos consensuais, qual deveria ser a posição da Igreja diante dos problemas políticos e sociais enfrentados pelo Brasil naquele momento. Tratava-se da resolução de nº 62/200 do Supremo Concílio, intitulada *Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil*:

O Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil:
[...]

¹²⁹ CREDO Social. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 05, p. 05, mar. de 1962.

¹³⁰ O Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo é atualmente coordenado pelos pastores Enos Moura e Eliezer Bernardes da Silva.

¹³¹ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010. p. 68.

¹³² A Igreja, ao produzir este documento, fez a partir de concepção doutrinária capaz de relacionar aspectos políticos e sociais aceitos naquele momento por significativos setores da Igreja. Em outras palavras, os aspectos doutrinários, políticos e sociais se misturam e se confundem, estão intimamente imbricados.

À Igreja Presbiteriana do Brasil compete, portanto:

1. Dar, pelo púlpito e por todos os meios de doutrinação, expressão do Evangelho total meio de redenção do indivíduo e da ordem social.
2. Incentivar seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunhas de Cristo, nos Sindicatos, nos Partidos Políticos, nos Diretórios Acadêmicos, nas Fábricas, nas Cátedras, nas Eleições e nos Corpos Administrativos, Legislativos e Judiciários do país.
3. Clamar contra a injustiça, a opressão e a corrupção, e tomar a iniciativa de esforços para aliviar os sofrimentos dos infelicitados, por uma ordem social iníqua; colaborando também, com aqueles que, movidos por espírito de temor a Deus e respeito à dignidade do homem, busquem esses mesmos fins como aceitando sua colaboração.
4. Opor, por uma pregação viva e poderosa, relevante e atual, uma barreira inexpugnável contra as forças dissolventes do materialismo e do secularismo.
5. Lutar pela preservação e integridade da família e pela integração de grupos marginalizados, pela ignorância e analfabetismo, pelos vícios, pelas doenças e pela opressão na plena comunhão do corpo social.
[...]
8. Fazer a proclamação profética incessante dos princípios éticos e sociais do evangelho de modo que sejam denunciados todos os erros dos poderes públicos, sejam de imissão ou comissão, que resultem em ameaças ou obstáculos à paz social ou tendam a destruição da nossa estrutura democrática.
9. Defender a necessidade de mais equitativa distribuição das riquezas, inclusive da propriedade da terra, e advertir, em nome da justiça de Deus e da fraternidade cristã, aqueles cujo enriquecimento seja fruto da exploração do próximo.
10. Tornar o Estado consciente de todos os seus deveres, transmitindo-lhe corajosamente a palavra profética, especialmente nas horas de crise, prestigiando sua ação no estabelecimento da justiça social e oferecendo-lhe colaboração para solução cristã de todos os problemas da comunidade¹³³.

Para o professor Silas Luiz de Souza, o “Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil permitiu aos que propugnavam por uma participação mais ampla na vida social e política do país ter respaldo sistematizado teologicamente”¹³⁴. Ao mesmo tempo, ao ser organizado por meio de uma resolução, proporcionou uma maior coerência, pois uma série de discussões envolvendo a temática social até aquele momento estava unificada em um único documento. Isso também facilitou uma maior

¹³³ PRONUNCIAMENTO Social da Igreja Presbiteriana do Brasil. *Jornal Brasil Presbiteriano*, set. 1962. *Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970)*. Casa da Editora Presbiteriana, p. 107-109.

¹³⁴ SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. p. 155.

circulação desses itens no meio presbiteriano, sendo publicado pela imprensa oficial da Igreja e, muito provavelmente, também sendo anunciado nos púlpitos das igrejas, local que segundo o teólogo e historiador Lyndon Santos é de “transmissão de conhecimento e conformação de posturas”¹³⁵.

Somos levados a pensar nos confrontos ocorridos durante a sistematização deste *Pronunciamento Social*, pois a instituição relaciona aspectos políticos e sociais extremamente polêmicos com o início da década de 1960, como distribuição de terra, distribuição de riqueza, sindicatos, partidos políticos, cidadania responsável, corrupção, exploração dos trabalhadores, analfabetismo, grupos marginalizados, opressão, justiça social, paz social, entre outros pontos conflitantes. Aspectos que tangenciavam com os embates provocados pelo conjunto de reformas anunciadas pelo Presidente João Goulart¹³⁶.

No início da década de 1960, as discussões em torno dessas questões sociais não aconteciam por acaso na IPB, mas apresentavam historicidade bastante complexa e dinâmica, se considerarmos o impacto provocado pelas pressões em relação às chamadas reformas de base, associadas ao medo do comunismo. Em outras palavras, havia uma tensão que permeava os diversos grupos sociais no período que antecedeu o Golpe civil-militar de 1964, como problematizou o historiador Rodrigo Patto no livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, ao analisar a dinâmica do anticomunismo no Brasil que projetava as reformas estruturais como ações envoltas numa aura comunista¹³⁷.

¹³⁵ SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 161. Aline Coutrot chamou-nos a atenção para o poder produzido por estes espaços de rituais sagrados ao afirmar que “devemos nos interrogar sobre o efeito produzido pelos ritos, o cerimonial, o cenário [...]”. COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 336. Sobre a produção destes espaços ver também SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. p. 223.

¹³⁶ Sobre as reformas de base, ver o discurso de treze de março proferido pelo Presidente João Goulart no Comício realizado na Central do Brasil e publicado pelo *Jornal do Brasil* em 14 de março de 1964. Também foi publicado no livro FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline (Orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 37-45.

¹³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. Ver também MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 09-24.

Em relação ao Nordeste, alguns historiadores o têm descrito como parte do Brasil de acentuada efervescência política e social. Um exemplo significativo é o livro *Medo, comunismo e revolução*, em que o historiador Pablo Porfírio analisou vários discursos que representavam o Nordeste como problema nacional de extrema gravidade, e que a pobreza e a organização dos trabalhadores rurais pelas Ligas Camponesas potencializavam um estado de tensão e medo na região. Aspecto este bastante “recorrente nos debates parlamentares e nos editoriais da imprensa de diversas regiões do país no final de 1959”¹³⁸.

Como outras instituições sociais, a Igreja Presbiteriana do Brasil não estava imune às angústias, aos medos, às perguntas e às incertezas que permeavam a sociedade no Brasil, na década de 1960. Aline Coutrot elaborou pertinente questão para pensarmos a relação das instituições religiosas com a sociedade. Ela afirma que religião e política são de ordens completamente distintas, o que não significa a inexistência de mediações; esclarecendo: o “fundamento de todas essas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política”¹³⁹. Nessa perspectiva, a IPB destacou-se como um corpo social, e como tal estabeleceu mediações com a sociedade em seu tempo. Ela, a igreja, é dotada de interesses e sensibilidades capazes de interagir com as questões que preocupavam a sociedade na década de 1960, como apresentou o *Pronunciamento Social*. Foi neste momento que se intensificou na instituição um discurso interessado nas reformas sociais, criticando o cenário de pobreza e miséria que atingia a maior parte da população do país, sobretudo no Nordeste.

2.2 Conflitos na América Latina: a igreja e as reformas sociais

Essas preocupações presentes no *Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil* em torno de reformas na estrutura do país, capaz de integrar grupos marginalizados, reduzindo a pobreza e a miséria, extrapolavam as fronteiras

¹³⁸ O professor e pesquisador Pablo Porfírio analisou recentemente a produção dessa tensão no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, onde os enfrentamentos entre latifundiários e camponeses foram bastante comuns. PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução*: Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 39. Ver também, VICENTE, Erinaldo Cavalcanti, *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns – 1958-1964]*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

¹³⁹ COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 334.

nacionais. A realidade social do Brasil também circulou e foi moldada pelos interesses da imprensa internacional, sobretudo dos Estados Unidos naquele momento. Em 1962, Jaime Wright, pastor da Igreja Presbiteriana dos EUA que trabalhava no Brasil como missionário¹⁴⁰ apresentou-nos um entendimento sobre esta problemática em uma tradução de um artigo que havia circulado nos EUA em dezembro de 1961, publicada pelo jornal *Brasil Presbiteriano*, com o título *Expectativas na América Latina*¹⁴¹.

O artigo descreve a crise social e política em que se encontravam inúmeros países da América do Sul. Apresenta um painel acerca da situação da saúde, da educação, da industrialização, do urbanismo, da explosão demográfica, da inflação, do nacionalismo, do comunismo, da religião e da pobreza. Em face deste quadro, advertia para a existência de crescente expectativa no sentido de resolver um angustiante estado de tensão política, pois que a “*revolução na América Latina é tão inevitável como a maré do mar*”.

O referido artigo, publicado nos meses de agosto e setembro, revela significativa preocupação com a situação revolucionária que vivenciava o Brasil e, sobretudo, o Nordeste¹⁴². Este cenário de crise foi reforçado com as descrições de um especialista sobre a região.

O economista Celso Furtado, chefe da SUDENE, em recente programa na TV América descreveu o problema de saúde no Brasil, especialmente no Nordeste: “Os camponeses ganham 70 cruzeiros por dia. Um quilo de carne-seca custa duzentos cruzeiros. Os jovens começam a trabalhar aos onze anos e geralmente não vive mais de 30 anos. Trabalham nas plantações, prisioneiros de um círculo vicioso. Não trabalham muito porque não têm energia. Não têm energia porque

¹⁴⁰ Jaime Wright trabalhou no Brasil como missionário norte-americano da Missão Presbiteriana do Brasil Central. Essa Missão estava institucionalmente ligada à Igreja Presbiteriana dos EUA, mas mantinha vínculos institucionais importantes com a IPB.

¹⁴¹ É importante ressaltar que não foi informado pelo tradutor nem pelo jornal *Brasil Presbiteriano* o local onde originalmente este artigo haja sido publicado nos EUA: levando em consideração a presença da temática Missão, é bastante provável que haja sido em algum órgão de imprensa ligado a setores protestantes preocupados em intensificar sua presença na América Latina. É importante salientar ainda que era bastante comum no jornal da Igreja a publicação de artigos e editoriais provenientes, principalmente, dos Estados Unidos. E Jaime Wright, como missionário, mantinha considerável acesso ao jornal.

¹⁴² O termo *revolucionário* e/ou *revolução* era bastante comum na documentação analisada; e foi utilizado por este segmento da Igreja para descrever um ambiente de tensão social no Nordeste e no Brasil neste momento. Geralmente foi usado a partir de duas perspectivas: no sentido do que seria uma revolução marxista, a ser combatida por todos indistintamente; e noutro em que revolução deveria ser realizada dentro de princípios cristãos e éticos, e neste caso a Igreja poderia mesmo promover tal revolução.

não come o suficiente. Não comem o suficiente porque não têm dinheiro”¹⁴³ (sic).

Em outro momento, o artigo fez um alerta à Igreja Protestante dos Estados Unidos para a necessidade de maior envolvimento em relação à Igreja na América Latina como um todo. Pois,

[...] somos chamados para sermos companheiro das novas Igrejas na América Latina que estão se esforçando para aceitar o desafio dos tempos. Já passou a época em que as igrejas americanas podiam relegar a América Latina para um plano secundário. Nestes dias revolucionários seria um erro perigoso ignorar a América Latina¹⁴⁴.

Apresentando um tom imperialista e combativo, o artigo procura alertar a Igreja Protestante dos Estados Unidos perante o perigo que seria ignorar completamente as Igrejas irmãs ao Sul do continente americano; sobretudo, num momento considerado bastante revolucionário. Neste caso, as igrejas protestantes estadunidenses deveriam aumentar consideravelmente seus investimentos financeiros em missões na América Latina¹⁴⁵. Iniciativa que segundo o historiador Antonio Torres Montenegro, vinha sendo realizada pela Igreja Católica Romana “que já reconheceu a seriedade da situação. [...] Com 2.500 missionários católicos naquela região, isso significa que 1/3 de toda a força missionária da Igreja Católica Romana está concentrada na América Latina”¹⁴⁶. De maneira muito particular, defendeu Jaime Wright que uma das soluções para os

¹⁴³ EXPECTATIVAS na América Latina. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 02, ago-set. 1962.

¹⁴⁴ EXPECTATIVAS na América Latina. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 02, ago-set. 1962.

¹⁴⁵ A presença de missionários norte-americanos no Brasil é um tema que necessita de maiores pesquisas. Mas, analisando algumas atas das várias Missões Presbiterianas que eram financiadas pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, percebemos considerável aumento do número de missionários em nosso país nas décadas de 1960 e 1970. Em grande quantidade, esses livros de atas poderão ser localizados no Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. A presença de missionários protestantes norte-americanos na América Latina e no mundo parece está muito associada à percepção cultural de um povo escolhido por Deus para civilizar e salvar a humanidade. Em artigo instigante intitulado “Representações políticas do território latino-americano na revista *Seleções*”, Mary A. Junqueira afirmou que “ainda hoje, a ideia de povo eleito é recuperada frequentemente e tornou-se essencial para entender o imaginário norte-americano”. Para a autora, a revista *Seleções*, versão brasileira da revista norte-americana *Reader's Digest*, ajudou a divulgar esse imaginário cultural sobre a América Latina. De acordo ainda com a autora, esta “revista foi lançada nos EUA em 1922 e um sucesso absoluto de público naquele país. No Brasil, *Seleções* entrou em 1942 – em plena Segunda Guerra Mundial – pedido de Nelson Rockefeller ao Departamento de Estado norte-americano”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 323-342, 2001.

¹⁴⁶ No que se refere à presença de padres estrangeiros na América Latina e no Brasil, Antonio Torres Montenegro afirmou que no final da década de 1950 a Igreja Católica intensifica uma política de envio de padres provenientes de países onde existiam em maior número para o continente americano. MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

problemas que enfrentava a América Latina estaria no envio de missionários norte-americanos para fazer frente a presença de padres católicos romanos que se ampliava no final da década de 1950 na região¹⁴⁷. Dessa maneira, os missionários acreditavam cumprir sua missão cristã, como catequizar e civilizar as frágeis nações e assim salvar a região de possível revolução comunista, a exemplo de Cuba, e da ignorância que representava o catolicismo, perspectivas estas bastante aceitas nos Estados Unidos naquele momento, como analisou Alfredo da Mota Menezes em seu livro *Ingênuos, pobres e católicos*¹⁴⁸.

Ao mesmo tempo, no artigo traduzido por Jaime Wright, foram produzidas severas críticas ao desconhecimento da imprensa norte-americana em relação à América Latina, para a qual “não existem peritos, mas somente variados graus de ignorância [...]”. Dos 4% do noticiário internacional muito pouco se refere aos 24 vizinhos ao sul¹⁴⁹. É afirmado, também, que a imprensa – e uma exceção seria o jornal *The New York Times* – assim como a política externa norte-americana têm existido para a América Latina apenas em momentos de crises.

Também afirma existir enorme ausência de informações entre aqueles que eram considerados peritos de assuntos latino-americanos do Departamento de Estado. Esta falta de conhecimento teria ocorrido de maneira significativa em 5 de março de 1958, quando:

[...] o Secretário para Assuntos Inter-Americanos, Sr. Roy R. Robotton, declarou o seguinte, quando indagado pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado se ele achava que havia descontentamento geral na América Latina com a política externa dos Estados Unidos: “Não, Excia., eu creio que não”. Dois meses depois o mesmo Secretário foi testemunha presente das infelizes experiências do Sr. Nixon (Vice Presidente dos Estados Unidos) na América Latina. Mesmo assim, o atual interesse crescente sobre a América Latina deve muito a Sr. Richard Nixon, cuja viagem de 1958 serviu para chamar a atenção do mundo aos problemas ali reinante. O povo americano foi

¹⁴⁷ Sobre a política da Igreja Católica Romana para a América Latina, “a Encíclica *Fidei Donum*, lançada por Pio XII e depois reafirmada e ampliada por João XXIII, é reveladora de uma política mundial dessa instituição contra o comunismo, o espiritismo e o protestantismo. Padres europeus, americanos do norte e canadenses são convocados para atuar inicialmente na África e em seguida na América Latina, onde há, segundo a Igreja, carência de vocações sacerdotais”. MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 16-17.

¹⁴⁸ MENEZES, Alfredo da Mota. *Ingênuos, pobres e católicos: a relação do EUA com a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2010.

¹⁴⁹ EXPECTATIVAS na América Latina. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 02, ago-set. 1962.

despertado à realização que o descontentamento crescente na América Latina ameaçava a própria segurança dos Estados Unidos¹⁵⁰.

Estas “infelizes experiências” tratam-se do episódio de apedrejamento envolvendo o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e sua comitiva, na Venezuela, quando realizavam várias visitas a países da América Latina, em 1958, o que provocou maior interesse do Departamento de Estado pelos problemas da região.

O historiador Alfredo da Mota Menezes analisou que a partir deste momento:

[...] o governo dos EUA percebeu que havia algo no ar, o país não era mais bem-vindo como antes. Começa uma pequena mudança de ponto de vista no governo dali. Continuará a combater o comunismo por qualquer meio que fosse [...] mas seria preciso fazer alguma coisa para modificar a situação dos pobres [...]. O caso cubano mostrava que algo diferente estava acontecendo, os EUA deveriam usar outros meios para acalmar a região. Já em março de 1961, antes mesmo do fiasco da invasão contra Cuba, o governo lançou a ideia da Aliança Para o Progresso¹⁵¹.

Joseph Page, ainda na década de 1960, enfatizou o que acreditava ser os projetos do Presidente John Kennedy em relação à América Latina e, sobretudo, em relação ao Nordeste do Brasil¹⁵². Projetos que o teriam levado a organizar a *Aliança para o Progresso*, propagada no início da sua administração como enorme esforço de cooperação econômica e técnica no sentido de oferecer soluções ao atraso, a miséria e, sobretudo a ameaça do comunismo. Esforço que levaria Kennedy a destacar o Nordeste do Brasil como região a ser priorizada pelos investimentos financeiros patrocinados pela Aliança para o Progresso; investimentos e projetos que eram gerenciados pela Agência Internacional de Desenvolvimento (USAID), que montou uma das suas sedes na cidade do Recife.

Como parte deste projeto, Kennedy passou a incentivar também à vinda de jovens voluntários norte-americanos para a região, conhecidos como *Corpos da Paz*. A

¹⁵⁰ EXPECTATIVAS na América Latina. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 02, ago-set. 1962.

¹⁵¹ MENEZES, Alfredo da Mota. *Ingênuos, pobres e católicos: a relação do EUA com a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2010. p. 116 e 129. Ver também, FREIXO, Alexandre de; MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline (Orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 08.

¹⁵² PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

este respeito, a historiadora Cecília Azevedo – que estudou os *Corpos da Paz* no Brasil, entre 1961 a 1981 - analisa como o governo do Presidente John Kennedy mobilizou aspectos do imaginário político norte-americano para arregimentar e justificar o envio de jovens voluntários para várias partes do mundo. Um dos principais objetivos era que esses jovens atuassem em áreas consideradas estratégias como Educação e Saúde o que seria capaz de conter o perigo revolucionário que se agigantava na América Latina¹⁵³. Para a historiadora, os *Corpos da Paz* era visto por políticos, intelectuais e pastores norte-americanos como o equivalente laico das missões religiosas, ou seja, o trabalho desenvolvido pelos voluntários era associado à atividade dos missionários. Assim, mesmo não sendo permitido o proselitismo religioso, a ideia do amor cristão e do serviço ao próximo eram algo recorrente e vinculado à atividade daquela organização governamental. Essa associação, portanto, não ocorria por acaso. Segundo Cecília Azevedo,

[...] os pastores se transformaram em porta-vozes da civilização anglo-saxã, além disso, também são inúmeras as organizações vinculadas a diferentes denominações religiosas voltadas para o missionarismo internacional, associado a atividades de assistência técnica e material¹⁵⁴.

Seguindo este entendimento, podemos afirmar que possuindo funções e modo de agir distintos, tanto os missionários como os voluntários dos *Corpos da Paz* incorporavam o ideal de uma missão a cumprir perante o mundo. Missão que muitas vezes se confundia, implicava-se, em grande medida, reforçada pelo aspecto religioso e assistencialista que permeava tais organizações.

Segundo Page, o interesse do Presidente Kennedy pelo Nordeste:

[...] era resultado direto da enorme influência do jornal The New York Times. Em 31 de outubro de 1960, os leitores do Times ficaram espantados ao descobrir que ‘o surgimento de uma situação revolucionária é cada vez mais nítido por toda a vastidão do Nordeste

¹⁵³ “Voluntários norte-americanos que vieram para este país com uma missão assistencialista: deveriam atuar, de forma comunitária, nos campos da educação, saúde e desenvolvimento agrícola com o objetivo de promover o progresso nos moldes estabelecidos pela política externa norte-americana denominada Aliança para o Progresso. Esta política, formulada no contexto da Guerra Fria pelo governo Kennedy, orientou-se pela preocupação de impedir o avanço do comunismo na América Latina [...]”. AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007. p. 11.

¹⁵⁴ AZEVEDO, Cecília. op. cit., p. 91.

brasileiro, golpeado pela pobreza e afligido pela seca'. A advertência tinha soado num artigo de primeira página pelo ativo correspondente latino-americano, Ted Szulc¹⁵⁵.

Sem desconsiderar a força que a matéria do *The New York Times* pudesse provocar em setores da sociedade e no Presidente dos Estados Unidos, é provável que a Casa Branca tivesse acesso e gerenciasse os relatórios produzidos pelo serviço de inteligência da CIA, dando-se conta da situação de extrema pobreza e do perigo de que uma revolução comunista pudesse ocorrer não só no Nordeste, mas em vários países da América Latina, nos moldes da revolução cubana. A imagem da revolução cubana que deveria ser combatida a todo custo era apresentada constantemente em inúmeros jornais e revistas.

Um exemplo significativo de propaganda anticomunista foi a revista *Seleções*. É importante mencionar que no Brasil, sobretudo no meio protestante, era lida amplamente. Em conversa com a Sra. Juvanete Vilela, presbiteriana, de 70 anos, residente na cidade de Águas Belas/PE, ela atualizou sua memória afirmando que havia enorme interesse pela leitura da citada revista entre os presbiterianos; esclarecendo que hoje entende se tratar de literatura bastante conservadora, mas que por muito tempo foi sua principal fonte de informação¹⁵⁶.

Assim, para os EUA, diante da propaganda ameaça comunista, era preciso interferir na Região Nordeste, pois estavam imbuídos da concepção de país responsável pelas nações irmãs. É razoável pensar que tanto o governo, a imprensa e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos estivessem preocupados em ampliar sua presença, seus conhecimentos e investimentos aos países ao Sul do continente. Estas ações apresentadas eram vistas como capazes de contribuir para a redução dos riscos, entendidos como danosos, em relação a um possível evento revolucionário.

De maneira bastante conflituosa, setores da Igreja Presbiteriana do Brasil interagiam com toda esta inquietação no início da década de 1960 e em sintonia com outros segmentos evangélicos, defendiam reformas sociais profundas na estrutura do país. A partir de meados da década de 1950, significativos grupos de evangélicos

¹⁵⁵ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972. p. 28.

¹⁵⁶ Juvanete Vilela foi entrevistada em sua residência na cidade de Águas Belas, Pernambuco, em janeiro de 2012, pelo pesquisador Márcio Vilela.

brasileiros passaram a organizar importantes discussões e conferências para refletir acerca da realidade brasileira. Uma dessas conferências na qual participaram expressivos setores da Igreja Presbiteriana do Brasil e, muito provavelmente, o próprio Jaime Wright – tendo em vista seu crescente interesse e identificação com os problemas sociais do país¹⁵⁷ – foi a chamada *Conferência do Nordeste: Cristo e processo revolucionário brasileiro*, realizada em julho de 1962, na cidade do Recife, um mês antes da publicação do artigo *Expectativas na América Latina*, traduzido por Jaime Wright, este foi o IV encontro organizado pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja.

Este encontro contou com segmentos evangélicos ecumênicos (presbiterianos, metodistas, congregacionais, entre outros) – a participação dos católicos romanos ocorria quando convidados, a exemplo dos representantes da *Juventude Universitária Católica/JUC* – mas que sempre manteve uma forte presença de presbiterianos. Grupo que se estruturou ainda na década de 1950, tendo como objetivo organizar estudos e conferências para debater e propor soluções conjuntas para as questões sociais e o papel das igrejas na sociedade¹⁵⁸.

Com presença considerada significativa pela organização e pela imprensa secular, o encontro contou com 167 delegados de 17 estados, representando 14 correntes protestantes, e delegados de 5 igrejas dos Estados Unidos, México e Uruguai¹⁵⁹. Além destes representantes protestantes do Brasil e de países do continente americano, outras organizações políticas e grupos religiosos não protestantes também se fizeram presente e fizeram referências ao evento. Nessa direção apontou Elizete Silva, para quem a *Conferência do Nordeste* teria “repercutido entre os católicos, em meio a setores

¹⁵⁷ Sua oposição ao Regime militar ocasionou-lhe algumas dificuldades com os militares e, sobretudo, em sua relação com a cúpula da IPB. Ainda nos anos 80, organizou, junto com o Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Ayres, o livro *Brasil: tortura nunca mais*.

¹⁵⁸ Um dos poucos livros que analisou especificamente a Conferência do Nordeste foi lançado recentemente pelo cientista político Joanildo Burity. Trata-se de trabalho escrito nos anos de 1980, como dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Políticas da UFPE. BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

¹⁵⁹ *Crônica da Conferência do Nordeste: Cristo e o processo revolucionário brasileiro*, promovido pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja, do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, Recife, 22-29 de julho de 1962, p. 31-32.

significativos como a JUC, que teve representação oficial”¹⁶⁰, que o jornal católico *Brasil Urgente* tinha publicado algumas páginas tecendo comentários sobre a Conferência do Nordeste e sua relevância entre os protestantes¹⁶¹.

Meses antes do encontro, a imprensa de Pernambuco já anunciava com certo destaque que o mesmo ocorreria nas dependências do Colégio Agnes Erskine. No dia 22 de Julho, dia da abertura da Conferência, o *Jornal do Commercio* publicou a seguinte matéria:

Com a finalidade de promover estudo e promover linhas de ação para os evangélicos, em face da conturbada situação brasileira, a Confederação Evangélica do Brasil, através do seu Setor de Responsabilidade Social da Igreja, está promovendo reunião de caráter nacional no Recife. Líderes evangélicos de todas as Igrejas, pastores, teólogos, professores, sociólogos, estudantes, operários, através de prelações, grupos de trabalho e debates, procurarão, durante a semana de 22 a 29 do corrente, invocar a intercessão divina para a hora presente¹⁶².

A escolha pelo Nordeste mantinha suas implicações naquele momento. Era a primeira Conferência realizada fora do eixo Sul-Sudeste. O Pastor metodista Almir dos Santos, presidente do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, explicou o que teria provocado a escolha pelo Nordeste em um tópico intitulado *De como se interpretaria a Conferência do Nordeste*, que compõe a *Crônica da Conferência*, um diário elaborado e publicado por Waldo Cesar, na época Secretário-Executivo do Setor. Para Almir, esta região era o centro das preocupações da política nacional e internacional, pois “o

¹⁶⁰ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.); IVO, Alex de Souza... et al. *Ditadura militar na Bahia: novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. Vol. 01. p. 49.

¹⁶¹ O semanário *Brasil, Urgente* representava um pensamento político e social de uma esquerda católica romana, tendo contribuído para a divulgação da perspectiva social de João XXIII (1958-1963), presente em suas encíclicas sociais *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). O semanário surgiu em abril de 1963 e contava com nomes importantes, sobretudo de religiosos e intelectuais católicos, como o Frei Carlos Josaphat e Alceu Amoroso Lima. Em formato de tabloide os 55 números do jornal *Brasil, Urgente* circularam nacionalmente até abril de 1964, momento em que teve suas atividades encerradas pelos militares. Com tiragem de 60.000 exemplares já em 1963, e contando com uma média de 20 páginas, tratava de assuntos diversos como: política brasileira, cultura, economia, política exterior e humor. SILVA, Wellington Teodoro da. *O jornal Brasil, Urgente: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Ver também, COSTA, Lucas Aparecido. Por um cristianismo social: a proposta dos cristãos – o semanário *Brasil, Urgente* (1963-1964). *Revista Estudos Históricos*, v. 25, n. 49, p. 190-208, jan-jul. 2012.

¹⁶² CONFEDERAÇÃO Evangélica do Brasil Inicia Hoje Conferência do Nordeste. *Jornal do Commercio*, Recife, 22 jul. 1962.

próprio presidente Kennedy enviou o seu irmão para estudar os problemas daquela região [...] O Nordeste apresentava o ponto mais crítico da crise brasileira”; e reforça ainda aquela escolha afirmando que o Nordeste tem sido chamado de “a Cuba brasileira ou estopim da revolução”¹⁶³.

Ora, setores da Igreja Presbiteriana do Brasil, assim como outras instituições evangélicas no início da década de 1960, acompanhavam um movimento de dimensões nacionais que também defendia reformas sociais. Isso poderá ser mais bem estudado a partir dos Anais da Conferência, onde foi publicada uma série de estudos propondo significativas reformas na estrutura social do Brasil. Os Anais registram o trabalho realizado pelos vários grupos de estudos (urbano, industrial, rural, educacional, estudantil e de arte e comunicação) responsáveis por refletir e apresentar respostas às seguintes indagações apresentadas pela organização da Conferência:

Será a presente estrutura da Igreja adequada à sociedade urbana? Como se aplicariam, de forma concreta, os fundamentos bíblicos de trabalho, na situação industrial brasileira? Em que base se estabelecerão melhores condições de vida para a população rural brasileira? Como deve a educação participar do processo revolucionário brasileiro? Qual o sentido e os meios de testemunho cristão na sociedade brasileira em transformação? Sob que forma serve a arte de meio de comunicação do evangelho à sociedade contemporânea?¹⁶⁴

É importante ressaltar que as respostas projetadas para as perguntas acima estavam em estreita relação com o debate nacional em torno das reformas de base anunciadas e defendidas durante o governo do Presidente João Goulart. Ou seja, este segmento evangélico presente na Conferência do Nordeste também defendia um processo revolucionário reformista para o Brasil¹⁶⁵. Aspecto problematizado nas recomendações do grupo responsável por pensar a situação industrial do Brasil, para o qual os cristãos deveriam:

¹⁶³ *Crônica da Conferência do Nordeste: Cristo e o processo revolucionário brasileiro*, promovido pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, Recife, 22-29 de julho de 1962, p. 24-25.

¹⁶⁴ CRISTO E PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, IV, 1962, Recife. *Anais da Conferência do Nordeste*. Promovido pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Loqui LTDA, 1962, p. 151, 155, 163, 169, 175 e 181.

¹⁶⁵ É importante ressaltar mais uma vez que o termo revolucionário/revolução é constantemente utilizado na documentação numa perspectiva reformista, desvinculado de dimensões comunistas.

[...] participar intensa e conscientemente em todas as campanhas eleitorais, visando a formar no Congresso maioria parlamentar eminentemente patriótica. Parlamento sem compromisso com o latifúndio nacional ou com os grupos econômicos internacionais, porém, comprometidos com a aprovação urgente de reformas estruturais, chamadas reformas de base¹⁶⁶.

Em 2005, em entrevista à revista eletrônica *Novos Diálogos*, o presbiteriano Waldo Cesar, reforçou a perspectiva de que a IV Conferência mantinha intensa preocupação em discutir as reformas de base. Esclareceu que “já na era João Goulart, havia uma efervescência nacionalista, as reformas de base, aquela coisa pegando fogo. O Francisco Julião fazendo uma onda medonha, os estudantes[...]”. Quando questionado acerca de haver ou não alguma ligação entre o tema revolução e as Ligas Camponesas e a Reforma Agrária, Cesar afirmou que sim, que tudo havia sido discutido na Conferência dentro de uma perspectiva social, com a ajuda de, entre outros, especialistas como Celso Furtado, Paul Singer, Gilberto Freyre. A memória de Waldo Cesar reforçou o discurso reformista que teria sobressaído durante a Conferência do Nordeste.

É possível que neste período alguns pastores e líderes evangélicos mantivessem relações com Francisco Julião e as Ligas Camponesas, como foi o caso de João Dias de Araújo. Waldo Cesar afirmou também que neste período da Conferência do Nordeste mantinha contatos cordiais com Francisco Julião, e que, de certa maneira, procurava ajudá-lo na construção de um discurso religioso - bastante utilizado por Julião – que aproximava passagens bíblicas, sobretudo do Velho Testamento, a realidade dos camponeses e a Reforma Agrária.

Eu era da Igreja Presbiteriana da Encruzilhada no Recife e Julião ficou sabendo que eu estava lá como pastor e ele pediu pra eu colaborar porque ele queria no discurso dele pr’o povo, não só do interior como da capital. Ele queria citar importantes pensamentos bíblicos e religiosos cristãos, então ele pediu exatamente pra mim e pra um outro pastor metodista que era da equipe de D. Helder, que nós conseguíssemos uma lista de textos bíblicos que falasse sobre a questão social. Aí lá vai e nós apresentamos os profetas Isaías, Daniel, Miquéias, Amós e Jeremias e Julião soltava esses nomes como disse o nosso grande profeta Amós, Oséias, falava p’ro público e os militares

¹⁶⁶ CRISTO E PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, IV, 1962, Recife. *Anais da Conferência do Nordeste*. Promovido pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Loqui LTDA, 1962. p. 159.

tomavam nota desses profetas, “vamos prender essa gente que essa gente ta falando coisa muito pesada”, eles não sabiam nem que era gente da Bíblia. Eu acompanhei tudo [...]”¹⁶⁷ (sic).

Vale a pena ressaltar que a defesa por uma Reforma Agrária, além da relação existente entre João Dias e Francisco Julião¹⁶⁸, - aspectos vivenciados muito provavelmente por outros pastores presbiterianos do Nordeste - não nos autoriza afirmar que houvesse uma aceitação a um discurso de radicalidade, proposto naquele momento por Julião, cujo lema era, *Reforma Agrária na lei ou na marra*. O que havia entre a maioria dos participantes da Conferência do Nordeste era o entendimento de que era necessário e urgente a realização de uma Reforma Agrária no Brasil, e, sobretudo no Nordeste, mas que esta ocorresse dentro de uma normalidade, ou seja, que fosse realizada seguindo normas previamente estabelecidas.

O cientista político Joanildo Burity afirmou, na introdução do seu livro *Fé na revolução*, que o fato dos evangélicos se colocarem em um Congresso em 1962 para discutir o tema da revolução é algo inteiramente inusitado:

[...] o que é notável não é que falassem em revolução, mas que eles falassem em revolução. Afinal, lendo-se os jornais, revistas, manifestos e outros documentos da época, o discurso da “revolução” é altamente frequente. Fossem indivíduos, partidos, organizações civis ou militares, de boca em boca, a “revolução” se repetia. Mas que os protestantes, sabidamente ausentes e resistentes a qualquer aproximação das “coisas do mundo”, ou seja, das questões e problemas sociais e políticos, se pusessem lado a lado com os movimentos sociais e políticos do período, isto sim, é digno de surpresa¹⁶⁹.

Argumentou Burity existir uma intensa mobilização de alguns setores evangélicos em problematizar questões acerca da revolução e da configuração política

¹⁶⁷ Entrevista do pastor João Dias de Araújo concedida à historiadora Elizete Silva em 06 de janeiro de 2007. Trecho publicado em SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010. p. 197. Por uma condição de memória, João Dias aproxima a presença de dom Hélder como arcebispo de Olinda e Recife como o momento em que Francisco Julião atuava como líder das Ligas Camponesas.

¹⁶⁸ Em relação ao contato de pastores e membros comuns de igrejas protestantes com Francisco Julião e as Ligas Camponesas, consultar a entrevista concedida na década de 1970 por Julião, quando exilado no México, ao jornal *Pasquim*, intitulada *Um pau-de-arara no exílio: Julião*. Ver também entrevista de Francisco Julião ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

¹⁶⁹ BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011. p. 13.

brasileira. Nesta mesma direção, o historiador Daniel Aarão Reis afirmou que o termo revolução era intensamente operacionalizado por diferentes grupos, “e parecia ter uma capacidade mágica. Despertava consciências, mobilizava vontades. E todos ou a desejavam ou a detestavam. Crentes e ateus, leigos e religiosos, direitistas e esquerdistas, militares e civis, todos falavam dela”. No caso de setores da Igreja Presbiteriana do Brasil, sobretudo os que propugnavam por mudanças sociais, o termo foi constantemente agenciado numa perspectiva reformista.

Como podemos intuir, esse era um momento quando figuravam na agenda política do Brasil discussões em torno de uma possível revolução e de projetos, como as reformas de base. Reformas que a professora e pesquisadora da UNICAMP Argelina Figueiredo analisou detalhadamente, mormente em relação aos partidos políticos. Ela estudou os posicionamentos dos diversos partidos favoráveis ou contrários às reformas de base, as constantes disputas destes por espaços políticos e a crescente crise política que o governo de João Goulart vivenciou até abril de 1964¹⁷⁰. Afirmou Argelina que as reformas de base passaram a ser “exigidas por vários grupos nacionalistas e de esquerda. Entretanto, esses grupos eram muito heterogêneos e tinham visões diferentes quanto aos objetivos e aos meios de atingi-los”¹⁷¹.

A heterogeneidade destes grupos não se encontrava vinculada necessariamente aos partidos políticos. A historiadora Alzira Alves de Abreu problematizou como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) se inseriu nas discussões sobre as reformas de base:

A crise política deflagrada com a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, foi contornada com a posse de João Goulart sob o regime parlamentarista. E foi então que ganhou importância a luta pela “reformas de base” [...]. Nesse novo contexto, teve início uma nova fase para o Iseb. Seus cursos deram maior ênfase ao tema “reforma de base” e os estudos sobre os povos subdesenvolvidos ganharam também grande interesse, tanto no curso regular como nos cursos extraordinários¹⁷².

¹⁷⁰ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

¹⁷¹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op. cit., p. 66.

¹⁷² ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2). p. 429. Para importantes informações sobre o Iseb durante o governo de João Goulart ver, FREIXO, Alexandre de; MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 23-24.

Além dos partidos políticos e do ISEB, as discussões em torno das reformas de base e da reforma agrária eram bem presentes e inquietavam vários setores da sociedade. No acervo documental do então deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), Gustavo Capanema¹⁷³, que integrava uma Comissão Parlamentar formada por 11 deputados para avaliar a emenda constitucional proposta pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para a Reforma Agrária, faziam parte da documentação informações sobre a realização de um dos Congressos Brasileiros para Definição das Reformas de Base que seria realizado em São Paulo e para o qual foi convidado para debater as teses da referida reforma. Este evento tinha como patrocinadores dois conceituados jornais da época: *Correio da Manhã* e *Folha de São Paulo*¹⁷⁴.

Havia uma mobilização da sociedade civil em torno das Reformas de Base, da Reforma Agrária, ou seja, não restrita ao âmbito dos partidos políticos. Muito em voga no período, sobretudo pelo conflituoso debate que provocaram essas temáticas, inserem-se fortemente na composição das posições sociais das Igrejas Protestantes, a exemplo do *Pronunciamento Social da IPB*. Nessa perspectiva, a disputa política vivenciada pelo Brasil em torno dos temas da Reforma de base irão se revelar na matéria do jornal *Brasil Presbiteriano* de setembro de 1963, intitulada *Vida Cristã e Reformas*. A matéria faz menção aos presbiterianos que, como “filhos da reforma do século XVI, não podemos ser antirreformistas hoje. Sem exageros [...] devemos dar a nossa contribuição para uma reforma agrária [...] eleitoral [...] administrativa [...] bancária”¹⁷⁵.

Existia, portanto, no início da década de 1960, uma crescente preocupação de setores do protestantismo com os problemas nacionais; no entanto, aqueles contrários à participação da Igreja neste debate nomearam pejorativamente tais questões de ordem técnica nas quais a Igreja não deveria interferir. Neste sentido, o *Pronunciamento Social* assim como o jornal *Brasil Presbiteriano* apresentavam uma problematização central naquele momento, a saber: qual seria o *real* papel da Igreja no mundo? Que projeto teológico-político a Igreja deveria apresentar para o Brasil?

A resposta elaborada pela Igreja Presbiteriana do Brasil era a de que seus membros deveriam ser incentivados a participar dos sindicatos, partidos políticos e

¹⁷³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

¹⁷⁴ GC L 62.11.12. p. 11. Arquivo Pessoal de Gustavo Capanema. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

¹⁷⁵ VIDA Cristã e Reformas. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 12, set. 1963.

outras organizações, assumindo uma *cidadania responsável*, como definiu o *Pronunciamento Social* de 1962; noutros termos, deveriam se inserir no movimento das reformas sociais e promover uma revolução com bases cristãs.

2.3 A relação com o mundo: conceitos e embates

A partir deste tópico da tese, estaremos preocupados em analisar como foi se arquitetando um discurso com nítida conotação teológica, no início da década de 1960, em torno de duas posições centrais e frequentes na documentação: aquela que apresentava a Igreja como uma instituição que não pertencia ao mundo; e outra onde a Igreja deveria estar intensamente inserida nos problemas atuais da humanidade, ser parte integrante de suas soluções.

A Igreja Presbiteriana do Brasil, que neste momento figurava como um dos maiores segmentos do protestantismo nacional, não escapou de vivenciar de maneira bastante intensa esta dicotomia¹⁷⁶. Em outros termos, eram escolhas e caminhos possíveis que refletem a disputa de poder no interior da Igreja.

Mais uma vez o jornal *Brasil Presbiteriano* foi um dos espaços privilegiados para encenar este conflito. Um discurso usado por seu editor, Domício Pereira Matos, até março de 1964, era o de que o jornal deveria cumprir com sua missão: a de anunciar aos leitores presbiterianos as divergências e possibilidades que a Igreja poderia trilhar no cenário atual. Defendia Domício que “o reflexo do pensamento da Igreja é aquilo que escrevem os seus ministros e presbíteros”¹⁷⁷. Assim, neste espaço, foram projetados inúmeros ataques e contra-ataques, pois o que estava em questão era uma visão de mundo e de Igreja e, como tal, a disputa pela hegemonia dessas cosmovisões em muito dependia da força e capacidade desses grupos em articular discurso doutrinário capaz de

¹⁷⁶ De acordo com números referentes ao ano de 1964, publicados em outubro de 1965 no jornal *Brasil Presbiteriano*, a IPB destacava-se no meio protestante com bastante expressividade: tinha 689 Igrejas, 98 Congregações Presbiteriais (as administradas pelos Presbitérios), 887 Congregações de Igreja (as administradas por igrejas locais), e aproximadamente 1900 pontos de pregação. Essa distinção entre Congregação de Presbiteriais e Igreja é prevista no *Manual Presbiteriano*. Já na *Estatística do Culto Protestante do Brasil de 1967*, do Serviço de Estatística Demografia, Moral e Política, órgão ligado ao Ministério da Justiça, projetava números significativos em relação à presença da Igreja Presbiteriana do Brasil no Nordeste. A estatística apontava que, do universo de igrejas protestantes, 9,0% era representado pela Igreja Presbiteriana. Número que também correspondia à percentagem dos membros (Esse material foi produzido em 1973 pelo Departamento de Imprensa Nacional).

¹⁷⁷ DIREÇÃO do B.P. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 05, p. 03, mar. 1964.

convencer novos adeptos e assim conquistar espaço institucional¹⁷⁸. Porém, imediatamente após o Golpe civil-militar de 1964, a Comissão Executiva do Supremo Concílio substituiu o Redator-Chefe do jornal, assumindo interinamente o pastor Boanerges Ribeiro¹⁷⁹. Como veremos, o mesmo imprimiu outra linha editorial ao jornal, destacando intenso combate a uma visão de Igreja social, ou seja, passou a condenar o que ficou conhecido como Evangelho Social¹⁸⁰.

Analisando os editoriais e matérias publicadas no jornal, podemos acompanhar como vai se estruturando na Igreja Presbiteriana do Brasil uma disputa pelo monopólio da autoridade religiosa em torno destas cosmovisões. Conflito que começaremos a estudar, ao analisarmos a matéria intitulada *Jeca-Tatú (Por outro prisma)*, publicada em março de 1964. Esta matéria foi assinada por Abdênago Lisboa – pastor presbiteriano que residia na cidade de Belo Horizonte – na data de 11 de fevereiro de 1964. Trata-se de uma resposta a matéria intitulada *Jeca Tatú*, anteriormente publicada pelo Pastor Rubem Alves neste mesmo jornal. Este apresentava Jeca-Tatú como um pobre em situação de injustiça e inferioridade, e não culpado por sua situação de miséria e pobreza, devendo receber cuidados por parte do Estado e da própria Igreja¹⁸¹. Em oposição, como indicava o próprio título, Abdênago Lisboa constrói outro olhar, outro prisma para o personagem do Jeca-Tatú.

Ah! Quem me dera ser Jeca-Tatú, de pés no chão, descamisado, trabalhando ao ar livre sob os salutares virgens raios do sol!
Quisera ser Jeca-Tatú, cansado do trabalho, “batendo” com apetite um “bruto” prato de feijão [...]. Quisera sê-lo sem as correrias dos horários fixos, das preocupações, dos compromissos inadiáveis [...]. Não é obrigado a andar metido em roupas pesadas, a usar sapato e gravata... Não é ambicioso: contenta-se com o que é, com o que tem

¹⁷⁸ Entendemos, fazendo uso do arcabouço teórico pensando por Pierre Bourdieu, que a hegemonia de um campo ocorre dentro de uma esfera de luta e embates processados no próprio grupo ou fora dele. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁷⁹ “Boanerges Ribeiro (1919-2003) graduou-se Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano de Campinas, em 1941, tendo ainda Licenciatura em Filosofia, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais. Atuou como professor, em vários cursos, inclusive no próprio Seminário onde estudara. Como representante da Igreja, atuou ainda em congressos e encontros nacionais e internacionais. Foi Preletor do Sínodo Reformado Ecumênico, em Sydney, e da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana na América, em Jackson, Mississippi. Dentre outras atividades foi ainda Diretor do Jornal *Brasil Presbiteriano*, em 1964. Presidiu a Casa Editora Presbiteriana, de 1947 a 1961. Exerceu cargo de Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, entre 1966 e 1978”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Boanerges_Ribeiro>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

¹⁸⁰ Sobre as complexas mudanças por que passa o jornal *Brasil Presbiteriano* a partir de abril de 1964 trataremos noutro momento, com a posição da IPB em relação às ações militares daquele ano.

¹⁸¹ JECA Tatú. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 02, p. 02, jan.de 1964.

[...]. É ignorante, mas tem temor de Deus, que é o principio da sabedoria. “Não tem futuro” porque nele não pensa, porque vive do presente sem desmedidos anseios e ambições [...]. “Não tem esperança” a não ser no despontar de um novo dia, com saúde, sob a benção e inteira dependência de Deus, acatando, sem saber o que Cristo preceitua [...]¹⁸².

O texto publicado enaltece uma imagem do Jeca-Tatú pobre e submisso a Deus. Aqueles aspectos que eram construídos de maneira negativa como ignorante, descamisado, sem esperanças e ambições são ressignificados e extremamente positivados na visão defendida por Abdênago Lisboa. Jeca tornou-se alguém capaz de se contentar com sua posição social sem questionar sua condição de pobreza e miséria, apenas aceitando e vivendo de maneira harmoniosa e alegre, além disso, sobre bênçãos de Deus e na sua total dependência. Podemos pensar que ser Jeca-Tatú, nesta perspectiva, é ser puro e inocente em relação aos anseios postos pelo mundo capitalista a sua volta, aspecto que se colocava como capaz de transformar o Jeca, sem que o mesmo soubesse, em um autêntico seguidor dos preceitos de Deus.

Neste mesmo número do jornal, em coluna intitulada *Cartas à Redação-A Opinião dos Leitores*, Domício Pereira Matos procurou rebater o artigo de Abdênago esclarecendo aos leitores que o jornal:

[...] é tão corajoso que publica, neste número, o seu artigo “JECA TATU por outro prisma”, que é por si só, definição do seu espírito reacionário. E nós, ficamos aqui pedindo a Deus que atenda a sua súplica e o seu desejo de ser “jeca-tatú”, só pra você ver como é bom mesmo [...]¹⁸³.

Domício, como editor do jornal repudia enfaticamente a posição descrita por Abdênago Lisboa, ao afirmar que aquela matéria revela um espírito reacionário; e que seu desejo de ser Jeca-Tatú deveria ser mesmo concretizado, metamorfose que faria Abdênago entender melhor a condição social do seu próprio personagem.

Essa espécie de dicotomia que começamos a vislumbrar na documentação em relação à imagem do Jeca-Tatú assumiu outras configurações conflituosas no âmbito da cultura teológica e da política social da instituição. Em março de 1963, um artigo publicado pelo jornal *Brasil Presbiteriano* alertou para o perigo de surgirem duas

¹⁸² JECA-Tatú (Por outro prisma). Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 05, p. 03, mar. 1964.

¹⁸³ CARTA à Redação - A Opinião dos Leitores. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 05, p. 03, mar. 1964.

Igrejas, tendo em vista a existência de duas tendências de pensamentos e ações intensamente opostas.

De um lado, os conservadores extremados, defensores das velhas tradições, inimigos de qualquer renovação, alérgicos às exigências da atualização; do outro, os liberais, às vezes também extremados, que ameaçam derrubar tudo, anular o passado e começar de novo [...]. Muitos já rotularam os representantes desses grupos: são os “esquerdistas” e os “direitistas”¹⁸⁴.

O artigo ainda chama a atenção dos leitores para o fato de cada grupo incorporar para si o discurso da verdade absoluta e infalível, sendo capazes de apontar “inquisitorialmente o olho da rua àqueles que não lêem pela sua cartilha”. Para aqueles considerados conservadores ou liberais/progressistas, somavam-se também os qualificativos de direitosistas ou esquerdistas, respectivamente, termos que foram operacionalizados por setores da Igreja para qualificar posições e desqualificar outras, estabelecendo um ambiente institucional com alto grau de tensão. O emprego destes termos merece algumas considerações, sobretudo no que tange a sua distinta operacionalização pela historiografia, e nosso interesse em refletir como estes poderão ser ressignificados pelo constante trabalho da memória de alguns entrevistados.

Elizete da Silva, em livro intitulado *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*, afirma a posição de que o termo progressista se definiria inicialmente em oposição ao de conservadores, ou seja, “poderiam ser expressas nas díades: ecumenista *versus* fundamentalismo; progressista *versus* conservador”¹⁸⁵. Em seguida, a historiadora procurou, em termos, flexibilizar seu entendimento argumentando que:

Um protestante progressista seria aquele com uma visão aberta, não necessariamente modernista em termos teológico, que admite novas ideias e novas perspectivas na interpretação das doutrinas e nas práticas religiosas [...]. Um protestante conservador tenderia ao pietismo, ou ao fundamentalismo, a uma religiosidade mais emocional e devocional [...]¹⁸⁶.

¹⁸⁴ DUAS Tendências. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 03, p. 03, mar. 1963.

¹⁸⁵ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010. p. 35.

¹⁸⁶ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010. p. 35.

Foi visando dar conta da complexidade existente nestes termos, que o historiador norte-americano Kenneth Serbin analisou a relação de alguns bispos católicos romanos com militares em reuniões secretas nomeadas de *Bipartite* durante o Regime militar. Afirmou o autor que:

Outro pressuposto-chave que começa a desmoronar era a definição de progressismo e de conservadorismo. A dicotomia progressista/conservador é usada por muitos analistas e especialmente jornalistas para descrever as facções dentro do episcopado. Eu estava surpreso com a constituição e o subsequente desenvolvimento da delegação episcopal na Bipartide. Todos os trabalhos acadêmicos e todo o estereótipo popular sobre a Igreja brasileira indicavam que dom Vicente, o cardeal Agnelo Rossi, dom Jaime de Barros Câmara e outros bispos reconhecidamente conservadores teriam assumido a liderança no diálogo com os militares. Uma leitura atenta dos papéis de Muricy demonstrava algo bem diferente. A delegação da Igreja incluía os bispos mais influentes em todo o espectro político. Alguns tinham laços fortes com os militares, mas outros mantinham posições moderadas e até progressistas, como dom Aloísio e seu primo dom Ivo Lorscheiter, eleito secretário-geral da CNBB quando aquele foi escolhido presidente¹⁸⁷.

O entendimento de Kenneth Serbin é o de que não havia, diante da documentação da Comissão Bipartite que lhe era fornecida, a possibilidade de caracterização destes bispos como conservadores. O fato de manterem fortes relações com os militares não significava ausência de práticas consideradas moderadas e progressistas. Kenneth Serbin, assim, ajuda-nos a pensar nos perigos que certas generalizações podem provocar ao ofício do historiador, levando a construção de sujeitos quase estáticos em relação a sua historicidade.

Em entrevista, Cilas Menezes, que atuava como Pastor na cidade do Recife, esclareceu que alguns professores do Seminário Presbiteriano do Norte, localizado na mesma cidade, assim como diversos líderes religiosos, foram mesmo nomeados, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, como liberais¹⁸⁸ e comunistas; relembrando que,

¹⁸⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 52. O autor fez uma considerável pesquisa no acervo documental do General Antônio Muricy, onde se encontra parte substancial da documentação dos encontros da Bipartite. Este acervo se localiza no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

¹⁸⁸ O termo liberal era constantemente utilizado para especificar aqueles que não estavam totalmente presos à ortodoxia defendida pela Igreja. Muitas vezes eram pessoas que procuravam conhecer e debater trabalhos de teólogos do século XX como Karl Barth, que não era bem aceito no meio presbiteriano. Karl

muitas vezes, não havia qualquer correspondência entre os termos empregados e as práticas destes professores e pastores e reforçou esta posição ao se lembrar de algumas aulas e sermões quando ainda era aluno de Teologia naquele Seminário, na segunda metade da década de 1960. Afirmou que não era possível se evidenciar qualquer tipo de desvio doutrinário e político por parte de alguns professores e pastores que justificasse tais acusações, sendo pessoas que seguiam a ortodoxia defendida pela Igreja e politicamente conscientes de suas posições como cidadãos¹⁸⁹.

Feito este percurso, uma questão se impõe. Pessoas ligadas à Igreja tiveram sua imagem colada ao que era entendido como progressista e/ou comunista na década de 1960. Em março de 1964, o mesmo Abdênago Lisboa, ao criticar a direção do jornal *Brasil Presbiteriano* na coluna intitulada *Cartas à Redação- A Opinião dos Leitores*, forneceu-nos pistas importantes de como funcionava a lógica daqueles que passam a apontar e qualificar seus pares de comunistas. De maneira bastante criativa e articulada, alertou para que:

[...] não esqueça de que o comunismo é como a lepra; insensivelmente o sujeito contrai a doença, e quando desperta já é tarde. A pessoa passa pela fase de idealista, de propugnador ao combate ao subdesenvolvimento, e emboca pela inocência útil a dentro e sai vermelho de emoção pela renovação da atual estrutura política [...] e acaba sem resistência devidamente fichado¹⁹⁰.

Associar o Comunismo a uma doença contagiosa e silenciosa como a lepra não ocorria por acaso, mas encontra-se dentro de um campo de disputa. Como conhecedor da Bíblia, Abdênago entendia que biblicamente a lepra figurava como doença maldita, que tornava impuros e renegados seus doentes, sendo necessário criar outros espaços de convivência onde deveriam permanecer até a morte. O leproso, entendido como perigoso para a sociedade, necessariamente deveria deixar a família e toda sua rede de

Barth, como teólogo protestante, desenvolveu uma monumental obra (*Die Christliche Dogmatik*) e uma Teologia Dialética ou Teologia da Crise. Sua obra refletia sua oposição ao governo de Hitler, tornando-se ardoroso crítico à posição de aproximação da Igreja Protestante Alemã com o Estado nazista. Fez incansável defesa em sua obra sobre a necessidade de um exame científico dos textos bíblicos, o que lhe valeu profundas críticas, sobretudo, no Brasil.

¹⁸⁹ Cilas de Menezes foi entrevistado nas dependências do Colégio 2001, na cidade do Recife, Pernambuco, em agosto de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela. Atualmente, Cilas é pastor da Igreja Presbiteriana em Bairro Novo na cidade de Olinda, e um destacado empreendedor no campo da educação, sendo empreendedor e organizador de uma rede de colégio, o Colégio 2001, que tem sua sede na Rua do Riachuelo.

¹⁹⁰ CARTAS à Redação - A Opinião dos Leitores. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 03, p. 05, mar. 1964.

relações sociais. Assim como o leproso, ser considerado comunista fichado poderia funcionar como produtor de marcas, diferenciações significativas em relação à sociedade. Ao mesmo tempo, fazendo uso de um movimento crescente, o artigo dispôs criticamente os comunistas, em um primeiro momento, como idealistas e inocentes, para posteriormente todos serem fichados.

Outro momento que consideramos significativo, no qual setores da Igreja Presbiteriana do Brasil vão sendo moldados como comunistas e/ou esquerdistas, aconteceu no dia 07 de maio de 1963, na cidade do Recife. O *Jornal do Commercio* noticiou que aproximadamente 250 pastores e líderes evangélicos compareceram a sede do poder executivo estadual no Palácio das Princesas para debater e ouvir uma exposição do governador Miguel Arraes sobre seu plano de governo para o Estado. Segundo o jornal,

[...] mediante a disposição com que foi atendido pelos pastores, o governador declarou que aos poucos os iria chamando para cooperarem nos programas de esclarecimentos da opinião pública para as campanhas de saúde, educação [...]. Estiveram presente a reunião cerca de 250 líderes evangélicos de todos os recantos do Estado, desde Petrolina a Recife, Olinda e Jaboatão, representantes das Igrejas Batista, Presbiteriana [...]¹⁹¹.

Esta relação mantida durante o governo de Miguel Arraes com setores evangélicos, dentre os quais destacamos os presbiterianos, acontecia em momento delicado da política nacional. Durante a campanha para o governo do Estado em 1962, Arraes fora acusado de manter alianças com as Ligas Camponesas – lideradas pelo advogado Francisco Julião – e com os comunistas, sobretudo com os grupos de esquerda que integravam a Frente do Recife¹⁹². Situação que se agrava ao ser acusado de permitir a infiltração de comunistas em vários setores do Executivo estadual. Neste

¹⁹¹ ARRAES pede o apoio dos evangélicos ao seu plano de governo. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 03, 07 maio 1962.

¹⁹² A Frente do Recife formou-se em 1955 com a primeira eleição direta para o Executivo Municipal da cidade. De maneira breve, podemos afirmar que se tratava de aliança das forças de esquerda no Estado, que perdurou até 1964. Duas obras são fundamentais para compreender a sua organização e atuação. Ver: AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993; SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Mais recentemente foi publicado um artigo repensando, sobretudo, estas duas obras, ver MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2). p. 451-488.

sentido, constantemente circulavam informações dando conta dos eminentes riscos do avanço comunista em Pernambuco e no Nordeste.

O professor e pastor João Dias de Araújo rememorou o encontro de Arraes com os pastores em 1963 enfatizando essa aproximação ao governo como atitude capaz de acentuar certo mal-estar e desconfiança de alguns segmentos presbiterianos e professores, particularmente do Seminário Presbiteriano do Norte; mal-estar que se processava durante a campanha eleitoral para o governo do Estado em 1962, quando anunciou publicamente em programa de televisão seu apoio ao candidato indicado pelas esquerdas em Pernambuco. Relembrou que era:

[...] a favor da maior participação da Igreja nos problemas sociais, econômicos do país e do nordeste, principalmente. Comecei apoiando Julião nas Ligas Camponesas [...]. Fiz campanha pra o Miguel Arraes, fui à televisão e falei que eu ia votar nele. Foi até uma coisa de jovem mesmo (risos). Cheguei lá bem muito jovem. Falei: “Bom, eu vou votar nele porque ele foi um bom prefeito e fez bem aqui pra cidade, então eu vou votar nele, é o melhor candidato e recomendo”. Ah, isso foi uma bomba no meio das igrejas, também, não só no Seminário¹⁹³.

Ainda sobre o envolvimento de João Dias com o governo de Miguel Arraes e as Ligas Camponesas, o jornal *Ciclone*, da mocidade da Igreja Presbiteriana de Madureira, no Rio de Janeiro, publica uma entrevista realizada com o referido pastor. Indagado sobre a participação da Igreja no governo de Pernambuco, afirma que esta vinha “tomando parte nas providências para a extinção do analfabetismo, no programa de Cultura Popular e nos esclarecimentos às populações do interior sobre a utilização do crédito bancário aos camponeses”¹⁹⁴. E que havia uma crescente participação, “através dos membros das Igrejas que estão militando nos partidos políticos, nas ligas camponesas, nos Sindicatos rurais [...]”¹⁹⁵.

Manter vínculo com as Ligas Camponesas ou participar de um governo acusado de comunista produzia implicações neste momento, sobretudo se tal relação ocorre em uma instituição religiosa em que há significativos grupos anticomunistas. Esse tipo de

¹⁹³ João Dias de Araújo foi entrevistado em sua residência, na cidade de Feira de Santana, Bahia, em 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

¹⁹⁴ Jornal *Ciclone*, n. 106, mar. 1964, ano X. Órgão oficial da mocidade da Igreja Presbiteriana da Madureira, Rio de Janeiro. Documento localizado no Arquivo Histórico na cidade de São Paulo.

¹⁹⁵ Jornal *Ciclone*, n. 106, mar. de 1964, ano X. Órgão oficial da mocidade da Igreja Presbiteriana da Madureira. Documento localizado no Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

envolvimento político foi descrito como uma “*bomba*”, sendo utilizado por setores da Igreja Presbiteriana em Pernambuco para nomear alguns líderes como simpatizantes do comunismo ateu. Nomeação que era potencializada por se tratar de um momento em que, segundo o historiador Antonio Torres Montenegro, havia intensa retórica da ameaça comunista propagada pelos meios de comunicação. Discurso que se encontra associado à “destruição de valores e práticas muito caros à sociedade, como a família, a propriedade privada e a religião”¹⁹⁶.

Em face do exposto, antes do Golpe civil-militar de 1964, setores da Igreja Presbiteriana do Brasil que externassem algum tipo de preocupação com a condição de subdesenvolvimento do país ou que apoiassem candidatos como Miguel Arraes e seu grupo eram alvos de caracterização como liberais, esquerdistas e/ou comunistas. Havia, então, na Igreja dois grupos em oposição. Um daqueles que defendiam uma Igreja voltada apenas para a salvação da alma, a manutenção da ordem e do *status quo* político-econômico e social. E outro, o grupo no qual João Dias se inseriu. Este propugnava uma Igreja que deveria estabelecer diálogos com os problemas sociais. E foi este grupo, que defendia a Igreja de cunho social, que se sobressaiu durante a Conferência do Nordeste, realizada em julho de 1962 na cidade do Recife¹⁹⁷. Esta perspectiva se revela na entrevista ao *Jornal do Commercio* do Secretário-Executivo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, Waldo Cesar, em que afirmou:

[...] nossa crença não é algo sem relação com o mundo em que vivemos. Pelo contrário, Cristo está presente no meio da crise que atravessamos, e ele não é indiferente à sorte dos que sofrem injustiça e passam fome e não tem esperança [...]. A relação da Igreja com o mundo, para ser real e corresponder às exigências de Deus, deve ser dialógica. É preciso ouvir a voz dos homens, instituições e sistemas¹⁹⁸.

¹⁹⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 16.

¹⁹⁷ *Conferência do Nordeste: Cristo e o processo revolucionário brasileiro* foi o tema do IV Encontro Nacional promovido pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil.

¹⁹⁸ CONFEDERAÇÃO Evangélica do Brasil Inicia Hoje Conferência do Nordeste. *Jornal do Commercio*, Recife, 22 jul. 1962. Sobre este evento e sua repercussão na imprensa, ver: EVANGÉLICOS: novos rumos para a Igreja dentro da revolução. *Jornal Última Hora*, Recife, p. 03, 23 jul. 1962. EVANGELISTAS: cristãos devem ser a vanguarda da revolução social. *Jornal Última Hora*, Recife, 25 jul. 1962. BISPOS evangélicos: “igreja não pode conformar-se com a exploração”. *Jornal Última Hora*, Recife, 26 jul. 1962. Ver também a entrevista concedida pelo líder da Igreja Presbiteriana Fundamentalista – grupo religioso dissidente da IPB em Pernambuco, composto por várias igrejas na cidade do Recife e espalhadas pelo estado – o Pastor Israel Furtado Gueiros para o jornal *Diário de Pernambuco*, em 24 de julho de 1962. Assim como a matéria intitulada *Olhai os lírios do campo* publicada pelo jornal desta denominação, *Jornal A Defesa*, em 07 de outubro de 1962.

A Igreja, nesta visão, necessitava desenvolver uma crença que estivesse em relação com o mundo atual, que cada vez mais aproximasse Cristo do homem. A respeito desta Igreja *dialogal*, à qual se referiu o presbiteriano Waldo Cesar, chama-nos a atenção a linguagem visual captadas pelas lentes do então jovem seminarista presbiteriano Enos Moura, sobre a Conferência do Nordeste. O que então, a imagem oferece? A sua produção, como esclareceu o historiador mexicano Alberto Del Castillo, não é algo natural, mas segue uma lógica pessoal e social presente em um código cultural em determinado momento¹⁹⁹.

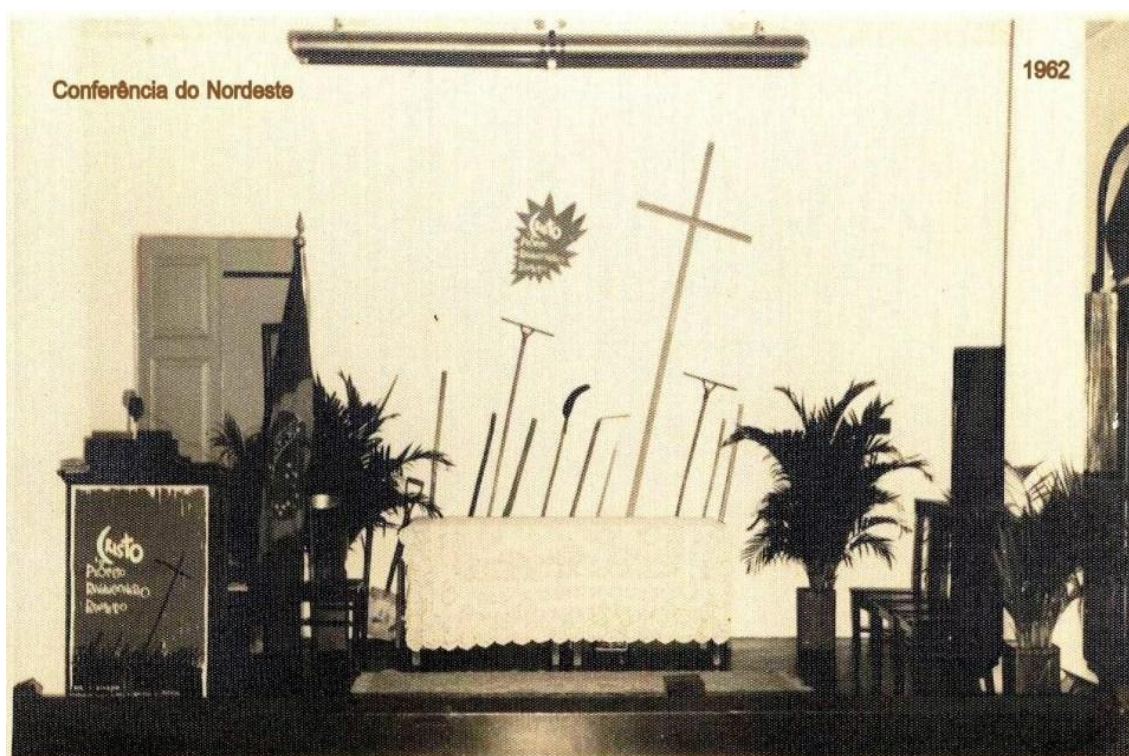


Figura 2: Conferência do Nordeste, *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, Salão Nobre do Colégio Agnes Erskine, Recife, julho de 1962. Fonte: Arquivo pessoal do pastor presbiteriano Enos Moura.

Esta é uma das poucas fotografias do Salão Nobre do *Colégio Agnes Erskine* durante a realização da Conferência do Nordeste, local onde foi proferida a maior parte

¹⁹⁹ DEL CASTILLO TRANCOSO, Alberto. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México, 1880 – 1920*. México – DF.: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos; Institutos de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2006. p. 32.

dos discursos²⁰⁰. O próprio Waldo Cesar, em entrevista para a revista eletrônica *Novos Diálogos*, lembrou que este cartaz foi produzido pelo artista gráfico e *designer* Claudius Ceccon²⁰¹ e que provocou uma série de questionamentos por parte da *Confederação Evangélica do Brasil* (CEB). Neste sentido relembra:

O cartaz que o Claudius Ceccon, metodista, fez para isso também foi um problema: a cruz e umas ferramentas agrícolas, entre as quais a foice, e era vermelho o negócio. Aí o pessoal da confederação reuniu pessoal. O secretário geral da confederação disse: “Mas com essa cor?” O Claudius disse: “Mas essa cor é litúrgica!” (risos). Eles não sabiam o que dizer, não tinha resposta e ficou a cor²⁰².

Embora a fotografia esteja em preto e branco, Waldo Cesar relembra quase meio século depois daquele evento, como a cor vermelha utilizado no cartaz se constituiu em motivo de discordância por parte de representantes da Confederação Evangélica do Brasil. Em atenção à imagem, sobressalta-nos aos olhos a presença do *slogan* do evento, *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*, que está circundado por algo que sugere uma explosão de tonalidade avermelhada, contrastando com a cor mais clara que compõe a maior parte do cartaz no centro do palco. No entanto, é possível ponderar, ao se contraporem as tonalidades do cartaz e de um quadro que também figura no cenário (localizado no lado esquerdo e na parte inferior da imagem), que este também era vermelho²⁰³. Cor que, naquele momento, contribuiu para reforçar a ideia de ser a Conferência um evento comunista, associação que facilmente poderia ser realizada,

²⁰⁰ O Pastor Enos Moura foi entrevistado em sua residência, na cidade de São Paulo/SP em setembro de Márcio Vilela. Gentilmente permitiu o nosso acesso às imagens do seu acervo particular, ao mesmo tempo em que também concedeu uma entrevista, quando rememorou meio século depois, que ainda muito jovem teria participado de maneira muito entusiasmada daquele encontro em 1962. Atualmente é um dos responsáveis pelo Arquivo Histórico Presbiteriano, na cidade de São Paulo.

²⁰¹ Claudius Sylvius Petrus Ceccon era arquiteto, designer, artista gráfico, caricaturista e jornalista. Iniciou a carreira jornalística em 1952 como auxiliar de paginador da revista *O Cruzeiro*. Em 1954 realizou caricaturas políticas para o *Jornal do Brasil*. No ano de 1964 trabalhou na revista *Pif-Paf*, dirigida por Millôr Fernandes. Integrou em 1969 a equipe de fundadores do jornal *O Pasquim*. Em paralelo continuou a colaborar em publicações de caráter jornalístico. Estas são algumas informações sobre o Claudius Ceccon. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbetes=3589&cd_idioma=28555&cd_item=1>. Acesso em: 22 maio 2012.

²⁰² CONRADO, Flávio; FERNANDES, Clemir. *Waldo César: vida e compromisso com a responsabilidade social da igreja*. 2011. Disponível em: <<http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=596>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

²⁰³ O quadro presente no palco, segundo a imagem, circulou amplamente em forma de cartaz com a cor avermelhada, utilizado para divulgar a Conferência do Nordeste. Ver imagem em SHAULL, Richard. *Surpreendidos pela graça. Memórias de um teólogo: Estados Unidos, América Latina e Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

aproximando o formato da letra *C* e *T*, que compõe o nome de Cristo, com a foice e o martelo que representa o Comunismo.

Essa acusação de ser a Conferência um ato comunista também foi registrada em uma reportagem publicada em um dos jornais do Estado, onde um destacado membro da Igreja Presbiteriana Fundamentalista, o presbítero Ebenezer Furtado Gueiros, declara:

A infiltração vermelha na citada Conferência é evidente a começar do cartaz de propaganda de 95x65 cms em fundo vermelho, com uma cruz inclinada, tangida por um vendaval do qual sobressai uma foice. Contém os seguintes dizeres: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Se o C da palavra Cristo se juntar em sentido horizontal com o T da mesma palavra, teremos a conhecida e estilizada figura da foice e do martelo. Este cartaz foi afixado aos milhares pelas ruas da cidade²⁰⁴.

A relação deste Congresso com o Comunismo também foi lembrada dois anos depois em uma declaração prestada no dia 26 de junho de 1964 pelo então Pastor presbiteriano Israel Furtado Gueiros à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, denunciando o comportamento que considerava subversivo de um conhecido protestante, membro da Igreja Batista de Santo Amaro no Recife, Gerson Maciel Neto. Para Israel Gueiros, Gerson foi um dos envolvidos com a Conferência do Nordeste e teria pronunciado discursos extremistas. Uma das questões apontadas por Israel Gueiros à polícia para descrever aquele evento e seus participantes como subversivos, era exatamente a existência no cartaz de uma série de símbolos que evocavam o comunismo, tendo em vista tratar-se de “um cartaz todo vermelho e onde se divisava uma ‘foice’, num trigal, ao lado de uma cruz pendente”²⁰⁵.

Analisando o cartaz e o quadro, figura uma série de ferramentas de trabalho comumente utilizadas pelos camponeses, como a foice, tendo ao centro uma cruz que se destacava, sugerindo que Cristo se encontra presente e preocupado com os problemas do homem. A disposição das ferramentas e da cruz conduz ao pensamento de que Cristo

²⁰⁴ CONFERÊNCIA evangélica infiltrada de vermelhos faz propaganda subversiva. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 12, 29 jul. 1962.

²⁰⁵ *Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco/Ofício nº 895, de 17 de julho de 1964/Termo de Declaração que presta Israel Furtado Gueiros, de 26 de junho de 1964*. Documentação localizada no arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 266, p. 3094-3099. Um volumoso acervo que recentemente foi organizado e fraqueado o seu acesso para pesquisas. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>](http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/). Acesso em: 20 ago. 2013.

se encontrava na terra, em marcha entre camponeses e operários. Em outros termos, a Igreja, representando o corpo de Cristo na terra, deveria manter posição de intenso diálogo com os problemas mais urgentes a afligir os homens naquela atualidade; um encontro prático e direto da Igreja com os anseios espirituais sem que se minimizassem os aspectos materiais, ambos devendo caminhar juntos e receber semelhante atenção da Igreja. Assim, este segmento evangélico se apresentava ao debate social e político que dominava a sociedade demarcando seu discurso no caminho das reformas.

Em relação a vários editoriais e matérias publicadas no jornal *Brasil Presbiteriano*, podemos identificar semelhante posição, sendo Cristo sempre próximo aos problemas sociais. Em julho de 1963 o jornal publicou o seguinte editorial intitulado *Um evangelho só*. Afirmou o articulista, que existia:

[...] um único evangelho, eterno, imutável, mas que em cada período da História tem sido a resposta aos contristados, oprimidos, perseguidos, presos, doentes, famintos [...] Em Isaías, o problema era um, na vida da Igreja Primitiva outro, na Idade Média outro, na Renascença diferente, na industrialização da vida o oposto, e, assim por diante [...] ²⁰⁶.

Em janeiro de 1964, outro editorial chamou a atenção por também apresentar a Igreja como instituição que deveria aproximar sua mensagem aos problemas humanos, criticando de forma veemente aqueles que fugiam da responsabilidade social, diante do quadro de pobreza e miséria em que vivia o homem.

Ninguém mais pode afirmar que a função da Igreja é somente salvar as almas do fogo do inferno [...]. Há os que gostam de aceitar a resposta de Jesus ao diabo, no terrível drama da tentação do Senhor, no deserto, como orientação para fuga ao problema social ou inserção de responsabilidade no meio da miséria e da fome que campeiam por aí: “Não só de pão vive o homem [...]”. Não só; mas de pão também! [...]. O homem vive do pão, precisa do pão, não pode dispensar o pão ²⁰⁷.

Por meio de diversas abordagens, os fragmentos citados afirmavam ser o Evangelho algo imutável ao longo dos tempos, fato que não inviabilizaria a elaboração de outras interpretações e novas respostas aos anseios do ser humano. O evangelho não

²⁰⁶ UM EVANGELHO SÓ. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 08, jul. 1963.

²⁰⁷ A SUPREMACIA do Cristianismo. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 02, jan. 1964.

formularia argumentos apenas em relação à salvação de suas almas num além-morte, mas procuraria apresentar soluções às angústias materiais como a fome, as doenças e as injustiças que acompanham o homem em sua trajetória na terra, sendo capaz de projetar intenso diálogo com as preocupações que afligiam o homem em seu tempo. Podemos pensar que esse seria o tempo de uma ação redentora; perspectiva de tempo que se aproxima da análise que Rolf Tiedemann elaborou na *Introdução à edição alemã* das *Passagens* de Walter Benjamin. Defende Rolf que “a interpretação do presente para Benjamin é remetida ao passado mais recente: a ação presente era para ele um despertar do sonho da história, ‘explosão’ do ocorrido, a reviravolta revolucionária”²⁰⁸. O objetivo postulado nos editoriais era de que o Evangelho provocasse nos fiéis e ouvintes uma perspectiva revolucionária, um despertar naquele tempo para a consciência política e social. Tal perspectiva teológica e social não se encontrava isenta de complexos questionamentos na IPB. Um dos defensores desse evangelho social expôs que, muitas vezes, eram nomeados de hereges²⁰⁹. Em julho de 1963 um editorial do jornal *Brasil Presbiteriano* aborda o tema:

[...] não há heresia nenhuma quando dizemos que precisamos [...] procurar a resposta de Cristo para a hora que estamos vivendo [...]. Se isso for heresia, então somos hereges. Hereges como foi Isaías no seu século; Cristo no seu ministério, a ponto de ser crucificado pelos ortodoxos e fundamentalistas da sua época; [...]”²¹⁰.

Ser herege nesta configuração corresponderia a um inconformismo, responder ao seu tempo, assim como havia feito o profeta Isaías e Jesus, dentre outros importantes nomes narrados pela Bíblia. Em oposição à ideia de ortodoxia, Lefebvre comenta que as heresias desempenharam importante papel na revitalização do cristianismo ocidental e da Filosofia, sendo capazes de subverter o estabelecido, sendo seu potencial rebelde capaz de “fazer novas todas as coisas”²¹¹.

²⁰⁸ TIEDEMANN, Rolf. Introdução à edição alemã. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 20-21.

²⁰⁹ Os termos ortodoxia e heresia naquele momento eram constantemente operacionalizados com o objetivo de atender interesses e expectativas de distintos setores na instituição; ou seja, havia o objetivo de qualificar ou desqualificar determinada visão de Igreja e sua relação com os problemas sociais.

²¹⁰ UM EVANGELHO SÓ. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 08, jul. 1963.

²¹¹ LEFEBVRE, H. *La presencia e la ausencia. Contribución a la Teorias de las representaciones*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1983.

Podemos pensar na força que o termo heresia incorpora numa instituição religiosa, isso porque o herege é sempre o diferente, aquele que não se enquadra na doutrina considerada oficial. Neste sentido, o papel das religiões consiste em separar aquilo que é aceito como sagrado, inserido num cabedal de ritos e crenças religiosas, daquilo que é profano e, como tal, identificado como heresia, coisas proibidas naquele cenário religioso²¹². Defendia o editorial que assim como Cristo, crucificado pelos fundamentalistas de sua época, a Igreja deveria sacrificar-se e manter seu potencial rebelde, buscando sempre respostas para os problemas atuais, mesmo que tal postura viesse a ser considerada uma heresia.

O potencial rebelde e/ou herege, ao qual se referiu Lefebvre, parecia mobilizar considerável parte da juventude organizada da Igreja, o que provocou intensos conflitos entre os jovens e a cúpula da instituição. Analisando as conclusões do VI Congresso da Mocidade Presbiteriana do Brasil, realizado na cidade de Campinas entre os dias 25 de janeiro e 02 de fevereiro de 1964, encontramos esses jovens também defendendo uma Igreja atuante em relação aos temas político-sociais e econômicos do Brasil. Segundo Josué Mello, uma das particularidades desse Congresso de enorme repercussão foi o fato de ter sido o primeiro evento de tal natureza a contar com a presença de jovens de outras correntes presbiterianas²¹³. Dessa união dos jovens resultaria a elaboração de um documento de dimensões nacionais, em que a mocidade deveria:

[...] estar presente e compreensiva e não alienada dos problemas que afligem o homem deste século de crises sócio-política-econômica, que está a exigir reformas urgentes e bem pensadas, visto que não há Igreja autêntica divorciada das angústias que a cercam²¹⁴.

No entanto esta não era uma perspectiva unânime: outros jovens presentes no Congresso, como Marcus Kerr Brochado de Almeida, membro da Igreja Presbiteriana de Copacabana, apresentava outra visão. Este foi *observador* do Congresso a pedido do

²¹² Para Giorgio Agamben, a religião pressupõe essencialmente separação entre o que se aceita como sagrado e profano num determinado momento. AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó/SC: Argos, 2009. p. 45.

²¹³ Josué Mello foi entrevistado nas dependências da Faculdade Dois de Julho, na cidade de Salvador, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

²¹⁴ *Conclusões do VI Congresso*. Pasta do CE-SC de 1964. Documento localizado no Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. O relator deste documento foi o jovem presbiteriano Guilhermino Cunha, que na década de 1980 foi eleito Presidente do Supremo Concílio e no momento desta entrevista exercia a função de Pastor da 1ª Igreja Presbiteriana do Brasil na cidade do Rio de Janeiro.

Presidente do Supremo Concílio – Amantino Adorno Vassão, como consta nos agradecimentos da Comissão Executiva do Supremo Concílio CE/SC por sua *colaboração* a Igreja²¹⁵. Marcus Kerr em carta-relatório tece inúmeras críticas à posição política e teológica debatida pelos conferencistas e adotada pela maioria dos jovens. A carta endereçada ao Presidente da Igreja, Amantino Adorno Vassão, foi apresentada aos membros da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja numa reunião em abril daquele ano, na cidade de Campinas²¹⁶.

Pouco tempo após o Congresso da Mocidade, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 1964, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro²¹⁷, publicou as conclusões da VI Congresso da Mocidade. Em 27 de abril de 1964, Amantino Vassão alertava a Comissão Executiva do referido Concílio para os riscos que a divulgação do texto das conclusões daquele Congresso representava para a Igreja. Afirmava Amantino que o assunto era delicado e que as conclusões do referido Congresso estavam sendo divulgadas e anunciadas como doutrinas sãs, mesmo não havendo sido aprovadas pela Comissão Executiva. Alertava ainda para a urgência de providências para eliminarem-se os erros cometidos em nome da Igreja, tendo em vista que a mocidade aprendia nesses Congressos que “o jovem cristão e o jovem comunista são forças atuantes na comunidade brasileira, estabelecendo um paralelo impossível de sustentar, então, me parece, é melhor não realizar tais congressos”²¹⁸.

Este documento fez ainda críticas à prelação do Pastor João Dias apresentada no Congresso da Mocidade, intitulada *O jovem cristão e o jovem comunista*. Neste texto, entre outras considerações, João Dias destaca a importância do papel que o jovem

²¹⁵ CE – 64E – 028 – *Últimas Resoluções*. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970). Casa da Editora Presbiteriana, p. 183. É importante resaltar não ser possível afirmarmos que os participantes do referido Congresso estivessem realmente informados da posição de observador de Marcus Kerr, a pedido da Igreja; mas, de qualquer modo, é demonstrado que a IPB mantinha certa vigilância interna antes mesmo do Golpe civil e militar de 1964. Aspecto do qual tentaremos tratar em outro capítulo, quando retomaremos a análise sobre o VI Congresso da Mocidade Presbiteriana do Brasil.

²¹⁶ *Ao presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Revmo. Amantino Adorno Vassão: Esta carta deve ser lida por todos os membros do Supremo Concílio de nossa Igreja*. Pasta CE-SC de 1964. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

²¹⁷ O jornal *A Noite* foi fundado por Irineu Marinho e circulou no estado do Rio de Janeiro entre junho de 1911 e agosto de 1964, quando foi extinto. Sobre a trajetória do jornal e sua posição política na década de 1960 ver o artigo de DACANAL, Verônica. O Jornal A Noite e as eleições de 1962 – O Jornalismo e o papel dos Intelectuais. In: Congresso Internacional de História, 5, 2011, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM, 2011, p. 977-985.

²¹⁸ Documento enviado pelo Presidente do Supremo Concílio da Igreja para ser avaliado pela Comissão Executiva. Intitulado *VI Congresso da Mocidade*. Pasta CE-SC de 1964. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

cristão deveria desempenhar no mundo, estabelecendo também, pontos de divergências e de contatos entre o jovem cristão e o jovem comunista²¹⁹.

Em razão do Golpe, setores da Igreja Presbiteriana do Brasil passam a combater de maneira mais intensa a perspectiva social que era difundida por parte expressiva da instituição no início da década de 1960. Para tal, este grupo também fazia uso do jornal *Brasil Presbiteriano* para expressar outra visão do que vinha a ser a Igreja. Foi neste sentido que o editorial intitulado *Cristo é a Solução*, publicado em maio de 1962, procura responder a seguinte indagação: “o que tem a Igreja Evangélica a oferecer como contribuição sua na solução desse grave problema fundamental, o problema do Homem?”²²⁰. Como resposta elaborou longa explicação onde expôs, que:

[...] fazer tal pergunta é já respondê-la. Nada temos de melhor nem mais eficaz do que a Bíblia [...]. Por isso achamos estranhável que líderes evangélicos se reúnam, cheios de perplexidade, para estudar uma formula mágica que arranque o País do precipício a que deliberadamente se lançou, esquecidos de que o Evangelho é o ‘Poder de Deus’ para isso. Temos só a Bíblia senhores! Temos só o Evangelho! Foi com esta alavanca somente que os cristãos primitivos mudaram a face do seu tempo [...]. Não há maior contribuição que a Igreja de hoje possa fazer às nações, nos seus estertores de morte, senão a de lhes pregar Cristo. Por que em Cristo temos a solução de todos os problemas, a começar dos básicos²²¹.

O jornal *Brasil Presbiteriano* projetava a missão da Igreja como sendo essencialmente de evangelização e de conversão dos infiéis, ao mesmo tempo em que criticava o fato de líderes evangélicos reunirem-se para estudar e encontrar possíveis soluções para os problemas nacionais. Ao afirmar que *em Cristo temos a solução de todos os problemas, a começar dos básicos*, elaborando severas críticas às preocupações de setores da IPB que viam nas Reformas de Base as possibilidades de transformações sociais. Depois de março de 1964, o jornal passou a editar uma coluna chamada Opinião, espaço utilizado pelo pastor Benedito Alves da Silva em julho de 1966 para publicar a seguinte matéria: *Conclave na Encruzilhada*.

²¹⁹ Este texto, publicado em forma de cartilha, encontra-se no prontuário do Pastor João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco/DOPS. Arquivo Público Jordão Emereciano/APEJE.

²²⁰ CRISTO é a Solução. Jornal *Brasil Presbiteriano*, maio 1962.

²²¹ CRISTO é a Solução. Jornal *Brasil Presbiteriano*, maio 1962.

A Igreja presbiteriana do Brasil está na encruzilhada [...]. O caminho da esquerda é do ‘Evangelho Social’. Que diz ser a Igreja responsável pela miséria de que sofre grande parte da humanidade e que devemos dar assistência social ao mundo para conversão dos pecados. Sem isso a pregação será ineficiente. Esse caminho, o da esquerda, está facilitando a licenciosidade teológica [...]. O outro caminho, é o do Evangelho de Cristo, dos apóstolos [...]. Evangelho que prega assistência social ou boas obras como consequência da salvação e não como causa da conversão²²².

Neste mesmo ano, em setembro, o Pastor Benedito Alves da Silva voltou a publicar na coluna *Opinião*. Com o título *Outro Evangelho*, a matéria em grande medida reiterava as posições anteriores enfatizando a evangelização e a conversão, estabelecendo também um combate ao que era nomeado de Evangelho Social e aceito por parcela da Igreja. Para ele, o mais importante era colocar o que descreveu como Evangelho de Cristo “nos corações, por que os homens remidos por Cristo irão dedicar-se também a solução dos problemas sociais. Assim a Igreja agirá socialmente, sem declarar-se socialista”²²³. Essa perspectiva em torno da conversão como resposta aos problemas sociais foi analisada por Elizete da Silva no artigo *Protestantismo e questões sociais*, e ajuda-nos a entender como se estabeleceu no protestantismo nacional um evangelho para o qual:

[...] a intervenção nesse mundo/sociedade perdida tem que ser espiritual, através da conversão pessoal de cada homem [...]. Os problemas sociais, como, a fome, a miséria e a corrupção são frutos do pecado individual, portanto devem ser resolvidos através da mensagem evangélica que atinge e transforma as almas e não com um programa político-estrutural para a sociedade²²⁴.

Perspectiva segundo a qual a responsabilidade para os males sociais atribuíam-se aos pecados individuais, e estes, como tais, deveriam ser solucionados pela pregação da mensagem bíblica e posterior conversão do homem. A contribuição que a Igreja deveria oferecer para transformar a sociedade aconteceria no campo espiritual, sendo negada a opção político-partidária. Podemos pensar que, assim, a Igreja não seria acusada de

²²² CONCLAVE na Encruzilhada. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 14; 15; 16, p. 08, jul. 1966.

²²³ OUTRO Evangelho. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 17; 18, p. 07, set. 1966.

²²⁴ SILVA, Elizete. Protestantismo e Questões Sociais. *Revista Sitientibus*. Feira de Santana, n. 14, p. 129-142, 1996. p 134.

comunista, preocupação recorrente na coluna *Opinião* pelo Pastor Benedito Alves, em setembro de 1966.

O que podemos analisar é que setores da Igreja Presbiteriana do Brasil buscavam, após o Golpe civil-militar, se afastar de um discurso que pudesse ser lido como de cunho social. Tal perspectiva era apresentada como contrária a Igreja, que deveria estar voltada para a evangelização e a conversão. Ou seja, a Igreja precisa desejar apenas as benesses do *celeste porvir*, como afirmava o teólogo e pastor Antonio Gouveia Mendonça²²⁵.

Outra dimensão dessa incessante disputa onde o Evangelho de Cristo era apresentado como legítimo e coerente com a doutrina da Igreja em contraste com o chamado Evangelho Social foi travada em 1966, no jornal *Brasil Presbiteriano*. Em maio, a décima edição do jornal noticiava um livro escrito pelo pastor Alcides Nogueira, com o título: *O Evangelho Social e a Igreja de Cristo*²²⁶. A importância desta publicação era atribuída a sua capacidade de esclarecer aos leitores sobre as novas e perigosas tendências ideológicas que permeavam o protestantismo nacional com o nome de Evangelho Social, assim, quanto a não ser outra coisa senão um falso Evangelho; ao mesmo tempo, também, incentivava os pastores a comprar e distribuir o livro entre os membros da Igreja, realizando um trabalho de profilaxia espiritual e de orientação quanto à obra social que caberia à Igreja realizar.

O livro resume-se a uma série de acusações a inúmeros pastores como hereges, liberais, esquerdistas e comunistas, transcrevendo e condenando um conjunto de textos, artigos e livros escritos inspirados no Evangelho Social²²⁷. Objetivando desqualificar estes pastores e líderes religiosos da Igreja Presbiteriana, assim como o chamado Evangelho Social, o Pastor Alcides Nogueira constrói um discurso apontando qual deveria ser a real função social da Igreja e de seus pastores e membros:

²²⁵ MENDONÇA, Antonio Gouveia. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

²²⁶ O EVANGELHO Social e a Igreja de Cristo. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 10, maio 1966. Outro importante livro de combate ao comunismo no Brasil e de certa maneira nas igrejas protestantes, foi publicado pelo pastor OLIVEIRA, Antenor Santos de. *Você conhece o comunismo? Mas conhece mesmo?!!!*. São Bernardo do Campo: Composto e impresso na imprensa metodista, 1964.

²²⁷ Para João Dias de Araújo o livro é uma série de acusações infundadas a pastores como: “Richard Shaull, Lemuel Cunha do Nascimento, Rubem Alves, Jovelino Ramos, Cyro Comack, João Dias, Nilo Réua, Domício de Mattos”. ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história sombria da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 100.

Somos convidados a ministrar-lhes orientação e ajuda na solução dos seus problemas econômicos e sociais, sem negligenciar o testemunho de Cristo, pois dele decorre a energia fundamental para o soerguimento da pessoa humana que, em contato com as forças espirituais do bem, experimenta-se liberta das gargalheiras do mal para se envolver no poder soberano de Deus. Tal experiência significa fator preponderante de reajustamento para os que sofrem distorções em ângulos de sua vida, com reflexos negativos, sobre sua condição econômica, social, moral e religiosa [...]. Este é o plano claro e definido que a Divina Revelação estabelece por sua infinita sabedoria. Não temos por que mudar o sentido da obra social, nos termos da inteligência bíblica, para sobre fundamento exclusivamente sentimentalista construir o que se vem denominando de ‘evangelho social’²²⁸.

A divulgação deste livro pode ser analisada da perspectiva de alguns *boletins dominicais*²²⁹. O *boletim* do domingo 05 de junho de 1966 da Igreja Presbiteriana da Boa Vista (IPBV) em Recife trazia uma mensagem de propaganda do referido livro:

“O EVANGELHO SOCIAL” E A IGREJA DE CRISTO – Não deixe de adquirir, na Secretaria, esse valioso trabalho do Rev. Alcides Nogueira. É um livro atual, corajoso, sincero, que precisa ser lido por todos os crentes a fim de conservarem intacto o legado precioso de nossos maiores na fé, na preservação dos padrões tradicionais da teologia essencialmente bíblica²³⁰.

Reforçando ainda mais esta campanha contra o *Evangelho Social*, chama-nos a atenção a imagem disposta na capa do livro. Ela sintetiza visualmente, as argumentações elaboradas pelo autor. A capa do livro contém especificidades sobre as quais o historiador Roger Chartier nos ajuda a problematizar. Ao analisar a função de imagens em livros de *cordéis* na França do século XVIII, afirma que esse tipo de imagem é capaz de instaurar:

[...] uma relação entre a ilustração e o texto no seu todo, e de forma nenhuma entre a imagem e essa ou aquela passagem particular. Colocada à cabeça, a ilustração induz uma leitura, fornecendo uma chave que indica através de que figura deve ser entendido o texto, quer a imagem leve a compreender a totalidade do livro pela

²²⁸ NOGUEIRA, Alcides. *O evangelho social e a igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1965. p. 29 e 31.

²²⁹ Trata-se de breves textos informativos – cujo conteúdo deverá receber o aval do Conselho da Igreja - distribuídos aos domingos para os participantes dos atos religiosos.

²³⁰ *Boletim da Igreja presbiteriana da Boa Vista*, Ano XIV – Recife, domingo 05 de Junho de 1966, nº 673.

ilustração de uma das suas partes, quer ela proponha uma analogia que irá orientar a decifração²³¹.

O autor também analisou que estas são imagens-símbolos que mantêm estreita ligação e harmonia com o próprio título²³². Neste sentido, a estética e a linguagem da imagem operacionalizada pelo Pastor Alcides Nogueira, ou pelo editor do livro, oferecem aos leitores um sentido prévio do texto, que é de uma crítica ao *Evangelho Social* como algo pecaminoso e falso, um Comunismo travestido de evangelho. A imagem produzida na capa projetava símbolos e sentidos que não eram estranhos à sociedade naquele período, ou pelo menos aos evangélicos. Sua produção obedecia a esquemas sociais conhecidos dos leitores daquele livro.

²³¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. p. 179.

²³² Artigo significativo sobre a evolução das capas dos livros de cordel, sobretudo no Nordeste do Brasil. Ver LOUREIRO, Clarissa. A importância das capas na simbolização da literatura de cordel ao longo de sua história. *Linguagem – Revista de Letra, Arte e Comunicação*. Blumenau, v. 4, n. 3, p. 260-271, set./dez. 2010.



Figura 3: Capa do livro do pastor Alcides Nogueira, publicado em 1965 pela Casa Publicadora Batista.
Fonte: NOGUEIRA, Alcides. *O evangelho social e a igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1965. (Não constam informações quanto à autoria da imagem).

A capa do livro do Pr. Alcides Nogueira atualizava representações de duas parábolas bíblicas complementares: a Parábola do Semeador e a Parábola do Trigo e do Joio. Sua ilustração era composta de duas mãos aparentemente idênticas, mas eis que sutis e significativas diferenciações as distinguem: a mão da direita representava o semeador que se projetava do alto, do céu, e distribui a boa semente do amor aos humanos, e esta, caindo em solo fértil, dá bons frutos; à esquerda, e na parte inferior, uma mão semelhante distribuía a péssima semente, o joio, ou o Evangelho Social, representado pelo símbolo do Comunismo, a foice e o martelo. No terreno fértil da Igreja de Cristo, trigo e joio cresciam juntos ocasionando confusão e discórdia, mas

conforme determinava a própria parábola, durante a colheita, o joio deveria ser destruído com fogo. O termo Evangelho Social aparecia em vermelho e com aspas, intensificando a projeção da ideia de um falso ensinamento, uma falsa doutrina que a Igreja deveria incansavelmente procurar destruir. Era papel da instituição combater o crescimento do que acreditava ser um evangelho transfigurado de ideologias perniciosas e de heresias ou mesmo eliminá-lo, posto que reconhecido como capaz de pôr fim à Igreja, caso não combatido ou lançado ao fogo.

É com esse tipo de representação imagética e um discurso que lhe dá suporte, que os opositores do Evangelho Social se apresentaram mais intensamente depois do Golpe civil-militar de 1964. Evangelho Social, este, que tinha como representante os seguintes pastores: Richard Shaull, Domício Pereira de Matos, Lemuel Cunha do Nascimento, Nilo Gimeno Rédua Junior, Rubens Alves, Cyro Cormack, João Dias de Araújo entre outro^{s233}. Era necessário, portanto, combater o mal.

²³³ Uma consistente crítica a este livro foi publicada pelo presbítero e professor Joel Porto, da cidade de São Gonçalo/RJ, intitulada “Carta Aberta ao Rev. Alcides Nogueira”, que circulou em folha avulsa. Documento localizado na pasta referente à Comissão Especial dos Seminários/CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

CAPÍTULO III – O GOLPE CIVIL-MILITAR E O ENVOLVIMENTO POLÍTICO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL.

3.1 O jornal *Brasil Presbiteriano* em questão: permanências ou mudanças?

Passados aproximadamente dois anos da elaboração e aprovação do *Pronunciamento Social da Igreja* durante a XXV Reunião do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, realizada no Rio de Janeiro em julho de 1962, o país era alvo do Golpe civil-militar²³⁴. Paralelamente, expurgos também eram executados na direção do jornal da Igreja, o *Brasil Presbiteriano*, como sinalizado no capítulo anterior. Para melhor análise dessas expulsões é importante considerar a edição desse jornal em março de 1964, em que o editor, o Pastor Domício Pereira Matos, publicou críticas ao Presidente do Supremo Concílio da Igreja, Amantino Adôrno Vassão, que até início de 1964 também era diretor do jornal.

O Rev. Amantino Adôrno Vassão apresentou a Comissão Executiva queixa contra o Brasil Presbiteriano, afirmando que o jornal não reflete o pensamento da Igreja. Criticou severamente o redator-responsável e afirmou que, continuando o órgão oficial naquela linha, não poderia continuar como seu diretor. Pediu exoneração do cargo.

A Comissão Executiva do Supremo Concílio atendeu ao pedido de exoneração. Manteve o redator-responsável no cargo para o qual o SC o havia designado e nomeou-o agora também, diretor do jornal.

Cremos valer a resolução da CE-SC como aprovação à orientação do BP, que a vai transformando como num pulmão da Igreja, para dar a ela livre respiração contra os espíritos ditatoriais que desejam sufocar o pensamento dos outros.

Afinal, o reflexo do pensamento da Igreja é aquilo que escrevem os seus ministros e presbíteros. O diretor demissionário, que, afinal é o próprio presidente do SC, nunca escreveu uma linha para refletir o pensamento da Igreja e fica zangado com os que escrevem contrariando o seu pensamento.

O espírito altamente compreensivo e liberal da CE manifestou-se ainda, outra vez, quando rejeitou propostas para que não se discutisse pelas páginas do órgão oficial os problemas concernentes à reestruturação da Igreja. Achou a nobre Executiva que esses

²³⁴ Visando recordar essa estrutura administrativa da IPB: o Supremo Concílio (SC) são reuniões que ocorrem a cada quatro (4) anos. Composto por uma Mesa Executiva (presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro) e os representantes dos presbitérios (estes são formados por representantes dos Conselhos das igrejas locais mais os pastores. Em cidades maiores é comum existir vários Presbitérios, como também, um Presbitério poderá ser formado com igrejas de várias cidades).

problemas devem ser discutidos exatamente pelas páginas do jornal e com liberdade. Prosseguiremos nesta linha de orientação²³⁵.

Este discurso do redator sinaliza para um ambiente de enfrentamento em relação à linha editorial desenvolvida pelo jornal e o então Presidente do Supremo Concílio, tensão que haveria levado o Pastor Amantino Vassão a enviar queixa contra o jornal à Comissão Executiva²³⁶. Não foi possível localizar nos arquivos da Igreja a referida queixa e refletir sobre seu conteúdo, mas é revelador – levando-se em consideração aquele editorial – que a Comissão Executiva não haja endossado tal queixa, e, mesmo havendo um segmento inconformado com a linha editorial do jornal, tendo a frente o Presidente do Supremo Concílio, este não conseguiu mobilizar forças suficientes para provocar mudanças. O que ocorreu foi diametralmente oposto: o então redator, Domício Matos, não só teve apoio para desenvolver sua linha teológica e política como também foi alçado ao cargo de Diretor com a saída de Amantino Vassão. Segundo o editor, com esta postura, a Comissão Executiva fez prevalecer uma visão *liberal* ao garantir que o jornal continuasse sendo o *pulmão da Igreja* em detrimento do que nomeou de *espírito ditatorial* do seu Presidente.

Decorridos alguns poucos dias e reagindo a este editorial, aos 27 de abril, o Presbitério do Rio de Janeiro – do qual Amantino Vassão era membro – encaminhou, por meio do seu Secretário Executivo, Hemedino Lopes Oliveira, uma representação à referida Comissão solicitando explicações urgentes e esclarecendo que:

O Presbitério [...] ouviu a leitura do editorial [...], que se diz apoiado em informações desta Comissão Executiva e estampa na página 3, [...] graves acusações a um dos membros do nosso Presbitério, Rev. Amantino Adorno Vassão, inclusive taxando-o de “espíritos ditatoriais que desejam sufocar o pensamento dos outros”. Este Presbitério não pode ficar indiferente às acusações [...], pelo que resolveu dirigir-se, como o faz agora, à Digna Comissão Executiva do Supremo Concílio, solicitando-lhe informações sobre as referidas acusações por considerá-las muito grave: pois no caso de serem as mesmas confirmadas saberá agir como de direito. [...]”²³⁷.

²³⁵ DIREÇÃO do B. P. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 05, p. 03, mar. 1964.

²³⁶ Comissão Executiva do Supremo Concílio é composta pela Mesa Executiva do Supremo Concílio (Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Executivo e Tesoureiro) e os representantes dos Sínodos estaduais.

²³⁷ Pasta referente à Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, realizada na cidade de Campinas entre os dias 29 e 30 de abril de 1964. Doc. n° 20. Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

Em final de abril, a Comissão Executiva do Supremo Concílio da IPB reúne-se na cidade de Campinas-SP para analisar uma série de documentos e diversas representações contra alguns pastores acusados de subversivos. A partir deste momento, a referida comissão passa a criticar a atuação do editor do jornal, sobretudo no que tangia ao editorial do mês de março e determinava:

Considerando que a interpretação dada pelo Rev. Domício P. Matos quanto à resolução da CE-SC sobre sua permanência como Redator-Responsável do Brasil Presbiteriano, foi **tendenciosa** [grifo nosso];
Considerando que a orientação **ideológica** [grifo nosso] do Rev. Domício à frente do Brasil Presbiteriano não representa o pensamento da Igreja;
Considerando que a alusão feita pelo Rev. ao Rev. Amantino A. Vassão, afirmando que “revela espírito ditatorial e desejo de sufocar o pensamento dos outros” não expressa a verdade;
[...]
Considerando que houve desrespeito e indisciplina do Redator-Responsável ao atacar o PR-SC, no Brasil Presbiteriano;
Considerando que o pedido de demissão feito pelo Rev. Domício de Diretor e Redator-Responsável do Brasil Presbiteriano é de caráter irrevogável,
a CE-SC resolve:
Aceitar o pedido de caráter irrevogável, de demissão [...]
Suspender imediatamente e por tempo indeterminado a publicação do Brasil Presbiteriano.
[...]
Baixar ao Presbitério Rio-Norte [...] e determinar que instaure processo contra o referido ministro [...] ²³⁸.

O entendimento da cúpula da Igreja representada pela Comissão Executiva do Supremo Concílio versava agora sobre a necessidade de interromper a produção e circulação do jornal até que este assumisse uma outra linha editorial. Em seu livro, esclareceu João Dias de Araújo, que “o Rev. Domício debaixo de pressão resolveu pedir demissão”²³⁹. No interregno entre os meses de março e abril haviam se processado significativas transformações naquele periódico. As *orientações ideológicas* até então

²³⁸ Pasta referente à Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, realizada na cidade de Campinas entre os dias 29 e 30 de abril de 1964. Doc. n° 19, 30 de abril de 1964. Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. Chamamos a atenção para os termos destacados, intencionalmente, em negrito. No *Digesto Presbiteriano* podemos localizar esta resolução com significativas alterações: onde se lê “tendenciosa”, o termo foi substituído por “não corresponde à realidade dos fatos”; e o termo “ideológico”, suprimido da resolução. Ver *CE – 64E – 017 – Brasil Presbiteriano*. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970). Casa da Editora Presbiteriana, p. 181.

²³⁹ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história da igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 98.

desenvolvidas pelo editor foram criticadas e consideradas inadequadas e prejudiciais. A mesma Comissão que, poucos dias antes, havia apoiado a linha editorial do jornal e seu editor, agora o atacava e o obrigava a exonerar-se.

Em maio o jornal voltou a circular trazendo em primeira página um comunicado justificando a suspensão temporária e apresentando as mudanças. Nomeado para os cargos de redator e diretor, o Pastor Boanerges Ribeiro²⁴⁰ declarou a seus leitores que o jornal deveria, a partir daquele momento, refletir um pensamento autorizado pela Igreja e “que a edição do jornal que traz o nº 8, do ano VII, 2º quinzena de abril, não é publicação da Igreja Presbiteriana do Brasil, nem é seu Órgão Oficial, mas é de exclusiva responsabilidade do ex-diretor”²⁴¹. Justificando a nova política editorial, em junho, o presidente do Supremo Concílio da Igreja, Amantino Vassão, apontou qual deveria ser a direção que o jornal e a Igreja trilhariam a partir daquele instante:

O jornal oficial da Igreja foi apontado como o pulmão da Igreja. Alguém glosou a frase afirmando que o pulmão, para ser útil, deve ser sadio.

Várias as enfermidades que podem afetar o órgão delicado e imprescindível que é o pulmão, tornando-o por vezes, menos útil e sobremodo perigoso, especialmente quando a moléstia é contagiosa. Pulmão enfermo, além de não ajudar a importantíssima purificação do sangue, espalha, na explosão de tosses e espirros, os germes nocivos que vão contaminar outros, propagando doenças incuráveis ou de cura difícil. [...]

Damos graças a Deus, porque a medicina eclesiástica da IPB chegou a tempo de dominar o germe da demagogia, da calúnia e dos ataques pessoais que, por alguns meses debilitaram o órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil. E agora, ultrapassada a grave crise, irá o sangue regenerado percorrendo as veias e os órgãos vitais da amada IPB, de tal sorte que, abençoada por Deus, prosseguirá ela em sua marcha vitoriosa para bem servir a Deus e à Pátria²⁴².

O texto foi também uma resposta ao editorial de março, intitulado *Direção do B. P.*, quando Domício Pereira Matos, ainda como editor, criticou principalmente a Amantino Vassão, e defendeu que o jornal deveria funcionar como um pulmão, capaz

²⁴⁰ O pastor Boanerges Ribeiro permaneceu Diretor do jornal *Brasil Presbiteriano* entre 1964 e 1985. Antes, porém, havia sido um dos organizadores da Casa da Editora Presbiteriana.

²⁴¹ ORIENTAÇÃO. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 08, p. 01, maio 1964.

²⁴² COM A PALAVRA o presidente da Igreja – Pulmão sadio. Jornal *Brasil Presbiteriano*, p. 02, jun.1964.

de oxigenar a Igreja²⁴³. Mas o sentido agora empregado pelo editorial para o termo *pulmão* passou a ser outro, pois o termo assumiu significado muito mais sintonizado com a ideia de filtro, de controle em relação às supostas impurezas presentes na imprensa, como ideologias perigosas que afetavam a Igreja. Neste sentido, era capaz de exercer uma profilaxia eclesiástica e, assim, selecionar o que deveria ou não ser anunciado aos fiéis. Podemos pensar como possível que, na ausência de censura prévia, oficializada em 1970, a Igreja estivesse procurando desenvolver uma espécie de autocensura em seu principal órgão de comunicação.

No que tange à censura no Brasil, o historiador Carlos Fico alertou ser um *equivoco historiográfico associá-la, estritamente, a ditadura militar*²⁴⁴, pois esta era uma prática anterior e posterior à presença dos militares no governo. Em janeiro de 1946 o Decreto nº 20.493 estabeleceu o Serviço de Diversões Públicas no Brasil, posteriormente nomeado de Divisão de Censura de Diversões Públicas/DCDP. Sobre este Decreto, afirmou a historiadora Beatriz Kushnir haver sido sistematicamente utilizado pelo Regime militar, assim que:

[...] de acordo com o capítulo 2 do Decreto nº 20.493/46, o serviço da censura deveria, antecipadamente, analisar e aprovar, na totalidade ou em partes, todas as exhibições de cinema, teatro, shows, bem como a execução de discos, propagandas e anúncios na imprensa²⁴⁵.

Com a implantação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, ainda no governo do general Costa e Silva, a censura prévia aos meios de comunicação foi tomando formas mais perceptíveis. A partir deste momento foram elaboradas normas que as redações dos jornais deveriam observar. Tais normas tinham por base a Lei de Imprensa nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, que dispunha em seu artigo 1º que “é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”. Entretanto, para a historiadora Maria Aparecida de Aquino, a censura prévia aos jornais construída pelo Regime carecia de um aparato legal, o que

²⁴³ DIREÇÃO do B. P. Jornal *Brasil Presbiteriano*, n. 05, p. 03, mar. 1964.

²⁴⁴ FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da Ditadura. In: MOTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 270.

²⁴⁵ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 116.

só foi possível com o Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que alterou o artigo 153, § 8 da Constituição da República do Brasil de 1967²⁴⁶.

No entanto, o controle da imprensa praticado e sistematizado durante o Regime militar não pode ser entendido como ação efetuada de maneira restrita por setores militares e ligados ao governo. Era algo bem mais complexo. Como podemos analisar, logo nos primeiros dias que se sucederam ao Golpe civil-militar, a própria Igreja passou a operar com certos critérios de vigilância, visando controlar suas publicações contra um discurso considerado ideologicamente perigoso²⁴⁷. Em outros termos, podemos pensar que na ausência de censura prévia estruturou-se institucionalmente um tipo de autocensura posta em ação em 1964; ou, na perspectiva defendida por Amantino Vassão, o jornal deveria ter um pulmão, e este deveria ser capaz de filtrar as impurezas, algo imprescindível para que a Igreja continuasse no rumo daquilo que nomeou como a *marcha vitoriosa*, e assim servir à nação.

A partir deste momento, fortaleceu-se no jornal – que era produzido no estado de São Paulo – e em outros expressivos segmentos da Igreja intenso processo de repúdio e crítica a qualquer referência ao *Evangelho Social* e ao próprio *Pronunciamento Social da Igreja*. Dessa forma, na nova política editorial não existe praticamente espaço para artigos e outras produções consideradas polêmicas do ponto de vista político-teológico. Eis um dos argumentos anunciados para tal mudança:

Havendo em nossa igreja (felizmente) mais membros-de-igreja que pastores, o jornal será feito para os primeiros. Os pastores poderão socorrer-se da Revista Teológica, ou de publicações análogas, para debaterem aqueles assuntos que, apaixonantes para nós, e vitais para a Igreja, contudo são considerados pela maioria dos crentes com tédio²⁴⁸.

²⁴⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARDENO TUCCI, Maria Luiza (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 519. Para a historiadora Beatriz Kushnir, no Brasil a censura prévia apenas foi institucionalizada em 1970, em pleno governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. A explicação para esta implantação tardia e de um quadro reduzido de censores no Brasil, de acordo com a historiadora, estaria no “expediente da autocensura nas redações e dos demais órgãos de comunicação”. KUSHNIR, Beatriz. Da tesourinha ao sacerdote: os dois últimos chefes da censura brasileira. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFCar, 2006. p. 53.

²⁴⁷ Sobre essas práticas de vigilância e controle no jornal *Brasil Presbiteriano*, ver PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da Ditadura Militar (1966-1978)*, Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 163.

²⁴⁸ *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 08, p. 02, maio 1964.

A nova direção do jornal instituiu uma seleção de temas a serem lidos pelos fiéis; projeta-se uma divisão política e intelectual, pois os membros eram nomeados como incapazes de entender e discutir certos assuntos. O novo editorial identifica como tediosas para os crentes as discussões políticas e teológicas publicadas até então naquele jornal. Foi, na verdade, uma decisão política não permitir aos membros certos tipos de discussões. Além disso, os pastores que queriam fazer debates teológicos e políticos deveriam recorrer a outros instrumentos como a *Revista Teológica*, um espaço bem mais especializado em que somente um reduzido número de pastores teria lugar para publicar seus artigos, além de que o acesso a este tipo de informação ficaria restrito a poucos leitores. Sobressaem-se, agora, naquele jornal, publicações referentes ao crescimento da Igreja, histórias de pastores e personagens bíblicos, dificuldades financeiras, críticas ao Conselho Mundial de Igrejas, assim como intenso combate ao ecumenismo, ao comunismo e um notório apoio ao Golpe e ao Regime militar²⁴⁹. Como podemos perceber, a partir deste momento o jornal *Brasil Presbiteriano* deveria, ainda segundo a nova direção, “interpretar o país e a Igreja do ponto de vista presbiteriano”²⁵⁰.

Sobre essa intencionalidade, Antonio Gramsci afirmou que a imprensa no interior de um grupo funcionava como um aparelho político-ideológico importante na elaboração e difusão de uma visão de mundo que um determinado grupo hegemônico quer consolidar²⁵¹. Podemos afirmar que, estrategicamente, o jornal *Brasil Presbiteriano* buscava doutrinar os fiéis a partir de um consenso, além de apresentar para a sociedade qual era a posição política e religiosa da Igreja Presbiteriana do Brasil naquele momento. É importante ressaltar ainda que os construtores deste consenso ou os defensores dos interesses do grupo em questão, segundo Gramsci, são os intelectuais ou os especialistas. Estes ocupam importante espaço de decisão prática e teórica e de prestígio perante o grupo²⁵². Neste sentido, é significativo o entendimento que a historiadora Tânia de Luca nos apresentou sobre a importância dos periódicos, como fontes privilegiadas de pesquisa para se compreenderem certos aspectos políticos, uma vez que “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se

²⁴⁹ WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. *De pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 23-29.

²⁵⁰ *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 08, p. 02, maio 1964.

²⁵¹ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Vol. 2.

²⁵² GRAMSCI, A. A Formação dos Intelectuais. In: _____. *Os Intelectuais e a formação da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

elegeu como digno de se chegar até o público”²⁵³. As reportagens e editoriais publicados quinzenalmente pelo jornal *Brasil Presbiteriano* assumiram, sobretudo a partir de maio de 1964, uma dimensão politicamente estratégica e bastante específica, e, como tal, sofreu um processo de seletividade, escolha e negociação. Muito embora, antes mesmo das ações militares de 1964, já fosse possível localizar na documentação uma postura política que favorecia os setores contrários ao governo do presidente João Goulart.

3.2 A Igreja Presbiteriana do Brasil frente ao Golpe Civil-Militar de 1964

As ações militares de março/abril de 1964 foram capazes de mobilizar importantes segmentos sociais, seja em ações de apoio ou de repúdio. No que tange aos protestantes, o teólogo norte-americano Alexander Reily argumentou que sua grande maioria estava entre aqueles que receberam o novo governo. Assim, que houve:

[...] um alto grau de aceitação da intervenção militar pelos protestantes, a princípio pelo medo que João Goulart estivesse conduzindo o país para um caos socialista e possivelmente à guerra civil. Nesse caso o novo regime representou a salvação política da pátria. Medo da esquerda e simpatia pela direita parece refletir fielmente a mentalidade protestante majoritária²⁵⁴.

Um contingente considerável de protestantes apresentava naquele momento a convicção de que o Brasil pudesse ser dominado por comunistas ateus. Diante do quadro bastante amplo de apoio protestante ao Golpe de 1964, interessa-nos analisar como esse apoio se materializou em discursos e práticas²⁵⁵.

Segundo o ponto de vista de um dos poucos estudiosos sobre a relação da IPB com os militares, João Dias de Araújo, afirma:

Entre as igrejas evangélicas do Brasil, a Presbiteriana foi a mais envolvida e a mais comprometida com a revolução de 1964 por causa

²⁵³ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 138.

²⁵⁴ REILY, Alexander Durkan. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: AEST, 2003. p. 309.

²⁵⁵ A relação de outros grupos protestantes como os Batistas, durante o Golpe e o Regime Militar, sobretudo no estado da Bahia. Ver SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.); IVO, Alex de Souza... et al. *Ditadura Militar na Bahia: novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. Vol. 01.

das ligações dessa Igreja com a classe média e por causa do prestígio político que ela gozava nos meios políticos e militar²⁵⁶.

Para estudar este envolvimento, privilegiamos analisar algumas matérias e editoriais do *Jornal Brasil Presbiteriano*²⁵⁷. Neste sentido, na edição datada da 2ª quinzena de março daquele ano – mas que circulou apenas em abril, tendo ainda como redator o pastor Domício Pereira Matos – foi publicado editorial apresentando uma posição sobre as ações militares que depuseram o presidente João Goulart.

Transformou-se completamente a face da Nação. O alto comando militar assumiu as rédeas do país, deu-lhe certos aspectos constitucionais [...] revestiu de poderes especiais e está fazendo a “limpeza” para que os comunistas, agitadores e peculatórios fiquem de fora, e por muito tempo, sem os direitos políticos que lhes eram assegurados. [...] Com a mudança da fisionomia política da Nação, muitos mudaram a sua própria fisionomia. Há os que estão por cima e, entre eles, alguns maus brasileiros que deveriam ficar por baixo. [...] Nós não precisamos mudar. Graças a Deus estamos tranquilos e prontos a recomeçar a nossa pregação e a insistir nos pontos que temos ferido a respeito do Brasil e da necessidade de reformas estruturais para que haja melhores condições de vida para o nosso povo. [...] Graças a Deus, estão sendo banidos da Nação os agitadores extremados e, assim, não haverá mais perigo de os reacionários da direita, com a finalidade de nos combaterem, insistirem na confusão que gostam de fazer – todo reformista, todo pregador da justiça social, todo propugnador por um Brasil social e economicamente equilibrado é comunista. [...] Porque a situação política do Brasil mudou não vamos deixar de dizer que [...] camponeses estão sendo escravizados por situação agrária que não lhes permite o mínimo de conforto e bem estar. [...] O Cristianismo não pode ficar indiferente ao quadro social do Brasil. Precisa erguer a sua voz para dizer o que está acontecendo e estender suas mãos para ajudar o Governo a resolver os grandes e graves problemas²⁵⁸.

O editorial demarca um lugar político ao apresentar a Igreja como porta-voz das reformas estruturais do Brasil junto ao novo governo. Igreja e Estado deveriam caminhar em mesma direção e sanar o grave quadro social que se fazia presente. A

²⁵⁶ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história da igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 95.

²⁵⁷ Analisar o jornal *Brasil Presbiteriano* nos permite entender certas particularidades da Igreja Presbiteriana frente ao Golpe civil-militar de 1964. Especificidades que a diferem de instituições religiosas como a Igreja Metodista, cuja cúpula praticamente não se manifesta em relação ao golpe na imprensa oficial, o jornal *Expositor Cristão*. ALMEIDA, Vasni de. Os Metodistas e o Golpe Militar de 1964. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 37, p. 54-68, jul./dez. 2009.

²⁵⁸ REAFIRMAÇÃO de Princípios. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 06, p. 03, mar. 1964.

mudança no campo político com a presença dos militares no governo não acarretaria, a princípio, prejuízos na maneira de agir e pensar da Igreja em relação aos problemas sociais do país, pelo contrário, a Igreja deveria tornar mais sólida sua posição em defesa das reformas estruturais, com a vantagem de não ser, a partir de então, confundida ou nomeada de comunista. Era um discurso que também propunha uma seletividade entre aqueles considerados oportunistas, ou seja, apoiadores das mudanças sociais de última hora, e os tidos como coerentes com a defesa das reformas sociais no Brasil desde antes do Golpe.

É revelador como este discurso em torno da necessidade de reformas sociais, sem que o mesmo estivesse atrelado às esquerdas ou ao Comunismo, passou a ser amplamente utilizado por outras Igrejas após o Golpe civil-militar²⁵⁹. Sobre este aspecto, Thomas Skidmore afirmou que o presidente Castelo Branco “ponderava que a revolução tinha sido feita para assegurar desenvolvimento econômico e justiça social para todos”²⁶⁰. Na imprensa, este foi um discurso muito difundido. No estado de Pernambuco, em 1964 – sobretudo nos primeiros meses após o Golpe – o *Jornal do Commercio* partilhava desta visão, fazendo circular um discurso produzido por setores militares que pregavam a necessidade de realização das reformas sociais²⁶¹.

Analisando o referido editorial, podemos inferir que alguns pastores e líderes leigos – apresentavam-se comprometidos com as reformas e até mesmo com o governo de João Goulart e sintonizados com o *Evangelho Social* – apoiaram – pelo menos neste primeiro momento – as ações militares de março/abril de 1964, inclusive chegando a defender as cassações e a repressão, em referência, provavelmente, ao AI1. Medidas de exceções que, segundo Moniz Bandeira, assegurava aos militares a possibilidade de cassar mandatos e suspender por até dez anos os “direitos políticos de senadores,

²⁵⁹ A ideia de que os militares, após 31 de março de 1964, realizariam as reformas estruturais necessárias ao Brasil também foi bastante presente na Igreja Católica. Bispo como dom Hélder Câmara – adepto das diretrizes advindas do Concílio Vaticano II, que propugnavam por uma Igreja voltada para os mais necessitados – anunciava em parte da imprensa de Pernambuco as reformas que os militares deveriam realizar; para ele, “a revolução precisa completar-se. É chegada a hora de sua mensagem social, desde que todos os brasileiros têm que se unir em torno das reformas democráticas e cristãs”. D. HÉLDER diz que a revolução precisa agora das reformas. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 03, 03 jul. 1964. Ver também DOM HÉLDER, sobre o momento nacional. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 01-08, 21 jun. 1964.

²⁶⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 375.

²⁶¹ REVOLUÇÃO foi para renovar diz C. e Silva – Exército garantirá conquistas dos operários. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 01-08, 03 maio 1964. CORONEL falou ontem sobre a Revolução a estudantes de filosofia. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 04, 09 jul. 1964.

deputados, vereadores, justamente os mais votados do Brasil, tudo em nome da democracia representativa, ocidental e cristã”²⁶². Esta aprovação e comprometimento com o Golpe não se restringiu à Igreja Presbiteriana do Brasil, mas perpassou outros segmentos da sociedade, como amplos setores da Igreja Católica Romana; significativo exemplo disso foi dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife que também manteve, durante algum tempo, posição de apoio aos militares.

Sobre a posição oficial da Igreja Católica em relação ao Golpe civil-militar de 1964, Scott Mainwaring analisa que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), após haver apoiado o projeto de reformas sociais do governo de João Goulart, acabou por fortalecer a oposição e defender o Golpe. Porém, o autor problematizou essa posição analisando o manifesto da CNBB, de julho de 1964, intitulado *Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional* que, segundo o próprio Scott, apresentou-se como contraditório por expressar certas críticas ao Regime, expondo a existência de divergências. No entanto, sobressaiu neste documento da CNBB um notável apoio aos militares:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. (...) Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação²⁶³.

A aprovação e apoio ao governo começavam efetivamente a ser volumosos na imprensa presbiteriana, a partir do mês de maio, momento em que o jornal passou a ser editado por outro grupo – que como vimos, divergia quanto à posição teológica, política e social até então bastante disseminada na Igreja Presbiteriana do Brasil²⁶⁴. Este grupo

²⁶² MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 348-349.

²⁶³ Trecho do manifesto *Declaração da CNBB sobre a situação nacional*. MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 102.

²⁶⁴ No primeiro capítulo apontamos, em grande medida, como setores da IPB, fazendo uso do jornal, a partir das ações militares de março/abril de 1964 adotaram postura de combate ao *Pronunciamento Social*

se torna dominante na Igreja Presbiteriana do Brasil e no comando do jornal, implementa outra orientação religiosa e política no jornal²⁶⁵. São matérias elogiosas à nova situação política do país: exemplo dessa perspectiva foi a divulgação de uma mensagem de congratulações ao governo, intitulada *Representação ao Sr. Presidente da República*. A matéria, dirigida ao Presidente Marechal Castelo Branco, foi apresentada na Câmara dos Deputados pelo parlamentar do estado de São Paulo, Lauro Monteiro da Cruz²⁶⁶, solicitando orações dos presbiterianos ao novo governo:

Nessa mensagem, o Sínodo, respeitosamente, declara que dirige a Deus orações em favor do mais alto magistrado da República. Que nessas orações, muito especialmente, o Sínodo pede a Deus em favor da saúde pessoal, preciosa de V. Excia., a cobertura de ampla inspiração divina, afim de que V. Excia. saiba dirigir com sabedoria, serenidade e firmeza, os destinos da nação [...] Que deste modo, o governo de V. Excia. passe à História, como um governo autenticamente democrático, humildemente temente a Deus [...]. Que a espada de Caxias, - fulgurante e impávida -, reviva nas mãos austeras de V. Excia., como garantia e penhor da defesa das instituições democráticas da República [...] Que, finalmente, Deus ilumine e guarde, sempre, a V. Excia., para o bem da Pátria e para inspiração e exemplo de seus generosos filhos [...]. Na certeza irrefutável de que a justiça exalta as Nações e de que o Pecado é o opróbrio dos Povos, - hipotecam, Senhor Presidente, - respeitosamente e patrioticamente, enorme soma de confiança em seu governo²⁶⁷.

A mensagem foi assinada pelo Pastor Gutenberg de Campos, Secretário responsável pelas atividades cívico-sociais do Sínodo Oeste do Brasil, que abrangia apenas parte do estado de São Paulo, que neste momento contava com mais um Sínodo, isso porque o referido estado dispunha de aproximadamente 263 templos religiosos, número significativo, se compararmos com o de toda Região Nordeste, que neste

da Igreja, ou seja, como vai se estruturando uma crítica contundente, uma pressão aos defensores do que neste período ficou conhecido como *Evangelho Social*.

²⁶⁵ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Vol. 2.

²⁶⁶ Deputado Federal, 1951-1955, SP, UDN; Deputado Federal, 1959, SP, UDN; Deputado Federal, 1963, SP, UDN; Deputado Federal, 1967, SP, UDN; Deputado Federal, 1971, SP, ARENA. Presidente da Associação Evangélica Beneficente de São Paulo e Membro do Grupo Parlamentar da Liderança Cristã, 1967. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=12512>. Acesso em: 07 ago. 2012.

²⁶⁷ REPRESENTAÇÃO ao Sr. Presidente da República. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 08, p. 01, maio 1964. É importante mencionar que este número circula, tardiamente, no mês de maio devido a alterações como a interrupção do jornal e mudanças em sua direção efetivadas em final de abril.

mesmo período atingia quantitativo estimado de 331 templos²⁶⁸. A mensagem incorpora uma homogeneidade supostamente existente para toda a Igreja Presbiteriana, chegando mesmo a se referir em termos nacionais, expressando qual deveria ser a vontade do Brasil e da Igreja naquela hora. Ao mesmo tempo em que, para defender as instituições democráticas nacionais, legitimava a utilização da violência por parte do Marechal Presidente Humberto Castelo Branco: este era associado a Caxias, nacionalmente constituído como um pacificador diante de suas ações durante a Guerra do Paraguai.

Ainda no mês de maio, o Pastor Oscar Chaves, que naquele momento trabalhava e residia na cidade de Santo André (SP), publica no jornal *Brasil Presbiteriano* uma matéria em que afirma:

Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril: o expurgo dos comunistas e seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil. A Providência de Deus se fez sentir na hora certa, quando muitos fiéis, já ansiosos e temerosos, pensavam que a nação teria de ser flagelada pela horda dos anarquistas e materialistas - Deus agiu na hora certa, repetimos usando a coragem e o patriotismo das Forças Armadas e de civis²⁶⁹.

Há neste fragmento a preocupação do pastor em não apresentar qualquer distinção doutrinária; pelo contrário, constrói uma imagem em que todos eram cristãos e estavam felizes com os acontecimentos recentes e seus resultados políticos, ações, estas, entendidas como responsáveis por conter o avanço do Comunismo, que ameaçava dominar e administrar o Brasil, ressaltando como importante a coragem de setores militares e civis que agiram unidos em torno de um bem maior, determinado por Deus. As ações militares não foram apresentadas como um Golpe, e sim como revolução capaz de reestabelecer a ordem e levar o país à normalidade política e social. Entendemos, portanto, que para este setor da Igreja Presbiteriana do Brasil, esta *irresistibilidade*²⁷⁰ da revolução não ocorreu por uma vontade em si, como ação que se assemelhe aos movimentos cíclicos dos astros, mas que se trata de um movimento fruto

²⁶⁸ Estes são dados estimados referentes ao ano 1967, extraídos da *Estatística do Culto Protestante do Brasil 1967*, do Serviço de Estatística Demografia, Moral e Política, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

²⁶⁹ *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 08, p. 07, maio 1964.

²⁷⁰ O termo *irresistibilidade* foi empregado por Hannah Arendt para pensar o período revolucionário na França no final do século XVIII, mais precisamente a Revolução Francesa. ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 78-81.

da “Providência de Deus” e, como tal, deve ser algo imutável. Podemos pensar que aquele momento foi apresentado como cumprimento de etapa desconhecida e incompreendida por muitos brasileiros, mas necessária e previsível aos desígnios divinos em direção ao juízo final, representando, assim, uma concepção temporal linear e teleológica, pois aquela tinha sido a hora de Deus. E sendo a revolução de 1964 uma ação estabelecida por Deus, ela foi construída pelo periódico *Brasil Presbiteriano* como um movimento glorioso. Muito provavelmente incorporando como referência positiva ou modelo a ser seguido por todos os países cristãos, a Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, quando foi “possível depor uma odiosa dinastia sem derramamento de sangue”²⁷¹.

É importante ressaltar que a imagem do Golpe como ação cristã era sistematicamente reforçada naquele periódico por seu caráter pacífico, de que não haveriam ocorrido embates sangrentos, em detrimento da violência e ameaças provocadas pelos comunistas durante um governo que compactuava com a corrupção e com o desrespeito às instituições democráticas. Tratava-se de um discurso construído pela Igreja para legitimar o Golpe como ação derivada da providência divina, enquanto a posição política anterior a 1964 passou a ser vista como destituída de qualquer respaldo divino.

Na edição de junho de 1964, o jornal publicou extensa matéria cujos argumentos reforçam a confiança da Igreja no governo militar, além de projetar qual deveria ser o papel da Igreja Presbiteriana do Brasil na nova ordem política. Ou seja, o jornal continuava convocando e proclamando o apoio dos presbiterianos e dos cristãos às Forças Armadas e ao Presidente:

Tudo indica, pois, que as forças armadas intervieram com senso de oportunidade [...]. Cremos que os presbiterianos, seja qual for o partido, devem a si mesmo, a Cristo e a Nação uma atitude positiva de participação nas tarefas [...] que aguardam o país [...]. O presidente da República tem se revelado um cidadão sereno, judicioso, bem intencionado [...] Merece, com seu governo, o apoio dos cristãos²⁷².

²⁷¹ KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 68.

²⁷² NOVO Governo. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 09, p. 03, jun. 1964.

A matéria esclareceu que a intervenção militar de março de 1964 foi traçada respeitando um *senso de oportunidade*. Tratava-se, portanto, de ação legítima, referendada. Circunstâncias perante as quais não só os presbiterianos mais todos os cristãos, sem distinção de credo, deveriam assumir posição de intenso apoio e lealdade para com o novo governo, independentes de questões partidárias. Este era o momento de união, de participação de todos no novo caminho. Somava-se a isso o fato de que o Brasil se encontrava chefiado por um homem imbuído de qualidades fundamentais, sendo descrito não apenas como militar, um Marechal, mas também como autêntico cidadão brasileiro.

Analizando os jornais de outras igrejas protestantes a respeito do Golpe de 1964, como o periódico da Igreja Batista, há uma considerável sintonia com a política editorial do jornal da IPB. Em abril daquele ano, foi publicado no *O Jornal Batista*, um artigo intitulado *Novo Governo*, expressando o que seria o pensamento do povo brasileiro e o pensamento daquela instituição. Assim que:

Nosso novo presidente empossado em cerimônia solene no dia 15 de abril, foi, como chefe do Estado-Maior do exército, um dos líderes da revolução vitoriosa, que em dois dias empolgou o Brasil inteiro, sem encontrar nenhuma resistência a sua indicação pelos mentores civis e militares da revolução, foi unânime e o Congresso nada mais fez que chancelar essa escolha²⁷³.

Segundo a historiadora Elizete Silva, houve, de fato, por parte dos batistas, um apoio imediato às ações militares²⁷⁴. Essa posição era anunciada em artigo intitulado *Responsabilidade dos crentes nesta hora*, que circulou no dia 12 abril:

Os acontecimentos militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação [...]. O presidente que vinha fazendo um jogo extremamente perigoso foi afastado. A democracia já não está mais ameaçada. A vontade do povo foi entendida e respeitada [...]²⁷⁵.

²⁷³ NOVO governo. *O Jornal Batista*, p. 03, 26 abr. 1964.

²⁷⁴ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.); IVO, Alex de Souza... et al. *Ditadura Militar na Bahia: novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. Vol. 01, p. 35.

²⁷⁵ RESPONSABILIDADE dos crentes nesta hora. *O Jornal Batista*, p. 03, 12 abr. 1964.

Observa-se, em relação ao apoio ao governo militar, que *O Jornal Batista* refere-se a uma homogeneidade institucional, além de justificar a posse do Marechal Humberto Castelo Branco em clima de consenso entre os militares e civis envolvidos com o Golpe. As ações militares foram apresentadas como uma revolução, reforçando ainda mais o apoio a essas ações. Em outros termos, *O Jornal Batista* construiu um discurso no qual o Golpe reestabeleceu a democracia e expressou a vontade do povo. Tal entendimento parece mesmo ter sido bastante comum entre setores preponderantes do protestantismo nacional, como a Igreja Batista e a IPB, que naquele momento representavam as duas maiores instituições protestantes do país²⁷⁶.

Em Pernambuco, o apoio aos militares por parte da Igreja Presbiteriana do Brasil foi publicamente divulgado já em 05 de abril, momento em que o Sínodo de Pernambuco utiliza-se de um dos maiores jornais em circulação no estado, o *Jornal do Commercio*. Neste momento o Sínodo de Pernambuco tem sob sua jurisdição, aproximadamente 100 igrejas presbiterianas²⁷⁷. Assim, orienta tais igrejas para que fosse realizado um “*Culto de Ação de Graças*”.

A Secretaria de Educação Religiosa do Sínodo de Pernambuco, jurisdicionando as igrejas regionais, está recomendando que seja realizado culto de ação de graça pela preservação das garantias nacionais que, em hora oportuna, o valoroso soldado brasileiro soube defende-las. Recomenda ainda orações pelas nossas autoridades – civis e militares que, nesta – nova fase do destino de nosso querido Brasil, sejam inspiradas em toda a justiça e amor para todas as classes sociais principalmente os mais pobres e humildes²⁷⁸.

O comunicado destacava dois significativos atos religiosos a serem realizados: o culto em ação de graças e orações em favor do novo governo, ambos com a função primordial de anunciar o Golpe como instituído por Deus, portanto, inquestionável; além de tornar pública a posição da IPB em Pernambuco.

O culto de ação de graças é um momento quando toda a comunidade religiosa de determinada Igreja é convidada a prestar agradecimentos a Deus por uma vitória

²⁷⁶ Sobre o apoio da Igreja Batista ao Golpe de 1964 na Bahia, ver também, ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

²⁷⁷ Dado estimado para o ano de 1967, conforme a *Estatística do Culto Protestante do Brasil 1967*, do Serviço de Estatística Demografia, Moral e Política, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

²⁷⁸ CULTO de ação de graça dos presbiterianos. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 48, 05 abr. 1964.

alcançada a um dos seus membros ou uma graça que tenha atingido a coletividade. Esta prática dos cultos de ação de graças parece mesmo haver sido bastante disseminada no período, como lembrou o professor Zwinglio Mota Dias, que em 1964 era um recém-pastor presbiteriano no estado de Minas Gerais. Segundo o Pr. Dias, “as Igrejas faziam muitos cultos de gratidão a Deus pelo Golpe. Pedindo a Deus a benção para um novo Brasil que estava nascendo graças aos militares”²⁷⁹. É possível que inúmeras igrejas tenham de fato seguido as orientações da cúpula estadual, porém pesquisar a recepção de tais recomendações revelou-se difícil tendo em vista as dificuldades em acessar os documentos, sobretudo porque as instituições não demonstram interesse em sua divulgação, vindo a defini-los como de uso interno, ficando tais documentações sob a guarda dos Conselhos das Igrejas.

No *Boletim Dominical*²⁸⁰ da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, na cidade do Recife²⁸¹, no primeiro domingo após o Golpe civil-militar, não localizamos quaisquer referências àquele acontecimento²⁸². Uma possibilidade é que o *Boletim* já estivesse confeccionado pela gráfica, não havendo como inserir qualquer comentário ou nota. Ou ainda, que os líderes da Igreja preferiram aguardar um pouco mais para terem segurança que os golpistas tinham o controle do País. No entanto, no domingo seguinte, 12 de abril, circulou em sua primeira página um editorial sob o título, “Oremos pela Pátria, conclamando seus crentes a orar pela Pátria a fim de que Deus oriente os que a dirigem na solução de seus angustiosos problemas [...]”. Compareça à reunião de oração, todos os

²⁷⁹ Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela. Zwinglio é teólogo, ex-pastor presbiteriano e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

²⁸⁰ Os *Boletins* seguiam um padrão, eram publicações de formato retangular contendo várias páginas com informações breves, distribuídos sempre aos domingos pelas manhãs para todos os membros e frequentadores em geral.

²⁸¹ A Igreja Presbiteriana da Boa Vista localiza-se em área central da cidade. No período analisado, figurava entre as maiores e mais importante Igreja Presbiteriana de Pernambuco, com aproximadamente 1000 membros. Este dado é referente ao ano de 1967, como consta na *Estatística do Culto Protestante do Brasil 1967*, do Serviço de Estatística Demografia, Moral e Política, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

²⁸² Para nossa surpresa e sob certa vigilância, fomos autorizados a pesquisar no arquivo da Igreja Presbiteriana da Boa Vista: trata-se de volumoso e bem conservado acervo. Nosso interesse foi intencionalmente direcionado às *Atas* referentes às reuniões do Conselho da Igreja e aos *Boletins Dominicais* por entendermos serem representativos da maneira de agir e pensar naquela instituição em particular e, possivelmente, em inúmeras outras comunidades presbiterianas. Em relação aos *Boletins*, algumas especificidades deverão ser pontuadas rapidamente, sobretudo por se tratarem de informativo de leitura fácil e mensagens curtas e objetivas, distribuídos gratuitamente para todos os presentes.

domingos, antes da Escola Dominical, no terceiro pavimento”²⁸³. Em 19 de abril, foi publicado também em primeira página outro informe se utilizando do mesmo título *Oremos pela Pátria*, o *Boletim* esclarece que, “a Bíblia nos manda orar pelas autoridades. Aqui é casa de oração. Oremos, irmãos, oremos pela Pátria e Deus, que rege os destinos das nações, guiará nossos destinos”²⁸⁴. Os informes, a exemplo do ocorrente no jornal *Brasil Presbiteriano*, reforçam a posição de legitimidade em relação aos militares. Aprovação que deveria ser confirmada e aceita por todos, com orações e preces pelo novo governo e pelo Brasil, como determina a própria Bíblia.

Podemos pensar que esta posição anunciada nos *Boletins* também estivesse relacionada a indagações que o Conselho da Igreja²⁸⁵ recebia de membros preocupados com os recentes acontecimentos no país. Analisando as *Atas do Conselho da Igreja* de 20 de abril de 1964 deparamo-nos com o seguinte registro: “Recebe-se uma carta do membro desta Igreja [...] solicitando do Conselho sua definição sobre a atitude da Igreja em face do movimento revolucionário brasileiro [...]”²⁸⁶. Diante desta solicitação, o Conselho reporta-se “ao irmão agradecendo-lhe o interesse pela segurança ideológica da Igreja, pedindo sua colaboração no sentido de apontar membros da Igreja porventura agitadores para admoestá-los à luz da Bíblia”²⁸⁷. Com esta posição, o Conselho estimula no interior da Igreja uma política de vigilância e de denunciismo, onde todos eram responsáveis pelo cumprimento da ordem. Mas, levando-se em consideração a preocupação externada pelo remetente e a posição do Conselho da Igreja, havia ali pessoas com pensamentos discordantes quanto à legitimidade do Golpe civil-militar, daí a vontade de saber qual deveria ser a posição daquela Igreja. Nomeados de *agitadores* – e neste caso, podemos supor que pudessem mesmo haver sido descritos como comunistas, pois essa era identificação bastante comum naquele momento – estes deveriam ser identificados com a ajuda do próprio emissário da carta, e posteriormente

²⁸³ Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, Ano XII – Recife, domingo 12 de abril de 1964, nº 565. Arquivo Interno.

²⁸⁴ Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, Ano XII – Recife, domingo, 19 de abril de 1964, nº 566. Este mesmo comunicado foi publicado no boletim do domingo 10 de maio de 1964, nº 569. Arquivo Interno.

²⁸⁵ O Conselho da Igreja é formado pelo pastor, que é quem preside, e os presbíteros eleitos pela membresia para mandatos regulares (esse presbíteros são, em sua maioria, pessoas consideradas experientes naquela Igreja). São estes Conselhos que administram as igrejas locais.

²⁸⁶ Ata da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, nº 885, 20/04/64, p. 24/b. Livro VII, nº 876 a 923. Arquivo Interno.

²⁸⁷ Ata da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, nº 885, 20/04/64, pp. 24/b-25/a. Livro VII, nº 876 a 923. Arquivo Interno.

admoestados²⁸⁸. Vemos, então que o próprio Conselho da Igreja estimula uma política de “deduração”.

Além da documentação interna das igrejas, que tratava da convocação e realização de orações e cultos em ação de graças em apoio e em defesa do Golpe, circulou na imprensa, em Pernambuco, no dia 07 de abril – portanto, antes mesmo da realização da *Marcha da Família* acontecida na cidade do Recife, aos 09 de abril – um *manifesto de apoio e de júbilo em face da atuação das Forças Armadas brasileiras*²⁸⁹ elaborado pela Igreja Presbiteriana Fundamentalista²⁹⁰. O manifesto foi uma saudação aos militares como aqueles que, pela misericórdia de Deus e na hora apropriada, salvaram o Brasil da praga maligna que era o Comunismo, sendo concluído com uma convocação a todos os evangélicos da cidade para orar, louvar e agradecer a Deus pelo movimento militar em um culto solene também de ação de graças:

Convidamos daqui, todos os membros das Igrejas Presbiteriana Fundamentalista, todos os batistas fundamentalistas, todos os pentecostais fundamentalistas e finalmente todos os realmente evangélicos, sejam presbiterianos, congregacionais ou batistas, para a grande concentração de Ação de Graças que se realizará no templo da Igreja Presbiteriana do Recife, na próxima terça-feira, 7 de abril, às 20 horas²⁹¹.

Neste sentido, a Igreja Presbiteriana Fundamentalista e a Igreja Batista manifestaram publicamente seu apoio ao golpe civil-militar de 1964; entretanto, no que diz respeito à IPB, havia setores que revelaram prudência frente aos acontecimentos de março/abril de 1964: referimo-nos às unidades de ensino teológico, como o Seminário Presbiteriano do Norte/SPN²⁹². Em 10 de abril de 1964, em Assembleia do Diretório Acadêmico que contou com a participação tanto dos seminaristas como do Reitor – o

²⁸⁸ Admoestar, neste caso, seria “advertir (alguém) de maneira branda (sobre alguma coisa); aconselhar”, *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Esse disciplinamento na IPB segue um rígido *Código de Disciplina*.

²⁸⁹ PRESBITERIANOS promoverão concentração de júbilo. *Jornal Diario de Pernambuco*, Recife, 07 abr. 1964. Segundo Caderno, p. 04.

²⁹⁰ Trata-se de divisão ocorrida na IPB na década de 1950, em Pernambuco. A Igreja Presbiteriana Fundamentalista mantinha como líder o pastor presbiteriano Israel Gueiros.

²⁹¹ PRESBITERIANOS promoverão concentração de júbilo. *Jornal Diario de Pernambuco*, Recife, 07 abr. 1964. Segundo Caderno, p. 04.

²⁹² Neste momento, a IPB dispunha de três unidades de ensino religioso para formação de novos pastores: Seminário Presbiteriano do Norte – Recife/PE, Seminário Presbiteriano do Sul – Campinas/SP, e Seminário do Centenário – Vitória/ES.

norte-americano Paul Everest Pierson²⁹³ – e professores representantes dos docentes, foi redigida a seguinte *Ata* em relação aos recentes acontecimentos políticos do país:

O Reitor Paul Pierson [...] pediu orações pelo Seminário e pela Pátria, acrescentando que devemos manter uma posição equilibrada e cristã. A professora [ilegível] Pester, em nome das esposas dos professores, reiterou o seu apoio às palavras do Reitor²⁹⁴.

No mês de maio, em uma reunião extraordinária da Congregação dos Professores do Seminário – órgão composto de professores, Reitor e Deão²⁹⁵ – foi proferido um discurso que procurou respaldar o golpe militar. Entre alguns pontos presentes, destaca-se que era necessário “acatar e apoiar as autoridades públicas constituídas e colaborar com elas nos compromissos assumidos com a nação [...]”²⁹⁶. Também, em uma posterior Assembleia dos Estudantes, houve a preocupação por parte do Reitor em solicitar orações em prol do país, e que os seminaristas – em grande maioria residentes na instituição – mantivessem uma posição de prudência cristã em relação ao governo militar. Para ele, era preciso que os seminaristas aceitassem às autoridades civis, pois uma vez instituídas por Deus seriam inquestionáveis. Ao mesmo tempo alerta aos estudantes, que exerciam alguma atividade política, sobre os perigos daquele momento. O Reitor sabia que alguns professores e alunos do SPN interagiam consideravelmente com toda uma discussão – apresentada anteriormente – em torno de um Evangelho que considerava a pobreza como questão social e política, como era o caso do professor João Dias de Araújo, um dos maiores propagadores e defensores do *Pronunciamento Social da Igreja* e participante da *Conferência do Nordeste* em 1962.

Não sabemos até que ponto os alunos corresponderam ao pedido do Reitor Paul Everest Pierson, mas neste primeiro instante, após o Golpe de 1964, não foram

²⁹³ Paul Pierson trabalhou no Brasil, sobretudo no Nordeste, durante 14 anos a serviço da Central Brazil Mission of the Presbyterian Church in the U.S.A. Nos EUA, na década de 1970, produziu importante obra onde analisou a IPB em diálogo com os problemas da sociedade brasileira. PIERSON, Paul. *A younger church in a search of maturity: presbyterianism in Brazil from 1910 to 1959*. San Antonio: Trinity University Press, 1974.

²⁹⁴ Livro de Ata do Diretório Acadêmico George Edward Henderlight, nº 49, 10/04/64. Arquivo Histórico do Seminário Presbiteriano na cidade do Recife.

²⁹⁵ O Deão geralmente é alguém escolhido entre os professores residentes no próprio seminário para acompanhar o seu cotidiano, como possíveis necessidades dos estudantes que, em sua maioria, também residem no próprio seminário, e prezar pela ordem e disciplina interna.

²⁹⁶ Livro de Atas da Congregação dos Professores do Seminário Presbiteriano do Norte, nº 180, 20 e 27/05/64, p. 165. Arquivo Histórico do Seminário Presbiteriano na cidade do Recife.

localizados documentos que registrassem críticas aos militares por parte dos seminaristas e nem mesmo dos professores do SPN. Algo um pouco diferente havia ocorrido em outra unidade de ensino teológico, no Seminário Presbiteriano do Sul/SPS, localizado na cidade de Campinas, estado de São Paulo; onde o Centro Acadêmico Oito de Setembro (CAOS) enviou à Comissão Executiva do Supremo Concílio – reunida em Brasília no início de 1965 – um relatório de suas atividades referentes ao ano anterior. Em relação ao golpe civil-militar, o relatório – assinado pelo Presidente do CAOS, o seminarista Elias Abrahão – externava a seguinte posição:

Um outro fato que deve ser aqui mencionado, mais para evitar falsas interpretações do que informar, é o ocorrido em nosso Seminário logo após o movimento do dia 31 de março, ocasião em que o nosso Centro Acadêmico esteve reunido em sessão permanente. A finalidade desta sessão era a de manter os colegas em contato com as atividades estudantis, não querendo isto significar uma subserviência pacífica aos interesses da organização estudantil nacional (UNE). Houve, na ocasião, um pedido à congregação do SPS, para suspensão das aulas, enquanto durasse a crise político-militar, pedido que não foi atendido. Não houve por parte do corpo discente, nenhuma manifestação, ainda que alegássemos não ser produtivo um estudo naquelas condições²⁹⁷.

A reação dos alunos do SPS – pelos menos daqueles ligados ao Centro Acadêmico – ao golpe civil-militar, seja por meio de sessões permanentes ou por seus contatos com a UNE, não levou à suspensão ou alteração das atividades na instituição de ensino²⁹⁸. Excetuando-se esta posição por parte do corpo discente, a Congregação dos Professores e a própria direção do SPS não externaram nenhum tipo de comunicado – o qual tivéssemos acesso – condenando ou apoiando as ações militares de março de 1964.

É possível inferir que houve entre alguns setores da IPB uma manifestação de prudência e que poucas foram as vozes e manifestações contrárias às ações dos militares neste primeiro instante, mas prevaleceu uma correspondência de mentalidades e expectativas que circulavam no cenário sociopolítico e religioso, em relação ao Golpe

²⁹⁷ *Relatório do Presidente do CAOS, referente ao ano de 1964.* Pasta referente à Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, realizada na cidade de Brasília, no início de 1965. Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

²⁹⁸ É importante ressaltar que os contatos entre o CAOS – mais precisamente entre todos os Centros Acadêmicos – e a UNE aconteciam de maneira extraoficial, tendo em vista que o Supremo Concílio da IPB não lhes permitia qualquer aproximação ou filiação.

de 1964. A Igreja Presbiteriana do Brasil constituía-se, assim, em considerável força de legitimação por conferir “às instituições uma aparência de inevitabilidade, firmeza e durabilidade análogas a essas qualidades tais como se atribuem aos próprios deuses”²⁹⁹.

Em outros termos, a Igreja passou a compor uma rede que em alguns momentos extrapolou os limites da própria instituição religiosa ao interagir com outros setores da sociedade, participando de significativas manifestações públicas em cidades como São Paulo e Recife, cujo discurso ressaltava consideravelmente o papel da Igreja diante da nova configuração política do Brasil, o combate ao Comunismo e o caráter divino do Golpe civil-militar.

3.3 Para além dos muros da igreja

Introduzida por missionários presbiterianos norte-americanos atuantes no Brasil, a Mackenzie surgiu na cidade de São Paulo, no final do século XIX, como escola primária. Durante o Estado Novo, a Mackenzie tornou-se Universidade e na década de 1960 era uma instituição de ensino da Igreja Presbiteriana do Brasil, uma vez que a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos havia transferido sua estrutura para a igreja nacional. Reconhecida como espaço confessional e tradicional, tendo em seus corpos docente e discente considerável contingente de presbiterianos. Fazendo referências à Mackenzie como instituição de ensino na cidade de São Paulo, o pastor e missionário norte-americano Jaime Wright³⁰⁰ – um dos responsáveis pela *Central Brazil Mission of the Presbyterian Church in the U.S.A.* – rememorou que após o Golpe civil-militar a Universidade se revelou em espaço de forte tendência pró-Governo militar:

[...] o Mackenzie, na época, era conhecido como a sede do C.C.C. (Comando de Caça aos Comunistas), e os conflitos que havia na Rua Maria Antônia com a Faculdade de Filosofia da USP, que na época era do outro lado da rua do Mackenzie [...]. Era o Mackenzie que estava a favor do Regime Militar, a ponto de ter essa administração ali (Comando de Caça aos Comunistas), e se jogavam, se pinchavam uns aos outros [...]³⁰¹.

²⁹⁹ BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 49.

³⁰⁰ O Pastor Jaime Wright tornou-se conhecido militante dos Direitos Humanos no Brasil, quando, na década de 1980, participou com Dom Evaristo Ayres da construção do livro *Brasil: tortura nunca mais*.

³⁰¹ Entrevista do Pastor norte-americano Jaime Wright realizada na cidade de Vitória aos 26 de março de 1999. Fragmento publicado em PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão*

Sua narrativa nos apresentou esta Universidade presbiteriana como local de enfrentamento contra aqueles contrários ao Regime Militar, além de abrigar a sede do Comando de Caça aos Comunistas no estado de São Paulo, o que, para o entrevistado, era um fato conhecido³⁰². O conflito rememorado por Jaime Wright tornou-se nacionalmente conhecido como *O conflito da Rua Maria Antônia*, ocorrido entre os dias 02 e 03 de outubro de 1968, envolvendo estudantes do Mackenzie ligados a organizações como o Comando de Caça aos Comunistas, e da USP, que concentrava estudantes membros, na época, da extinta UNE. Este conflito resultou em inúmeros feridos e na morte do estudante secundarista José Guimarães³⁰³. Dias depois era realizado o XXX Congresso da UNE no município de Ibiúna, estado de São Paulo. Os estudantes, em sua quase totalidade, foram presos, muito dos quais haviam sido participantes dos confrontos na Rua Maria Antônia. Em dezembro daquele ano é publicado o AI5, contribuindo, assim, para desmobilizar a principal força de oposição ao Regime naquele momento, que era o movimento estudantil³⁰⁴.

O desmantelamento do movimento estudantil no Brasil não parte apenas dos órgãos de repressão do Estado: como narrou o Pastor Jaime Wright, a Universidade Mackenzie, como sede do Comando de Caça aos Comunistas, também cooperava neste combate, reforçando, assim, o processo de apoio ao Regime Militar.

Em 1964, os estudantes da Universidade Mackenzie também participaram da passeata em São Paulo, no dia 02 de abril, em apoio ao golpe civil-militar. A revista *Manchete* daquele mês ao registrar o Golpe de 1964 em estados como Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro publica uma cobertura fotográfica, concentrando-se em destacar a passeata dos alunos da universidade presbiteriana. Esse tipo de jornalismo fotográfico havia se propagado consideravelmente na primeira metade do século XX em revistas mundialmente importantes, a exemplo da *Life*, publicada nos EUA. A intensa

na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da Ditadura Militar (1966-1978), Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 166.

³⁰² “O Comando de Caça aos Comunistas foi uma organização de extrema-direita que se caracterizou como paramilitar. Basicamente constituiu-se por estudantes universitários, agentes policiais e militares, localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, e outras localidades do país”. Artigo de LOPES, Gustavo Esteves. Intimidação e terrorismo: História Oral do Comando de Caça aos Comunistas (1962-1968). In: Encontro Regional de História – O lugar da História, 17, 2004, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUH/SP-UNICAMP, 2004. Cd-rom.

³⁰³ DESTRUIÇÃO e morte por quê? Revista *Veja*, 09 out.1968.

³⁰⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3). p. 185.

presença de imagens tinha como objetivo produzir uma perspectiva de verdade e realidade e, assim, prender mais facilmente a atenção dos seus leitores³⁰⁵.

As imagens da revista *Manchete* serão pensadas aqui como pontos de partida para leitura e interpretação da maneira como foi representada a cidade de São Paulo e sua população, após o Golpe para seus leitores em todo o país. Neste sentido, selecionamos, do conjunto fotográfico capturado pelas lentes do fotógrafo para composição da reportagem, algumas imagens representativas deste olhar. Em única página, o editor harmoniza três imagens de espaços no centro da cidade de São Paulo, como as avenidas São João e Rio Branco, esta última onde se encontrava o Palácio dos Campos Elíseos, que naquele momento era a sede do Governo e residência oficial do governador.

³⁰⁵ MANJARREZ, Maricela Gonzáles Cruz. Momentos y modelos en la vida diaria. El fotoperiodismo en algunas fotografías de la ciudad de México, 1940-1960. In: LOS REYES, Aurélio de (Coord.). *Historia de La vida cotidiana em México. Siglo XX. La imagen, espejo de La vida?* Tomo Volumen 2. Ciudad de México: El Colégio de México; Fondo de Cultura Económica. p. 230-233.



Figura 4: Fotografias da Revista Manchete. Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, abril de 1964 – Ano 11. Edição Histórica – Biblioteca da Pós-Graduação de História.

As informações contidas na legenda também informam ao leitor que as imagens se referem às primeiras movimentações cívicas e festivas da sociedade paulista em relação ao Golpe. Manifestação que haveria culminado com a *passeata da vitória*, que teve como ponto mais elevado a participação dos estudantes da Universidade Mackenzie, expressando com palavras de ordem seu repúdio ao Comunismo. Essa destacada presença de estudantes interagindo com outros segmentos sociais da cidade de São Paulo foi registrada pelo fotógrafo da revista *Manchete* no momento em que um grupo de estudantes impunha as bandeiras do estado de São Paulo e da Universidade

num espaço que acreditamos ser o Palácio do Governo, uma vez que o editor informava que para lá haviam se dirigido milhares de pessoas.

Em conjunto, as imagens captam a maior cidade do país vivendo um clima de liberdade e expectativa em relação à vitória final do movimento militar, fato este confirmado pelos alto-falantes que transmitiam as informações propagadas pela *Rede da Democracia*³⁰⁶, como destaca uma das legendas. As imagens apresentam uma cidade vibrante e alegre celebrando espontaneamente os acontecimentos políticos das últimas horas em uma de suas principais avenidas, repleta de papéis picados jogados dos prédios. Ao mesmo tempo, retrata que a cidade de São Paulo permaneceu dentro de uma normalidade, de uma ordem constitucional preservada, com sua rotina pacificamente alterada apenas pelas manifestações públicas como a *passeata da vitória*.

Passeatas e manifestações em comemoração ao fim do governo do Presidente João Goulart saudando o novo governo foram bastante comuns naquele período, como as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* que vinham sendo realizadas em inúmeras cidades e capitais antes do golpe. Estas eram organizadas, segundo René Dreifuss, por grupos femininos ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), uma vez que:

Custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica – CEC. Ele também assistia financeiramente, provia experiência organizacional e orientação política a esses grupos conservadores católicos e de cunho familiar, como a Campanha da Mulher Brasileira, o Movimento de Arregimentação Feminina – MAF (liderado por Antonieta Pellegrini), a Liga Independente para a Liberdade (dirigida por Maria Pacheco Chaves), o Movimento Familiar Cristão – MFC, a Confederação das Famílias Cristãs – CFC, a Liga Cristã contra o Comunismo, a Cruzada Democrática Feminina do Recife – CDFR, a Associação Democrática Feminina – ADF (de Porto Alegre) e a Liga das Mulheres Democráticas – LIMDE (de Minas Gerais)³⁰⁷.

³⁰⁶ Com o objetivo de destituir o governo do Presidente Goulart, a *Rede da Democracia* foi um “arranjo formado pelas empresas jornalísticas *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*, a Rede da Democracia surgiu em outubro de 1963 como um programa radiofônico, diário, encabeçado pelas respectivas emissoras daquelas empresas – *Rádio Globo*, *Rádio JB* e *Rádio Tupi* – e retransmitido por centenas de emissoras país a fora”. SILVA, Eduardo Gomes. *A rede da democracia e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. p. 01.

³⁰⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. p. 312.

Antes do Golpe, essas marchas se constituíram em demonstrações públicas de críticas, atacando e condenando a política do Presidente João Goulart, a qual é apontada como demagogia, desordem e como responsável pela corrupção e pelo Comunismo. Além de defender a propriedade privada e a democracia, eram manifestações de setores e organizações da sociedade civil que solicitavam às Forças Armadas uma intervenção moralizadora nas instituições, que àquela altura era alardeada estando perigosamente ameaçadas³⁰⁸.

Os grupos que conspiravam contra o governo apoiado pelas marchas veem ampliada sua rede após o Comício da Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro. Ali, o governo, politicamente bastante desgastado, resolveu anunciar uma série de reformas estruturais para os próximos dias, como a reforma agrária e o maior controle sobre as remessas de lucro das empresas internacionais³⁰⁹. A partir deste momento, segundo analisou Argelina Figueiredo:

[...] o movimento ‘ofensivo’, anteriormente confinado a círculos civis e militares restritos, inflou-se. A ‘conspiração’ transformou-se em ‘revolução’. Com a ‘Marcha da Família’, em março, o ‘limite crítico’ foi ultrapassado. Depois da marcha, um grande número de atores passou a atribuir uma alta probabilidade de sucesso ao movimento contra o governo. Daí em diante, o custo de participação em atividades antigovernamentais decresceu marcadamente. Juntar-se ao movimento tornou-se atraente não só para os grupos que potencialmente o apoiavam, mas também para os que anteriormente eram neutros³¹⁰.

Entendemos o emprego do termo *neutro*, pela autora, como correspondente a estratégia política adotada por alguns setores da sociedade não diretamente envolvidos na oposição ao governo do João Goulart – sentido em que não há neutralidade. Esse envolvimento obedeceu a um cálculo com termômetro difícil de precisar, pois na medida em que as Marchas da Família avançaram e foram anunciadas pela imprensa,

³⁰⁸ PRESOT, Aline Alves. *As marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Ver também CODATO, Adriano Nervo. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 271-302, jul. 2004. p. 273.

³⁰⁹ MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela liberdade: o 13 de março das direitas. *Revista Varia História*, n. 33, p. 234-245, 2005.

³¹⁰ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 183.

um número maior de adeptos e de instituições compuseram suas fileiras, como analisou Argelina Figueiredo. Após o Golpe, as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* metamorfosearam-se em manifestações de apoio aos militares em várias cidades do país; em Recife, foram organizadas pela Cruzada Democrática Feminina (CDF)³¹¹, apoiadas pelo IPES e por setores da Igreja Católica Romana, empresários, classe média, entre outros segmentos sociais. Os maiores jornais do estado, como *Diario de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, conclamavam a população para festivamente recepcionar o Golpe civil-militar no dia 09 de abril, durante a realização da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, a convite da Cruzada.

Sobre esta manifestação, o jornal *Diario de Pernambuco* noticiou, em reportagem especial, no segundo caderno, que 200 mil pessoas haviam percorrido a Avenida Conde da Boa Vista em direção à Praça da Independência, nas proximidades da Avenida Guararapes, região central da cidade; e nesta manifestação fizeram-se presentes estudantes e professores de escolas e colégios particulares e públicos, escoteiros e guardas de honra do Colégio Militar; além disso, a partir das 13 horas, as fábricas, indústrias, repartições públicas e agências bancárias encerraram suas atividades para que todos pudessem comparecer àquele ato. Com o mesmo objetivo, algumas empresas de transporte público circularam naquela tarde sem cobrar passagens, e trens com caravanas provenientes de outras cidades só retornaram após o término da marcha³¹². O jornal, portanto, constrói a marcha como algo grandioso a que todos haviam comparecido de maneira espontânea e solidária.

Na primeira página, o jornal reproduz uma fotografia da manifestação na Avenida Guararapes, obtida do alto de algum prédio. Essa foto jornalística tem seu significado precedido pelo seguinte texto:

A panorâmica da Avenida Guararapes, quando se realizava a grande marcha, dá uma ideia da massa humana que foi as ruas, para mostrar a firmeza das suas convicções democráticas e cristãs e integral repúdio ao comunismo. Foi a maior concentração já realizada em praça pública, no Recife³¹³.

³¹¹ O acervo documental da Cruzada Democrática Feminina encontra-se no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco/CEHIBRA (Centro de Estudos da História Brasileira), na cidade de Recife.

³¹² MARCHA do Recife levou à Rua 200 mil pessoas. Jornal *Diario de Pernambuco*, Recife, 10 abr. 1964. Segundo Caderno, p. 01-02.

³¹³ MARCHA do Recife levou à Rua 200 mil pessoas. Jornal *Diario de Pernambuco*, Recife, 10 abr. 1964. Segundo Caderno, p. 01.

A legenda situa o leitor na cidade, ao apresentar a marcha como algo monumental, uma demonstração de organização e poder por parte da sociedade nunca antes presenciada na cidade do Recife. Dimensão que era justificada pela necessidade premente de determinados setores da sociedade de reafirmar publicamente o combate ao Comunismo, visto como força contrária aos princípios democráticos e cristãos. A perspectiva de profundidade que compõe a imagem, como veremos, consegue projetar um sentido de imponente, apresentando uma marcha que se perde no horizonte, trazendo faixas e cartazes com frases de cunho religioso, patriótico e anticomunista. A imagem emite aos sentidos, assim como o próprio termo *marcha*, “um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade”³¹⁴; neste sentido, constrói um discurso visual de movimento harmonioso e bem intencionado pelos mais diversos setores da sociedade, além de sugerir que ao marchar todos juntos era possível conquistar algo, salvar o país e a família.

³¹⁴ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986. p. 74.



Figura 5: *Marcha do Recife levou à Rua 200 mil pessoas.* Fonte: *Jornal Diario de Pernambuco*, 10 abr. 1964, p. 01 – Fundação Joaquim Nabuco/CEHIBRA (Centro de Estudos da História Brasileira).

Diante dessa grande concentração, descrita pela reportagem como entusiasmada, estiveram presentes no palanque montado ao lado da Praça da Independência, na Avenida Guararapes, intelectuais, líderes religiosos católicos e protestantes, comandantes das Forças Armadas da Região Nordeste, representantes da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal do Recife, e os recém-empossados nos cargos de Governador do Estado de Pernambuco e de Prefeito do Recife, Paulo Guerra e Augusto Lucena³¹⁵. Entre os presentes, muitos discursaram com destaque do jornal para a fala do sociólogo Gilberto Freyre, que foi integralmente publicada e teve como título: *Brasil não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas*.

Aqui com o mesmo ânimo fraterno, temos nos reunido, velhos e moços, estudantes e gente de trabalho, homens e mulheres, brasileiros de varias cores e várias religiões, na defesa daquelas liberdades a que brasileiro nenhum digno desse nome renuncia, mesmo que em troca dessa renúncia nos fosse dado de novo o próprio paraíso perdido³¹⁶.

Como registra Gilberto Freyre, houve a participação de integrantes de várias igrejas na *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* na cidade do Recife. Reforçando ainda mais esta dimensão, o jornal *Diario de Pernambuco* destacava que católicos e protestantes estiveram juntos, momento em que um pastor e um padre pronunciaram em praça pública seus discursos. O discurso do pastor, o qual teve trechos publicados pelo *Diario de Pernambuco*, conclamava a todos que elevassem “a Deus os corações, nesta hora histórica para o Brasil e para Pernambuco, em seguida afirmava que todos os que são deístas se sentem irmanados na alegria desse movimento”³¹⁷, e

³¹⁵ MARCHA do Recife levou à Rua 200 mil pessoas. Jornal *Diario de Pernambuco*, Recife, 10 abr. 1964. Segundo Caderno, p. 01-02. É importante ressaltar que esta mesma imagem foi publicada em outros periódicos do país como *O Jornal*, em 14 de abril de 1964, que afirmava estar o povo de Pernambuco jubiloso pela vitória. Ver *Recorte de jornais sobre a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*. Arquivo Nacional. Cód-Ref. BR RJANRIO, XX PE.0.0.41 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

³¹⁶ BRASIL não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas. *Jornal Diario de Pernambuco*, Recife, 10 abr. 1964. Primeiro Caderno, p. 04. Este discurso também foi publicado em forma de livreto, tendo na capa a mesma imagem publicada na primeira página do jornal *Diario de Pernambuco* de 10 de abril – como vimos acima – contendo a seguinte inscrição: “Recife e a revolução de 1964”. Publicação que esteve a cargo da Cruzada Democrática Feminina/CDF.

³¹⁷ MARCHA do Recife levou à Rua 200 mil pessoas. *Jornal Diario de Pernambuco*, Recife, 10 abr. 1964. Segundo Caderno, p. 02. Deísta é aquele que segue o deísmo, termo que designa uma “doutrina que considera a razão como a única via capaz de nos assegurar da existência de Deus, rejeitando, para tal fim, o ensinamento ou prática de qualquer religião organizada”. HOUAISS, Antônio (Ed.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em 29 nov. 2013. Também é possível pensar que Gilberto Freyre ao usar este termo estivesse fazendo um contraponto, uma crítica àqueles que eram ateus.

apoia as ações militares como as de todos aqueles que ali presentes acreditavam em Deus, independentemente de religião ou filosofia.

O discurso articulado pelo pastor presbiteriano e pelo sociólogo Gilberto Freyre, defende que este não era momento de embates doutrinários, tão comuns entre católicos e protestantes, mas de conciliação, de união; era momento de vitória, em razão da eliminação do inimigo comum. Neste discurso, a marcha corresponde ao auge de um movimento que foi capaz de eliminar um inimigo comum a todos os credos religiosos, e, como tal, funciona “como termômetro da preservação da integridade social, ao mesmo tempo em que assegura a imagem de uma nova sociedade sã, porque produtiva, depurada dos parasitas”³¹⁸.

Essa parceria entre católicos e protestantes era apresentada, sobretudo, pela imprensa e por meio de comunicados distribuídos pela organização das Marchas em diversas cidades do Brasil. O convite produzido pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), no Estado do Rio de Janeiro, conclamava todas as pessoas para que “em nome de sua fé religiosa compareça com sua família” a participar no dia 02 de abril da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade³¹⁹.

Interagindo com este novo momento da vida do país, no dia 20 de abril, o Conselho da Igreja Presbiteriana da Boa Vista reuniu-se e registrou – em *Ata* – detalhes da convocação realizada pela Cruzada Democrática Feminina (CDF) ao pastor daquela Igreja para participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade do dia 09 de abril na Avenida Guararapes. Registrava também inteiro apoio por parte do Conselho ao discurso proferido pelo pastor naquela ocasião:

Resolve-se lançar em ata um voto de louvor ao Rev. Presidente pela maneira sensata por que, a convite de distintas senhoras da alta sociedade recifense, participou da Marcha da Família com Deus pela

³¹⁸ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986. p. 147.

³¹⁹ Ver *Recorte de jornais sobre a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*. Arquivo Nacional. Cód-Ref. BR RJANRIO, XX PE.0.0.41 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça. O historiador Edison Lucas Fabrício afirmou que durante a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, realizada na cidade de Blumenau, Santa Catarina, aos 21 de abril de 1964, “discursaram várias pessoas com destaque para frei Bráz Reuter, o pastor Diether Prinz (*pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB, tendo em vista que na região sul do país predomina este grupo religioso de origem alemã* – grifo nosso), a Sra. Asta Zadrosny, o empresário Cássio Medeiros, o professor José Ferreira da Silva e o contra-almirante Murilo Vasco do Vale Silva”. FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo*. (Blumenau 1960-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 142.

Liberdade, representando, em brilhante discurso, o pensamento dos evangélicos em relação à benção da Paz concedida ao Brasil ameaçado de guerra pelos agitadores comunistas³²⁰.

O registro na *Ata* acerca do apoio integral do Conselho revela que houve tempo para a análise e deliberação coletiva sobre o referido convite *das senhoras* ao pastor – convite muito provavelmente estendido a toda a comunidade religiosa daquela Igreja. O Conselho recebeu com distinção o discurso do pastor como um dos oradores da Marcha, sendo afirmado que suas palavras correspondiam ao pensamento não só da Igreja Presbiteriana da Boa Vista como também de todos os evangélicos. Com isso fica indicado que existia, por parte do Conselho, uma expectativa favorável em relação aos objetivos que o golpe civil-militar de 1964 representava como o de trazer a paz e o fim da ameaça comunista no país.

Ao mesmo tempo, o pastor ao expressar publicamente o apoio a nova ordem política, o fez em nome daquela Igreja, da qual ele era seu maior representante; agindo com o aval do Conselho e, certamente, pelos membros daquela instituição que, como podemos inferir, provavelmente acompanharam e marcharam pelas ruas da cidade. Esta perspectiva de aprovação por parte da comunidade religiosa em sua maioria foi reforçada pelas informações da *Ata* concernentes à *Marcha da Família*, pois foram integralmente reproduzidas pela Igreja Presbiteriana da Boa Vista em seu *boletim dominical*, sugerindo alto grau de aceitação por parte da instituição³²¹.

Além de Recife, a presença de evangélicos nas *Marchas da Família com Deus e pela Liberdade* ocorreu em diversas capitais. Em 15 de abril de 1964 aconteceu em Salvador, sendo também noticiado nas primeiras páginas dos principais jornais do estado, expressando gratidão às Forças Armadas³²². Segundo a historiadora Luciane Silva de Almeida,

[...] mesmo tendo a Igreja Católica como representante maior do campo religioso, participando inclusive da sua organização, a Marcha contou com a expressiva participação dos protestantes, em especial os batistas, que desfilaram no “batalhão evangélico”. Além disso, o pastor Ebenézer Cavalcanti, assim como outras autoridades políticas e

³²⁰ Ata da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, nº 885, 20/04/64, p. 26/a. Livro VII, nº 876 a 923. Arquivo Interno.

³²¹ Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista. Ano XII – Recife, domingo, 16 de agosto de 1964. Arquivo Interno.

³²² MARCHA foi apoteose da vitória. Jornal *A Tarde*. p. 01-03, 16 abr. 1964.

eclesiásticas, discursou no momento mais apoteótico da marcha enquanto representante dos evangélicos. É importante destacar o impacto dessa participação visto que batistas e católicos jamais haviam estado juntos em desfiles públicos ou defendendo a mesma causa, o anticatolicismo não permitia³²³.

A autora pesquisou a Igreja Batista da Bahia entre os anos de 1963 a 1975 e suas relações de cooperação e comprometimento com o Regime Militar. Justificou sua escolha pela presença marcante dos batistas naquele estado, no que diz respeito ao número de templos religiosos e membros. E que essa hegemonia se deve ao fato de ter sido a cidade de Salvador escolhida pelos missionários norte-americanos (enviados pela Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos) na segunda metade do século XIX para fundar a primeira Igreja Batista no Brasil. Dentre as igrejas, destaca-se em sua pesquisa importantes igrejas, a Igreja Batista Sião e a Igreja Batista Dois de Julho, ambas na cidade de Salvador, compostas em sua maioria, por membros da classe média e do cenário político da Bahia, como era o caso do advogado e ex-Deputado Estadual Ebenézer Gomes Cavalcanti, que na época da Marcha era pastor da Igreja Batista Dois de Julho, o qual representaria todos os evangélicos presentes àquele ato, compondo o que a historiadora nomeou de “batalhão evangélico”.

Ainda segundo a historiadora, a sintonia dos batistas da Bahia não teria ficado restrita à sua participação na *Marcha da Família*, mas teria havido um estreito diálogo com o Regime Militar e com o governador Antônio Carlos Magalhães, posição que teria possibilitado a indicação de alguns batistas para ocuparem importantes cargos públicos, como a administração municipal de Salvador entre 1971 e 1975³²⁴. Feito este percurso, podemos entender o porquê de presbiterianos, batistas e católicos estarem juntos no apoio ao Golpe na cidade do Recife e Salvador.

No estado de São Paulo, a imprensa realizou ampla cobertura sobre as marchas da família em cidade como a de Santos³²⁵. O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou que várias entidades religiosas e civis atuavam na organização daquela Marcha - que

³²³ ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010. p. 70.

³²⁴ ALMEIDA, Luciane Silva de. op. cit.

³²⁵ OS SANTISTAS mostraram nas ruas que a liberdade persistira. Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1964. Ver *Recorte de jornais sobre a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*. Arquivo Nacional. Cód-Ref. BR RJANRIO, XX PE.0.0.41 – Memória Reveladas/Ministério da Justiça.

aconteceria no dia 25 de abril – como a Sociedade Feminina Presbiteriana (SAF)³²⁶. Para a historiadora Aline Presot, que analisou a *Marcha da Família* realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 02 de abril, conhecida como a *Marcha da Vitória*, de fato,

Os católicos não foram os únicos a expressar a sua fé religiosa por meio da Marcha da Família. Entre padres e freiras, que carregaram uma enorme cruz verde-amarela, e senhoras portando estandartes com a inscrição ‘com este sinal [da cruz] venceremos’, marchavam, pastores, espíritas, rabinos e umbandistas. Foi, aliás, com objetivo de ‘universalizar’ seu apelo ideológico que aquela que foi originalmente idealizada como ‘Marcha em Desagravo ao Rosário’ transformara-se em ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’³²⁷.

Sobre o apoio da IPB ao Golpe de 1964, assim como sua participação em diversas *Marchas da Família*, o Pastor Josué Mello lembrou que setores da Igreja apoiavam tais manifestações e que foram realizados cultos de ação de graças e divulgação de mensagens bíblicas. Ponderou, entretanto, que só “não teria havido uma participação maior porque era um movimento católico”³²⁸. Neste mesmo sentido o sociólogo Rubem Cesar Fernandes, que na época era membro da Igreja Presbiteriana da cidade Niterói-RJ e líder estudantil, afirma que as igrejas presbiterianas, na maioria conservadoras, envolveram-se intensamente com os católicos naquele momento, participando dessas marchas³²⁹; envolvimento e participação política que também antecederam ao Golpe de 1964.

3.4 O Combate ao caos: a igreja, os militares e o comunismo durante o governo do presidente João Goulart

³²⁶ As SAFs são organizações formadas em sua grande maioria por senhoras das igrejas presbiterianas locais; e mantém como preceito primordial a garantia da integração entre as mulheres e a promoção de atividades religiosas, recreativas e assistenciais dentro e fora da instituição. Em nível de Presbitérios, as SAFs encontram-se organizadas em federações, em relação aos Sínodos, estruturam-se em confederações sinodais, e no que diz respeito ao Supremo Concílio da IPB, constituem-se em confederação nacional de SAF.

³²⁷ PRESOT, Aline Alves. *As marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

³²⁸ Josué Mello foi entrevistado nas dependências da Faculdade Dois de Julho, na cidade de Salvador, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

³²⁹ Rubem Cesar Fernandes foi entrevistado na sede ONG Viva Rio, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

No início da década de 1960, período apresentado por setores da imprensa como pré-revolucionário, organizações como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) apresentavam-se como críticos implacáveis do governo do Presidente João Goulart³³⁰. Uma das armas estratégicas desses dois institutos para atacar o governo foi a propagação sistemática de um imaginário anticomunista³³¹. A socióloga Maria José de Rezende estudou a racionalidade política dessas organizações, na qual “ser democrata era lutar contra as possibilidades de reformas de base, as convicções não-cristãs e as organizações sindicais e trabalhistas de esquerda [...]”³³².

Sem vínculos institucionais aparentes com o IPES/IBAD, setores da IPB, ao externarem suas críticas em relação à situação política do Brasil, engrossavam os grupos de oposição ao governo João Goulart. Neste sentido, estamos interessados no que ocorreu *entre*³³³, ou seja, no percurso que em nível institucional foi tomando formas mais perceptíveis no início de 1962, quando o jornal *Brasil Presbiteriano* tornou público – no mês de maio – um editorial intitulado *Cristo é a solução*, apresentando uma crítica aos políticos e ao governo, sobretudo apontando que a questão fundamental eram os homens corruptos e corruptores dentro das instituições, ao que o Brasil estava acéfalo, desgovernado. Assim, que:

O descalabro é geral e chega a ser palpável. Com tantos Parlamentares; com dois homens a manobrar o leme da União, a dividir entre si as responsabilidades do governo, a impressão que se tem é que nunca estivemos tão à matroca, praticamente acéfalos, desgovernados. A situação parece mesmo que vai levar o País a subversão da ordem, se é que é “ordem” isso que aí está. [...] Mudem-se formas de governo, substituam-se os mandatários do povo, reforme-se o verniz exterior das coisas – se o homem, corrupto e corrutor, continuar dentro das instituições, a deter nas mãos as rédeas da governança, não há que esperar melhora de nada. Tudo muito cedo voltará a descambar para o abismo³³⁴.

³³⁰ Como esclareceu a historiadora Ângela de Castro Gomes, “grupos políticos, empresários e militares de direita se articulavam em instituições para conspirar contra o governo de maneira mais organizada. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) foram algumas dessas organizações”. GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 87. Ver DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 111-114.

³³¹ RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 89-93.

³³² REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 67.

³³³ DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972 a 1999*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 151.

³³⁴ CRISTO é a Solução. *Jornal Brasil Presbiteriano*, maio 1962.

O editorial problematizava a existência de políticos corruptos durante a vigência do sistema parlamentarista, que surgiu como alternativa ao presidencialismo após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Mudança que apenas se consolidou após clima de incertezas e turbulências, do ponto de vista político. Incertezas em grande medida acarretadas pela inconformidade por parte dos três ministros militares (do Exército, da Marinha e da Aeronáutica) em relação à posse do vice-presidente João Goulart, associadas à recusa do Congresso Nacional em “votar o impeachment de Jango, o que constituiria em um autêntico golpe de Estado”³³⁵.

Com o impasse, estruturou-se um forte Movimento pela Legalidade da posse de Jango tendo como um de seus proeminentes líderes o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; ação que, para o historiador Jorge Ferreira, foi capaz de articular “organizações de trabalhadores e empresários, a UNE, a OAB, a CNBB, os partidos políticos, a imprensa, clubes de futebol, católicos e protestantes”³³⁶. Somou-se a isso uma divisão entre os oficiais do alto escalão do Exército, no qual a tese da legalidade se sobressaiu, o que haveria isolado ainda mais aqueles ministros. Saída conciliatória foi a elaboração e aprovação da emenda parlamentarista no começo de setembro, que garantiu a posse de João Goulart como presidente, mas com poderes limitados: solução sinalizada em um manifesto pelos próprios ministros militares à nação, quando a emenda tramitava no Congresso, ao apontar que “em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, [...]”³³⁷.

Meses depois da crise pela sucessão, o editorial do jornal *Brasil Presbiteriano* sustentava a afirmação de que, mesmo dispondo de inúmeros parlamentares, as decisões sobre os rumos do país estavam restritas às mãos de apenas dois homens³³⁸. Afirmava

³³⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 116.

³³⁶ FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 521. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

³³⁷ NOTA conjunta dos três ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na presidência da República. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 02, 31 ago. 1961.

³³⁸ Podemos deduzir que o editorial se refere ao presidente João Goulart e seu Primeiro-Ministro, Tancredo Neves. Este, um tradicional líder pessedista de Minas Gerais, foi nomeado Primeiro-Ministro

também, que o sistema de governo vigente deixava forte impressão de que o Brasil se encontrava à *matroca*³³⁹, caminhando para uma espécie de desordem e subversão política e que o maior problema do país não se vinculava simplesmente a sua forma de governo, mas ao perfil daqueles que governavam a nação. Assim que em nada acrescentaria mudar o sistema de governo, ou o *verniz exterior das coisas*, se a nação continuasse sendo conduzida por homens considerados corruptos e corruptores. Havia, portanto, um mal maior a ser combatido: o ser humano.

O Brasil necessitava de:

[...] homens que “temam a Deus e respeitem o próximo”, homens que se aventurem e corram o risco de servir, e não que se aproveitem dos cargos para servir a si mesmo; homens que amem a justiça e aborreçam a iniquidade. Coloquem-se nos postos-chaves do País homens deste alto coturno, e tudo mudará de figura e de rumo como por encanto³⁴⁰.

Estas eram características apresentadas como essenciais e que deveriam figurar entre os homens que governavam o Brasil, mais precisamente entre aqueles em *postos-chaves*. Defendia que a solução desejável para o Brasil seria confiar sua condução a homens de *coturnos*³⁴¹, ou seja, aos militares, para quem convergiam as qualidades e experiência necessárias que o cargo e o momento exigiam. Observa-se como o jornal já apontava para uma solução militar para a crise que afirmava existir no Brasil, algo semelhante aos esforços realizados pelos ministros militares em agosto de 1961, quando articularam e defenderam a ilegalidade da posse de Jango³⁴².

No dizer de Jorge Ferreira, durante a construção da experiência democrática de 1945 a 1964, o Brasil vivenciou períodos de crises republicanas, entendidos como:

após acordos partidários. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 265.

³³⁹ Termo que significa “ausência de rumo”. HOUAISS, Antônio (Ed.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Disponível em: < <http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em 14 out. 2013.

³⁴⁰ CRISTO é a Solução. *Jornal Brasil Presbiteriano*, maio 1962.

³⁴¹ Neste caso, o termo refere-se a um tipo de calçado utilizado por soldados. HOUAISS, Antônio (Ed.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Disponível em: < <http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em 21 out. 2013.

³⁴² Para Flávio Tavares, que acompanhou como jornalista do jornal *Última Hora*, de Porto Alegre, as mobilizações do Movimento pela Legalidade configuravam-se em golpe militar, pois “não foi apenas uma tentativa abortada, mas um acontecimento concreto. [...]”. TAVARES, Flávio. *1961: o golpe derrotado*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. p. 129.

[...] momentos limites em que os grupos políticos conservadores mais radicalizados não se conformaram com os avanços, democraticamente conquistados, dos trabalhistas. Seja na eleição de Getúlio Vargas em 1950, na eleição da chapa Juscelino-Goulart em 1955 ou na luta pela posse do próprio João Goulart em 1961, grupos minoritários de oficiais militares aliados a lideranças civis de extrema-direita, desconhecendo as regras democráticas, atentaram contra a ordem legal³⁴³.

Ao analisar este período da história recente do país e os seus *momentos limites*, o autor chama a atenção para – o que entende ser uma cultura política – o fato dos grupos dominantes acionarem as Forças Armadas visando à nulidade de contestações da ordem estabelecida sempre que visualizavam algum tipo de ameaça ao seu *status quo*³⁴⁴ político, econômico e social. Essa posição pró-militares por parte de segmentos civis é algo possível de ser problematizado quando da passagem do então deputado federal da Guanabara, Leonel Brizola, pela cidade de Natal – capital do Rio Grande Norte – em inícios de maio de 1963³⁴⁵; situação em que realizou discurso bastante inflamado, fazendo críticas ao Gal. Antônio Carlos Muricy, Comandante da 7ª Região Militar, localizada naquela cidade.

As tentativas de um grupo de militares golpistas que pretenderam levar-nos a uma ditadura. Sobre isso quero vos prevenir que justamente aqui em Natal está um dos generais golpistas de agosto de 1961. Muita cautela e muita atenção com ele porque ele esteve com o golpe. [...] Será fácil identificar quem é. Eu não quero citar nomes para que amanhã não digam que estou fazendo ataques pessoais. Tratem de saber qual era o general que estava em Porto Alegre, na crise de agosto e que fugiu de lá para não ser preso como golpista³⁴⁶.

³⁴³ FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 3). p. 338.

³⁴⁴ Esse desejo de acionar os militares era constantemente apresentado por proeminentes políticos nacionais no início da década de 1960, assim como pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Em Pernambuco, a imprensa publicou vários artigos defendendo a posição de Lacerda. DITADURA militar prega já Lacerda, *Jornal do Commercio*, Recife, p. 01, 26 jan. 1962; RENOVACÃO só com o golpe diz Lacerda, *Jornal do Commercio*, Recife, p. 01, 20 abr. 1963.

³⁴⁵ Eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, Brizola compunha a Frente Parlamentar Nacionalista/FPN, uma espécie de frente nacional de esquerda, tendo como uma de suas principais bandeiras políticas uma maior autonomia nacional e reformas sociais.

³⁴⁶ *Jornal O Semanário*, ano 8, n. 333, p. 05, de 16 a 22 maio 1963. Esse jornal foi organizado por Oswaldo Costa e Joel Silveira, no Rio de Janeiro, em 1956. Durante os oito anos de sua existência teve circulação que abrangia todo o território nacional. Era jornal vinculado à chamada imprensa nacionalista de esquerda.

O deputado federal Leonel Brizola prosseguia seu discurso caracterizando o general não apenas de *golpista*, mas também de *gorila*, fazendo referências à crise política em torno da posse de João Goulart, momento em que o general Muricy cumpria funções militares no estado do Rio Grande do Sul – com Brizola como governador – e posicionava-se de maneira contrária à posse de Jango³⁴⁷. Este discurso provocou uma série de manifestações favoráveis a Brizola, que neste momento se destacava como importante líder nacional, mas que também sofrera forte reação por parte de setores militares e civis. O Gal. Castelo Branco, comandante do IV Exército, por meio de ofício ao Ministro da Guerra, fez duras críticas ao discurso de Brizola, solidarizando-se com o comandante Muricy³⁴⁸. Essa solidariedade extrapola os círculos militares uma vez que o Gal. Antônio Carlos Muricy passou a receber inúmeras cartas e telegramas de religiosos, promotores, jornalistas, organizações do comércio como Clubes de Diretores Lojistas, e organizações como a União Cívica Feminina do estado de São Paulo. Uma dessas correspondências foi expedida da cidade do Recife-PE pelo padre Hosana de Siqueira e Silva aos 09 de maio de 1963, que naquele momento era processado pela morte do bispo de Garanhuns, Dom Francisco Expedito. E consta:

Fiquei a par do ataque feito pelo agitador barato, Leonel Brizola, a sua pessoa. Infelizmente atravessamos uma hora em que elementos deste jaez têm o atrevimento de se dizerem representantes do povo e defensores da ordem. Mas, nossas Forças Armadas não estão dormindo, na sua maioria. Na hora precisa, Eles agirão. Aceite o meu protesto, que é de um pernambucano e patriota [...]³⁴⁹.

O repúdio ao discurso de Leonel Brizola, a solidariedade ao general Muricy, assim como a exaltação às Forças Armadas também estavam presentes na carta do jornalista Waldo Domingo Claro, residente na cidade de São Paulo:

Receba o ilustre militar, cuja folha de serviço prestado à Nação e a causa democrática o tornam credor do respeito e da admiração

³⁴⁷ ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os setores subalternos das forças armadas brasileiras: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 173-189.

³⁴⁸ Ofício do Comandante do IV Exército, General Humberto de Alencar Castelo Branco, ao Ministro da Guerra. ACM pm 1963.05.01. Arquivo Pessoal do general Antônio Carlos Muricy. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

³⁴⁹ ACM pm 1963.05.01. Arquivo Pessoal do general Antônio Carlos Muricy. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

nacional. Os protestos de minha irrestrita solidariedade face aos atentados morais que Leonel Brizola praticou contra V. Excia., em prosseguimento à tarefa espúria de acanalhar o Brasil e levar sua gente ao desespero das soluções fratricidas.

Continuamos confiando nas Forças Armadas do Brasil, que se não deixarão perder pelos ataques dos corruptos e corruptores [...]. Confiamos ainda que essas Forças saberão agir, no momento exato [...]³⁵⁰.

No que tange à Igreja Presbiteriana do Brasil, essa perspectiva de que os militares seriam a solução viável para a crise política e os problemas nacionais foi reforçada tendo em vista as relações que algumas igrejas mantinham com as Forças Armadas; contatos que poderiam, em muitos casos, facilitar a propagação de um discurso que procurava desqualificar o atual governo e exaltar as Forças Armadas como única solução para o país.

Essas constantes manifestações de apoio aos militares são encontradas nos *Boletins Dominicais* da Igreja Presbiteriana da Boa Vista (IPBV), em 1962 – à recém-criada Associação de Militares Evangélicos de Pernambuco (A.M.E), composta por integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Em *Boletim* circulante no domingo correspondente a 22 de julho de 1962, era anunciada para os próximos dias uma programação religiosa da A.M.E. a ser realizada nas dependências daquela Igreja; evento que deveria ser saudado por toda a Igreja³⁵¹.

No domingo 09 de setembro daquele mesmo ano, um *Boletim* foi preparado especialmente para a realização do Culto dos Militares, referente à posse da Diretoria de sua referida Associação³⁵². E chamou-nos a atenção, em uma de suas páginas iniciais, o seguinte informe: *Mensagem da Igreja Presbiteriana da Boa Vista à A.M.E.* – ali os militares foram nomeados de *Soldados do Brasil* e, como tais, deveriam ser homens valentes na guerra, como o rei Davi, e piedosos, a exemplo do Centurião Cornélio. Essa aproximação com virtudes vinculadas a personagens bíblicos, utilizada pelo pastor Josibias Fialho Marinho, ajuda-nos a construir e/ou reforçar uma imagem positiva em relação aos militares, sobretudo se pensarmos na força de uma mensagem elaborada por

³⁵⁰ ACM pm 1963.05.01. Arquivo Pessoal do general Antônio Carlos Muricy. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

³⁵¹ Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista. Ano X – Recife, domingo 22 de julho de 1962, nº 478. Arquivo Interno.

³⁵² Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista. Ano X – Recife, domingo 09 de setembro de 1962, nº 482. Arquivo Interno.

um pastor e apresentada no púlpito³⁵³ de uma das maiores igrejas presbiterianas de Pernambuco. Na coluna *Evangelismo* do jornal *Diario de Pernambuco* de 09 de setembro foi publicada mensagem comunicando que seria realizado naquele dia um “culto solene de posse da Diretoria da Associação dos Militares Evangélicos, para o qual foram convidados oficiais e praças do Exército, Marinha, Aeronáutica [...]”³⁵⁴.

Poucos meses depois, em dezembro, a Associação dos Militares Evangélicos realizava, também na IPBV, um culto comemorativo à Semana da Marinha³⁵⁵. É revelador, portanto, que no curto período entre julho e dezembro de 1962 três eventos especiais da A.M.E. tenham sido realizados na Igreja Presbiteriana da Boa Vista – e todos documentados nos *Boletins* daquela Igreja – revelando sua considerável receptividade e afinidade de ideias e pensamento. Atrele-se a isso o fato de o culto funcionar como legitimador de que a Associação era algo aceito por Deus, portanto, inquestionável aos homens.

Os militares, por sua vez, não desconheciam a força do discurso produzido pelos evangélicos, pois em alguns momentos fizeram uso da simbologia cristã para atacar o governo do presidente João Goulart e o que acreditavam ser um caos provocado pelo avanço do comunismo. Este aspecto também foi tratado em livro autobiográfico de recente publicação do pastor e líder batista Enéas Tognini³⁵⁶. Este narra como, em novembro de 1963, é articulado um movimento civil e religioso envolvendo significativos setores do protestantismo nacional no combate ao comunismo, conhecido como *O Dia Nacional de Jejum e Oração*.

O referido pastor, que na época atuava em São Paulo, afirma que o movimento teria sido criado quando casualmente teve acesso a um folheto produzido pelo Instituto Palavra da Vida³⁵⁷ contendo mensagem referente à situação vivenciada pelos Estados Unidos da América durante a Guerra de Secessão, em 1863. Segundo ele, a mensagem

³⁵³ Para uma leitura mais aprofundada sobre o poder sacerdotal e o controle que é capaz de exercer sobre os bens simbólicos, ou sagrados, ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 34-69. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 14-15.

³⁵⁴ Jornal *Diario de Pernambuco*, Recife, 09 set. 1962.

³⁵⁵ Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista. Ano X – Recife, domingo 09 de dezembro de 1962, nº 496. Arquivo Interno.

³⁵⁶ TOGNINI, Enéas. *A autobiografia*. São Paulo: Hagnos, 2006.

³⁵⁷ Organização religiosa norte-americana atuante em vários países. Durante a década de 1960, presente em estados como Pernambuco e São Paulo; tem como objetivo capacitar evangélicos para o trabalho missionário.

era um relato de que os EUA haviam superado aquele momento de crise após o Senado haver solicitado do presidente Abraão Lincoln que convocasse todo o povo para um dia de jejum, oração e humilhação, na esperança de que Deus tivesse misericórdia da nação. O dia nacional de jejum e oração foi agendado para 30 de abril de 1863. O pastor reafirmou aquela mensagem esclarecendo que “Deus ouviu o clamor do seu povo e abençoou a grande nação e que dos frutos daquela indizível bênção, o nobre povo irmão ainda hoje goza”³⁵⁸. De posse de tal mensagem passou a estabelecer certo paralelismo entre a situação dos Estados Unidos, em 1863, e a do Brasil, um século depois; a afirmar que não passávamos por uma guerra interna como aconteceu nos EUA, que aqui o problema era outro, a infiltração do comunismo, mas “lá o povo americano atendeu ao presidente, a nação teve vitória, fazendo o mesmo aqui, Deus nos daria também a vitória sobre o comunismo”³⁵⁹.

Ao estabelecer e propagar este paralelismo anacrônico entre os EUA e o Brasil receberia, logo em seguida, convite a comparecer à presença de um oficial responsável pelo Serviço Secreto do II Exército, na cidade de São Paulo, para melhor explicar como o plano de Abraão Lincoln poderia ser utilizado no Brasil. Como relatou em autobiografia, prontamente atendera ao chamado daquele militar, descrito como homem *inteligente e esclarecido*. No encontro, o oficial do Serviço Secreto haveria destacado que o

[...] comunismo é uma força espiritual do diabo, e que para combatê-la só uma força espiritual de Deus. Nossa esperança para salvar o Brasil das garras do Comunismo está em vocês evangélicos. Apresentei-lhe o plano de Lincoln. Depois de inteirar-se do plano, disse-me: “Reverendo, se o senhor fizer isso, será a salvação do Brasil”³⁶⁰.

Ao representar o comunismo como força espiritual do mal, este religioso entendia que seu combate deveria partir de uma força espiritual, da qual as Forças Armadas não eram detentora, mas os evangélicos sim. É importante ressaltar que essa imagem do comunismo como força proveniente do diabo era bastante propagada no Brasil pela Igreja Católica Romana. A historiadora Carla Rodeghero, que estudou o anticomunismo na Igreja Católica no Rio Grande do Sul, observa que foi sendo

³⁵⁸ TOGNINI, Enéas. *A autobiografia*. São Paulo: Hagnos, 2006. p. 152-153.

³⁵⁹ TOGNINI, Enéas. op. cit., p. 153.

³⁶⁰ TOGNINI, Enéas. op. cit., p. 153-154.

construída uma linguagem simbólica para identificar os comunistas, “falava-se no demônio vermelho, nas crueldades diabólicas do comunismo, no mundo dividido em dois campos – o de Deus e o de Satanás – na maldade satânica do comunismo [...]”³⁶¹. Neste sentido para vencer o comunismo como força espiritual do mal seria fundamental doutrinar espiritualmente as mentes e os corpos de toda a sociedade e os evangélicos, no dizer daquele militar, seriam valiosos nesta batalha.

Em seus 97 anos de idade e em plena atividade religiosa, atuando numa Igreja Batista na Vila Mariana, cidade de São Paulo, Enéas Tognini relembra que ao sair daquele encontro, em janeiro de 1963, sentiu imensa alegria e a partir daquele instante passou a dedicar-se à preparação do *Dia Nacional de Jejum e Oração* como parte do plano para salvar o Brasil do comunismo e do governo de João Goulart. Com entusiasmo, lembrou que em 15 de novembro daquele ano:

[...] o Brasil inteiro naquele dia foi para os joelhos, jejum e oração. Houve pessoas que fizeram 48 horas de jejum e oração. O pessoal estava com medo, medo, medo da obra comunista. Eu chegava na tipografia e a pessoa fazia o impresso com preço de custo. Chegava em outro lugar e a porta estava aberta e [...] foi uma coisa tremenda o que Deus fez [...]. Aquela foi a hora de Deus, por que foi Deus que preparou. Eu não tinha capacidade para aquilo, nem dinheiro tinha para aquilo, agora o dinheiro ia aparecendo. Um senhor que trabalhava em banco, ele chegou e disse: “o senhor pode passar aqui?” Ele chegou e deu 100 mil, por que as despesas eram grandes, a gente mandava gente para todos os lugares [...]. Então eu passava por um canal lá perto de casa, um canal de televisão, aí a pessoa convidava, vamos falar do dia de jejum. Então eles mesmos propagaram³⁶².

A memória do pastor apontou para um medo acentuado do comunismo. Medo que se revelava ainda mais acentuado quando algumas pessoas prolongaram o período de jejum e oração até o dia 16 de novembro, totalizando 48 horas de sacrifícios pelo país. Para o entrevistado, este medo também havia levado inúmeras pessoas a contribuírem financeiramente e com a divulgação daquele ato religioso, ajuda essa proveniente da providência divina, ou seja, aquela fora uma hora preparada por Deus.

³⁶¹ RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 33. Sobre a representação do comunismo construído por grupos evangélicos, ver ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

³⁶² Enéas Tognini foi entrevistado na Igreja Batista da Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

Assim, de acordo com as memórias daquele pastor, foi um momento em que a imprensa escrita, a televisão e o rádio também divulgaram e propagaram tais ações anticomunistas.

Em outro momento da entrevista, o Pr. Enéas estabelece certo distanciamento com os militares ao ressaltar que não teve “ligações nenhuma com os militares, a não ser esse trabalho secreto que o major mandou me chamar, o resto não tive nenhum, nenhum contato com os militares”³⁶³. Em seguida, reforçou esse afastamento defendendo que os militares haviam abusado do poder “por que eles deram aquele golpe e eram para entregar o governo, mas eles não entregaram”. Constrói, assim, uma memória de distanciamento em relação aos militares em duas frentes: ao restringir este envolvimento apenas às ações do *Dia Nacional de Jejum e Oração* e ao criticar como ilegítima a permanência por mais de vinte anos dos militares no governo. Essa memória se aproxima da perspectiva – divulgada, sobretudo, pela imprensa, em 1964 – de que os militares, logo que restaurassem a ordem política e constitucional, entregariam o poder aos civis³⁶⁴. Outra possibilidade é que ele estivesse operando com uma memória socialmente construída a partir de meados da década de 1970, de negação e repúdio a possíveis relações mantidas por setores da sociedade com os militares durante o Golpe e o Regime Militar³⁶⁵.

Em seu relato de memória ressalta que o segmento da Igreja Batista, que liderava, não estava sozinho nesta batalha espiritual ocorrida durante o *Dia Nacional de Jejum e Oração*. Relata que *participaram presbiterianos e metodistas* e em seguida complementou sua informação afirmando haver recebido das instituições significativo apoio, pois “nós tivemos elementos lá de dentro mesmo que deram apoio e nós fizemos o trabalho”³⁶⁶. Nesta mesma perspectiva o pastor Josué Mello – que na época do Golpe ainda era um seminarista presbiteriano – rememorou que havia muitos presbiterianos

³⁶³ Enéas Tognini foi entrevistado na Igreja Batista da Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

³⁶⁴ FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2). p. 529-530.

³⁶⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 68-71.

³⁶⁶ Enéas Tognini foi entrevistado na Igreja Batista da Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

engajados e solidários ao *Dia Nacional de Jejum e Oração*³⁶⁷. Estas memórias revelam sinais a serem pesquisados acerca da articulação entre setores da Igreja Presbiteriana do Brasil e outros grupos protestantes no combate ao comunismo e ao caos que, como acreditavam, havia se instalado no Brasil.

Mas esse molde de articulação entre diferentes instituições protestantes foi estabelecido também com a Igreja Católica Romana. Em outubro de 1962, pouco antes das eleições, o jornal *O Globo* publicou em primeira página um manifesto assinado pelo Cardeal, do Rio de Janeiro, Dom Jayme de Barros Câmara e pelo pastor presbiteriano e Secretário-Geral da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), Rodolfo Anders, além de outras lideranças religiosas. O manifesto solicitava aos eleitores cristãos do estado da Guanabara que não oferecessem “[...] seu voto aos candidatos que não [...] representassem um esforço ou uma ameaça de implantação do comunismo”³⁶⁸.

Não é possível assegurar que o Card. Dom Jayme Câmara e os pastores Rodolfo Anders, Enéas Tognini e Josibias Fialho Marinho integrassem o IPES/IBAD, mas coincidentemente setores significativos das Igrejas Católica, Presbiteriana do Brasil, Metodista e Batista caminhavam na mesma direção: caminho que era o de manutenção do *status quo* político, social e econômico vigente na sociedade, de combate ao governo presidencial João Goulart e ao comunismo. Para o historiador Muniz Ferreira, o comportamento dos protestantes de um modo geral, “em face dos embates que marcaram a política e a sociedade brasileira às vésperas do Golpe de estado, em nada diferiu do manifestado no conjunto da sociedade”³⁶⁹. Essa percepção de apoio por parte de setores civis foi reforçada quando analisamos um livro que circulou imediatamente após o Golpe de 1964 de autoria do Pr. Antenor Santos de Oliveira. Registrava o autor que “nos dias, 30, 31 de março, 1, 2, e 3 de abril o nosso querido Brasil foi libertado. Graças a Deus! [...]. Numa coesão admirável entre civis e militares, contra a cilada camundonguista [...]”³⁷⁰. As ações militares de 1964, neste sentido, tiveram considerável aceitação de importantes segmentos da IPB. Sendo assim, o Golpe civil-

³⁶⁷ Josué Mello foi entrevistado nas dependências da Faculdade Dois de Julho, na cidade de Salvador, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

³⁶⁸ Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 01, 01 out. 1962.

³⁶⁹ FERREIRA, Muniz. Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro. In: DIAS, André Luis Mattedi; NETO, Erelino Teixeira Coelho; LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiro (Orgs.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010, p. 84.

³⁷⁰ OLIVEIRA, Antenor Santos de. *Você conhece o comunismo? Mas conhece mesmo?!!!*. São Bernardo do Campo: Composto e impresso na imprensa metodista, 1964. p. 13 e 155.

militar não representou simplesmente uma imposição por parte dos que detinham as armas, pois setores da IPB não estiveram alheios a toda essa movimentação de crise política durante o governo Goulart, pelo contrário, dela participaram ativamente.

A posição de apoio ao Golpe não se constituiu em postura apressada e de última hora, naquele instante tornou explícita a posição política de maneira sistemática. Podemos inferir que o Golpe em si não tenha se constituído – para a maior parte da Igreja Presbiteriana do Brasil – a passagem de um processo de neutralidade política para o de cooperação imediata das ações militares de 1964, conforme sugeriu o cientista político Robinson Cavalcanti³⁷¹. A análise realizada por René Dreifuss, ainda na década de 1980, era que o Golpe de 1964 seria resultante de um trabalho bem articulado por segmentos de várias organizações e setores sociais, capital internacional, empresários nacionais, intelectuais, militares, movimentos femininos, Igreja Católica e partidos políticos, entre outros setores³⁷². Mais recentemente o historiador Daniel Aarão Reis analisou o Golpe de 1964 também como um movimento construído por complexos segmentos civis e militares³⁷³.

Paralelamente, Daniel Aarão coloca em debate os deslocamentos da memória ao apontar como na década de 1970, com as mobilizações em torno do projeto de Anistia, surge uma representação em que a sociedade não participara ou apoiara a instalação da ditadura militar. Para o autor, essa sociedade não mais se reconhecia em movimentos políticos significativos – como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* – legitimando o Golpe de 1964 e dele participando ativamente.

Seguindo essa perspectiva de análise historiográfica construída por Daniel Aarão, compreende-se que o Golpe civil-militar, antes reconhecido como uma revolução gloriosa ou redentora, por setores da Igreja Presbiteriana do Brasil, passa também por essa operação de deslocamento de sentido, de ressignificação da história. O pastor da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, Guilhermino Cunha, que durante a década de 1980 foi presidente do Supremo Concílio, ofereceu-nos elementos para

³⁷¹ CAVALCANTI, Robinson. Political cooperation and religious repression: presbyterians under military rule Brazil (1964-1974). *Review of Religious Research*, v. 34, n. 02, 1992. p. 99-100.

³⁷² DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. p. 85-90.

³⁷³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 68-71; REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 50.

pensar este *deslocamento de sentido*. Em 2011, quando questionado a respeito do silêncio por parte da IPB em relação ao Golpe de 1964, assim como de algumas obras consagradas a narrar os grandes feitos da instituição, apresentou o seguinte argumento:

Quando a história é escrita por quem viveu, normalmente quem viveu a história às vezes praticou atos que não gostaria que fossem contados. Então se puder ele guarda as fontes, cria um arquivo, sequestra esses documentos. Aqui ninguém tasca. Isso é sinal de culpa no cartório. [...] Então eu creio que os que passam muito depressa por esse período, [...] na verdade é por que tem culpa no cartório. [...] Não tenho muito prazer em ver as entranhas da Igreja do lado de fora, por que com esse passar do tempo elas estão mal cheirosas, e já não tem sabor de atualidade. E são coisas que a gente não pode mais corrigir, por que o passado dele você não pode tirar coisa alguma, nem acrescentar coisa alguma, a melhor coisa é deixar o passado passar³⁷⁴.

Seu discurso elabora uma crítica à trajetória política da instituição afirmando haver preocupação ou receio, por parte daqueles que estavam e de certa maneira continuam à frente da Igreja, quanto ao acesso à documentação, sobretudo referente à relação da IPB com os militares no início da década de 1960. Este posicionamento de controle documental interfere diretamente no tipo de imagem que a instituição deseja veicular sobre suas ações em um dado momento.

Ao mesmo tempo, o pastor Guilhermino Cunha demonstra encontrar-se num lugar socialmente bem demarcado do qual ele age, ou seja, seu depoimento ganha significado, e assim deve ser entendido, considerando-se seus vínculos institucionais. Ao escolher o silêncio e/ou esquecimento das conexões estabelecidas entre a IPB e os militares, sua fala insere-se numa complexa rede de solidariedade e de outros discursos que legitimam, no presente, tal perspectiva; identifica-se com um grupo que justifica o porquê da pouca abertura para se compreender as ações da instituição naquele período. Sua memória expõe aquilo mesmo que pretende ocultar. Argumentando não ser possível aprendermos com as experiências do passado, ou seja, que o passado é para ser esquecido, apagado, contribui assim para reforçar a percepção de que a instituição ficou à margem das querelas políticas neste período.

No entanto, esta tese como outros trabalhos (teses, dissertações e artigos) já publicados, mesmo não tendo acesso a diversas coleções documentais, ciosamente

³⁷⁴ Guilhermino Cunha foi entrevistado na Catedral Presbiteriana, onde era pastor, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

guardados pela IPB, realiza uma operação historiográfica a contrapelo. Dessa forma revela o quanto foi estreita a parceria e a colaboração de setores da IPB com civis e militares golpistas antes de 1964 e durante o Regime civil e militar que se perpetuou por 20 anos.

CAPÍTULO IV – UMA IGREJA VIGILANTE: A IPB EM TEMPO DE REGIME MILITAR

4.1 Controle e vigilância a um inimigo comum: a construção de uma rede de informação

O jornalista norte-americano Lawrence Weschler foi um dos presentes na divulgação do livro *Torture in Brazil*, uma tradução da versão brasileira *Brasil: nunca mais*, no outono de 1986, na cidade de Nova York. Naquela oportunidade, conhece o pastor presbiteriano Jaime Stuart Wright, que com o cardeal Evaristo Arns – da Arquidiocese de São Paulo – dividia a autoria da referente obra. O livro era um primeiro mapeamento da tortura no Brasil durante o Regime militar. Deste encontro, mais precisamente um almoço oferecido aos jornalistas dos Estados Unidos, haveria surgido uma aproximação que permitiu, um mês depois, a chegada de Weschler ao Brasil, o que ocorreu com o objetivo de investigar algo instigante: o caráter secreto da produção daquele livro num regime de completo sigilo em relação aos órgãos de repressão e informação.

Segundo o jornalista, em seus vários encontros com Jaime Wright no Brasil, este lhe revelou que no material levantado pelos colaboradores do projeto *Brasil: nunca mais* – geralmente advogados com acesso aos processos no Arquivo do Supremo Tribunal Militar³⁷⁵ – foi possível comprovar inúmeros casos de prisões, torturas e mortes, como a de seu irmão Paulo Stuart Wright, em 1973, após ser preso³⁷⁶. Informou ainda que durante alguns anos não obteve, por parte do Estado brasileiro, informações precisas sobre as condições da prisão, tortura e desaparecimento de Paulo Wright. E, em sua busca incessante por informações, também

[...] descobriu que seus colegas nas várias hierarquias protestantes de pouco lhe serviriam. Muitas das Igrejas protestantes no Brasil haviam,

³⁷⁵ A Lei de Anistia de 1979 permitia aos advogados de presos políticos e exilados retirar os processos do Supremo Tribunal Militar, localizado em Brasília, por período de 24 horas, com o objetivo de elaborar as petições requerendo assim a anistia para seus clientes. Isso possibilitou que tais processos fossem fotocopiados pelo projeto *Brasil: nunca mais* e posteriormente microfilmados, formando assim um significativo arquivo correspondente a um total de 707 casos envolvendo mais de 7 mil acusados.

³⁷⁶ Em 1964, Paulo Stuart Wright, além de deputado estadual por Santa Catarina, era também membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis.

nas palavras dele, se ‘aculturado violentamente’; as denominações protestantes mais solidamente estabelecidas muitas vezes atraíram benefícios *nouveau-riches* do Milagre brasileiro, e eram, portanto, partidários tácitos do regime militar. Isso era válido, em grande medida, para a Igreja Presbiteriana Brasileira³⁷⁷.

Relatou ainda Jaime Wright ao jornalista que este comportamento por parte de setores majoritários das igrejas protestantes pode ser observado em outubro de 1975, na Igreja da Sé, na cidade de São Paulo, quando da realização da missa ecumênica em homenagem ao jornalista Wladimir Herzog, morto sob tortura pelos órgãos de repressão, no governo do general Geisel³⁷⁸. Afirmou que presidindo a cerimônia e representando a Igreja Católica estava o cardeal Arns, acompanhado do rabino Henry Sobel – este à frente da comunidade judaica no Brasil – uma vez que Herzog também era judeu. Além da presença do pastor Jaime Wright representando os segmentos protestantes, sobretudo os presbiterianos; afirmação logo reconsiderada quando, instantes depois, retifica-a explicando ao jornalista norte-americano que “representar não é bem a palavra certa: nenhum dos líderes protestantes aceitaria o convite”³⁷⁹.

Segundo reportagem publicada no jornal *Brasil Presbiteriano* acerca de uma Reunião do Supremo Concílio realizada em outubro de 1966, na cidade de Fortaleza-CE, compreende-se que a relação de afinidade entre setores da IPB e o Regime já assumia contornos bastante definidos. O texto descreveu o evento como decisivo para a IPB, tendo em vista o delicado momento pelo qual passava a vida nacional, destacou em uma de suas imagens o instante em que o tenente-coronel Renato Guimarães foi homenageado pelo recém-eleito presidente do Supremo Concílio, Boanerges Ribeiro.

Na mesma reportagem, um dos tópicos intitula-se *Os militares* e este versa exatamente sobre a relação entre a IPB e os militares, apresentada como harmoniosa e necessária à Igreja naquele momento, perspectiva reforçada nas referências sobre a

³⁷⁷ WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 20.

³⁷⁸ Esclarece Jaime Wright ao jornalista Weschler (de acordo com os dados obtidos do projeto *Brasil: tortura nunca mais*) que durante o ano de 1964 houve um número de 203 casos de tortura, e em 1975 aproximadamente 585. Afirmou também que quando a abertura política teve início houve um aumento no número de desaparecimento – “provavelmente porque os serviços de segurança já não mantinham esperanças de que suas vítimas seriam tratadas à velha moda pelos tribunais, com o franco esvanecimento da repressão, mas também porque passou a ser necessário eliminar testemunhas incriminatórias”. WESCHLER, Lawrence. op. cit., p. 60-61.

³⁷⁹ WESCHLER, Lawrence. op. cit., p. 20.

presença de vários evangélicos da alta patente militar naquela reunião. Em um dos trechos da reportagem afirmou-se que:

Nestes tempos de militarismo não podia a IPB ficar infensa ao fenômeno. E o plenário do Supremo Concílio conta com dois Generais, um Capitão de Mar e Guerra, um Major, um Capitão-Capela, um Tenente. E muitos soldados do Senhor Jesus, disciplinados e obedientes. Com um pouco de boa vontade, poderíamos dar a todos a patente de Sargento [...]³⁸⁰.

O pastor João Dias de Araújo comentou em seu livro *Inquisição sem fogueira* que durante a campanha para eleição de Boanerges Ribeiro – ocorrida nesta reunião, em 1966 – circulava forte discurso propagando a necessidade de salvar a Igreja da infiltração do *Evangelho Social*, que estava diretamente associado ao comunismo. Afirmou ainda que havia nesta reunião um discurso bastante difundido de que a Igreja deveria adaptar-se à nova realidade política do país, que se configurava a partir de 1964. Sobre esta reunião, na qual era um dos participantes, o mesmo registrou que alguns dos presentes mencionavam que a IPB vivia um estado de exceção³⁸¹.

João Dias registrou também em seu livro que o presbítero e oficial do exército, Renato Guimarães – integrado ao presbitério em que atuava Boanerges Ribeiro, em São Paulo – propôs que todos os pastores fossem proibidos de se vincularem a partidos políticos de orientação de esquerda, medida que não chegou a ser aceita pelo Supremo Concílio; testemunhou ainda que neste mesmo Concílio, o militar em questão argumentava firmemente ser um crente presbiteriano, um soldado de Cristo, mas que também era um soldado da pátria, e que, como tal, tinha o dever de denunciar os irmãos da igreja cooptados pelo socialismo e pelo comunismo, assim sendo, que denunciaria aos órgãos de segurança tanto os suspeitos de subversão não crentes como também os membros comuns das igrejas e os pastores³⁸².

Consolida-se uma *mentalidade de informação* no Brasil composta por setores protestantes cada vez mais comprometidos com o novo governo instalado em 1964. Mentalidade essa analisada pela historiadora Marcília Gama em que, segundo ela, o

³⁸⁰ SUPREMO Concílio 66. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 04, out. 1966.

³⁸¹ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história da igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 99-100.

³⁸² João Dias de Araújo foi entrevistado em sua residência, na cidade de Feira de Santana, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

aparato de informação e repressão, ligado inicialmente à estrutura militar, pouco a pouco, foi sendo incorporado por outros segmentos da sociedade. Esta mentalidade se apresentava nas denúncias anônimas, delações, repasses de informações e vigilância, aspectos comungados pelos órgãos policiais, mas, também, pelos cidadãos civis³⁸³. Dentro dessa lógica de delação podemos pensar que os mecanismos de informação e repressão não se constituíam como um poder restrito apenas aos limites do Estado, mas configuravam-se “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”³⁸⁴.

Havia por parte de setores da sociedade civil uma enorme aceitação e cooperação com essa rede de informação, como podemos constatar em carta datada de 15 de abril de 1966 e endereçada a Juracy Montenegro Magalhães, Ministro das Relações Exteriores no governo do presidente Gal. Castelo Branco. Uma missiva assinada pelo adjunto do promotor Elias Antônio Issa, na qual denunciava o avanço da subversão no Brasil, sobretudo nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Reportando-se como sendo um amigo, este alertou o ministro sobre a necessidade de combater o referido mal, pois, do contrário, o movimento redentor de 31 de março correria o perigo de ser derrotado; para tanto, sugeriu que fosse criado um Serviço de Inteligência ligado ao Serviço Nacional de Informação (SNI), seguindo o modelo norte-americano do FBI e solicitava do ministro que interferisse junto ao Gal Golbery de Couto e Silva, neste momento à frente do SNI, para que fosse incorporado ao serviço secreto do país³⁸⁵. O promotor justificava o seu ingresso ao SNI relatando vários aspectos positivos como o fato de não ter o desejo de maltratar e perseguir ninguém, pois não tinha inimigos, era muito bem-visto em todos os segmentos políticos e sociais de sua região; por saber ser versátil em todas as situações; por ser reconhecido mesmo como homem educado e inteligente, mas, acima de tudo, esclarece, por ser um patriota, um soldado pronto para o combate. E encerrava a missiva com um discurso religioso

³⁸³ SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOSP-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 43-58.

³⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 08.

³⁸⁵ O SNI foi criado em 13 de junho de 1964. Era de sua competência produzir e coordenar as atividades de informações em todo o Brasil. Sendo o órgão responsável por fornecer informações à Presidência da República. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro. Record, 2001. p. 81-83.

afirmando que o evangelho dizia claramente: “A árvore que dá mau fruto deve ser cortada e lançada ao Fogo”³⁸⁶.

Nesta mesma perspectiva, outra carta, datada de abril de 1973, escrita por uma mãe preocupada com a filha, a qual estudava medicina na Universidade Federal de Pernambuco foi enviada à Secretária de Segurança Pública (SSP) de Pernambuco e também foi encaminhada ao IV Exército. Por entender tratar-se de assunto perigoso e para não expor a filha, que poderia sofrer represálias por parte dos denunciados, esclareceu a mãe preferir não assinar a carta, e relatou o que considerava uma prática gravíssima, que era a distribuição de boletins subversivos na universidade, cujo conteúdo não só atacava de maneira violenta o Regime instituído em 1964 como poderia influenciar negativamente sua filha³⁸⁷.

Em suas correspondências, os autores agiam motivados em cooperar e a exigir providências dos órgãos de repressão e informação em momentos distintos e por razões próprias, agiam motivados ou em sintonia com a propaganda do governo que conclamava a população a ajudar na manutenção da ordem política e social do país. Em um destes informes, da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), em Pernambuco, consta a afirmação de que o ato de informar é *uma tarefa de todos*³⁸⁸, assim se constituindo postura capaz de identificar e produzir estereótipos e perfis de supostos inimigos do Regime, os quais deveriam ser combatidos por todos³⁸⁹. Esta foi uma tarefa que houve interação e comprometimento não apenas de setores da IPB, mas também de diversos outros grupos protestantes, formando, assim, uma ampla rede de patrulhamento em operação naquele momento, podendo proporcionar troca de informações entre Igreja e Estado. Era preciso ajudar os militares e uma maneira de fazê-lo foi informar às autoridades policiais sobre os protestantes que não estavam comprometidos e nem apoiavam o governo, e que, neste caso, também se constituíam em ameaça à Igreja.

Foi operando com essa racionalidade que, em fevereiro de 1966, o vice-presidente da Comuna Evangélica de Curitiba, ou seja, das igrejas luteranas, afirmando-

³⁸⁶ Carta ao Ministro das Relações Exteriores. JM 66.01.18. Arquivo Pessoal de Juracy Magalhães. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

³⁸⁷ Carta anônima enviada aos 04 de abril de 1973 à SSP/PE e distribuída para a 2º Seção do IV Exército. Prontuário Funcional nº 29.222. Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

³⁸⁸ Coleta de informação, uma tarefa de todos. Prontuário Funcional nº 5.247. Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

³⁸⁹ BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EdUFSPar, 2002.

se ciente de suas responsabilidades de cidadão, encaminha extensa correspondência a Delegacia de Ordem Política e Social da cidade de Curitiba. A correspondência informava sobre a atividade subversiva de pastores da Igreja Luterana. As informações repassadas, em sua maioria, foram colhidas por ocasião de um almoço em que os denunciados estiveram presentes, quando da realização de um Concílio Geral na cidade de Canoinhas³⁹⁰.

Para corroborar com a veracidade da sua denúncia, o vice-presidente da Comuna informava que por ser membro daquela instituição religiosa e estar à frente de um cargo administrativo, detinha informações privilegiadas sobre os suspeitos. Detalhou que o pastor Edward Alfred Olander desenvolveu, na cidade de Curitiba, um trabalho junto à mocidade luterana, mas que ultimamente residia na cidade de São Paulo e que deixou o Brasil após seu envolvimento em atividades comunistas. Richard Wangen era outro pastor luterano também descrito como envolvido em atividades ligadas aos jovens de sua igreja, o que era motivo de preocupação. A seu respeito registrou em missiva que, durante o almoço:

Wangen dizia que preparava os jovens para enfrentar a influência do Comunismo ateu, da linha chinesa, propagado entre os estudantes. Disse mais ou menos o seguinte: ‘Pela primeira vez estamos fazendo o que fazem os comunistas. Temos um elemento nosso, devidamente escolado, matriculado na Universidade e que ficará anos a fio, sem interesse de se formar, até que tenha organizado uma equipe que, por sua vez, ampliará cada vez mais o trabalho’³⁹¹.

As intenções do vice-presidente da Comuna Evangélica de Curitiba em obter informações sobre o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo pastor Wangen se apresentavam como uma de suas preocupações no início de 1965, momento em que fora informado por um estudante que o referido pastor viera “reorganizar a ACA (Associação Cristã de Acadêmicos). Disse que a ACA só funcionava bem em São Paulo e em Porto Alegre. Desejava o pastor Wangen que os luteranos liderassem a ACA”³⁹².

³⁹⁰ Documentos/informações referente à: Igreja Presbiteriana. Arquivo Público do Estado do Paraná. Cód-Ref. BR PRA PPR, XX PB4. O. PT. 1119 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

³⁹¹ Documentos/informações referente à: Igreja Presbiteriana. Arquivo Público do Estado do Paraná. Cód-Ref. BR PRA PPR, XX PB4. O. PT. 1119 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

³⁹² A ACA era uma organização de estudantes universitários evangélicos em nível local organizada em 1940 e estava nacionalmente ligada à União Cristã de Estudantes do Brasil/UCB, que era uma entidade de estudantes evangélicos (secundaristas e universitários) com estreitas relações com o Conselho Mundial

Prossegue sua carta esclarecendo às autoridades policiais que, com o intuito de se aproximar dos jovens da comunidade luterana em Curitiba, o pastor em questão iniciou a organização de uma casa para estudantes que era capaz de atender a 100 (cem) alunos, empreendimento orçado em 300 (trezentos) milhões de cruzeiros, dinheiro proveniente da Suécia. Um dos defensores e colaboradores de Wangen no trabalho com estes jovens era o pastor Heins Ehlert, que também era acusado de ser contra todo e qualquer governo, pregando a anarquia; tais acusações eram baseadas na análise de uma peça teatral natalina traduzida do alemão para o português e apresentada por jovens na igreja, em 1963, sob a responsabilidade daquele pastor.

Richard Wangen e Heins Ehlert foram ainda apontados como organizadores de encontros de fins de semana considerados subversivos. Um destes encontros, por exemplo, teve como objetivo discutir o que seria um sindicalismo responsável e ocorreu em maio de 1965, tendo a participação de outro pastor, Karl Ernst Neisel, o qual, como os demais pastores, também fora acusado de desenvolver trabalhos semelhantes entre os jovens. Em relação ao pastor Godofredo Boll foi relatado que, em sua residência, por ocasião de uma incursão dos agentes da DOPS, nada teria sido encontrado de materiais subversivos, isso porque – segundo alertou o vice-presidente da Comuna Evangélica de Curitiba – diante de informações provenientes de pessoas próximas à família de Godofredo, tal material havia sido previamente enterrado.

Em Pernambuco algo semelhante ocorreu. O líder da Igreja Presbiteriana Fundamentalista³⁹³, Israel Furtado Gueiros, figurava entre aqueles que denunciaram pastores e membros das diversas igrejas protestantes no Estado. De acordo com o ofício nº 895 de 17 de julho de 1964 - tendo em anexo um conjunto de declarações - encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco ao presidente do Inquérito Policial Militar/IPM do IV Exército, o protestante Gerson Maciel Neto era

de Igrejas/CMI. Os componentes da ACA, muitas vezes utilizavam as dependências das Igrejas protestantes para realizar seu trabalho de conscientização política, social e religiosa, tendo como característica uma forte inclinação política pelas esquerdas. Sobre a ACA e a UCEB, ver QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1981)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011. Ver também, SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

³⁹³ Esta igreja estava ligada ao Conselho Internacional de Igreja Cristã/CIIC, organização fundamentalista organizada nos EUA, em 1948, pelo pastor Carl McIntire, e apresentava um repúdio a qualquer aproximação com a igreja católica, um anticomunismo exacerbado e contrário a um pensamento religioso que tivesse como preocupação questões sociais, entre outros posicionamentos.

enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Em sua declaração, prestada em 29 de abril de 1964, Gerson Maciel apresenta-se à polícia como advogado, bancário, professor universitário e membro da Igreja Batista de Santo Amaro, no Recife, além de assessor jurídico do Movimento Cultura Popular³⁹⁴. Dentre os acusadores destaca-se o pastor Israel Gueiros, que em seu termo de declaração, assinado em 26 de junho de 1964 e também encaminhado pela delegacia ao IV Exército, reporta-se ao senhor Gerson como um subversivo extremado, afirmando ter o mesmo participado de um evento de caráter comunista, - a Conferência do Nordeste realizada em 1962 na cidade do Recife - pronunciando discursos revolucionários. Para Israel Gueiros,

O senhor Gerson Maciel Neto tomou parte naquele Congresso, sendo de conhecimento do depoente, ter o mesmo feito um discurso de caráter revolucionário, em uma assembléia do Congresso; que teve oportunidade de lêr uma entrevista prestada pelo mencionado Gerson, publicada no jornal Última Hora, onde o mesmo ressaltava que a solução dos problemas brasileiros só teria êxito com uma revolução; socialista; que pelos comentários em torno das atividades e pronunciamentos do senhor Gerson Maciel, o depoente o reconhecia como um homem de formação política esquerdista [...] ³⁹⁵ (sic).

Diante de denúncias desse teor, o que naquele período era razão suficiente para prisão ou mesmo tortura, alguns pastores e membros presbiterianos recorreram aos órgãos de segurança e informação na tentativa de esclarecer mal-entendidos acerca de tais acusações. Foi o que aconteceu com o pastor João Dias de Araújo, denunciado por Israel Gueiros. O acusado era pastor da IPB e também professor desde o ano de 1960, no Seminário Presbiteriano do Norte em Recife³⁹⁶. Como outros pastores, defendia a perspectiva teológica de que a Igreja deveria apresentar uma posição ativa frente aos

³⁹⁴ Movimento de cultura Popular foi criado em 1960, durante a primeira gestão de Miguel Arraes a frente da prefeitura do Recife. Instituição sem fins lucrativos foi fortemente influenciado por intelectuais franceses e pelo movimento *Peuple ET Cultura* (Povo e Cultura), que tinha por finalidade alfabetizar e conscientizar as massas. Em sua composição, o MCP agregava grupos de estudantes universitários, artistas e intelectuais, desenvolvendo ações comunitárias de educação popular, tendo também como preocupação, desenvolver uma consciência política e social entre os trabalhadores, possibilitando os mesmos terem uma efetiva participação na vida política do país.

³⁹⁵ *Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco/Ofício nº 895, de 17 de julho de 1964/Termo de declaração que presta Israel Furtado Gueiros, de 26 de junho de 1964/Termos de declaração que presta Gerson Maciel Neto, de 29 de abril de 1964*. Documentação localizada no arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 266, p. 3094-3099. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

³⁹⁶ João Dias de Araújo havia sido nomeado pelo Supremo Concílio como professor do Seminário Presbiteriano do Norte em 1960 para as disciplinas de Teologia Sistemática, História da Filosofia e Ética Cristã.

problemas sociais e políticos que afligiam o país, posicionamento teológico denominado de *Evangelho Social*.

Na ata de 25 de novembro de 1964, referente à Quinquagésima Reunião Ordinária da Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte³⁹⁷, consta, em um relatório anual de seu reitor Paul Pierson³⁹⁸, que Israel Gueiros denunciou aquele professor no dia 28 de março no programa evangélico semanal que mantinha em uma das emissoras da cidade do Recife. A denúncia de ser João Dias professor comunista e influenciar os futuros pastores³⁹⁹ voltou a ser repetida no sábado seguinte no mesmo programa radiofônico, ou seja, três dias após a efetivação do Golpe civil-militar. Ainda segundo o relatório do reitor Paul Pierson, o Pastor Israel Gueiros reproduziu aquela denúncia em panfleto e fez distribuir nas ruas do Recife⁴⁰⁰.

Registra o reitor, em seu relatório, que para defender João Dias, diante da conjuntura política nacional que se apresentava, formou-se uma comissão composta por ele próprio, Paul Pierson, pelo deão⁴⁰¹ Áureo Bispo dos Santos e o professor Thomas Foley, além do presbítero, Torquato Santos. Na segunda-feira, 06 de abril, a comissão visitou o Cel. Sílvio de Melo Cahu – empossado logo após o Golpe como comandante da Polícia Militar de Pernambuco – relatando o ocorrido⁴⁰²; e, no dia seguinte, agora na companhia do presidente da diretoria do Seminário, pastor João Campos de Oliveira, a comissão foi à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, ocasião em que foram entregues ao Secretário documentos, como a acusação produzida pelo pastor

³⁹⁷ A Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte era composta por representantes dos presbitérios da região Nordeste e Norte, áreas que eram circunscritas ou atendidas por esta instituição de ensino. A direção local do Seminário, representada pelo reitor, encontrava-se hierarquicamente subordinada a esta diretoria.

³⁹⁸ Paul Pierson era pastor norte-americano ligado à Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, mas, a pedido da IPB, cooperava com a igreja nacional, sobretudo na área de ensino, prática recorrente até aquele momento. Como ele, atuando no Seminário, havia outros norte-americanos como o pastor e missionário Thomas Foley.

³⁹⁹ A preocupação de Israel Gueiros em relação à formação teológica destes pastores é reveladora de outra problemática – nem todos os grupos protestantes naquele período dispunham de centro de educação teológica, e muitas vezes tinham de recorrer ao Seminário Presbiteriano do Norte, que neste momento atendia a demandas da IPB na região Nordeste e Norte do país.

⁴⁰⁰ Livro de Ata da Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte, 25 de novembro de 1964. Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

⁴⁰¹ Cargo ocupado geralmente por um professor e pastor, que deveria residir no próprio seminário, encarregado de acompanhar o cotidiano e as possíveis necessidades dos alunos que, em sua grande maioria, eram internos, além de fazer preservar a ordem e os bons costumes na instituição.

⁴⁰² Com a vitória do movimento militar em 1964, o coronel do Exército, Sílvio de Melo Cahu, assumiu o comando da Polícia Militar após prender o comandante anterior, o major do Exército Hango Trench. COELHO, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004. p. 30.

Israel Gueiros, uma apostilha referente às aulas de Filosofia e Teologia ministradas no Seminário pelo professor João Dias, assim como a reprodução de um discurso de sua autoria, escrito alguns meses antes, intitulado *O jovem cristão e o jovem comunista*; e, ainda um ofício redigido por outro presbítero, o doutor Mardônio Coelho. Tais ações obtiveram êxito e são descritas como fundamentais para que o caso fosse encerrado sem que houvesse inquérito na polícia ou no IV Exército contra o pastor João Dias⁴⁰³.

Referindo-se a este momento político imediatamente posterior ao Golpe, o pastor João Dias de Araújo relembra em entrevista que diante daquelas acusações não recebeu da Igreja Presbiteriana do Brasil, enquanto instituição religiosa a qual estava vinculado, qualquer tipo de apoio ou solidariedade expressiva. No entanto, reafirma o acima descrito, ao rememorar com riqueza de detalhes a existência de uma comitiva composta por alguns amigos, empresários presbiterianos, professores da cidade do Recife e do Seminário que lhe prestaram significativa solidariedade, muitos dos quais saindo em sua defesa perante as autoridades de segurança. Em momento de tensão e incertezas em razão do Golpe civil-militar, essa comissão cumpriu importante atuação ao evitar a prisão do professor e pastor João Dias de Araújo. O que era de fato uma possibilidade, como pode ser observado a partir da descrição do norte-americano Thomas Skidmore. Afirma Thomas Skidmore, um historiador, que a maior parte das prisões processou-se nos primeiros dez dias entre a deposição do presidente João Goulart e a eleição do general Castelo Branco – muito embora, no Nordeste, as prisões continuaram até o mês de junho – e que o número de prisões em consequência do Golpe, por não existirem dados oficiais, acredita-se que variou entre 10.000 e 50.000, montante do qual “muitos foram libertados dentro de dias, e outros, de semanas. Chegaram talvez a centenas os que sofreram torturas prolongadas (mais de um ou dois dias)”⁴⁰⁴. Em Pernambuco, especificamente, o jurista Fernando Coelho enfatizou que a repressão política foi violenta e generalizada, se comparada aos outros estados da Federação⁴⁰⁵.

Outras manifestações de solidariedade a João Dias foram realizadas por setores presbiterianos, sobretudo os jovens presbiterianos do Recife, o que lhe era obsequiado

⁴⁰³ Livro de Ata da Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte, 25 de novembro de 1964. Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

⁴⁰⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 58.

⁴⁰⁵ COELHO, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004. p. 189.

por sua atuação junto a Associação Cristã de Acadêmicos (ACA) e a União Cristã de Estudantes Brasileiros. Afirmou o pastor João Dias de Araújo, em sua entrevista, que realizava um trabalho de aconselhamento regional nessa organização ecumênica de estudantes evangélicos a nível local e nacional, o que lhe valeu intensos conflitos no Seminário Presbiteriano do Norte e na Igreja Presbiteriana da Boa Vista. Nesta igreja, o pastor João Dias estava à frente de um grupo de jovens que se reuniam aos domingos, sob a denominação de *Classe Filadélfia*, onde funcionava uma célula da ACA desarticulada em 1964 – como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo⁴⁰⁶. Nesse sentido, vinte três jovens da Igreja Presbiteriana de Areias, em 09 de julho de 1964, assinaram uma moção de repúdio às acusações contra o pastor João Dias. Afirmaram estarem refletindo

[...] sobre os acontecimentos do mundo em geral e do Brasil em particular, reconhecendo que a nossa Pátria está sofrendo profundas modificações [...]. Reconhecemos, ainda, que constituímos uma minoria vocacionada por Deus para anunciar o evangelho de salvação a um mundo contrário à nossa fé e lamentamos a incompreensão de certas esferas eclesiásticas que timbram em fomentar, no seio da Igreja de Deus, o descrédito na atuação da mocidade acoimando-a de modernista e até mesmo de comunista [...]. Estas palavras, antes de constituírem um manifesto, têm [sic] o objetivo de animar o espírito do jovem REV. JOÃO DIAS DE ARAÚJO para novas arrancadas [...] ⁴⁰⁷ (sic).

Mesmo os fragmentos da moção tendo como preocupação principal reafirmar a postura religiosa, política e social de um grupo que se apresenta como minoritário e de denunciar as acusações de comunistas e modernistas proveniente de setores eclesiásticos, deixava claro, sobretudo no último trecho apresentado acima - que também correspondia à parte final da moção - o apoio e o incentivo oferecido ao pastor João Dias diante das acusações que vinha recebendo.

⁴⁰⁶ João Dias de Araújo foi entrevistado em sua residência, na cidade de Feira de Santana, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela. Ver também, SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

⁴⁰⁷ *União da Mocidade Presbiteriana de Areias*. Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

Os rastros dessa comissão, na tentativa de evitar a prisão do pastor e professor João Dias, foram registrados pelos órgãos de segurança e informação. No prontuário referente ao pastor João Dias organizado pelo DOPS/PE encontra-se um ofício em papel timbrado do Seminário Presbiteriano do Norte pelo Reitor, Paul Everett Pierson, pelo professor e deão Áureo Bispo dos Santos e pelo presidente da diretoria, o pastor Orlando Lopes de Moraes. De acordo com estes representantes do SPN, o documento entregue às autoridades tinha como objetivo:

Esclarecer a situação e restaurar a verdade dos fatos, infelizmente distorcida em pronunciamento feito pelo Dr. Israel Furtado Gueiros no programa radiofônico 'A Luz do Mundo', irradiado a 28 de março de 1964 – ratificar as informações já prestadas verbalmente a V. Excia. e oferecer à consideração de V. Excia, e seus dignos auxiliares os documentos inclusos que comprovam à sociedade a total inverdade da afirmativa feita pelo Dr. Israel Furtado Gueiros de que 'o Seminário Presbiteriano do Recife tem como professor um grande propagandista do comunismo na pessoa do Sr, João Dias de Araújo que está criando uma geração de pastores comunistas para a destruição do cristianismo evangélico no Brasil'⁴⁰⁸.

O ofício era destinado ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco – o coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira, recém-nomeado pelo governador Paulo Guerra⁴⁰⁹, e tinha como objetivo desfazer as acusações divulgadas pelo pastor Israel Gueiros, o que para isso, entendiam aquelas autoridades religiosas, era necessário anexar ao ofício alguns escritos de autoria do denunciado, como os intitulados: *Educação teológica e realidade da igreja contemporânea no Brasil* e *O jovem cristão e o jovem comunista*, este último – que posteriormente foi impresso em formato de cartilha – era bastante conhecido entre os presbiterianos de Pernambuco e de outros estados do Brasil, uma vez que já vinha sendo apresentado em suas aulas no SPN e em alguns eventos organizados, sobretudo, pela juventude da Igreja em âmbito nacional.

⁴⁰⁸ Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública de Pernambuco. Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

⁴⁰⁹ Depois de uma tensão inicial com a prisão do governador Miguel Arraes no dia 1º de abril, as negociações com os militares garantiram na madrugada do dia 2 a posse do vice-governador Paulo Guerra, eleito pelo PSD. Logo após sua posse nomeou o coronel do Exército, Ivan Rui de Andrade de Oliveira para a Secretaria de Segurança Pública. Ver COELHO, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004. p. 178-179.

Para o VI Congresso da Mocidade Presbiteriana – realizado na cidade de Campinas, no final de janeiro de 1964 – um dos convidados como preletor foi o pastor João Dias de Araújo e numa de suas exposições versou justamente sobre o referido texto, o que lhe resultou uma série de contratempos com a cúpula da IPB. Isso porque um dos jovens presentes era Marcus Kerr Brochado de Almeida, membro da Igreja Presbiteriana de Copacabana, que produziu extenso e detalhado relatório criticando praticamente todas as atividades ministradas no Congresso, e em seguida o enviou ao Presidente do Supremo Concílio da Igreja, na época Amantino Adorno Vassão.

Em sua carta-relatório, Kerr Brochado critica o palestrante João Dias quando este relaciona certos pontos de contato existentes entre o comunista e o cristão, como a luta por justiça e humanismo⁴¹⁰. A referida carta, além de circular em reunião extraordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio/CE-SC⁴¹¹, realizada na cidade de Campinas entre os dias 29 e 30 de abril de 1964, provocou por parte Amantino duras críticas ao Congresso e, em particular, à palestra de João Dias quando afirmou que:

Se a nossa mocidade comparece a Congressos para aprender que “O jovem cristão e o jovem comunista são forças atuantes na comunidade brasileira”, estabelecendo um paralelo impossível de sustentar, então, me parece, é melhor não realizar tais congressos⁴¹².

O texto *O jovem cristão e o jovem comunista* era bastante conhecido e vinha provocando reações polêmicas naquele momento entre setores da Igreja Presbiteriana e de outras igrejas protestantes e foi por conta deste cenário que o pastor Israel Gueiros o mencionou nas acusações feitas em seu programa radiofônico, “A Luz do Mundo”. É diante desse quadro de tensões que o ofício do SPN tece uma série de considerações acerca do texto *O jovem cristão e o jovem comunista*, estabelecendo outra leitura, um novo olhar. Afirma os representantes do SPN que o autor em tela havia, de fato, procurado estabelecer um confronto entre as ideias e as práticas cristãs e comunistas,

⁴¹⁰ Ao presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Revmo. Amantino Adorno Vassão: Esta carta deve ser lida por todos os membros do Supremo Concílio de nossa Igreja. Pasta da CE-SC 1964. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁴¹¹ Esta Comissão é formada pela Mesa Executiva do Supremo Concílio (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro) mais os representantes dos Sínodos.

⁴¹² VI Congresso da Mocidade. Documento encaminhado à Comissão Executiva do Supremo Concílio por Amantino Vassão aos 27 de abril de 1964. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

mas nisso procurando defender o ser cristão em detrimento do ser comunista e que a simples leitura daquele trabalho daria conta de desconstruir aquelas infundadas e gratuitas acusações. Esclareceu ainda o ofício que a leitura isolada de trechos da referida obra não contribui para seu entendimento, podendo gerar incompreensões. Solicitava então, daquela autoridade e de seus auxiliares, a efetuação de atenta leitura dos materiais ali apresentados⁴¹³.

A estratégia do pastor João Dias de Araújo de procurar desfazer as acusações e delações das quais era alvo junto aos órgãos de segurança e informação foi uma prática realizada por outros pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil. Nesse sentido, em abril de 1968, o pastor Lemuel Cunha do Nascimento protocolou um requerimento ao chefe do Departamento de Vigilância Social da cidade de Belo Horizonte em que solicitava daquele órgão a emissão de uma “*certidão*” que atestasse suas concepções teológicas e filosóficas, enfim, sua posição ideológica, tendo como critérios uma série de documentos que apresentou a polícia ainda em 1964⁴¹⁴. O envio destes documentos aos órgãos de informação e segurança em 1964 revestia-se de uma série de significados.

Como temos visto este foi um momento onde era muito comum ser acusado de ecumênico e comunista, muitas vezes, por setores da própria igreja. A Comissão Executiva do Supremo Concílio, em reunião extraordinária realizada entre 29 e 30 de abril de 1964 na cidade de Campinas, recebeu um abaixo-assinado, contando com aproximadamente 45 nomes, enviado por membros da Igreja Presbiteriana de Niterói, acusando vários pastores de comunistas, entre eles, Lemuel Cunha⁴¹⁵. Diante destas acusações, o pastor estava já em 1964 se resguardando perante as autoridades religiosas e polícias.

Mas o que levaria, portanto, Lemuel Cunha a solicitar – quatro anos depois – um documento dessa natureza àquele órgão? Neste momento, ter a posse de algum documento emitido por um órgão de segurança do Estado se constituía em um

⁴¹³ *Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública de Pernambuco*. Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

⁴¹⁴ *Lemuel Cunha do Nascimento – Igreja Presbiteriana*. Arquivo Público Mineiro. Cód-Ref. BR MGAPM, XX DMG. 0.0. 1336, pasta 0231-1 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

⁴¹⁵ *Aos senhores membros da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Pasta referente à Reunião da Comissão Executiva do Supremo Concílio de abril de 1964. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. Ver também, *CE – 64E – 024 – IP Niterói – Documento*. *Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970)*. Casa da Editora Presbiteriana, p. 182.

diferencial para evitar surpresas, como prisões. Esse tipo de atestado sinalizava alguma garantia em uma época em que os direitos constitucionais estavam sendo cada vez mais suprimidos pelos Atos Institucionais.

De acordo com Fernando Coelho, com o Golpe civil-militar também foi instituída a prática tanto no setor público quanto nas empresas privadas de se exigirem carta de apresentação emitida pela autoridade policial ou militar. E em alguns casos exigia-se um atestado de ideologia emitido pelo próprio DOPS/PE, o que permitia tanto a não reinserção de funcionários anteriormente demitidos por questões políticas como a não efetivação de pessoas com supostas ligações com o governo deposto, consideradas subversivas, assim como, também, entre outras possibilidades, a expulsão⁴¹⁶. Esta carta-atestado era, portanto, uma prática bastante recorrente para controle do Regime, sendo também fundamental para quem desejasse realizar viagens ao exterior.

O pastor Lemuel Cunha estava atento às mudanças que vinham se consolidando no cenário internacional e no Brasil, o que culminará nos movimentos revolucionários de 1968. O historiador Daniel Aarão Reis se referiu a esse momento com a seguinte leitura:

1968 é um redemoinho de imagens – atravessando a neblina do tempo. Um mundo em movimento, conflitos, projetos e sonhos de mudanças, gestos de revolta e lutas apaixonadas: revolução nos costumes, na música, nas artes plásticas, no comportamento e nas relações pessoais, no estilo de vida e nas tentativas novas não apenas de *derrubar* o poder vigente, mas de propor uma relação diferente entre política e sociedade. O que se questiona – de modo confuso e vago – é a articulação da sociedade e suas grandes orientações, seus propósitos, seu modo de ser: trata-se de mudar de sociedade e de vida⁴¹⁷.

O Brasil sofreu influências dos movimentos contestatórios presente no cenário internacional, como o caso do Maio Libertário dos estudantes e trabalhadores franceses, o massacre de estudantes no México e as manifestações nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnã, entre outros movimentos. Mas o caminhar no Brasil, até 1968, possuía especificidades como a contestação ao Regime militar presente, por exemplo, nos

⁴¹⁶ COELHO, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004. p. 220-221.

⁴¹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 11.

movimentos estudantis e operários daquele ano⁴¹⁸. Neste sentido, vários grupos de esquerda no Brasil, inseridos nesta dinâmica revolucionária, após o Golpe civil-militar iniciaram um processo de reorganização de suas atividades; grande parte deles provenientes de dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no pós-64, esses grupos passaram a defender outras estratégias de enfrentar o Regime civil-militar: a luta armada – perspectiva bastante presente no final da década de 1960⁴¹⁹.

Em face da mobilização crescente dos grupos de esquerda em torno da luta armada, o Regime militar intensificou uma violenta repressão. A resposta dos militares ocorreu com a implantação do Ato Institucional nº 5, em fins de 1968, suspendendo as liberdades civis e proporcionando às forças de segurança nacional mecanismos eficientes e legais na campanha repressiva⁴²⁰. Neste cenário, talvez entendesse o pastor Lemuel que não bastava recorrer aos vários órgãos de segurança procurando responder, de maneira antecipada, supostas denúncias nem mesmo era suficiente o apoio dispensado por grupos de amigos ou comissões, como aconteceu com o pastor e professor João Dias de Araújo; mas eram necessárias outras garantias. O pastor Lemuel parecia saber disso e por isso requereu aquela certidão; era por estar inserido neste cenário que se resguardar de ações punitivas e repressivas, seja por parte do Estado ou mesmo da própria IPB, se fazia necessário.

O pastor Lemuel Cunha, como outros pastores, fazia parte de um grupo de evangélicos que defendia uma posição doutrinária e política das Igrejas diante da situação social no país. Perspectiva presente em seus inúmeros artigos publicados no jornal *Brasil Presbiteriano* – durante o período em que Domício Matos esteve como redator-chefe, ou seja, entre 1962 e os primeiros dias após o Golpe civil e militar – além de outros jornais evangélicos e católicos em circulação antes do Golpe de 1964. Por sinal, o pedido de certidão em 1968 cobra um posicionamento dos órgãos de informação e segurança referente a um conjunto documental encaminhado quatro anos antes ao Departamento de Vigilância Social composto de uma carta datilografada e assinada e de

⁴¹⁸ ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Revista Mediações (Dossiê: 40 anos de maio de 68)*, v. 12, n. 02, p. 78-89, jul/dez. 2007.

⁴¹⁹ CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 108-119.

⁴²⁰ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 22. Sobre as discussões em torno da implantação AI5 como respostas ao crescente movimento da oposição, ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 151-181.

uma série de artigos de jornais de sua autoria, destacando sua entrevista concedida ao jornal católico de circulação nacional *Brasil, Urgente*, intitulada *Cristianismo autêntico é o que luta pelo povo*. Talvez entendesse ser aquela atitude, em 1964, suficiente para autodefinir e fortalecer suas posturas teológica e filosófica como algo coerente com os princípios cristãos e assim fosse capaz de confrontar com o que havia sido divulgado naquela entrevista. Em um dos trechos da entrevista houvera afirmado ao jornalista que:

Se as estruturas estão matando a vitalidade e a autenticidade da pessoa humana, não permitindo ao homem uma vida digna, a ação em favor do próximo significa lutar para mudar as estruturas. O brasileiro é vítima da desumanização, está vivendo sob uma carga que não pode suportar. Exige mudanças imediatas e radicais⁴²¹.

Naquele momento tais declarações, entre outros escritos e palestras, o constituíram, para setores preponderantes da IPB e da sociedade, como um propagador e defensor do *Evangelho Social*. Como afirmou o professor Zwinglio Mota Dias em sua entrevista, Lemuel Cunha, entre inúmeros outros, vinha sendo nomeado por representantes da Igreja Presbiteriana do Brasil como sendo um pastor de tendência comunista⁴²². Diante de tais acusações é que a sua carta destinada à autoridade policial adquire sentido, pois intenta desconstruir a representação ideológica e teológica de alguém que supostamente pregava mudanças políticas e sociais radicais na sociedade. Dessa forma, se apresenta como pastor integralmente dedicado a sua comunidade, advindo daí sua única fonte de sustento e continua afirmando que por conta disso tem que prestar obediência e fornecer relatórios de suas atividades religiosas ao Conselho da Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, da qual se considera um empregado. Esclareceu que tendo formação em Filosofia e em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul, na cidade de Campinas, e não política, seu trabalho limita-se a fornecer assistência espiritual a seus paroquianos e que as palestras e conferências que realizava fora deste ambiente, atendendo a convites, também se restringiam ao campo filosófico, ético e religioso. Prosseguindo a carta diz que sendo cristão e defensor da

⁴²¹ DEPOIMENTO da semana: Cristianismo autêntico é o que luta pelo povo. *Jornal Brasil, Urgente*, edição semanal, 14-20 mar. 1964. Trata-se de recortes de jornais presente no Arquivo Público Mineiro. Cód-Ref. BR MGAPM, XX DMG. 0.0. 1336, pasta 0231-1 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

⁴²² Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

liberdade coloca-se contra o comunismo⁴²³. Em segundo momento, passou a relatar como foi enganado em sua boa fé quanto à entrevista publicada pelo jornal *Brasil, Urgente*. De início afirmou que aquela entrevista não representava a verdade, e vários eram os motivos. Argumentou que foi insistentemente procurado pelo jornalista Rui Santos que afirmava ser o jornal *Brasil, Urgente* de orientação dominicana; e que inicialmente se recusava a conceder qualquer entrevista, visto que estava prestes a cumprir obrigações religiosas e que se encontrava sozinho em sua residência, pois que era de seu costume ter sempre presente um amigo como testemunha em suas palestras e em assuntos dessa natureza, para evitar calúnias e distorções futuras. Dias depois foi avisado por um dos membros daquela Igreja que uma entrevista sua havia sido publicada em jornal comunista. Só neste momento foi devidamente informado de que o jornal de orientação dominicana era, de fato, de tendência comunista⁴²⁴.

Somada a esta correspondência, em anexo, destacava-se um relato onde o pastor Lemuel Cunha expôs suas relações com a Conferência do Nordeste ocorrida na cidade do Recife, em 1962, intitulada *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, que teve como objetivo estudar e propor soluções para a realidade de pobreza e miséria do Brasil. Explicou que sua participação nesta Conferência ocorreu como delegado da Igreja Presbiteriana do Brasil, esta filiada à Confederação Evangélica do Brasil, entidade promotora da referida Conferência. Envolvimento sempre pautado em concepções teológica, filosófica e ética e não política.

Como indicava a documentação que compõe seu prontuário, tais explicações não foram suficientes para convencer as autoridades policiais, em 1964. Diante desta documentação, o Departamento de Vigilância Social da cidade de Belo Horizonte imediatamente procedeu às investigações no sentido de apurar sua veracidade e foi concluído pelo investigador, como consta neste prontuário, que o pastor presbiteriano de fato se enquadrava na condição de vítima das ações comunistas do jornalista Rui Santos e que sua entrevista – como fora publicada pelo jornal *Brasil, Urgente* – havia sofrido uma série de deturpações; além disso, destacou que inúmeras pessoas informaram que o investigado, em suas pregações – o mesmo era pastor da Segunda Igreja Presbiteriana

⁴²³ Lemuel Cunha do Nascimento – Igreja Presbiteriana. Arquivo Público Mineiro. Cód-Ref. BR MGAPM, XX DMG. 0.0. 1336, pasta 0231-1 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

⁴²⁴ Lemuel Cunha do Nascimento – Igreja Presbiteriana. Arquivo Público Mineiro. Cód-Ref. BR MGAPM, XX DMG. 0.0. 1336, pasta 0231-1 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

de Belo Horizonte – sempre demonstrou ser um ardoroso combatente da ideologia comunista⁴²⁵. Passados quatro anos do envio dessa documentação para a Delegacia de Ordem Política e Social na cidade de Belo Horizonte, o pastor Lemuel Nascimento recebeu sua certidão.

E aqui pensamos noutra possibilidade bastante pertinente para julgarmos à viabilidade deste documento em 1968. Neste mesmo ano, o Presbitério de Belo Horizonte abriu um processo que culminou com a retirada das credencias de pastor presbiteriano de Lemuel Nascimento⁴²⁶. Ação que em seguida foi confirmada pela Comissão Executiva do Supremo Concílio⁴²⁷. Não tivemos acesso ao processo de expulsão, institucionalmente denominado de despojamento, mas a “certidão” também poderia ter sido utilizada para garantir sua defesa diante de acusações de ser um pastor com práticas ecumênicas e possivelmente comunistas além de tentar impedir aquele processo, que segundo João Dias de Araújo, era extremamente ilegal, por não respeitar a legislação vigente na IPB⁴²⁸.

Ser ou não ser subversivo de acordo com os critérios das autoridades policiais não se faz primordial para nossa investigação. Entretanto, é revelador que diante de delações e acusações desta natureza, provenientes de setores protestantes, uma série de investigações tenham sido desencadeadas por órgãos de informação e segurança. Os implicados eram pastores e membros comuns considerados nocivos ao bom funcionamento do Regime Militar e, conseqüentemente, da própria Igreja, possibilitando, como veremos a seguir, uma relação de cooperação costurada entre a Igreja e o Estado.

4.2 As ações repressivas contra pastores e membros da igreja Presbiteriana do Brasil

⁴²⁵ *Lemuel Cunha do Nascimento – Igreja Presbiteriana*. Arquivo Público Mineiro. Cód-Ref. BR MGAPM, XX DMG. 0.0. 1336, pasta 0231-1 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

⁴²⁶ No próximo capítulo iremos abordar mais detalhadamente os mecanismos utilizados por setores da IPB para expulsar pastores, seminaristas e professores de seminários.

⁴²⁷ CE – 68E1 – 012 – *Relatório do Secretário-Executivo – Ref. ao Presbitério e Sínodo Belo Horizonte*; CE - 69 – 020 – *Anexo do Relatório do Presidente do Supremo Concílio*. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970). Casa da Editora Presbiteriana, pp. 304-308 e 313.

⁴²⁸ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história da igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 128-137.

Em outubro de 1965, um informe do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) registrou que grupos de esquerda pertencentes aos mais diversos grupos protestantes, por meio de folhetos e jornais faziam circular suas ideais descritas como subversivas. Distribuído para diversos órgãos de informação e segurança além de classificado como secreto, o informe incluía uma lista de nomes de pastores como de João Dias de Araújo, Lemuel do Nascimento, Domício Pereira Matos, Almir Santos, Jovelino Pereira Ramos, além de fiéis⁴²⁹. Em relação a Jovelino Ramos, o informe descrevia que o mesmo tinha participado de uma confraternização de jovens filiados à União da Mocidade Presbiteriana (UMP)⁴³⁰ e que naquela oportunidade realizou uma apresentação de músicas carnavalescas, de bossa-nova, entre outras de cunho nitidamente subversivo, desvirtuando assim o caráter evangélico que deveria nortear daquele encontro⁴³¹.

Essa lista incluía 50 nomes de pastores e fiéis e entre estes um considerável número era de presbiterianos. Nesse registro, entre os pastores presbiterianos investigados alguns mantinham estreitas ligações com os seminários teológicos da IPB. A este respeito, outro informe secreto do III Exército, de março de 1966 – cujas informações eram provenientes da 4ª Zona Aérea⁴³² - tendo sido também enviado para Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, apresentava o Seminário Teológico Presbiteriano do Sul (SPS), na cidade de Campinas, como alvo de sua investigação⁴³³. Sob nº 073/66, o informe descrevia aquela instituição de ensino como dominada por pastores presbiterianos esquerdistas, socialistas e comunistas; além de enfatizar que, em conjunto, tais professores se definiam como nacionalistas e defensores de um novo evangelho, o *Evangelho Social*⁴³⁴. Paralelamente o informe apresentava ainda que entre

⁴²⁹ Centro de Informação da Marinha/CENIMAR, 22 de outubro de 1965. Pasta (Secreto 09), Informe nº 1816, pp. 129-132. Localizada no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ.

⁴³⁰ As UMP's são organizações da juventude nas igrejas presbiterianas locais.

⁴³¹ Centro de Informação da Marinha/CENIMAR, 22 de outubro de 1965. Pasta (Secreto 09), Informe nº 1816, pp. 129-132. Localizada no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ.

⁴³² A 4ª Zona Aérea atualmente denomina-se IV COMAR, tem jurisdição sobre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

⁴³³ *Documentos/informações referentes à: Igreja Presbiteriana*. Arquivo Público do Estado do Paraná. Cód-Ref. BR PRA PPR, XX PB4. O. PT. 1119 – Memória Reveladas/Ministério da Justiça.

⁴³⁴ Vimos detalhadamente no primeiro capítulo que a perspectiva teológica que ficou conhecida criticamente como Evangelho Social representava o pensamento de um grupo que defendia que a Igreja deveria incentivar seus membros a desenvolver uma participação ativa no cenário político, questionando a situação de pobreza e miséria do mundo.

os seminaristas, sobretudo os mais antigos, havia os que mantinham intensas ligações com as diversas correntes de esquerda. O informe ressalta ainda que, além do corpo docente, era alvo de investigações a direção do seminário, na pessoa do reitor Júlio Andrade de Ferreira, considerado como influenciado pelo socialismo⁴³⁵.

Ainda em março de 1966, um pedido de busca sob o nº 59-E2/66 é enviado pelo III Exército à Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, em que solicita informações sobre a infiltração comunista e a atividade de pastores na Igreja Presbiteriana do Brasil. E a esse respeito, as informações coletadas pelos investigadores reportavam-se, em grande medida, aos pastores que mantinham algum tipo de relação com aquele seminário teológico, dando conta – à semelhança do informe anterior – de que o corpo discente vinha mantendo contatos com a doutrina comunista. E que disso resultava grande interferência sobre as igrejas, uma vez que os pastores recentemente formados no SPS não estavam desenvolvendo suas obrigações religiosas com o devido zelo, muitos dos quais abandonando suas funções de pastor. De semelhante modo, também os professores eram descritos como comunistas e que, assim, influenciavam negativamente os alunos e a imagem do seminário; sobretudo, a imagem de uma instituição que “formou gerações de pastores de alto nível intelectual, que sempre pregaram, ao lado da doutrina cristã, o respeito às leis. A situação atual não é a mesma”⁴³⁶.

Também o Seminário Presbiteriano do Norte, na cidade do Recife vinha sendo investigado por atividades subversivas. No prontuário do DOSP de Pernambuco há, referente a João Dias de Araújo, acusações em forma de delações em razão da sua atuação como pastor e professor, informações como as que foram apresentadas pelo Estado Maior da 2ª Seção da Marinha, na cidade do Recife (subordinada ao 3º Distrito Naval, localizado na cidade de Natal). O informe secreto – datado de 28 de outubro de 1965, e distribuído para o CENIMAR⁴³⁷, IV Exército, SNI-ARE e Secretaria de

⁴³⁵ *Documentos/informações referentes à: Igreja Presbiteriana*. Arquivo Público do Estado do Paraná. Cód-Ref. BR PRA PPR, XX PB4. O. PT. 1119 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

⁴³⁶ *Documentos/informações referentes à: Igreja Presbiteriana*. Arquivo Público do Estado do Paraná. Cód-Ref. BR PRA PPR, XX PB4. O. PT. 1119 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

⁴³⁷ O Centro de Informação da Marinha/CENIMAR existia desde 1955 como Serviço de Informação da Marinha. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro. Record, 2001. p. 92.

Segurança Pública de Pernambuco – trazia em anexo um documento intitulado: *Ação esquerdista entre evangélicos presbiterianos*, porém, sem qualquer identificação⁴³⁸.

Este documento relatou que o presbiterianismo no Brasil vivenciava momentos de profunda crise em duas dimensões: teológica e ideológica. Que nos aspectos teológico e ideológico estava sendo levado por uma corrente que foge completamente dos ensinamentos ortodoxos da Bíblia e que este grupo tem alcançado um grande número de adeptos, especialmente entre pastores e seminaristas, em todo o Brasil. Relata que os seminários da IPB, em particular o SPN, encontravam-se completamente dominados por simpatizantes e propagadores do esquerdismo, onde professores brasileiros e norte-americanos estavam em defesa dessa ideologia e que o professor João Dias de Araújo é considerado a principal liderança desse esquerdismo naquela instituição de ensino. Este, por exemplo, durante o longo período em que atuou como professor de uma escola dominical na Igreja Presbiteriana da Boa Vista, no Recife, teria difundido a ideologia marxista e uma concepção de teologia modernista, sendo posteriormente afastado pelo Conselho daquela Igreja. O documento ainda o acusava de ser um entusiasta do governador Miguel Arraes de Alencar e apontava também que havendo o acusado sido levado, após a revolução de 31 de março de 1964, por amigos evangélicos, à presença do Secretário de Segurança Pública – o coronel Ivan Rui – foi por este considerado, diante da documentação apresentada, como alguém ligado à esquerda⁴³⁹.

Antes porém, no dia 27 de outubro de 1965, outro informe secreto produzido pela 2ª Seção da Marinha – e enviado para o CENIMAR e a SSP-PE, entre outros órgãos de informação e segurança – afirmava haver conhecimento de atividades subversivas no Seminário Presbiteriano do Norte. De maneira semelhante ao informe analisado anteriormente, encontramos outros documentos, sob o título: *Histórico do movimento União Cristã de Estudantes do Brasil*. Em parte significativa deste documento, o professor e pastor João Dias foi denunciado mais uma vez como um dos principais mentores, em esfera nacional, do movimento estudantil evangélico, sendo o

⁴³⁸ *Ação esquerdista entre evangélicos presbiterianos*. Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

⁴³⁹ *Ação esquerdista entre evangélicos presbiterianos*. Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

responsável pela divulgação de uma concepção teológica que não condizia com a doutrina defendida pela IPB. O mesmo ainda foi descrito como um dos maiores propagadores da ideologia comunista entre os evangélicos, sobretudo no meio presbiteriano.

Entre outras considerações, o documento informava que:

O Rev. João Dias foi um dos ministros da Igreja Presbiteriana do Brasil (o único do Norte e Nordeste) denunciado em documento assinado por diversos membros de Igrejas Presbiterianas do Sul do Brasil, à Comissão Executiva do Supremo Concílio, por esse tipo de atividades e de posições ideológicas⁴⁴⁰.

Analisando a documentação do Supremo Concílio, podemos afirmar que este trecho do relatório da Marinha fez referência a um manifesto intitulado *Aos senhores membros da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil*, o qual acusava de comunistas vários pastores, entre os quais João Dias. Mas o que nos chama atenção é que este relatório se encontra anexado a uma carta proveniente de setores da Igreja Presbiteriana de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, tendo sido ambos recebidos e discutidos pela CE-SC, reunida na cidade de Campinas, logo após o Golpe civil-militar de 1964. Portanto, trata-se de uma documentação oficial da IPB que também era do conhecimento de setores das Forças Armadas. Na própria carta citada foi afirmado que o Brasil acabara de vivenciar uma *providencial revolução* e que por isso:

Cabe aos dirigentes de nossa IPB enfrentar corajosamente o problema, já que nossas Forças Armadas e os elementos civis que a elas se uniram, estão, na verdade empenhando sua vida na missão de expurgar nossa Pátria de seus traidores e [...]. Esperamos uma atitude cristã e patriota de todos os senhores, a fim de que a Revolução não seja traída pela permanência da infecção comunista nos arraiais evangélicos⁴⁴¹.

Em relação ao documento anexado ao informe da 2ª Seção da Marinha, podemos identificar uma série de informações produzidas por setores da IPB. São informações que se encontram presentes em documentos que tinham sido encaminhados à própria

⁴⁴⁰ *Histórico do movimento União Cristã de Estudantes do Brasil*. Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

⁴⁴¹ *Senhores membros da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Pasta da CE-SC de 1964. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

cúpula da Igreja em 1964. Nesse sentido, o informe da marinha também faz menção a uma carta – anteriormente comentada – de um jovem observador do VI Congresso da Mocidade Presbiteriana destinada ao presidente do Supremo Concílio, Amantino Vassão. Em relação a esta carta esclareceu o relatório da Marinha que:

O jovem estudante Marcus Kerr Brochado de Almeida (já grandemente atingido pela campanha de desmoralização e pelos ‘grupos de pressão’) membro da Igreja Presbiteriana de Copacabana, no Rio de Janeiro, escandalizado com as posições do Rev. João Dias, como preletor do VI Congresso de Mocidade Presbiteriana em Campinas – São Paulo, escreveu uma carta aberta ao presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil [...].

O referido documento da Marinha trazia também uma série de informações detalhadas sobre a suposta atuação subversiva de João Dias na cidade do Recife e de alguns alunos do Seminário Presbiteriano do Norte. Assim, que:

O Rev. João Dias é considerado como comunista e, tem sido acusado de comunista por vários de seus colegas de estudos no curso de Filosofia da Universidade de Recife, estudantes que nada conhecem da atuação do Rev. João Dias na Igreja.

Poucos dias antes da Revolução de 31 de março, o Rev. João Dias fez uma palestra no Clube dos Bancários. Um dos líderes sindicais da classe dos bancários impressionado com as teses defendidas pelo orador, e entusiasmado por elas, argumentou com um presbítero da Igreja Presbiteriana da Boa Vista que o referido preletor era um comunista autêntico [...].

Logo depois de rebentada a revolução, quando os estudantes recifenses se organizaram no centro da cidade para reagirem contra os atos militares da revolução, chegando a se arremessarem contra as forças do Exército que tentaram dissolver os ajuntamentos, **vários seminaristas nossos** [grifo nosso] estavam presentes, alguns como observadores oficiais do Diretório Acadêmico, sendo que dois deles foram feridos pelos soldados do exército⁴⁴².

É importante ressaltar que nestes relatórios da comunidade de segurança e informação, identificamos o uso de uma terminologia bastante comum no meio eclesiástico e a reprodução de discussões e documentos conhecidos pela cúpula da IPB, principalmente daqueles que, de algum modo, mantinham envolvimento com as

⁴⁴² *Histórico do movimento União Cristã de Estudantes do Brasil*. Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

reuniões do Supremo Concílio. Eram personagens, militares ou não, que de alguma maneira tinha acesso à comunidade de informação, e que, ao mesmo tempo, conheciam detalhadamente os acontecimentos e o cotidiano da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, assim como do Seminário Presbiteriano do Norte – conhecimento que se revela na elaborada descrição de atividades do professor João Dias dentro e fora do Seminário, assim como de alguns seminaristas. A própria utilização da expressão “*vários seminaristas nossos*”, especificando a atuação dos seminaristas nos movimentos estudantis no centro do Recife contra a ditadura, inclusive informando o número de feridos, reforça consideravelmente a possibilidade de tratar-se de alguém com estreitas relações com o SPN e a IPB. Em suas memórias, João Dias afirma que seus delatores aos órgãos de informação e segurança tinham sido pessoas que lhes eram próximas⁴⁴³. Essa perspectiva é também defendida por outro entrevistado, o metodista Anivaldo Padilha. Padilha foi preso e torturado durante a Operação Bandeirantes (OBAN)⁴⁴⁴ e anos depois identificou nos arquivos da DOPS-SP que seus delatores eram dois pastores da igreja da qual era membro na cidade de São Paulo⁴⁴⁵.

O monitoramento exercido pelos órgãos de informação em relação aos Seminários Presbiterianos do Norte e do Sul (em Recife e Campinas, respectivamente) nos leva a pensar na problemática suscitada pelo historiador Carlos Fico em seu livro *Como eles agiam*. Este, ao analisar o complexo aparato de informação atuante durante o Regime militar, afirmou que “os milhares de papéis sigilosos que a comunidade de informação fazia circular internamente tinham como público ela própria, claro está, mas também informavam autoridades militares -e civis- que não a integravam diretamente”⁴⁴⁶. Constatações como esta contribuíram para compreendermos uma série de documentos produzidos por setores militares, sobretudo por militares evangélicos não necessariamente envolvidos com estes órgãos de informação, mas que cujo acesso

⁴⁴³ João Dias de Araújo foi entrevistado em sua residência, na cidade de Feira de Santana, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

⁴⁴⁴ A OBAN foi criada em 1969 no estado de São Paulo e estava subordinada ao comando do II Exército. Era um centro de informação e investigação que durante seu curto funcionamento teve o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de repressão no combate aos grupos armados e de esquerda nos estados em que o II Exército tinha jurisdição (São Paulo e Mato Grosso). Ver FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Record, 2001. p. 115-135.

⁴⁴⁵ Anivaldo Padilha, que atualmente trabalha na Comissão da Verdade, foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em 22 de fevereiro de 2013, pelo pesquisador Márcio Vilela. Ver também, OS EVANGÉLICOS e a ditadura militar, Revista *Isto É*, n. 2170, p. 76-81, 15 jun. 2011.

⁴⁴⁶ FICO, Carlos. op. cit., p. 21.

lhes era extremamente possível. Seguindo essa dinâmica, as informações produzidas por militares evangélicos sobre pastores e membros foram repassadas a setores da Igreja Presbiteriana do Brasil logo após o Golpe civil-militar.

Entre os inúmeros documentos encaminhados por esses militares ao presidente do Supremo Concílio da IPB, Amantino Adôrno Vassão, no ano de 1964, destacamos um ofício do Presbitério de Jundiaí (PJDI), no estado de São Paulo, de autoria do presbítero Julio Canrobert Lopes da Costa. Acompanhando este ofício, encontrava-se um documento intitulado *situação moral e espiritual do Seminário Presbiteriano do Sul*. O Gal. Julio Canrobert narra que, por meio de fontes extremamente idôneas e fidedignas, mas que não tinha autorização para revelá-las, havia sido informado de estar o Seminário inserido em crise de ordem moral e espiritual. Ora, o presbítero Julio Canrobert como militar do Exército de alta patente tinha a sua disposição meios para obter dados restritos e sigilosos produzidos pela comunidade de informação⁴⁴⁷.

Nesse documento, também enviado ao presidente do Sínodo de São Paulo e ao presidente da Diretoria do Seminário Teológico Presbiteriano em Campinas - também chamado de Seminário Presbiteriano do Sul (SPS)-, existem esclarecimentos de que a crise teria atingindo enormemente os professores, mas que tinha causado danos bem maiores, sobretudo, aos alunos. A este respeito, o general Julio Canrobert indagou às autoridades religiosas responsáveis pelo SPS:

É verdade que o corpo discente do Seminário é (ou era) de alguma forma filiado à UNE e por este foi consultado após os movimento vitorioso de 31 de março, sobre a atitude que assumiria frente aos acontecimentos? E que a reunião para tal fim, convocada com urgência, não chegou a realizar-se, mas que a tendência geral era a favor da ideologia defendida por aquele pervertido órgão estudantil, subvencionado e estimulado pelo governo que caiu?⁴⁴⁸

Ainda no referido documento, o general exige medidas eficazes e maior comprometimento por parte das autoridades do SPS no sentido de pôr fim ao avanço comunista em suas fileiras:

⁴⁴⁷ Ofício s/n encaminhado pelo Presbitério de Jundiaí/PJDI em 02 de julho de 1964. Pasta da CE-SC de 1964. Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁴⁴⁸ Ofício s/n encaminhado pelo Presbitério de Jundiaí/PJDI em 02 de julho de 1964. Pasta da CE-SC de 1964. Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

O que fez o Seminário para descobrir e eliminar de seu seio elementos que são, ou podem ser comunistas (conforme se pode depreender do fato citado na pergunta anterior) ou se tornado pelo menos racionalistas e, desse modo, já absolutamente incompatível com o espírito do Evangelho?⁴⁴⁹

Prosseguiu o Gal. Canrobert cobrando a Adorno Vassão que haja maior cooperação e comprometimento da IPB com o governo militar, esperando firmemente aquele general “que antes mesmo de 1965, nesta hora em que o governo brasileiro encara também o problema moral, sejamos nós – os crentes em Jesus Cristo – os primeiros a enfrentá-lo e resolvê-lo dentro de nossos campos”⁴⁵⁰. A expectativa em torno da interferência sobre tais assuntos era que esta não fosse exercida apenas pela instituição religiosa, a IPB parece mesmo haver desejado a interferência dos órgãos do Estado em algumas situações. Como consta no prontuário do pastor e professor João Dias, existiam setores evangélicos convencidos da real necessidade de sua detenção para averiguação em tempo hábil. Sendo tal medida considerada significativa para a concretização do afastamento de Dias da função de professor do SPN, pois o mal-estar instaurado no seio da comunidade presbiteriana em decorrência de sua prisão forçaria a sua saída assim como a de outros indesejados⁴⁵¹.

Casos dessa natureza não havia mesmo de causar estranhamento a setores da Igreja Presbiteriana do Brasil, sendo possível remontarmos a situação congênere ocorrida no estado de Santa Catarina, em 1964, com a cassação dos direitos políticos do deputado estadual Paulo Stuart Wright e sua quase simultânea expulsão do rol de membros da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, revelando, assim, uma significativa cooperação entre igreja e estado.

4.3 O caso do deputado Paulo Stuart Wright: a igreja e os militares no despontar de uma repressão

⁴⁴⁹ *Ofício s/n encaminhado pelo Presbitério de Jundiá/PJDI em 02 de julho de 1964.* Pasta da CE-SC de 1964. Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁴⁵⁰ *Ofício s/n encaminhado pelo Presbitério de Jundiá/PJDI aos 02 de julho de 1964.* Pasta da CE-SC de 1964. Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁴⁵¹ *Ação esquerdista entre evangélicos presbiterianos.* Prontuário de João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

Consta na *Ata nº 1284, do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis*, de 19 de outubro de 1999 que estava restituído como membro daquela igreja o senhor Paulo Stuart Wright⁴⁵².

Assim, este Conselho – composto pelo pastor e os atuais presbíteros⁴⁵³ – reportava-se às decisões tomadas no ano de 1964, quando a Igreja recebera documentos provenientes do Comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis acerca da atuação política do então deputado pelo estado de Santa Catarina Paulo Wright. Em razão do referido documento – segundo consta em *Ata* – o Conselho, em 1964, resolveu vetar a posse do Sr. Paulo Stuart Wright ao cargo de presbítero, eliminando-o também do rol de membros efetivos daquela comunidade religiosa⁴⁵⁴.

Em 1999, o Conselho reavaliou a decisão e afirmou que o mesmo não teve direito a um processo legal com os benefícios da ampla defesa e do contraditório e esclareceu que na ausência destas garantias constitucionais nenhuma sentença poderia ser proferida e executada com base no artigo 16 do *Código de Disciplina da IPB* que assegura que “nenhuma sentença será proferida sem que tenha sido assegurado ao acusado o direito de defesa”. Associado a isso, “se o acusado for revel e não tiver apresentado defensor, o presidente nomeará pessoa considerada crente para defendê-lo”, conforme versa o artigo 59⁴⁵⁵. Ao mesmo tempo argumentava que a ausência de Paulo Wright a seu julgamento ocorreu devido a seu desaparecimento, em virtude do estado de exceção que vivenciava o país. E concluiu que aquele Conselho era composto por homens crentes e de vida perfeita, mas juridicamente leigos, e que, além disso, tal decisão fora tomada em momento de repressão, o que provocava medo e insegurança na

⁴⁵² Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, 19/10/99. Arquivo Interno.

⁴⁵³ Lembrando uma vez mais sobre a estrutura administrativa da IPB, as igrejas locais são conduzidas por um Conselho formado pelos presbíteros e o pastor, que é o presidente deste Conselho. Os presbíteros geralmente são pessoas de mais idade que podem ser indicadas pela comunidade ou pelo próprio Conselho, e que só após terem seus nomes aprovados por este Conselho é que são eleitos pela comunidade para um mandato de cinco anos, não havendo, portanto, qualquer restrição em relação ao número de mandatos consecutivos.

⁴⁵⁴ Segundo dados extraídos da *Estatística do Culto Protestante do Brasil 1967*, do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, órgão ligado ao Ministério da Justiça, a Igreja Presbiteriana de Florianópolis contava, em 1966, com um quantitativo de 591 membros, representando ser uma das maiores da denominação presbiteriana no estado de Santa Catarina. Muito embora em 1967 a estatística registrasse uma exclusão de 379 membros, sugerindo algum tipo de divisão. Importante lembrar que a Igreja Luterana destacava-se em número de templos e membros naquele estado, assim como em toda a região Sul do Brasil.

⁴⁵⁵ Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil.

sociedade brasileira⁴⁵⁶. Com esses argumentos o Conselho de 1999 justificou o Conselho acontecido em 1964, retirando de seus pares qualquer possibilidade de que aquela expulsão assumisse alguma conotação política, ou mesmo que haja sido efetivada em cooperação com os militares.

Entendendo o ocorrido como falhas processuais provocadas pela falta de experiência jurídica, associada ao medo decorrente das circunstâncias do momento, a saber, que o réu – que se achava ausente – foi considerado revel sem, ao menos, haver sido citado como determina o *Código de Disciplina*⁴⁵⁷. Também registra que se Paulo Wright estivesse presente em seu julgamento e apresentado a sua defesa, sua expulsão tanto poderia haver sido evitada como considerada legítima e justa, pois as formalidades legais haveriam sido cumpridas. Neste sentido, a reparação *post mortem* de Paulo Wright revela-se mais em função de supostos erros formais cometidos no processo, levado a cabo por homens considerados perfeitos e crentes, evidenciando-se, assim, uma maneira muito particular da instituição – construída como representante da vontade e da verdade divina na terra – de interagir com seu passado, em dado momento em que estão sendo mobilizadas nacionalmente políticas de reparações⁴⁵⁸.

A maneira como essa instituição ressignificou seu passado frente as questões postas naquele instante, em 1999, é registrado no jornal *Diário Catarinense*, um dos principais periódicos em circulação em Santa Catarina. Este afirmou que houve, por

⁴⁵⁶ Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, 19/10/99. Ver também Resolução da Igreja Presbiteriana de Florianópolis: restauração post mortem de condição de membro de Igreja Paulo Stuart Wright – 19/10/1999. Arquivo Interno.

⁴⁵⁷ De acordo com o Código de Processo Civil, que é fonte subsidiária do Código de Disciplina da IPB, “torna-se revel o réu que não responder à ação quando regularmente citado. Assim, revelia é a ausência de defesa do réu. Revel é aquele que devidamente citado não se contrapõe ao pedido formulado pelo autor. Ele permanece inerte e não responde à ação. Neste caso os fatos afirmados pelo autor presumem-se verdadeiros, porém esta presunção de veracidade não é absoluta”. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/927/Revel>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

⁴⁵⁸ A este respeito, a historiadora Maria Paula Araújo afirmou que, “em nosso mundo contemporâneo, nas últimas décadas, inúmeras sociedades tiveram transições políticas importantes: passaram de regimes ditatoriais e arbitrários para regimes democráticos. Em todos esses casos uma questão se colocou para a sociedade e para o Estado, logo após (e, muitas vezes durante) o processo de consolidação democrática: o que fazer com a herança autoritária? [...] Cada país adota diferentes medidas de ‘justiça de transição’ – de acordo com sua história, sua cultura política e a correlação de forças da época da transição. A justiça de transição implica algumas questões: direito à memória, apuração da verdade, promoção da justiça, reconciliação nacional, reparação das vítimas”. ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da Anistia no Brasil: memória, testemunho e reparação. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla Simone; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da Memória: história oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 54-55. Uma versão reduzida deste capítulo foi publicada com o título “Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil”, pela *Revista História Oral*, v. 15, n. 02, p. 11-31, 2012.

parte do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, pressão para que a Igreja Presbiteriana de Florianópolis oficializasse aquele ato⁴⁵⁹.

De acordo com Derlei Catarina De Luca, que na época da reparação era presidenta do Comitê, os caminhos percorridos para conseguir que a Igreja Presbiteriana em Florianópolis realizasse esta reparação se revelaram tortuosos. Afirmou que em uma tarde chuvosa conversou com o Bispo Auxiliar da Igreja Católica de Florianópolis, Dom Vitor Schlikman, e que este encarregou um sacerdote que mantinha contatos com a Igreja Presbiteriana para tratar sobre o assunto; mas, segundo Derlei, a instituição só se posicionou positivamente quando o jornalista Moacir Pereira, a pedido daquele bispo, escreveu em sua coluna mantida em um dos periódicos do Estado de Santa Catarina a seguinte provocação: “Amigos de Paulo Wright procuram a revisão de ato de exclusão da Igreja Presbiteriana”⁴⁶⁰.

Paulo Wright era filho dos missionários norte-americanos Latham Sphais Wright e Maggier Belle e nasceu em Herval, distrito de Joaçaba, no estado de Santa Catarina, aos 02 de junho de 1933⁴⁶¹. Seus pais haviam sido enviados pela Igreja Presbiteriana dos EUA para trabalhar em cooperação com a IPB. Sua dupla nacionalidade contribuiu para sua formação em ciências sociais pela Universidade da Carolina do Sul, nos EUA. De volta ao Brasil, na década de 1950, passou a escrever artigos na revista *Mocidade*, defendendo a necessidade de que o jovem evangélico desenvolvesse consciência política e crítica em relação à responsabilidade social da Igreja. Sobretudo em face da realidade de pobreza, que atingia a maior parte da população do país. Atuou como Secretário-geral da União Cristã de Estudantes Brasileiros (UCEB), participando também da ACA. Passou também a manter intenso diálogo com setores da Igreja Católica Romana, como a Juventude Universitária Católica (JUC); além disso, foi professor da Escola Dominical⁴⁶² após sua ida para a capital Florianópolis, em 1960⁴⁶³.

⁴⁵⁹ PRESBITERIANOS revogam punição a Paulo Wright. Jornal *Diário Catarinense*, Florianópolis, 03 nov. 1999.

⁴⁶⁰ Email enviado por Derlei De Luca em 08 de janeiro de 2013. Disponível em: <[HTTP://sn110w.snt.mail.live.com/mail/PrintMessagens.aspx?cpids=420863f4-59eb-1](http://sn110w.snt.mail.live.com/mail/PrintMessagens.aspx?cpids=420863f4-59eb-1)>.

⁴⁶¹ Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado do Interior e Segurança/DOSP/RGN. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, cód.ref. BR RNAPERN, XX DO. 0 FC.1563. Memórias Reveladas – Centro de referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985).

⁴⁶² Horário destinado às atividades de educação religiosa, promovidas pela maioria das igrejas evangélicas/protestantes, que ocorre geralmente aos domingos, no turno da manhã.

⁴⁶³ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a cruz e a espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 26, p. 122-127, set./dez. 2001. Ver também, do mesmo autor, *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo*

A visão teológica de Paulo Wright se associava a de um segmento presbiteriano que propugnava – especialmente a partir da década de 1950 e 1960 – por maior envolvimento da igreja nos problemas sociais e políticos do país⁴⁶⁴. Sobre esta perspectiva teológica, o pastor presbiteriano e missionário norte-americano Richard Shaull, que nesse período atuava no Brasil e que também participou daquela Conferência, escreveu:

No final dos anos 50 Paulo retornou ao Brasil, depois de abandonar os seus estudos universitários nos Estados Unidos. Logo depois, procurou-me para expressar a sua visão e compromisso [...]. Desde o nosso primeiro encontro percebi que estava diante de alguém apaixonadamente comprometido a seguir com Jesus com absoluta certeza de uma total dedicação à luta pelos pobres. De fato, não havia visto antes ninguém que levasse tão a sério os ensinamentos de Jesus e se dedicasse a pô-los em prática⁴⁶⁵.

Neste fragmento, Richard Shaull expôs de maneira rápida qual era, do seu ponto de vista, a perspectiva teológica de Paulo Wright quando o conhece. Para Richard, Paulo Wright buscava desenvolver o entendimento de que a Igreja deveria assumir uma posição de enfrentamento em relação às péssimas condições sociais da maior parte da população no Brasil. Esta tem sido, portanto, uma memória frequentemente difundida sobre Paulo Wright, cuja atuação política e teológica foi construída como estando sempre a serviço dos mais pobres⁴⁶⁶.

Em 1960, Paulo Wright adquiriu certa experiência política ao disputar, sem sucesso, o cargo de prefeito da cidade de Joaçaba pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Neste mesmo ano muda-se para Florianópolis e pouco tempo depois foi nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC). Em outubro de 1962, é eleito deputado estadual, dessa feita, pelo Partido Social Progressista (PSP),

(1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 148-157.

⁴⁶⁴ Paulo S. Wright foi um dos participantes da Conferência do Nordeste realizada em 1962, na cidade do Recife, para discutir esta problemática, como destacamos em capítulos anteriores.

⁴⁶⁵ SHAULL, Richard. *Surpreendidos pela graça. Memórias de um teólogo*: Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 153-154.

⁴⁶⁶ Tem sido recorrente essas memórias acerca de Paulo Wright, sobretudo entre familiares e pessoas que conviveram ou mantiveram algum contato com ele. Perspectiva bem presente no livro de WRIGHT, Jan Delora. *O coronel tem um segredo*: Paulo Stuart Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993.

com 2.144 votos⁴⁶⁷. De acordo com Márcio Moreira Alves, essa filiação política, em 1962, representava uma antítese bizarra⁴⁶⁸, tendo em vista seu trabalho na defesa dos pescadores, que se encontravam na dependência dos atravessadores, chamados, naquela região, de *pombeiros*. Segundo o autor, com o apoio de Paulo Wright foi fundada a FECOPESCA – Federação das Cooperativas de Pescadores – atendendo aproximadamente quatro mil pescadores. Como deputado estadual passou a defender na tribuna os interesses daquela classe e sua organização, introduzindo mudanças significativas nas relações comerciais anteriormente existentes, o que contrariou as pretensões de grupos econômicos interessados no controle das mesmas⁴⁶⁹.

É muito provável que sua atuação política tenha provocado uma série de conflitos na Assembleia Legislativa e na Igreja Presbiteriana de Florianópolis. A este respeito Jaime Wright, que neste momento era missionário da Missão Presbiteriana do Brasil Central, ligada à Igreja Presbiteriana dos EUA, afirmou que o discurso político de seu irmão Paulo Wright incomodava os antigos chefes políticos do Estado, sendo também bastante combatido pela liderança da Igreja em Florianópolis. Na visão de Jaime, tal postura política foi considerada de vanguarda, havendo isso provocado a cassação de seu mandato na Assembleia Legislativa assim como sua expulsão da igreja⁴⁷⁰. A decisão da expulsão pelo Conselho foi baseada no *Código de Disciplina da IPB*, em seu artigo 09, referente às penalidades, “que consiste em eliminar o faltoso da comunhão da Igreja. Esta pena só pode ser imposta quando o faltoso se mostra incorrigível e contumaz”⁴⁷¹. Paulo Wright foi assim excomungado, condição que lhe impedia de ser designado para realizar orações durante os trabalhos religiosos e também

⁴⁶⁷ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a cruz e a espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 26, set./dez. 2001. p. 123.

⁴⁶⁸ Por este termo é possível que Márcio Moreira Alves estivesse apontando para certa concepção política que norteava o PSP naquele momento. De acordo com o Dicionário Histórico, o Partido Social Progressista foi criado em 1946 por Ademar de Barros, ex-interventor, atuante durante o Estado-Novo em São Paulo, partido que possuía forte viés clientelista. No início da década de 1960 rompeu com o presidente João Goulart, colocando-se na oposição, sobretudo no que diz respeito às questões da Reforma Agrária, fazendo vistas grossas à conspiração que se armou em São Paulo contra Jango, estreitando suas relações com bases mais tradicionais da política e da sociedade. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930, Coordenação: Alzira Alves de Abreu ... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, v. IV, 2001. p. 4401-4407.

⁴⁶⁹ ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968. p. 118-120.

⁴⁷⁰ PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978)*, Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2000. A este respeito, ver também a entrevista de Jaime Wright para a jornalista AQUINO, Marcia Elizabeth de. *Personas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: M. E. de Aquino, 2003. p. 27-47.

⁴⁷¹ Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil.

de participar dos sacramentos do pão e do vinho, realizados para lembrar a morte e ressurreição de Jesus Cristo. Este era um sinal bastante visível perante toda a comunidade religiosa de que tal pessoa estava impura aos olhos de Deus e da autoridade da Igreja, que neste contexto é o Conselho.

Considerando inúmeros discursos de protestantes e católicos, a jornalista Marcia Aquino foi capaz de analisar o posicionamento político e teológico de Paulo Wright naquele momento. Para isso procurou manter como eixo central a vida política e teológica, as circunstâncias da prisão, tortura, morte e desaparecimento do ex-deputado das dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) – Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)⁴⁷² de São Paulo, em 1973- (órgão criado pelo II Exército e comandado entre 1970 e 1974 pelo Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra)⁴⁷³. Seguindo seu objetivo, Marcia Aquino publicou as memórias do pastor presbiteriano e doutor em História pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Osvaldo Henrique Hack, para quem, Paulo Wright

Tinha se envolvido demais politicamente, ideologicamente, e que a igreja não deveria entrar por este lado. Pela definição porque a Igreja Presbiteriana tem uma posição apolítica, como igreja. Ela permite que seus membros participem de política, se candidatem, discutam política. Eu, pessoalmente posso me posicionar, mas a Igreja em si, não. Essa foi à dificuldade: porque o Paulo, como presbítero da igreja, envolveu a igreja. Foi o mesmo problema que ele teve em Joaçaba. Ele envolveu a igreja de Joaçaba⁴⁷⁴.

É importante registrar que este é um discurso de alguém que foi pastor da Igreja Presbiteriana de Florianópolis pouco tempo depois da expulsão de Paulo Wright entre os anos de 1966 e 1992, recebendo desta Igreja o título de pastor Emérito. Neste

⁴⁷² De acordo com Carlos Fico, os CODIs eram órgãos destinados ao planejamento e coordenação das medidas de defesa interna. Os DOIs eram unidades militares destinadas às ações de repressão: prisão e interrogatório, ou, como afirmou o autor, eram designados para o “trabalho sujo”. Ambos estavam sob o comando do Exército. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro. Record, 2001. p. 115-135.

⁴⁷³ O coronel Brilhante Ustra teve sua condenação – como torturador durante o regime militar – confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 2012. A condenação foi referente às torturas sofridas por três pessoas presas em 1972, durante o período em que o coronel comandou o DOI-CODI de São Paulo (1970-1974). E sob seu comando ocorreu inúmeros casos de torturas e mortes de presos políticos. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/justica-de-sao-paulo-reconhece-ustra-como-torturador-durante-regime-militar> & <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2012/08/coronel-ustra-tem-condenacao-mantida-pelo-tribunal-de-justica-de-sao-paulo>. Acessados em: 10 maio 2013.

⁴⁷⁴ AQUINO, Marcia Elizabeth de. *Personas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: M. E. de Aquino, 2003. p. 56-57.

fragmento, defendeu categoricamente que a Igreja Presbiteriana do Brasil tem posição apolítica e que a Igreja em Florianópolis – que em 1964 teve como pastor e presidente do Conselho Eny Luz de Moura – vinha entrando em choque com a posição política assumida pelo deputado estadual. E mesmo afirmando não saber detalhes da posição do Conselho no momento da expulsão, lembrou que Paulo Wright era polêmico em suas ideias e muito livre no pensar. Sua posição caminhava na contramão do que deveria ser um presbítero ou qualquer outra pessoa ligada à Igreja.

Quando é eleito, assume o compromisso de respeitar os estatutos e o código de disciplina da Igreja. Todo o envolvimento dele – pessoal, familiar, social, comunitário – tem que refletir as convicções e aquilo que a Igreja considera e acha que é razoável e o mais correto⁴⁷⁵.

Mesmo se construindo nessa pessoa polêmica, segundo alguns, isto não impediu que o então deputado Paulo Wright fosse eleito presbítero no dia 08 de março de 1964, junto a outros dois membros como consta em *Ata*:

Foram então eleitos presbíteros da Igreja Presbiteriana de Florianópolis os irmãos Dr. Hurí Gomes Mendonça com trinta e seis votos; Arony Natividade da Costa com vinte e oito votos e Dr. Paulo Stuart Wright com vinte e dois votos. Ao término da reunião foram os presbíteros Dr. Hurí Gomes Mendonça e Dr. Paulo Stuart Wright agradecendo a honra que lhe emprestara⁴⁷⁶.

Como posteriormente descrito na *Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis* de 19 de outubro de 1999, Paulo Wright foi impedido de assumir o cargo de presbítero para o qual havia sido democraticamente eleito. O historiador Eduardo Paegle analisa em artigos aspectos da atuação política e religiosa de Paulo Wright e afirma que os dois outros presbíteros que com ele foram eleitos- Hurí Gomes Mendonça e Arony Natividade da Costa- tiveram seus nomes confirmados e foram devidamente empossados pelo Conselho da igreja algum tempo depois. Mas com Paulo Stuart Wright foi diferente: ele não teve direito à posse, não havendo sido respeitada a vontade da

⁴⁷⁵ AQUINO, Marcia Elizabeth de. *Personas*: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64. São Paulo: M. E. de Aquino, 2003. p. 52

⁴⁷⁶ *Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis*. Livro 09, nº 910, 08/03/64, pp. 103-104. Arquivo Interno.

comunidade religiosa que o elegeu, além do que foi em seguida, pelo mesmo Conselho, expulso do rol de membros da Igreja⁴⁷⁷.

A decisão quanto à não homologação do exercício de presbiterato e expulsão do rol de membros efetivos ocorreu quando o Conselho da Igreja recebeu um dossiê proveniente do 5º Distrito Naval daquela capital⁴⁷⁸, que estava sob o comando do almirante Murilo Vasco do Vale Silva. Esse dossiê – produzido pela Comissão de Averiguação Sumária, nomeada por este Almirante aos 15 dias do mês de abril de 1964 – composto também com acusações provenientes da Secretaria de Segurança Pública⁴⁷⁹ – foi encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 04 de maio de 1964, e alertava sobre a perigosa posição política do deputado Paulo Wright. Essa documentação foi também utilizada na Assembleia para efetivar a cassação dos direitos políticos de Paulo Wright em 09 de maio de 1964⁴⁸⁰. O referido dossiê foi recebido pela Igreja Presbiteriana de Florianópolis e registrada na *Ata nº 910*, referente à reunião Ordinária do Conselho em 13 de maio de 1964. Nesta *Ata*, foi reproduzida parte significativa do ofício nº 0525 em que o 5º Distrito Naval informava a ALESC sobre o dossiê que era encaminhado em anexo. No ofício, o deputado era descrito nos seguintes termos:

Cumpre-se informar que o Sr. Deputado Paulo Stuart Wright, dessa Assembleia Legislativa, eleito sob a legenda do PSP, comunista militante, pauta o seu procedimento e atitudes em face dos problemas nacionais, coerentemente com as suas ideias. Está perfeitamente integrado no movimento de transformação pela violência, do regime estabelecido e afirmado na Constituição da República. A linha de ação do Deputado em causa é fato público e notório, que essa Assembleia sobejamente conhece, o que coloca em posição falsa, diante da Lei Eleitoral, da Constituição e da Lei da Segurança. Na documentação anexa, parte do existente nos vários inquéritos e sindicâncias em andamento encontrará V. Excia. elementos que caracterizem as

⁴⁷⁷ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a cruz e a espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 26, p. 122-127, set./dez. 2011.

⁴⁷⁸ Ver Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, 19/10/99. Arquivo Interno.

⁴⁷⁹ Cópia deste e de outros dossiês compõe o Inquérito Policial Militar/IPM nº 709. Documentação localizada no arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 279. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. Acesso em: 28 ago. 2013. É importante ressaltar que, segundo Derlei De Luca, em 1985 quando a ALESC decidiu revogar a resolução 85/64, que cassou os direitos políticos de Paulo Wright, foi autorizada a abertura de um cofre onde estaria guardado o referido dossiê. Afirmou Derlei que para surpresa de todos, a documentação não se encontrava lá, causando isso estranheza, o que foi noticiado na época pela imprensa de Santa Catarina.

⁴⁸⁰ Documentação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina/ALESC, gentilmente cedida por Derlei De Luca. Arquivo pessoal.

ligações do referido Deputado com agitadores conhecidos, alguns sem ideologia, simplesmente corrompidos pelo poder do dinheiro do povo, criminalmente usado⁴⁸¹.

Paralelamente, outros dossiês contra cidadãos comuns, vereadores, deputados e funcionários da ALESC também foram produzidos por essa mesma Comissão de Averiguação Sumária, seguindo as diretrizes do Ato Institucional nº 1. No dossiê que se investigou uma das funcionárias daquela casa legislativa, Elyanne Marinho de Sousa Santos, além de qual eram suas relações com o deputado Paulo Wright, foi explicado pela Comissão Militar que o referido parlamentar, embora ligado à Igreja Presbiteriana, inclusive sendo filho e irmão de pastores presbiterianos norte-americanos, sempre foi comunista e envolvido com outros subversivos conhecidos e atuantes. Este dossiê, assim como outros, foi encaminhado para a ALESC, a qual deveria posicionar-se a respeito⁴⁸².

Tal vinculação direta do referido deputado com a Igreja Presbiteriana de Florianópolis passou a ser extremamente anunciada, podendo ter influído intensamente para o recebimento, discussão e publicação de um fragmento do dossiê na *Ata* do Conselho daquela Igreja. Contribuindo também para que sua expulsão da Igreja ocorresse quase simultaneamente a sua cassação como deputado, uma vez que a Igreja não permitiria em seu rol de membros um acusado e condenado por subversão na ALESC, indicando total aproximação e/ou comprometimento com as ações executadas por aquela casa legislativa e pelos militares.

Sobre a sua cassação, o pastor Osvaldo Hack afirmou que possivelmente haveria agido de modo diferente se estivesse à frente da Igreja Presbiteriana em Florianópolis naquela época; entretanto, logo em seguida, justificou tal ação do Conselho daquela Igreja afirmando que, naquele caso em particular, houve forte interferência externa proveniente do 5º Distrito Naval, ou seja, afirmou a existência de uma imposição dos militares capaz de interferir nas decisões do Conselho, impossibilitando assim outras

⁴⁸¹ Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. Livro 09, nº 910, p. 104. Arquivo Interno. O ofício nº 0525, intitulado: *Atividades subversivas do Sr. Deputado Paulo Wright*, foi localizado no arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 279, pp. 17344-17345. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

⁴⁸² Documentação cedida por Derlei De Luca. Sobre esses e outros dossiês ver também o arquivo digital *Brasil: nunca mais*.

decisões naquele momento⁴⁸³. Evidentemente, não podemos perder de vista ser esse um discurso do presente de alguém que representa a instituição religiosa, cuja postura revelou uma sintonia com as práticas do Regime civil-militar de 1964.

Posteriormente, em janeiro de 1965, o Presbitério de Florianópolis reunido na cidade de Herval D' Oeste, distante da capital 414 km (quatrocentos quilômetros), homologa a posição tomada pelos representantes daquela igreja⁴⁸⁴. Conforme o costume, ao início ou término de cada ano os Presbitérios da Igreja Presbiteriana do Brasil se reúnem, tendo como um de seus objetivos examinar e aprovar as inúmeras atas produzidas no exercício findo pelos Conselhos das igrejas locais sob sua jurisdição, dando-lhes o respectivo parecer. Em relatório produzido por uma comissão do Presbitério de Florianópolis, que examinou aquela ata, constam as seguintes considerações:

O Presbitério aprova as atas do conselho da Igreja de Florianópolis com as seguintes observações: a) As atas n. 910 e 911 foram lavradas com caneta esferográfica. Já estão consideravelmente apagadas e em pouco tempo não poderão ser lidas. b) A ata n. 910, folha 104 linha 15 verso é eliminado um membro do rol da igreja, sumariamente, sem ser ouvido, e sob, a acusação, de fora da Igreja, de ser o mesmo comunista. Que o conselho reestude o assunto⁴⁸⁵.

Esse fragmento do relatório afirma que a Igreja Presbiteriana de Florianópolis teve sua ata aprovada, mas com ressalvas, sobretudo no que diz respeito ao caso da expulsão de Paulo Wright. Em entrevista, o professor de História da Igreja e advogado Maely Ferreira Vilela, ao analisar o fragmento acima, afirmou ser possível que os artigos 16 e 59 do *Código de Disciplina* tenham sido discutidos nesta reunião do Presbitério; esclareceu que tais artigos garantiam que nenhuma sentença pudesse ser proferida sem que ao acusado fosse assegurado o direito de defesa e que se porventura o acusado não comparecesse ao ser convocado, deveria ser nomeado defensor que o

⁴⁸³ AQUINO, Marcia Elizabeth de. *Personas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: M. E. de Aquino, 2003. p. 54.

⁴⁸⁴ Os Presbitérios são formados por representantes dos Conselhos das igrejas locais mais os pastores. Em cidades grandes, é comum existirem vários Presbitérios, como também, um Presbitério pode ser formado com igrejas de várias cidades. Reúnem-se ordinariamente ao início de cada ano.

⁴⁸⁵ Documento nº 57. Arquivo interno do Presbitério de Florianópolis. Este documento também foi publicado por PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura, *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006. p. 155.

representasse. E, quanto à alegação de que as acusações a Paulo Wright não haviam sido produzidas pela Igreja, mas pelo 5º Distrito Naval, o professor Maely avaliou que o documento levantava um questionamento referente à competência jurídica da matéria, ou seja, que o fato de ser acusado e cassado pela Assembleia Legislativa não era impedimento para que também fosse punido e responsabilizado perante a Igreja⁴⁸⁶.

O pesquisador Eduardo Guilherme de Moura Paegle declarou algo que consideramos significativo problematizar, afirmou que no documento nº 57 a expressão *que o Conselho reestude o assunto*, sugerida pela comissão examinadora, encontra-se riscada, tendo ao lado e com outra escrita a expressão *caiu*, indicando assim uma interferência posterior ao texto do relatório, ou seja, uma alteração produzida pelo próprio Presbitério em Assembleia⁴⁸⁷; com isso consideramos que a ação do Presbitério de Florianópolis pode haver se efetivado em legitimação à posição assumida pelo Conselho daquela Igreja, aprovando a expulsão de Paulo Wright, como indica o termo *caiu*.

Não se tratou, portanto, de falta de experiência por parte daquele Conselho, como expressou a *Ata nº 1284* de 1999, mas de uma prática na instituição a partir de 1964, quando, muitas vezes, o *Código de Disciplina* e a *Constituição da IPB* não eram observados, seja por conveniência, ou por uma postura autoritária que foi ganhando força na instituição. Ao mesmo tempo, essa posição da IPB encontrava sintonia no próprio ambiente político nacional instituído com o Golpe de 1964.

Para o cientista político Anthony Pereira, neste período – tanto no Brasil como no Cone Sul – o estado de direito era algo distante de uma realização plena, onde a lei nem sempre era o que parecia ser e os réus eram condenados apenas por suas convicções políticas, ou seja, as leis eram vagas e permitiam condenações sobre qualquer tipo de comportamento. Durante o Regime Militar, os processos judiciais

⁴⁸⁶ Maely Ferreira Vilela, advogado e pastor presbiteriano, foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em 28 de dezembro de 2012, pelo pesquisador Márcio Vilela. Formado em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte/Recife, tornando-se posteriormente professor da disciplina de História da Igreja. Em 2002 foi nomeado diretor do Seminário Teológico do Nordeste na cidade de Teresina, atividade que exerceu até 2012.

⁴⁸⁷ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 155.

estavam em sintonia com o estado de direito em aparência, muito embora nem sempre em substância⁴⁸⁸.

A Igreja em Florianópolis, assim como seu Presbitério, desenvolveu práticas semelhantes aos órgãos de vigilância e repressão do Estado. Ao expulsar Paulo Wright tendo como referência as acusações produzidas pelos organismos de repressão, atuou reconhecendo e legitimando a vigilância e as punições praticadas pelo Regime militar. Dessa maneira concorre para legitimar as leis que o enquadravam como personagem perigoso para o país – e, neste caso, perigoso também para a Igreja – de acordo com o recém-implantado Ato Institucional nº 1 e a Lei de Segurança Nacional de 1953: leis expressas tanto no dossiê enviado para a Igreja pelo 5º Distrito Naval citado anteriormente quanto no Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, assim como também no *Diário da Assembleia do Estado de Santa Catarina* quando publicou, no dia 14 de maio, a Resolução 85/64, que cassou em definitivo os direitos políticos do deputado Paulo Stuart Wright, nos termos a seguir:

Resolve – Art.1. – Fica, na conformidade que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato Institucional, por infringência de dispositivos previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a ordem Política e Social, bem como o art. 141, & 5º, parte final, da constituição Federal, Cassado o Mandato do Senhor Deputado Paulo Stuart Wright, eleito em 6 de outubro de 1962, sob a Legenda do Partido Social Progressista (P.S.P.). Art. 2. – Esta Resolução entrará em vigor da sua publicação, resguardada as disposições em contrário⁴⁸⁹.

A partir da resolução, os pares do deputado Paulo Wright na Assembleia Legislativa recorreram ao artigo 10 do Ato Institucional nº1, promulgado aos 09 de abril de 1964, que garantia a suspensão dos direitos políticos por até dez anos. Entretanto, de acordo com este artigo, esta era uma prerrogativa apenas do chefe do Executivo, que poderia cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Com este poder, segundo Thomas Skidmore, até 15 de julho, data limite para a expiração do temido artigo 10, o governo militar havia cassado os direitos políticos de

⁴⁸⁸ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 54.

⁴⁸⁹ *Diário da Assembleia do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 14 de maio de 1964, p. 21.

378 cidadãos⁴⁹⁰. Da perspectiva de análise de Anthony Pereira, nos primeiros anos do regime militar, o governo recorreu à Lei 1802/53 como base legal para a instauração de processos contra aqueles que eram acusados de serem comunistas e defensores do governo de João Goulart⁴⁹¹.

Delora Jan Wright, autora do livro *O coronel tem um segredo*, ao comentar aspectos da vida de Paulo Wright, declara que o processo de cassação do seu tio foi acelerado após um telegrama do então Secretário do Conselho Nacional de Segurança, o Gal. Ernesto Geisel, protestante de confissão luterana. Segundo ela, em 09 de maio de 1964, em um tempo considerado curto para tramitar e julgar esse tipo de processo político, as bancadas dos partidos fizeram suas declarações de voto e pronunciaram-se a favor de sua cassação, inclusive o partido o qual Paulo estava filiado, o PSP. Assim,

A Bancada da União Democrática Nacional declara que votou favoravelmente ao parecer da Comissão de Justiça, declarando vago o mandato do Sr. Deputado Paulo Stuart Wright, entre outras, pelas seguintes razões: 1) Demonstradas estão as ligações do referido deputado com elementos reconhecidamente subversivos. a) O Partido Trabalhista Brasileiro, em convenção realizada para organizar as listas de candidatos a deputado em 1962, resolveu excluir o nome do Sr. Paulo Wright, já naquela época conhecido como integrante da extrema esquerda. b) O Partido Social Progressista, que acolheu na sua legenda e permitiu a eleição do Sr. Paulo Wright, expulsou-o tão logo tomou conhecimento das suas ligações com o comunismo. c) Pregou, na tribuna da Assembleia, nos comícios e nos sindicatos, as mesmas ideias do conhecido agitador padre Alípio de Freitas e dos ex-deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira e outros elementos ligados à subversão. d) O ‘dossiê’ da Secretaria da Segurança Pública e as averiguações sumárias procedidas pelo Comando Militar trazem provas suficientes para dar cobertura ao óbvio, que de prova não necessitava⁴⁹².

Cassado pela Assembleia Legislativa, expulso da Igreja Presbiteriana de Florianópolis e prevendo que seria preso a qualquer momento, diante da conjuntura política que se apresentava, Paulo Wright escolheu por refugiar-se na Embaixada do

⁴⁹⁰ O historiador Thomas Skidmore esclarece que com o AI-1, elaborado por Francisco Campos, o Comando Revolucionário (o general Artur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald) incorporava poderes para estabelecer o estado de sítio sem aprovação do Congresso Nacional. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 372-373.

⁴⁹¹ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 88.

⁴⁹² WRIGHT, Jan Delora. *O coronel tem um segredo: Paulo Stuart Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 42-45.

México, na cidade do Rio de Janeiro, país para onde parte pouco tempo depois, acompanhado de outros brasileiros em situação semelhante, a exemplo de seu amigo, Pe. Alípio de Freitas⁴⁹³. Em seguida viaja para Cuba, onde realizou inúmeras palestras e contatos. Na segunda metade de 1965 voltou clandestinamente ao Brasil – adquirindo, a partir de então, outras identidades – e passou a integrar os quadros da Ação Popular (AP), tornando-se um de seus principais líderes. Embora procurado pelas forças de repressão, conseguiu – com ajuda de amigos e setores ecumênicos (católicos e protestantes) – manter sua atividade política até setembro de 1973, quando foi preso na cidade de São Paulo por agentes do Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Após essa prisão não se soube/sabe indicar qual seja seu paradeiro, estando seu corpo, até o momento, desaparecido⁴⁹⁴.

Portanto, ao evidenciarmos e analisarmos essa trajetória, procuramos problematizar como inúmeros membros e pastores ligados à Igreja Presbiteriana do Brasil tiveram, a partir de 1964, suas práticas políticas e religiosas questionadas e investigadas pelos órgãos de repressão e informação do Estado ditatorial e/ou pela própria Igreja Presbiteriana do Brasil; os quais tendo sido, em muitos casos, denunciados por representantes de suas próprias paróquias aos órgãos de informação e segurança, sendo levados a antecipar a prestação de esclarecimentos às autoridades policiais, na tentativa de evitar suas prisões. Ao mesmo tempo, os militares acompanhavam atentamente o comportamento e as ações de inúmeros membros das igrejas e pastores presbiterianos, muitas vezes os denunciando às autoridades eclesiais na expectativa de que a Igreja pudesse tomar determinadas providências. Considerado o contexto político nacional de então, os militares, setores da IPB e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina atuaram conforme um espírito de cooperação e comprometimento vigente; cumprido este objetivo, além da troca de informações e em razão de uma possível ameaça ao Brasil, expulsaram Paulo Wright quase simultaneamente da Igreja e da Assembleia Legislativa. Foi um período de uma

⁴⁹³ Nascido na cidade de Bragança, em Portugal, o padre Alípio de Freitas chegou ao Brasil em 1957, onde passou a desenvolver uma série de atividades junto à Juventude Operária Católica, à Ação Católica Operária e à organização das Ligas Camponesas no Norte e Nordeste. Em 1964 foi exilado no México, retornando clandestinamente ao Brasil no ano seguinte e passando a participar da organização e deflagração da luta armada contra o Regime Militar. Informações contidas em FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

⁴⁹⁴ WRIGHT, Jan Delora. *O coronel tem um segredo*: Paulo Stuart Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 95-118.

duradora relação de cooperação e subordinação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao Regime Militar.

CAPÍTULO V – A CONSOLIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS ECLESIAÍSTICOS REPRESSIVOS

5.1 O desafio das práticas ecumênicas: pastores, seminaristas e membros de igrejas encurralados

Durante o Regime civil-militar, a Igreja Presbiteriana do Brasil assumiu a posição de investigar e vigiar seus membros comuns, pastores e seminaristas, independente das ações repressivas realizadas pelos organismos de segurança e informação do Estado. Isso poderá ser percebido a partir do discurso em torno da ordem e da disciplina muito presente no jornal *Brasil Presbiteriano*, em algumas resoluções aprovadas pela cúpula da Igreja e na troca de informações entre setores que compunham a instituição. O objetivo era manter afastado da IPB um inimigo em potencial: as práticas ecumênicas. Os seguidores dessas práticas muitas vezes foram rotulados de serem adeptos e seguidores do comunismo ateu e de defenderem uma excessiva aproximação da IPB com a Igreja Católica Romana, sobretudo, após o Concílio Vaticano II realizado entre 1962 e 1965.

Essa posição de constante repressão às práticas consideradas perniciosas para a Igreja Presbiteriana do Brasil, como o ecumenismo, o comunismo ou o liberalismo teológico não foi inaugurada com o Golpe civil-militar de 1964. A IPB, assim como a maior parte das instituições religiosas estruturou-se tendo por base rígidas leis doutrinárias e código de conduta moral que deveriam ser obedecidas e cumpridas por todos os convertidos⁴⁹⁵. Sobre este aspecto, Rubem Alves afirmou que uma das preocupações, que sobressai na maioria das instituições religiosas protestantes, visa justamente enquadrar os fiéis desde os primeiros momentos da sua conversão em uma cosmovisão desvinculada de qualquer relação com a cultura e os costumes sociais aos quais estão inseridos. Desenvolveram, portanto, uma concepção de que apesar de estarem no mundo a ele não pertencem⁴⁹⁶. Mas para o período em estudo, tomando como fundamento a documentação produzida pela própria IPB e as entrevistas de

⁴⁹⁵ O Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil sistematiza as regras de conduta moral dos convertidos, e encontra-se localizado no Manual Presbiteriano, a exemplo da Constituição e dos Princípios de Liturgia.

⁴⁹⁶ ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005.

pastores presbiterianos, como Zwinglio Mota Dias, João Dias de Araújo e Josué Mello, entre outros entrevistados, a partir de 1964, a Igreja acionou de maneira sistemática o seu Código de Disciplina –CD- para reprimir e punir pastores e membros comuns que fossem avaliados como afastados da visão de mundo da IPB. As punições ficavam internalizadas e eram realimentadas nos vários círculos hierárquicos da instituição, ou seja, não eram reconhecidas por setores majoritários da IPB como algo negativo, e sim, como uma ação legítima, aceita e mesmo estimulada nos vários níveis da instituição. Era preciso punir exemplarmente aqueles considerados ecumênicos, comunistas, entre outros adjetivos, que porventura também fossem tachados de inimigos da igreja.

Marcas significativas da prática das autoridades religiosas a frente da IPB estão registradas em significativa parcela da documentação localizada no acervo do Seminário Presbiteriano do Norte. Entre os registros, um recorte do jornal relata como eram tratados aqueles considerados ecumênicos. Assim, em 25 de abril de 1968, uma matéria publicada pelo *Jornal do Commercio* provocou a reação de vários setores da Igreja, por trazer a opinião do jovem Elias David Lopes Azulay, estudante de teologia no SPN, a respeito das perseguições cada vez mais sistemáticas sofridas por dom Hélder Câmara.

Para o evangélico Elias Azulaz “diante dos últimos acontecimentos, dom Hélder não está longe de ter a mesma trágica sorte do pastor Martin Luther King; só há para êle uma maneira de afastar essa eventualidade: aquietar-se diante das injustiças sociais, cruzar os braços diante da miséria tão dolorosa nesta parte do Brasil, e, acima de tudo, renunciar à sua grande vocação de pastor. Dom Hélder é um autêntico pastor, um profeta dos nossos dias; êle não ficará calado. Falar é sua missão. Sômente uma bala de fuzil poderá fechar-lhe a bôca como aconteceu com o pastor Luther King. Mas, mesmo assim, continuaremos a ouvir-lhe a voz; suas palavras continuarão bradando em prol de um Nordeste com menos injustiça e com mais amor aos pobres e oprimidos”. Finalizou dizendo que “se dom Hélder desaparecer tragicamente, todos nós os evangélicos choraremos a morte do Pastor do Nordeste do Brasileiro”⁴⁹⁷ (sic).

Na matéria, o seminarista nomeia dom Hélder Câmara como um *autêntico pastor*, o que possivelmente provocou indignação em parte da IPB, pois o uso do termo não apenas igualava o então arcebispo de Olinda e Recife àqueles presbiterianos

⁴⁹⁷ POLÍCIA promete pronta proteção se dom Hélder pedir garantia de vida. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 de abril de 1968.

nomeados tradicionalmente por pastores⁴⁹⁸, mas ao mesmo tempo o qualificava como aquele que, verdadeiramente, segundo uma parábola bíblica, cuida dos mais necessitados. Outras questões a serem pensadas residiam no fato do seminarista ter afirmado que o possível assassinato de dom Hélder Câmara causaria uma forte comoção entre os evangélicos. Imediatamente após a publicação dessa matéria, o seminarista passou a ser visto como alguém que agiu desrespeitando regras de conduta fundamentais, sobretudo para um religioso protestante. Era preciso corrigir tais erros. Mas como Igreja poderia proibir um jovem seminarista de produzir um discurso ecumênico em que apresentava dom Hélder Câmara como uma personalidade importante?

Elias Azulay era membro da Igreja Presbiteriana do bairro da Madalena no Recife. A Comissão Executiva do Presbitério de Pernambuco – instância a qual a Igreja da Madalena estava jurisdicionada – enviou uma correspondência em que solicitava do Conselho da Igreja explicações, além de uma reação enérgica à postura daquele seminarista. A missiva relatava que a Comissão Executiva classificou as declarações do estudante de teologia referentes a dom Hélder como inconveniente, tendo causado estranheza e mal-estar a inúmeros presbiterianos por considerá-las impróprias, sobretudo, para um futuro pastor daquela Igreja. Por fim, solicitava ao Conselho da Igreja da Madalena que Elias Azulay fosse aconselhado com o propósito de evitar novas declarações da mesma natureza, o que implicaria, em caso de desobediência ou reincidência, que o mesmo fosse disciplinado pelo próprio Presbitério⁴⁹⁹. Em resposta, o Conselho da Igreja Presbiteriana da Madalena informou, também por uma correspondência, ao presidente do Presbitério de Pernambuco, na época o pastor Josibias Marinho, ter sido cumprida a determinação para disciplinar o seminarista. Esclarecendo também que:

O Candidato Elias Azulay se mostrou atencioso em aceitar a admoestação, prometendo mais cuidado e ponderação no sentido de

⁴⁹⁸ Ao concluir o curso de teologia, muitos bacharéis são ordenados pastores de igrejas locais, sendo, portanto, um termo bastante utilizado entre diversos segmentos protestantes no Brasil e em outros países. Vale ressaltar também que diferentemente de um membro comum, o qual se encontra jurisdicionado a uma igreja local, o bacharel em teologia encontra-se jurisdicionado ao seu Presbitério, e sua nomeação ao pastorado é um processo realizado por esta instância. Desse modo, os pastores não são membros de igrejas, e sim, dos Presbitérios.

⁴⁹⁹ *Ao Colendo Conselho da Igreja Presbiteriana da Madalena, Recife, 15 de maio de 1968.* Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

não envolvimento do nome dos evangélicos ou da Igreja Presbiteriana em declarações, a fim de evitar qualquer sorte de compromissos. Tanto quanto possível, essas declarações serão também evitadas⁵⁰⁰.

Este caso nos permite pensar que o seminarista em questão não era alguém autorizado para falar publicamente em nome dos evangélicos e muito menos da IPB. Esta era uma prerrogativa de um grupo bastante reduzido onde Elias Azulay e os seminaristas de uma maneira geral não figuravam. Aliás, foi procurando evitar declarações dessa natureza que em 10 de fevereiro de 1971 a Comissão Executiva do Supremo Concílio produziu um documento que instruía os Presbitérios acerca dessa temática. Entre outros pontos o documento fazia:

Lembrar, contudo, aos concílios inferiores da Igreja que sua jurisdição se limita à região que lhes haja sido atribuída, cabendo ao Supremo Concílio e ao seu Presidente a representação nacional da Igreja, perante os poderes constituídos da República.

Recomendar aos concílios inferiores que, toda vez que deliberarem sobre matéria que importe em pronunciamentos públicos da Igreja Presbiteriana do Brasil e seu relacionamento com autoridades governamentais no âmbito federal, limitem suas decisões ao encaminhamento de sugestões e propostas ao Supremo Concílio, para o devido exame e deliberação⁵⁰¹.

Com a aprovação deste documento, a Comissão Executiva do Supremo Concílio também estava reforçando uma hierarquização e delimitando quais eram as possibilidades de atuação dos seminaristas, pastores e igrejas locais, quando o assunto fosse as relações da Igreja com o governo. Não deveria, portanto, existir por parte dos Presbitérios e menos ainda dos seminaristas qualquer tipo de autonomia para se expressar oficialmente em nome da IPB assim como a elaboração de pronunciamentos em relação às autoridades federais constituídas. Em outros termos, a essas instâncias inferiores ao SC caberia uma atuação restrita aos assuntos internos e de jurisdição limitada, como estava previsto no *Manual Presbiteriano*. Com essa prerrogativa garantida formalmente ao Supremo Concílio, – que desde 1966 tinha como presidente o pastor Boanerges Ribeiro – a IPB evitaria a divulgação e/ou publicações não

⁵⁰⁰ Ilmo. Sr. Presidente do Presbitério de Pernambuco Rev. Josibias Marinho, Recife, 25 de julho de 1968. Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

⁵⁰¹ CE-SC Relatório da Sub-Comissão nº 02. Pasta da CE-SC de 1971. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

apropriadas politicamente, tendo em vista as estreitas relações mantidas com o Regime civil-militar desde 1964.

Seguindo com o objetivo de não permitir a quebra da hierarquia institucional, como havia realizado o seminarista citado, ao projetar um discurso ecumênico que afrontava as autoridades da IPB e no esforço de evitar embaraços com o próprio estado, a Comissão Executiva do Presbitério de Pernambuco encaminhou no dia 15 de maio de 1968 a seguinte correspondência para a Congregação do Seminário Presbiteriano do Norte:

Tendo chegado ao conhecimento desta COMISSAO EXECUTIVA o fato de haverem seminaristas realizando um encontro no Clube Internacional com o arcebispo D. Helder Câmara, vem, pela presente, manifestar a essa Colenda Congregação sua estranheza e solicitar da mesma seja evitado o comparecimento de candidatos do Presbitério de Pernambuco a tais encontros⁵⁰² (sic).

Essa recomendação proibitiva por parte da Comissão Executiva do Presbitério de Pernambuco seguia uma racionalidade. O fato de setores da IPB terem participado com segmentos da Igreja Católica do apoio ao Golpe civil-militar de 1964 não significou uma reaproximação duradoura com os católicos, pelo contrário, passado aquele momento inicial de interesse político comum, acentuou-se na estrutura de poder da IPB uma forte reação a qualquer diálogo com lideranças católicas. Sobretudo, na relação com bispos católicos como dom Hélder Câmara, que embora tenha manifestado apoio ao Golpe, foi crescentemente construindo uma rede de oposição e denúncias às prisões, torturas e assassinatos cometidos pelo Regime. Por outro lado, como vimos em capítulos anteriores, a IPB já na década de 1950 adotou oficialmente uma postura de não envolvimento direto em relação a organismos ecumênicos como o Conselho Mundial de Igrejas e o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs.

Era, portanto, exigido da Congregação dos Professores do Seminário Presbiteriano do Norte uma medida enérgica em relação a estes encontros ecumênicos. Como secretário daquela Congregação, o professor João Dias de Araújo também por

⁵⁰² *À Colenda Congregação do Seminário Presbiteriano do Norte, Recife 15 de maio de 1968. Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.*

meio de uma correspondência encaminhada ao Presbitério de Pernambuco, esclarece a posição tomada por seus pares, como é dado a ler:

Em resposta à vossa carta de 15 de maio de 1968 referente à participação de candidatos do Presbitério de Pernambuco em encontros ecumênicos, gostaríamos de dar as seguintes explicações:

1ª) Informar que o encontro dos estudantes do seminário com o Arcebispo Dom Hélder Câmara no Clube Internacional do Recife não foi promovido nem aprovado pela Congregação do Seminário.

2ª) Considerando que o Supremo Concílio da IPB, em Fortaleza tomou a seguinte decisão: “Declarar que a IPB é pela unidade do Cristianismo. A aproximação com a Igreja Apostólica Romana para fins de estudos das Escrituras Sagradas e de prestar serviço no sentido de amor ao próximo, parece-nos benéfica”. SC – 66 – 105.

Considerando ainda que sobre relações ecumênicas, na mesma reunião, o Supremo Concílio da IPB resolveu: - “Declarar que compete aos Concílios inferiores, nos limites de sua jurisdição, acompanhar com vigilância e cuidado todas as providências conciliares ou particulares, tomadas no sentido de promover contactos, estudos ou aproximações, para permiti-los ou não, estimula-los ou não, conforme atendam aos princípios doutrinários e de estratégia de evangelização da IPB”. (SC – 66 – 104, §2). (Grifo nosso). A Congregação de professores do SPN entende que não é de sua responsabilidade e competência tomar providências no sentido de impedir que os candidatos do presbitério de Pernambuco tomem parte em encontros dessa natureza⁵⁰³ (sic).

A Congregação dos Professores demonstrava outro entendimento em relação a certas práticas ecumênicas. Porquanto, para a Congregação do SPN o diálogo com a Igreja Católica deveria seguir os objetivos e as recomendações definidas por resoluções na reunião do Supremo Concílio da IPB realizado na cidade de Fortaleza em 1966⁵⁰⁴. Mas, ao mesmo tempo, informa que o encontro com dom Hélder não teria sido articulado pelo SPN e nem mesmo era de sua responsabilidade vigiar os seminaristas visando evitar encontros ecumênicos. No entanto, em resposta a pressão sofrida, proveniente de várias esferas, como da Diretória do SPN⁵⁰⁵, a Congregação dos Professores nesta mesma correspondência divulgou a seguinte resolução:

⁵⁰³ À Colenda Comissão Executiva do Presbitério de Pernambuco, Recife 14 de junho de 1968. Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

⁵⁰⁴ Essas resoluções estão publicadas no Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970). Casa da Editora Presbiteriana.

⁵⁰⁵ A Diretória do SPN funcionava como uma espécie de assembleia geral composta pelos representantes de todos os Presbitérios da região Nordeste e Norte, que se reunia ordinariamente no final de cada ano, cujo objetivo era acompanhar o andamento do Seminário. Nesse sentido, tanto a Congregação dos

A Congregação, em resposta ao presidente da Diretória do SPN, Rev. Orlando de Moraes, tomou a seguinte deliberação: Determina que antes que qualquer preletor seja convidado para falar no Seminário em reuniões do Diretório Acadêmico George Henderlite, seu nome seja submetido à aprovação pela administração do SPN. Informa que nem a Administração do SPN, nem a sua Congregação tem a intenção de convidar o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara para falar no Seminário.

A vigilância por parte do Presbitério de Pernambuco em relação ao que acontecia no SPN apresentava-se como algo sistemático a partir de meados da década de 1960. Em uma reunião da Comissão Executiva desse Presbitério, em 1966, consta uma explícita denúncia sobre a presença de professores não evangélicos participando de atividades no Seminário⁵⁰⁶. Denúncias desta natureza foram mesmo frequentes e muitas vezes encaminhadas pelos presbitérios para a Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte, que nestes casos, geralmente solicitava relatórios aos responsáveis diretos pelo Seminário para avaliação.

Em 1968 o presidente da Diretoria ao tomar ciência sobre a presença de conferencistas não evangélicos no seminário, alguns dos quais apontados como sendo padres, convidados pelos seminaristas e com o aval de alguns professores, passou a exigir dos representantes do Seminário medidas no sentido de se evitar tais práticas. Exigência pelo menos formalmente atendida, como versa a determinação divulgada pela Congregação na carta acima, ao determinar que todo e qualquer conferencista convidado pelos seminaristas deveria receber a aprovação das autoridades do Seminário. Em relação a toda essa polêmica, o pastor João Dias de Araújo rememora que, mesmo sofrendo toda sorte de pressão, muitos docentes procuravam estimular em seus alunos uma perspectiva social que a IPB deveria assumir, além de um convívio saudável com outros grupos religiosos, sem que isso significasse prejuízo aos preceitos doutrinários defendidos oficialmente pela IPB⁵⁰⁷.

Professores como a administração local do SPN deveria enviar relatórios anuais para serem avaliados por esta Diretória

⁵⁰⁶ *Resumo das Atas durante o exercício de 1966 – Presbitério de Pernambuco/Comissão Executiva.* Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

⁵⁰⁷ João Dias de Araújo foi entrevistado em sua residência, na cidade de Feira de Santana, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

A experiência ecumênica não era algo novo entre alguns segmentos da IPB e é observada quando da chegada de dom Hélder Câmara ao Recife no início de 1964⁵⁰⁸. Neste momento, ocorreu por parte de setores do SPN, pastores e membros comuns – sobretudo daquele grupo que defendia uma posição ativa da Igreja nas questões sociais – uma aproximação e uma convivência mais sistemática com segmentos da Igreja Católica em Recife. Aproximação que em muito passou a preocupar a liderança da IPB na região, mesmo tendo essa, um pouco antes, participado e discursado ao lado da Igreja Católica na Marcha da Família com Deus e pela Liberdade no centro do Recife. As relações ecumênicas, não apenas com setores da IPB, mas entre os diversos segmentos protestantes e a Igreja Católica, como também, as reações negativas a essa prática, encontram-se registradas em inúmeras cartas escritas pelo próprio dom Hélder Câmara.

Sobre essa escrita epistolar, a historiadora Ângela de Castro Gomes compreendeu que sua produção ocorreu dentro de um espaço privado, mas isso não eliminava a inerente dimensão pública. Ao mesmo tempo, também a definiu como uma escrita autorreferencial ou escrita de si, cuja prática cultural no mundo moderno é capaz de construir uma identidade histórica para estes personagens. Mas para a autora, o

[...] que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento⁵⁰⁹.

Outra historiadora que traz importantes reflexões acerca da escrita epistolar é Teresa Malatian. Para esta pesquisadora, as dimensões culturais do sujeito estão expressas nessas correspondências e trata-se de um tipo de escrita em que o “indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta”⁵¹⁰. Embora a escrita epistolar de dom Hélder Câmara seja fragmentada e ordinária, não dando conta do ocorrido em sua totalidade, ela, no entanto, possibilita

⁵⁰⁸ Sobre a trajetória de dom Hélder Câmara como religioso, ver PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997; MARIN, Richard. *Dom Helder Camara, les Puissants et les pauvres: pour une histoire de l'Église des pauvres dans le Nordeste brésilien (1955-1985)*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.

⁵⁰⁹ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 15.

⁵¹⁰ MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195.

entender por um ângulo bem particular suas experiências e perspectivas em relação ao ecumenismo externadas para algumas pessoas que eram do seu círculo privado⁵¹¹. Em uma dessas correspondências ou circulares, a do dia 02 de março de 1964, – endereçada a um grupo de amigos da cidade do Recife e do Rio de Janeiro nomeados de *família mecejanense*⁵¹² – o arcebispo registra que:

Chegamos a um completo entendimento com Pastores a respeito da Semana da Unidade. Fiéis às sugestões da querida Igreja em foco, teremos, se Deus quiser:

- na quarta-feira, 9, às 20h, no Country Club, Encontro Ecumênico: um pastor batista e um leigo católico (o Romeu Padilha) contarão os esforços dos Evangélicos e dos Católicos, respectivamente, na caminhada ecumênica...

- antes, no domingo, 6, às 20h – pasmem e agradeçam a Deus – irei à Igreja Anglicana. Estarão presentes [fl. 2] Pastores e Delegados de todas as denominações protestantes existente em Recife; Padres e Leigos católicos, Bispinho à frente.

Teremos em mãos um texto mimeografado com as leituras bíblicas, escolhidas em comum, a serem lidas pelos representantes dos diversos grupos. [...]

Alunos dos Seminários evangélicos cantarão o Salmo 1. Alunos do Seminário de Olinda cantarão o Salmo 18. Todos cantaremos o Pai Nosso. E por decisão unânime, a cerimônia terminará – após uma pregação pelo Pastor João Dias e outra pelo Dom – com uma bênção do Bispinho (já se vê que de Deus através do Doidinho)⁵¹³.

Em outra correspondência, datada de 06 de julho de 1964, dom Hélder fez referências à realização de uma vigília ecumênica realizada na Igreja Anglicana da Santíssima Trindade no Recife. Cerimônia que teria contado com a presença de pastores e fiéis das várias denominações protestantes, assim como, de fiéis católicos. Nesta mesma carta, dom Hélder registrou a preocupação há pouco externada por parte da liderança da Igreja Presbiteriana do Brasil em relação àquela atividade ecumênica, pois tinha saído uma “nota oficial dos Presbiterianos dizendo que a Igreja desaconselhava (ou até proibia) a ida à vigília, o que não impediu que o próprio Pastor e vários fiéis

⁵¹¹ No que diz respeito a visão ecumênica apresentada por dom Hélder Câmara para com os grupos protestantes, ver PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997. p. 282; CÂMARA, Hélder. *Palavras e reflexões*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995. p. 121-123.

⁵¹² OLIVEIRA, Lauro. Palavras sobre dom Helder. In: MONTENEGRO, Antonio; SOARES, Edla; TEDESCO, Alcides (Orgs.). *Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política*. Recife: A Prefeitura; Ed. Universitária da UFPE, 2002. p. 51.

⁵¹³ ROCHA, Zildo (Org.). *Circulares Interconciliares, Volume II – Tomo I*. De 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964. Recife: Editora CEPE. p. 269-270.

estivessem presente”⁵¹⁴. De fato, notas como essa, produzidas por setores da IPB em todo o país na tentativa de inibir a participação dos presbiterianos em atividades ecumênicas, eram bem frequentes⁵¹⁵.

É importante observarmos que nos registros das cartas de dom Hélder encontram-se ressonâncias com as experiências narradas pelo pastor presbiteriano Cilas Cunha de Menezes, quando da sua passagem pelo SPN. Ingresso no Seminário no início do ano de 1968, Cilas relembra a existência de uma nítida preocupação com as atividades políticas e ecumênicas desenvolvidas por alguns seminaristas, sobretudo, pelo Diretório Acadêmico George Henderlite. Segundo Cilas, no final da década de 1960,

A Igreja Nacional mandou uma repreensão muito forte para direção do SPN, mas a direção do seminário não tinha nada a ver. A direção proibiu, mas mesmo assim a gente levou [...] Nessa época a gente estava com a hegemonia do diretório e a gente não respeitava. Inclusive, a gente trouxe a esposa de Martin Luther King para participar de um encontro literário que sempre aconteciam nas sexta-feira⁵¹⁶.

De acordo com esse relato no final da década de 1960, assim como os registros presentes na escrita epistolar de dom Hélder em 1964, as tentativas até então implementadas por setores da IPB para impedir que esse grupo de presbiterianos participasse de encontros ecumênicos não tinha sido suficiente. Para o pastor Cilas de Menezes, havia por parte do movimento estudantil do seminário o constante descumprimento das resoluções aprovadas pela cúpula da IPB ou mesmo pela Congregação dos Professores em relação à presença de conferencistas, sobretudo católicos nas dependências daquela instituição de ensino, o que permitiu o contato dos seminaristas com inúmeros personagens, muitos dos quais estrangeiros. Em outro momento da entrevista, rememorou que indo de encontro a todas as determinações que proibiam a presença de religiosos como dom Hélder Câmara nas dependências do

⁵¹⁴ ROCHA, Zildo (Org.). *Circulares Interconciliares*, Volume II – Tomo I. De 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964. Recife: Editora CEPE, p. 288-289.

⁵¹⁵ *Presbitério de Pernambuco (Igreja Presbiteriana do Brasil) – Nota Oficial – Recife, 20 de setembro de 1964*. Recorte de jornal, cujo periódico não foi possível ser identificado. Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

⁵¹⁶ Cilas de Menezes foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em julho de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

Seminário, o Diretório Acadêmico em 1969 o convidou e chegou mesmo a levá-lo para falar no Seminário⁵¹⁷. Mas além dos encontros que estavam acontecendo no próprio ambiente acadêmico, havia ainda a possibilidade de esses seminaristas participarem ativamente de organizações ecumênicas fora do Seminário, como foi o caso da organização *Equipe Fraterna*.

A experiência da Equipe Fraterna ocorreu entre os anos de 1970 a 1974 na cidade de Olinda. Seus encontros eram realizados no Mosteiro de São Bento e, segundo uma entrevista do pastor e missionário metodista Fred Morris, de dezembro de 1999, publicada no site *Igreja Nova*, o surgimento daquele grupo ecumênico teria ocorrido da seguinte maneira:

Eu fui enviado ao Recife em setembro de 1970 pela Igreja Metodista do Brasil como missionário, com duas tarefas:

[1] Organizar e desenvolver um Centro Comunitário no bairro de Caixa D'Água, onde a Igreja Metodista já tinha uma igreja.

[2] Colaborar com Dom Helder em qualquer maneira, especialmente no que tocava de melhorar relações entre as Igrejas Evangélicas e a Igreja Católica Romana. Com o espírito aberto do Dom Helder, sabíamos que não houve lugar melhor para começar a sarar as feridas criadas nas histórias de conflitos entre as igrejas do que Recife e Olinda.

Ao chegar ao Recife, fui falar com o Dom. Fui muito bem recebido e ele me indicou o Mosteiro de São Bento como ponto de contato para as relações ecumênicas que eu queria estabelecer. Entrei em contato com Dom Basílio, que me apresentou a vários irmãos do Mosteiro, entre eles nosso amigo Marcelo Barros. Dentro de poucas semanas, formamos o grupo chamado a Equipe Fraterna, composto de três pastores metodistas, dois padres Anglicanos, um pastor/estudante Presbiteriano, dois Luteranos, um Batista, três Beneditinos, dois Franciscanos, um Jesuíta e 4-5 freiras, e os irmãos de Taizé, que estavam em Olinda.

⁵¹⁷ Neste mesmo período dom Hélder Câmara a convite de seminaristas também compareceu a outras instituições de ensino teológico, como na solenidade de formatura da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista no estado de São Paulo em 1967. A este respeito o jornal *Brasil Presbiteriano* reproduziu uma matéria do jornal *Ultima Hora* de São Paulo de 11 de dezembro de 1967. Na matéria dom Hélder havia aceitado comparecer aquela solenidade tendo em vista o convite realizado pelos futuros pastores presbiterianos que ali haviam concluído seus estudos teológicos. Mas, ao lado a matéria transcrita, o jornal *Brasil Presbiteriano* publicou uma nota assinada pelo presidente do Supremo Concílio, Boanerges Ribeiro, destinada ao diretor do *Ultima Hora* cujo objetivo era esclarecer um equívoco cometido por este jornal. Assim, retificava Boanerges não ser aquela Faculdade uma instituição de ensino vinculado a IPB e a presença de possíveis presbiterianos na cerimônia não teria ocorrido em caráter oficial, mas por decisões exclusivamente pessoais. Lembrando ainda a matéria do jornal da Igreja, que esta nota foi encaminhada ao jornal *Ultima Hora*, mas esta não teria sido publicada. Ver, *D. Helder paraninfa turma Metodista*; ver também, EXMO SR. DIRETOR Diretor do jornal ULTIMA HORA. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 23-24, p. 08, dez. 1967.

Nós nos reuníamos a cada terça-feira, às 10h até às 12 horas, para um estudo Bíblico, uma reflexão sobre o trabalho de cada um (em série, claro) e, depois de dois ou três meses, para a Eucaristia. Esta parte foi a mais linda, pois uma semana um padre católico celebrava a Missa Católica, e todos comungávamos.

Na outra semana, eu celebrava a Comunhão Metodista, e todos comungavam. Depois o Luterano, Episcopal, Presbiteriano, etc. Uma comunhão completa.

Foi precioso e magnífico.

Depois, a Equipe Fraterna participou das primeiras Comunidades de Base na área, oferecendo orientação para os estudos Bíblicos nas casas dos irmãos e irmãs da paróquia de Ouro Preto, sob a orientação do Padre (Beneditino) Inácio.

A parte mais importante do nosso trabalho foi o fato da Equipe existir como símbolo da unidade da Igreja, no meio das diferenças históricas das diversas igrejas⁵¹⁸ (sic).

Dentre os estudantes de teologia que passaram a frequentar aquele grupo ecumênico estava o seminarista Cilas de Menezes. Para Cilas só havia dois pastores/professores presbiterianos capazes de participar ativamente de uma experiência ecumênica como aquela: João Dias de Araújo e Áureo Bispo dos Santos; mas isso provocaria a imediata expulsão dos mesmos de suas atividades no SPN. A sua inserção na Equipe Fraterna teria ocorrido devido à indicação feita pelo professor Áureo Bispo. Sobre essa experiência relatou Cilas de Menezes:

Eu saía do SPN ia para a casa de Fred e pegava carona com ele, que também participava da Equipe Fraterna. [...] Nesses encontros a gente lia a Bíblia, orava pelos presos, pelos presos da Igreja Evangélica, pelos presos da Igreja Católica, compartilhávamos o texto bíblico lido, a luz da visão de cada um e então terminávamos com um almoço na mesa, uma ceia. Tinha informações. Dom Hélder trazia todas as informações, porque ele tinha todas as informações. O Miguel da comunidade Taizé também era muito bem informado. Aí a gente tinha todas as informações e recebia a tarefa para divulgar, porque de fato, num momento desses, você sabe que as informações que são passadas de alguém que é preso ou suspeito de ser contra o regime, são informações sempre negativas contra a pessoa, então a gente discutia ali e chegava a uma conclusão de qual era a informação correta e todos nós levaríamos àquela informação para todos os nossos relacionamentos⁵¹⁹.

⁵¹⁸ Disponível em: <<http://www.igrejanova.jor.br/entra.htm>>. Acesso em: 30 set. 2013. Site gerido ou pertencente a um grupo de leigos católicos.

⁵¹⁹ Cilas de Menezes foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em julho de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

Como narrou o pastor Cilas de Menezes, a Equipe Fraterna não figurava apenas como um local de celebração ecumênica, mas também de resistência ao regime por meio da circulação de informações sobre pessoas que tinham sido presas ou eram consideradas suspeitas pelos órgãos de repressão do Regime⁵²⁰. Mas essas reuniões ecumênicas não eram toleradas ou aceitas por significativos setores da Igreja Presbiteriana do Brasil. E de maneira geral, a vigilância e a repressão organizadas pela própria estrutura eclesiástica a esses seminaristas foi uma constante, pelo menos na década de 1960 e meados de 1970. Segundo as memórias do pastor Cilas de Menezes, quando o mesmo chegou ao seminário em 1968 havia um cenário de apreensão e opressão,

[...] onde de fato os seus passos eram contados, principalmente se você era alguém que merecia qualquer desconfiança do *status quo*. E como de fato eu tinha estado, por curiosidade, vendo como era que funcionava as ligas camponesas de Francisco Julião – eu sempre fui muito curioso – então, por conta desta curiosidade, as pessoas começaram a ficar cismadas com minha linha de pensamento, quando, de fato, eu nunca deixei de ser cristão, nunca deixei de aceitar a Bíblia como a palavra de Deus e como minha única regra de fé, só que, de fato, eu não me senti amarrado, sempre procurei conhecer mais profundamente aquilo que me chamava atenção.

Transcorridas mais de três décadas, o pastor Cilas se construiu por meio de um relato oral, extraído da memória, como uma pessoa aberta ou curiosa em assuntos que na década de 1960 eram ditos perigosos, o que teria sido suficiente para que fosse expulso do Seminário. A partir disso, aproximadamente 90% dos seus colegas, relembrou o entrevistado, tinham a certeza de que o mesmo não chegaria a se tornar um pastor presbiteriano, sobretudo pelo seu notório engajamento político na época. Mas em 1976 foi trabalhar como pastor na Igreja Presbiteriana do bairro da Encruzilhada, substituindo o pastor João Dias de Araújo, o seu antigo professor no SPN, expulso no final de 1970. De fato, Cilas de Menezes corria mesmo o risco de não conseguir a autorização do seu Presbitério ou mesmo de outros setores eclesiásticos para ser ordenado pastor, pois neste período muitos seminaristas foram reprimidos, a exemplo de Elias David Lopes Azulay. Alguns desistiram do curso nos vários seminários da IPB

⁵²⁰ De acordo com Cilas de Menezes, a participação de dom Hélder Câmara na Equipe Fraterna não acontecia de maneira regular. Justificou afirmando ser uma questão de prudência adotada pelo próprio religioso, pois as perseguições a ele dirigidas poderiam incriminar todo o grupo.

espalhados pelo Brasil, em razão da pressão recebida, ou foram expulsos ao serem classificados como perigosos e acusados de práticas políticas nocivas e atividades ecumênicas⁵²¹.

Foi, portanto, procurando cada vez mais controlar e em alguns momentos eliminar estudantes de teologia, assim como professores de seminários, vistos com desconfiança pela cúpula da IPB, que mecanismos de controle e repressão foram construídos e incorporados à estrutura eclesiástica logo após o Golpe civil-militar de 1964. Um desses mecanismos foi a Comissão Especial de Seminários.

5.2 O surgimento e as ações da Comissão Especial de Seminário

Durante a realização de pesquisas no Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo, localizamos um vasto e, até então, pouco conhecido acervo documental, referente à Comissão Especial de Seminários (CES). Um dos primeiros registros pesquisado foi um extenso relatório datado de 23 de junho de 1974, no qual, de maneira bastante detalhada, essa Comissão apresentava aos participantes da XXVIII reunião ordinária do Supremo Concílio da IPB, em Belo Horizonte, suas atividades de 1970 a 1974.

Dentre algumas das resoluções ali expostas, selecionamos aquela que determinou à Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte, no final de 1970, afastar João Dias de Araújo das funções de professor, cargo ocupado desde o ano de 1960. Para sanar a vacância provocada por aquela demissão, outra resolução indicou a imediata contratação, a ser executada pelo próprio SPN, de um novo professor para o ano letivo que se aproximava⁵²². Essas duas resoluções revelam a interferência por parte daquela Comissão em assuntos administrativos do SPN.

Assim, motivados em grande medida por estas informações, procuramos entender quais foram os embates, as discussões postas em circulação no momento da criação da CES e o seu real papel a ser desempenhado frente aos seminários. De

⁵²¹ Alguns documentos dão conta que Elias Azulay foi transferido para o Seminário Presbiteriano do Sul na cidade de Campinas/SP no início de 1969. Há também indícios que o mesmo não chegou a concluir seus estudos teológicos, tendo posteriormente deixado àquela instituição, cujos motivos, a pesquisa não conseguiu de fato apreender.

⁵²² *Relatório da Comissão Especial de Seminários (CES) à XXVIII Reunião Ordinária do SC/IPB*. Pasta referente a CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

imediatamente, é importante ressaltarmos ter sido esse organismo criado oficialmente durante a reunião do Supremo Concílio da IPB, que ocorreu em julho de 1966 na cidade de Fortaleza, como consta da resolução de nº 66-091 – doc. VI.

O SC resolve: 1) Reconhecer que uma situação de fato existe que compromete o futuro da Igreja; 2) Declarar que, embora respeitando o foro íntimo de cada indivíduo, a IPB não entende que a liberdade de exame implique na abertura de suas portas a toda a sorte de dúvida e heresias; 3) Determinar que os professores dos seminários da IPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-políticas; 4) Determinar às congregações que cancelem as matrículas de todos os alunos cujas idéias ou cuja conduta sejam ávidas pelas Congregações de Professores ou pelas entidades superiores da administração, incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da IPB; 5) Nomear uma Comissão Especial com plenos poderes para dar execuções às providências desta resolução, podendo inclusive: a) Dispensar professores, devolvendo-os aos seus concílios de origem; b) Nomear professores e levantar recursos em entendimento com a Tesouraria do SC; c) Reestruturar ou organizar Diretorias dos Seminários, de modo que as medidas tomadas se tornem efetivas; 6) Assegurar direitos amplos de defesa aos incriminados, segundo os termos da CI/IPB e do CD; 7) Determinar que a Comissão supra se instaure e inicie seus trabalhos no prazo máximo de trinta dias a contar da data da aprovação⁵²³ (sic).

A maior parte dos registros, que fazem referências à vida da IPB em meados da década de 1960, aponta para um ambiente de tensão extremamente favorável à criação de uma Comissão como esta, investida, por sinal, de grande autonomia para intervir nos seminários da Igreja.

Como vimos em capítulos anteriores, o jornal *Brasil Presbiteriano* - que logo após as ações militares de março/abril de 1964 passou a ser dirigido pelo pastor Boanerges Ribeiro - divulgava sistematicamente em seus editoriais a eleição desse pastor como a única força capaz de salvar a Igreja das influências consideradas extremamente nefastas e perigosas, como a propagação do ecumenismo e do evangelho

⁵²³ SC – 66 – 091 – Seminário – Doc. VI. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970). Casa da Editora Presbiteriana, p. 246. Logo em seguida, essa resolução foi oficialmente encaminhada aos três seminários da IPB existente na época: o já mencionado Seminário Presbiteriano do Norte/SPN, o Seminário Teológico Presbiteriano de Campina, também nomeado de Seminário Presbiteriano do Sul/SPS, e o Seminário Presbiteriano do Centenário/SPC, localizado na cidade de Vitória, ver *Ofício encaminhado pelo Secretário Executivo do Supremo Concílio da IPB aos Seminários Presbiterianos: Sul, Norte e Centenário, Brasília 16 de agosto de 1966*. Pasta referente a CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

social. Some-se a isso a posição assumida por diversos Presbitérios e Sínodos alarmados cada vez mais com os riscos que a IPB, como um todo, estava atravessando, tendo em vista a frequente mobilização por parte de setores da Igreja de ideologias e doutrinas consideradas desviantes, sobretudo, diante da realidade política existente do país com o Regime civil-militar⁵²⁴.

Alguns Presbitérios chegaram a elaborar e enviar documentos para serem avaliados pelo Supremo Concílio reunido em Fortaleza em 1966, expondo suas preocupações e possíveis soluções em relação ao comportamento de determinados seminaristas⁵²⁵. Um desses documentos partiu da Comissão Executiva do Presbitério Oeste Fluminense e fazia referências especificamente ao Seminário Presbiteriano do Centenário (SPC), em Vitória-ES, que teve entre os seus fundadores o norte-americano Richard Shaull. Os representantes do Presbitério alertavam para o fato daquela instituição de ensino teológico possuir um currículo que, em muito, divergia, quando comparado dos demais seminários e faltava aos seus professores suficiente firmeza doutrinária, projetando uma perspectiva religiosa incompatível e prejudicial à IPB. Argumentava ainda, que os Seminários das cidades de Campinas e Recife dispunham de uma estrutura capaz de absorver todos os seminaristas do SPC. Diante disso, os signatários deste documento recomendavam ao SC/IPB “extinguir o SPC, bem como depurar professores e seminaristas implicados nos movimentos espúrios; demitindo aqueles e cassando a candidatura destes”⁵²⁶ (sic).

Ao mesmo tempo, um considerável número de pedidos de providências a serem tomadas de maneira urgente em relação aos seminários foi encaminhado àquela reunião na cidade de Fortaleza por outros segmentos religiosos. Fazendo uso de telegramas – onde a maioria dos seus destinatários eram pessoas e organizações ligadas a 1ª Igreja

⁵²⁴ Presbitério de Pernambuco (Igreja Presbiteriana do Brasil) – Nota Oficial – Recife, 20 de setembro de 1964. Recorte de jornal, cujo periódico não foi possível ser identificado. Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte. Ver também, *Pronunciamento do Sínodo de Pernambuco sobre relações intereclesiais e ecumênicas e ideologias político-sociais*, publicado no informativo da 2ª Reunião Ordinária do Sínodo de Pernambuco realizada entre 07 e 11 de julho de 1965. Acervo do Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte.

⁵²⁵ É necessário afirmar em relação aos seminários presbiterianos, a existência de uma série de conflitos por questões ecumênicas, teológica e políticas, anterior ao momento de criação da CES em 1966. Conflitos muitas vezes solucionados pela própria estrutura administrativa e disciplinar dos seminários, apenas em alguns poucos casos, houve a necessidade do Supremo Concílio formar comissões temporárias e com poderes definidos e limitados para intervir.

⁵²⁶ Presbitério Oeste Fluminense ao SC-IPB, em sua reunião ordinária de 11 de julho de 1966, na cidade de Fortaleza-Ceará. Pasta referente a CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

Presbiteriana de Belo Horizonte e de outras cidades do estado de Minas Gerais - líderes religiosos como pastores, conselhos de igrejas locais, organizações da Sociedade Auxiliadora Feminina (SAF)⁵²⁷, assim como membros comuns, chamavam a atenção da cúpula da IPB sobre as atividades subversivas que dominavam as igrejas presbiterianas, sobretudo, os seus seminários⁵²⁸.

A predominância de telegramas proveniente da 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte e de Minas Gerais foi severamente questionada na época em um dos documentos que compunha uma espécie de dossiê, organizado pelos membros da Congregação dos Professores do Seminário Presbiteriano do Sul (SPS), contendo, entre outros documentos, a carta de renúncia do reitor e representações de professores e alunos deste seminário. Era, portanto, criticada a atitude do Conselho daquela igreja que por meio de uma resolução tinha denunciado e proposto algumas soluções ao que considerava ser uma crise doutrinária existente no SPS. Essa resolução, que também foi publicada no próprio boletim daquela Igreja em 03 de julho de 1966, solicitava em um de seus pontos que seus membros “telegrafem imediatamente ao Presidente do Supremo Concílio, em fortaleza, protestando veementemente contra este estado de coisas, e exigir uma solução definitiva expurgando a Igreja dos elementos nocivos para que se volte aos símbolos doutrinários da IPB”⁵²⁹.

Em relação ao cenário onde foi realizada a reunião do Supremo Concílio, as memórias de alguns pastores registram a existência de um clima bastante tenso, isso por que muitos dos representantes designados pelos presbitérios para participar daquele concílio não concordavam, entre outras coisas, com a proposta de criação da Comissão Especial de Seminários, a CES. Segundo os pastores Josué da Silva Mello e Zwinglio Mota Dias, assim como, o próprio João Dias de Araújo afirmaram, de maneira bastante semelhante, que já existiam setores dentro da IPB que compreendiam aquela Comissão como algo destituído de qualquer respaldo legal por parte da Constituição da IPB, pois retirava considerável autonomia que gozavam os seminários e os presbitérios. Explicaram estes religiosos que entre outras funções, cabia à Congregação dos

⁵²⁷ As SAFs são organizações de mulheres nas igrejas locais, formando federações em nível de Presbitérios e confederações em relação aos Sínodos.

⁵²⁸ Pasta do SC-IPB de 1966. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵²⁹ Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. Este aspecto foi tratado por CAMPOS JUNIOR, Heber Carlos de. *A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao “modernismo” dentro de seus seminários nas décadas de 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, São Paulo, 2003. p.132.

Professores suspender e cassar a candidatura dos seminaristas, decisão que poderia ser questionada ou acatada pelo Presbitério ao qual estava atrelado o aluno. Em relação aos Presbitérios, era de sua responsabilidade avaliar ou aprovar o envio de candidatos para o seminário e de maneira semelhante à Congregação poderiam suspender e cassar candidaturas e após a conclusão do curso decidia quanto à licenciatura e a posterior promoção de bacharel em teologia para pastor. Os três pastores esclareceram ainda que as Diretórias dos Seminários, órgão gestor dos Seminários (compostas pelos representantes dos presbitérios das regiões atendidas pelos respectivos seminários), possuíam uma enorme autonomia, pois eram essas instâncias que acompanhavam as ações das administrações internas dos seminários, exercidas pelos Reitores, Deães e Congregações dos Professores, as quais também avaliavam e aprovam os relatórios anuais e sugeriam as mudanças que consideravam necessárias.

Para os pastores supracitados, a criação da CES provocou uma significativa alteração na estrutura de poder na IPB. Inúmeros Presbitérios e mesmo alguns Sínodos escreveram ao Supremo Concílio questionando a constitucionalidade da resolução de nº 66-091 – doc. VI., que criou a referida comissão. Assim, é revelador um ofício encaminhado em setembro de 1966 pelo Presbitério de Colatina (PCOL), no Espírito Santo, para a Comissão Executiva do Supremo Concílio da IPB, comunicando a sua posição em relação às ações da CES referente à denúncia contra o reverendo Joaquim Beato:

Declara que o Concílio *Presbitério de Colatina* [grifo nosso] reunido extraordinariamente em Colatina arguiu de inconstitucionalidade a resolução nº 6 da XXVI Reunião Ordinária do SC, encaminhando Representação à CE-SC, e que em face disto, somente atenda (em resposta a consulta do Rev. Joaquim Beato quanto ao comportamento que deva tomar se convocado pela Comissão de Seminários) à convocação da Comissão Especial de Seminários, depois de atendidos os seguintes itens:

- 1) A CE-SC, respondendo à Representação do PCOL prove a constitucionalidade da Resolução referida;
- 2) A Comissão de Seminário apresente denúncias por escrito contra o Rev. Joaquim Beato;
- 3) Que em toda esta matéria o PCOL não abrirá mão de seus direitos garantidos pela C/I, Art. 37, 38 e 88 “c” e pelo C/D, Art. 20, “a”. [...]⁵³⁰.

⁵³⁰ Of. SE/PCOL, nº 41/66, Colatina 19 de setembro de 1966. Pasta CE-SC de 1966. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

Este presbitério questionava a constitucionalidade da Comissão Especial de Seminários. Os argumentos apresentados estavam relacionados ao fato considerado bastante perigoso por está ferindo a Constituição da IPB e o seu Código de Disciplina. Aliás, todos os artigos citados no ofício acima versaram sobre o direito privativo dos presbitérios seja para admitir, processar, julgar e supervisionar seus seminaristas e pastores e no caso destes, não importando as funções exercidas na IPB (educação, beneficência ou imprensa)⁵³¹.

Como resposta, a Comissão Executiva do Supremo Concílio, por meio do seu secretário, envia através de uma correspondência institucional, de outubro de 1966, dois pontos que considera graves em relação a posição assumida pelo PCOL. A primeira crítica estava no fato deste presbitério ter orientado um pastor para que se rebelasse contra um órgão eleito por um concílio considerado hierarquicamente a instância máxima de poder da Igreja, como era o Supremo Concílio. Em seguida, criticava a proposta de consultar juristas sobre o assunto: “Imaginemos que todo concílio que discordasse de uma resolução de um concílio superior a deixasse de cumprir, sob a orientação jurídica. Que balburdia não será a IPB”. Por fim, lembrava ao PCOL “o direito legítimo de discordar das decisões e representar contra elas, fora disso é, ao meu ver, subversão da ordem”⁵³².

Outro campo de interesse da CES foi o Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas/SP. A Congregação dos Professores do SPS, comunicada da visita de membros da Comissão Especial de Seminários para averiguar denúncias de comportamentos considerados impróprios praticados por professores e seminaristas, encaminhou para a Diretoria do Seminário uma extensa representação onde informava a decisão colegiada de não receber oficialmente a referida Comissão. Os argumentos utilizados para este não reconhecimento eram diversos, mas em larga medida se aproximava da posição externada pelo próprio Presbitério de Colatina:

- 1) O Supremo Concílio ao nomear a Comissão Especial ignorou a hierarquia institucional para a educação teológica [...]. (O SC

⁵³¹ É válido ressaltar que com a criação da CES não significava que os Presbitérios deixaram de realizar suas funções previstas na Constituição da IPB, mas a partir daquele momento, havia um órgão que poderia interferir em seus assuntos, chegando muitas vezes a sugerir e a determinar medidas a serem adotadas.

⁵³² *Secretário Executivo do Supremo Concílio, Brasília 04 de outubro de 1966.* Pasta CE-SC de 1966. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

administre Seminários por meio dos órgãos competentes que são as Diretorias e as Congregações).

Não pode atribuir a si diretamente as prerrogativas dessas entidades sem primeiro afastá-las ou destituí-las. E não pode nem afastá-las e nem destituí-las contra a lei, sem processo e o devido julgamento por quem de direito – simples matéria de ordem, decência e justiça. De outra forma se desautora a si mesmo no agravo que fizer a entidades eclesiais e juridicamente configuradas na própria estrutura da Igreja (Estatutos da Diretoria, arts. 19 a 21). Sendo a Diretoria do Seminário constituída de representantes de Presbitérios, teria sido necessário, por processo jurídico conveniente, mudar esse direito de representação, antes de dar a quem quer que seja, a incumbência prevista nas atribuições da Comissão Especial.

2) O Supremo Concílio, ao nomear a Comissão Especial de Seminários, ignorou a hierarquia conciliar estabelecida na Constituição da Igreja. [...].

“Nenhum Presbitério pode permitir que pastor ou candidato sob sua jurisdição seja examinado em opinião teológica por qualquer entidade da própria Igreja, nem abrir mão de prerrogativas de sua exclusiva alçada”. [...].

3) O Supremo Concílio não tem definido quais “as doutrinas e ideologias que discrepam inteiramente dos símbolos da Igreja”. Não tendo definido a verdade e o erro em pontos discutidos (como, por exemplo, ecumenismo, socialismo, ética de situação, secularismo, crítica bíblica, etc.) não deu à Comissão Plenipotenciária o critério de julgamento. Como podem os membros da Comissão julgar diretores, professores e alunos? [...] ⁵³³.

A inconstitucionalidade em relação à CES se tornou um ponto de discussão central entre setores da IPB. Como analisamos, um dos argumentos era o descumprimento da Constituição e do Código de Disciplina, retirando ou reduzindo o poder de instituições consolidadas, como as Diretorias dos Seminários, as Congregações dos Professores, e, sobretudo, os Presbitérios. Para além do embate constitucional *versus* inconstitucional, a criação desse novo dispositivo aponta para outra correlação de poder de forma a atender de maneira imediata aos interesses de um determinado grupo. Assim, “chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” ⁵³⁴.

Na perspectiva elaborada pelo filósofo Giorgio Agamben, o aparecimento destes dispositivos independia do modelo de estado na modernidade, nos quais os mecanismos

⁵³³ *Representação da Congregação de Professores do SPS à Diretoria*. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵³⁴ AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó/SC: Argos, 2009. p. 40-41.

de exceção são sempre a regra. O estado de exceção não é o caos precedente da ordem ou ausência plena de ordenamentos jurídicos, mas uma situação resultante de um momento de suspensão. Para Agamben, essa suspensão foi transformada em regra, assim, inclusão e exclusão estão sempre imbricados⁵³⁵. Mesmo não fazendo uso do arsenal teórico deste filósofo para pensar o Regime civil-militar no Brasil, o autor nos ajuda a compreender que o surgimento da CES não significou o fim de uma era democrática ou constitucional na IPB, mas representou o momento de elaboração de novos arcabouços jurídicos de controle institucional, entendidos como necessário ao estabelecimento da ordem na IPB. Ao mesmo tempo, tais dispositivos funcionaram fora do estado de exceção, uma espécie de micropoder, mas comunica-se com este estado, reforçando sua estrutura de poder.

Sobre o papel desempenhado pela CES como um dispositivo repressivo, foi iluminadora a análise de algumas memórias, a exemplo de Guilhermino Cunha, que no momento da entrevista exercia a atividade de pastor na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro. Em suas palavras, esta Comissão “substituiu os Presbitérios fazendo um pré-exame dos candidatos. Uma espécie de DX dentro do sistema”⁵³⁶.

A utilização da sigla *DX* para representar a função da CES carece de algumas considerações. Uma das possibilidades é que o pastor estivesse se referindo a uma prática, uma espécie de *hobby*, ainda bastante comum, empregado para “caçar sinais distantes de rádio que em condições normais não poderiam ser ouvidos em sua região, sem a experiência, a paciência, a perseverança e as técnicas de seu praticante, o dexistas”⁵³⁷. É preciso compreender que essa constante busca por informações e controle, no que dizia respeito aos seminários, não era algo isolado na IPB. Parecia mesmo haver uma estreita ressonância com outros dispositivos de monitoramento e punição, postos em prática em universidades públicas e privadas após o Golpe civil-militar de 1964.

De acordo com as informações apresentadas por Fernando Coelho, “nas universidades, inúmeros professores e alunos foram presos. Alguns mestres foram, também, afastados sumariamente das cátedras, demitidos ou aposentados

⁵³⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁵³⁶ Guilhermino Cunha foi entrevistado na Catedral Presbiteriana, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

⁵³⁷ Disponível em: <<http://dxcb.wordpress.com/tag/dx/>>. Acesso em: 14 out. 2013.

compulsoriamente”⁵³⁸, como aconteceu na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Católica de Pernambuco. Em relação a esta última instituição, como chegou a detalhar o geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade, esta foi diretamente atingida por medidas repressivas logo após o Golpe.

Os acontecimentos que ocorreram em 64, quando os olhos da reação se voltaram contra a comunidade universitária, rica em grupos e associações estudantis considerados subversivos e contra professores com posições liberais e socialistas, foram vencidos pela competência e força moral do Padre Aloísio Mosca de Carvalho que, no momento, dirigia a Universidade. Na comunidade vicejavam e eram toleradas as mais diversas posições políticas, desde o nazismo e o fascismo até o comunismo – stalinistas e trotskistas – e as mais diversas tendências religiosas, convivendo fraternalmente católicos, protestantes, espíritas, agnósticos e ateus⁵³⁹.

Nesta mesma direção, as entidades estudantis também foram alvos da repressão. O Congresso Nacional aprovou, em 09 de novembro de 1964, a Lei de nº 4.464, também conhecida pelo nome do ministro da educação na época, Suplicy de Lacerda. Esta lei reformulava a estrutura de representação dos estudantes universitários - a União Nacional dos Estudantes. O controle e a fiscalização deveriam acontecer a partir de uma série de normatizações que deveriam conduzir, por exemplo, o processo eleitoral dos diretórios, de diretrizes de cunho moral e cívico e da proibição dos órgãos estudantis como os Diretórios Acadêmicos (DAs), Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), entre outros, de participarem de atividades políticas. Mas, sem gerar os efeitos desejados pelo governo, no início de 1967 a Lei Suplicy foi revogada pelo decreto-lei nº 228 que extinguiu a organização dos estudantes em nível nacional e estadual, permitindo a sua existência apenas no âmbito de cada estabelecimento de ensino superior (DA) e em cada Universidade (DCE), mas proibiu as greves estudantis e também as atividades políticas nas escolas secundaristas⁵⁴⁰.

⁵³⁸ COELHO, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004. p. 214; ver também FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 187-191.

⁵³⁹ *O quinquentenário da UNICAP*. Jornal do Commercio, Recife, 16 de setembro de 2001, p. 11. Apud COELHO, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004. p. 214-215.

⁵⁴⁰ CRUZ, José Vieira. A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil: estudo comparativo entre os estados da Bahia, de Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967. In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 1, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2010. p. 976-990.

Somou-se a isso, a decisão do presidente Costa e Silva em 26 de fevereiro de 1969 sancionar o decreto-lei nº 477, também conhecido como o AI5 das Universidades, o qual impunha restrições a professores e alunos. Entre outros pontos, o decreto autorizava os diretores das escolas a realizarem investigações sumárias contra alunos e professores, o que poderia acarretar na suspensão por três e cinco anos respectivamente, caso fossem comprovados os seus envolvimento em atividades subversivas como: incitar ou participar de greves, organizar protestos, fazer uso do ambiente escolar para realizar reuniões não autorizadas e subversivas, enfim, participar de atos que atentassem contra a moral ou à ordem pública instituída⁵⁴¹. Ordenamentos que dialogavam com um arcabouço jurídico construído a partir de 1964, permitindo ao Regime civil-militar montar e aprimorar, constitucionalmente, toda uma estrutura de vigilância e repressão⁵⁴².

Muitos desses estudantes atingidos pelos decretos citados mantinham alguma relação ou mesmo pertenciam a organizações de jovens presbiterianos. Organizações que eram motivo de preocupação da cúpula da Igreja antes mesmo do Golpe civil-militar de 1964. No ano de 1960 tinha se iniciado um longo processo que ficou conhecido como a reestruturação da Confederação da Mocidade Presbiteriana (CMP), que tinha como presidente o então estudante de teologia do Seminário Presbiteriano do Centenário, Josué da Silva Mello. A CE-SC reunida na cidade de Umurama-SP, no início de 1960, decidiu por extinguir a Confederação da Mocidade Presbiteriana, a qual era a organização dos jovens em nível nacional, tendo sido autorizado continuar atuando apenas os grupos de jovens nas igrejas locais, as Uniões de Mocidades Presbiterianas (UMPs). Mas os grupos de jovens passaram a ser acompanhados por representantes indicados pelos Conselhos das Igrejas locais, com a função de orientar e de certa maneira conduzir as suas atividades.

Alguns poucos pesquisadores que estudaram a atuação da Confederação da Mocidade comentam uma série de preocupações que faziam parte das discussões da cúpula da IPB em relação à Mocidade em 1960:

⁵⁴¹ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 134, 183-184.

⁵⁴² PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Alguns viam a autonomia da CMP como uma “quinta roda” na Igreja, quer dizer, um veículo impossível de conduzir por causa da direção social e ecumênica que a CMP tomava assim como a orientação teológica do teólogo Karl Barth, possuindo liturgia e teologia própria. A Mocidade se tornava para esta corrente conservadora uma igreja dentro da Igreja. Em outras palavras, a ideologia de engajamento sócio-político da CMP e seu modelo teológico liberal e liturgia progressista e seu credo social começavam a ameaçar as lideranças mais conservadoras nas IPBs⁵⁴³.

A extinção da CMP e a considerável redução da autonomia dos jovens foi o dispositivo pensado estrategicamente pela Igreja para combater, naquele momento, o que foi nomeado por muitos de *uma igreja dentro da Igreja*⁵⁴⁴. Ora, um grande número dessa juventude, sobretudo da sua liderança, era composta por estudantes de teologia ou por estudantes que tinham fortes inserções nas instituições de ensino da Igreja, muitas vezes recebendo de diversos professores um forte respaldo às suas posições ecumênicas, políticas e sociais. Esse envolvimento levou a Comissão Especial de Seminários a atuar logo após a sua formação em meados de 1966, definindo potenciais inimigos da Igreja que deveriam ser combatidos, e neste caso, isso significou a expulsão de professores e alunos, como discutiremos a partir de alguns casos.

Em uma correspondência encaminhada pela CES em meados de 1967 era solicitada ao presidente da Diretoria do Seminário Presbiteriano do Centenário uma série de documentos que deviam ser analisados pela referida Comissão, como o Livro de Atas da Diretoria do Seminário da Congregação dos Professores, assim como as fichas de matrículas dos atuais alunos⁵⁴⁵. Segundo o professor João Dias de Araújo, aquele seminário passou a sofrer forte pressão, sobretudo, no setor financeiro, tendo em vista o atraso provocado pela tesouraria do Supremo Concílio em pagar os salários dos professores⁵⁴⁶. Após uma série de embates travados com os representantes do seminário, tendo em vista a recusa destes em encaminhar e/ou liberar documentos solicitados pela

⁵⁴³ SILVA, Hélerson. O movimento de juventude protestante. In: SILVA, Hélerson; MOURA, Enos Filho; MORAES, Mônica (Orgs.). *Eu faço parte desta História*. Relatório da Secretaria de Cultura – Comissão de História da Mocidade – da Confederação Nacional da Mocidade da Igreja Presbiteriana do Brasil, 2002. p. 45.

⁵⁴⁴ Essa expressão também foi usada por João Dias quando tratou da extinção da CMP. ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história sombria da Igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 52.

⁵⁴⁵ SC-IPB – Comissão Especial de Seminários. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁴⁶ ARAÚJO, João Dias de. op. cit., p. 114.

CES para análise, esta Comissão em 25 de setembro de 1968 enviou uma correspondência ao Secretário da Diretoria do SPC, informando-lhe sobre a resolução aprovada na reunião realizada entre os dias 18 e 19 de setembro daquele ano, na cidade de Belo Horizonte:

CONSIDERANDO QUE: a) O SPC por sua Diretoria e Congregação, não deu cumprimento às determinações constantes dos itens 3 e 4 da Resolução nº 6 de julho de 1966, do SC; b) Não dispensou o devido acatamento à CES, pedindo até a sua extinção e obstando-lhe outrossim o cumprimento dos termos da citada resolução; c) Persiste no SPC a situação de fato denunciada na mesma resolução, agravada por fatos recentes em que se ensejou a manifestação de curso por ex-professor que aciona o SPS da IPB perante a Justiça do Trabalho, além da prova documental em que professor ressalta a linha eminentemente ecumênica do ensino do SPC, em desacordo com resolução do SC-IPB;

1. RESOLVE a CES, dentro de sua estrita competência e após dois anos de infrutíferas tentativas de cumprimento da Resolução 6, de julho de 1966, do SC, pelo SPC: a) Reestruturar a presente Diretoria do SPC, substituindo os seus atuais diretores a partir de 1º de janeiro de 1969, por u'a Mesa Diretiva provisória, a ser nomeada oportunamente e que se encarregará da reformulação dos seus atuais Estatutos; b) Considerar dispensados os atuais professores e respectiva Congregação do SPC, a partir de 1º de janeiro de 1969; c) Dar ciência desta resolução à CE-SC e a Diretoria do SPC; d) Pedir a publicação da mesma no Órgão oficial da IPB, para conhecimento de todos os interessados⁵⁴⁷ (sic).

Neste caso, a reestruturação posta em prática pela CES promoveu o fechamento deste Seminário no início de 1969. Os professores foram dispensados de suas funções, acusados de propagarem práticas ecumênicas e ideologias políticas consideradas incompatíveis com a IPB, como previa o item 03 da resolução do SC-IPB que instituiu a CES em julho de 1966. Em relação aos alunos, a resolução da CES provocou a transferência de alguns para o Seminário de Campinas, muitos, porém, ficaram impossibilitados de dar continuidade a sua formação teológica. Em uma carta datada de 28 de setembro de 1967, assinada pelo Cel. do Exército Renato Guimarães, endereçada ao pastor Saulo de C. Ferreira, era externada a possibilidade de punir aquela instituição

⁵⁴⁷ SC-IPB – Comissão Especial de Seminários, Patrocínio (MG), 25 de setembro de 1968. Esta resolução se encontra registrada na ata da reunião da CES de nº 13. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo. Na mesma resolução também constava em um ofício encaminhado a Comissão Executiva do Supremo Concílio da IPB, assinada pelos membros da CES. E como sugere a própria Comissão, o jornal *Brasil Presbiteriano* de 19 a 15 de novembro de 1968 publicou na íntegra a Resolução da CES, dando uma maior publicidade ao fato.

de ensino e possivelmente encerrar suas atividades. Estas medidas eram, segundo o coronel, uma resposta ao tratamento oferecido à Comissão pelas autoridades do Seminário⁵⁴⁸.

Em relação ao Seminário Presbiteriano do Sul, um conjunto de outros posicionamentos foi tomado em reação ao surgimento da CES e a sua política de reestruturação. O professor Júlio Andrade Ferreira renunciava em 02 de agosto de 1966 o cargo de reitor e a Congregação dos Professores encaminhava uma representação à Diretoria do Seminário no dia 24 deste mesmo mês, afirmando não receber aquela comissão, posição que logo em seguida recebeu o apoio de 39 seminaristas por meio de um manifesto. Posteriormente, em 20 de dezembro, os membros da CES, elaboraram uma resolução obrigando a Diretoria do Seminário a afastar em caráter imediato das funções de docentes quatro professores, incluído o ex-reitor Júlio Andrade Ferreira, Samuel Martins Barbosa, Francisco Penha Alves e Elizeu Narciso. A Comissão procurou justificar esta decisão, afirmando que tais professores cometeram indisciplina contra o SC-IPB⁵⁴⁹. É neste mesmo momento que o Centro Acadêmico Oito de Setembro, o CAOS, que representava os estudantes do SPC, é extinto. A respeito dessas medidas tomadas pela CES, o teólogo Heber Carlos de Campos Júnior afirma ter sido também determinado:

[...] que a Congregação só matriculasse os alunos signatários do manifesto contra a CES mediante uma retratação dos mesmos. [...]. Dos 39 alunos, poucos se retrataram, e o número de alunos caiu abruptamente. No entanto, uma minoria dos 39 alunos foi expulsa; isto, porque vários se formaram no final de 1966, outros foram cassados pelos próprios presbitérios, outros desistiram de suas candidaturas e outros mudaram de seminário⁵⁵⁰.

Em face dessas medidas repressoras, alguns seminaristas conseguiram que seus Presbitérios os transferissem para o Seminário do Centenário ou mesmo para instituições de ensino teológico de outras igrejas protestantes.

⁵⁴⁸ Amambai-MS, 28 de setembro de 1967, *Estimado irmão e amigo Rev. Saulo*. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁴⁹ SC-IPB – Comissão Especial de Seminários. *Comunicação de resolução da Comissão Especial de Seminários à Diretoria do SPS, em sua reunião do dia 20 de dezembro-66*. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁵⁰ CAMPOS JÚNIOR, Heber Carlos de. *A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao “modernismo” dentro de seus seminários nas décadas de 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, São Paulo, 2003. p. 136-137.

Da mesma forma, o SPN também vinha sendo acompanhado/monitorado pela CES. Um dos primeiros contatos estabelecido entre essas duas instituições foi registrado em uma correspondência encaminhada pelo reitor do SPN, o missionário e pastor norte-americano Thomas W. Foley, ao presidente da referida Comissão. A missiva comunicava, entre outros informes, que “a Direção e a Congregação estão prontas a receber a visita e orientação dessa Comissão. Quaisquer recomendações ou deliberações que afetem nosso Seminário, receberemos e tentaremos cumprir de acordo com os desejos da Comissão”⁵⁵¹.

Em reuniões realizadas entre os dias 29 a 31 de agosto de 1967 nas dependências do SPN foram convidados a prestar informações perante a Comissão alguns professores e autoridades administrativas. Tópicos concisos desses depoimentos foram registrados - no que foi nomeado de *apêndice à ata* - e externavam as mais diferentes posições: projetava desde uma série de acusações apontando existir professores com tendências comunistas e teologicamente liberais, ou seja, ecumênicos, e, ao mesmo tempo, outros relatos que negavam categoricamente tais acusações. Também se encontra nesses depoimentos a defesa da autonomia do seminário, a necessidade de melhores salários, um maior investimento financeiro por parte da IPB, apoio à atuação da CES, e o fato do Diretório Acadêmico ser considerado prejudicial ao bom funcionamento do SPN, entre outras questões⁵⁵². Além de ouvir religiosos considerados importantes, a Comissão também solicitou aos diretores um conjunto de documentos para serem analisados. Foi solicitado ao então reitor, Áureo Bispo dos Santos, os livros de atas da Diretoria do SPN, da Congregação dos Professores, do Diretório Acadêmico George Henderlite, além da relação dos nomes dos atuais seminaristas, seus históricos acadêmicos e os documentos exigidos para a efetivação das matrículas⁵⁵³.

A devassa no funcionamento do Seminário e na vida dos seus diretores professores e alunos era compreendida por muitos como algo necessário e benéfico diante da ameaça do comunismo e do liberalismo teológico. Assim, preparando-se para receber os membros da CES, o reitor do Seminário solicitou de cada professor que

⁵⁵¹ *Seminário Presbiteriano do Norte, Recife, 23 de agosto de 1966*. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁵² *SC-IPB – Comissão Especial de Seminários. Apêndice à Ata nº 09 da CES: declarações de diretores e professores*. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁵³ *SC-IPB – Comissão Especial de Seminários. Ata nº 09 da CES*. Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

elaborasse por escrito o que eles entendiam ser a finalidade do Seminário Presbiteriano do Norte. Essas descrições foram incorporadas a outros documentos e encaminhadas para análise da Comissão. Uma carta do professor Heinz Neumann do final do julho de 1967 ao presidente da Diretoria do SPN, o pastor Josibias Fialho Marinho, mencionava a importância desses posicionamentos individuais por parte dos docentes, sobretudo, em um momento de conflito naquela instituição de ensino.

Através do atual Reitor do SPN, Rev. Áureo Bispo dos Santos, fiquei ciente que cada professor do nosso Seminário foi solicitado a apresentar por escrito o seu pensamento quanto à finalidade do SPN.

Fiquei, inicialmente, um pouco perplexo, quando me foi feita esta solicitação. Mas logo compreendi a razão de se desejar um pronunciamento franco e leal de cada professor a respeito, visto que houve, sem dúvida nenhuma, na história não muito remota desta instituição, influências nefastas que poderiam ser sintetizadas numa só palavra: cubanização.

Entendo que o SPN tem como finalidade formar pastores nos moldes da teologia tradicional, fiéis aos ensinamentos da Palavra de Deus, que destetam, de convicções inabaláveis, os desvios manifestados pela influência do modernismo teológico, da teologia de Barth e do chamado Social Gospel.

O seminarista deve compreender que para um cristão não é possível apoiar a política da esquerda, que não pode haver coexistência pacífica entre Cristo e Marx. Entendo que os que procedem desta maneira ou não tem conhecimentos suficientes a respeito ou são agentes do comunismo internacional, usando a Igreja e suas instituições como trampolim da solapa e confusão. Uma Igreja prudente, ao meu ver, deve afastar estes elementos especialmente dos seminários, para que se não estrague uma geração de “teólogos”⁵⁵⁴.

Como afirma Neumann, um alemão formado em teologia pela Universidade de Berlim, professores que manifestassem um posicionamento político de esquerda e um ensino teológico liberal, e neste caso é importante mencionar que o ecumenismo era um ponto significativo nessa discussão, deveriam ser afastados das suas funções. Nesse sentido, missionários norte-americanos que atuavam há algum tempo na docência e, em alguns casos na administração interna do SPN, como Paul Everett Pierson e Thomas Foley, foram afastados no final da década de 1960.

Todas as práticas de vigilância e exclusão da CES durante o quadriênio após a sua criação em 1966 foram aprovadas pelo Supremo Concílio reunido na cidade de

⁵⁵⁴ *Meu distinto irmão em Cristo Jesus: Pax. Recife, 30 de julho de 1967.* Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

Garanhuns-PE em julho de 1970. Neste encontro foi oficializado outro mandato para a CES por mais quatro anos, além disso, a CES passou por uma reestruturação com o surgimento de novas responsabilidades, e a incorporação de poderes que lhe possibilitava exercer um maior controle nos Seminários⁵⁵⁵. Não devemos esquecer que circulava no jornal *Brasil Presbiteriano* matérias e editoriais defendendo a manutenção de uma política denominada de linha dura, tendo como um dos seus objetivos, eliminar da IPB aqueles considerados inimigos do povo de Deus, nomeados principalmente de ecumenistas e comunistas. Também devemos considerar o momento político no país, onde o Regime civil-militar estava atuando intensamente para combater os grupos armados no Brasil, que segundo a historiadora Maria Paula teve uma experiência curta e trágica, pois “entre 1969 e 1972, a maioria das organizações foi desbaratada, os militantes presos, mortos, exilados”⁵⁵⁶.

Esse ambiente de vigilância, controle, denúncias anônimas e medo vivido na sociedade de alguma maneira se reproduziam na IPB. Havia em sua cúpula altos escalões das Forças Armadas como o coronel do II Exército, Renato Guimarães, o que pode ter contribuído para as decisões tomadas pelo Supremo Concílio em 1970. Tendo por base os documentos analisados, não houve nesta reunião um significativo questionamento, por exemplo, em relação à inconstitucionalidade da resolução que reestruturou aquela CES, se comparado aos embates acontecidos em 1966; podendo já indicar uma gradual acomodação de forças na IPB. Mas ainda em Garanhuns, determinava o Supremo Concílio que as atividades daquele grupo fiscalizador fossem reiniciadas de preferência junto ao SPN⁵⁵⁷. Seguindo em grande medida este objetivo,

⁵⁵⁵ Estes novos poderes são: a) *O de nomear um representante, com voto, nas Assembleias, Diretorias ou Conselhos dos Seminários*; b) *O de examinar os planos, assentamentos, registros e atos administrativos dos Seminários*; c) *O de rever a concessão de bolsas de estudo aos seminaristas e participar da sua distribuição*; d) *Além dos poderes acima referidos, a incumbência de reestudar se necessário e conveniente, ouvidas as respectivas Congregações, os currículos e programas dos Seminários, visando à urgência da evangelização da Pátria. SC – 70 – 057 – COMISSÃO ESPECIAL DE SEMINÁRIOS – Doc. LXXIII - Quanto ao Doc. 168 - Relatório da Comissão Especial de Seminários. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970). Casa da Editora Presbiteriana, pp. 356-357.*

⁵⁵⁶ ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 270.

⁵⁵⁷ *SC – 70 – 057 – COMISSÃO ESPECIAL DE SEMINÁRIOS – Doc. LXXIII - Quanto ao Doc. 168 - Relatório da Comissão Especial de Seminários. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961-1970). Casa da Editora Presbiteriana, pp. 356-357.*

logo depois de sua reestruturação foi organizado internamente uma subcomissão para a cidade do Recife, cujo objetivo era atuar especificamente em assuntos relacionados àquele seminário. Entre os nomes aprovados para compor a CES a partir de 1970, três passaram a integrar essa nova estrutura de poder e vigilância, Misael de Albuquerque Vasconcelos (relator), Hilton Vitalino de Melo e Eptácio Gueiros Sales⁵⁵⁸.

As principais decisões dessa nova composição da CES se encontram em um relatório sobre as atividades realizadas durante este quadriênio e o mesmo foi apresentado na reunião do Supremo Concílio em meados de 1974, momento em que Boanerges Ribeiro foi reeleito para um terceiro mandato, tendo agora como vice-presidente um conhecido membro da CES, o então presbítero Renato Guimarães.

Uma das primeiras resoluções tomada pela Comissão após a sua reestruturação, determinava “à Diretoria do SPN o afastamento do Prof. João Dias de Araújo das funções de membro da sua Congregação, a partir do início do ano letivo de 1971”⁵⁵⁹. Tendo sido informada e acatada a decisão, imediatamente a Diretoria do Seminário comunicou ao professor citado e ao Presbitério Norte de Pernambuco, uma vez que o mesmo também atuava, naquele momento, como pastor da Igreja Presbiteriana da Encruzilhada⁵⁶⁰. Reagindo a esta decisão, João Dias encaminhou neste mesmo ano, em dezembro de 1970, uma carta ao presidente da CES solicitando explicações. No fragmento abaixo dentre outras questões registrou que

O objetivo desta carta é levar perante o ilustre irmão e a colenda CES as seguintes ponderações:

a) Recebi com profunda tristeza e preocupação a determinação da CES, pelos seguintes motivos:

1- Sempre acatei com respeito e consideração a CES, reconhecendo a sua autoridade.

2- Nunca me opus, nem me neguei a qualquer solicitação ou convite da CES.

3- Sempre me coloquei à disposição da CES para dar informações e responder a qualquer indagação.

4- Na reunião da CES realizada no Recife em 1967, perguntei aos membros da Comissão se desejavam examinar apostilas de aulas,

⁵⁵⁸ *Relatório da Comissão Especial de Seminários (CES) à XXVIII Reunião Ordinária do SC/IPB, Brasília, 23 de junho de 1974.* Pasta da CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁵⁹ *Relatório da Comissão Especial de Seminários (CES) à XXVIII Reunião Ordinária do SC/IPB.* Pasta referente à CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁶⁰ *Seminário Presbiteriano de Pernambuco – Diretoria do SPN.* Pasta referente a CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

palestras, panfletos e livros de minha autoria. A resposta foi que não era necessário.

5- Diante desses fatos, estranhei que a CES não me convocasse para ser ouvido, negando-me assim um direito conferido pela assembléia do Supremo Concílio da IPB em Fortaleza, quando determinou que a CES, nas suas atividades deveria “assegurar direitos amplos de defesa aos incriminados, segundo os termos da C/I e do C/D.” (SC-66-91)

6- Relembro que o professor missionário, Rev. Paul E. Pierson foi convocado pela CES, antes da sua retirada do SPN.

7- Desconheço os motivos que levaram a colenda Comissão a tomar a sua deliberação a meu respeito

b) Por esta carta estou demonstrando o interesse que tenho em ser ouvido. [...] ⁵⁶¹ (sic).

Em seguida, no início de 1971 também o Presbitério Norte de Pernambuco solicitou da CES uma série de informações acerca da exclusão do pastor e professor João Dias. Como resposta, a Comissão enviou em 19 de fevereiro um comunicado contendo breves considerações. Sua expulsão, portanto, encontra-se em sintonia com uma considerável documentação que o descreveu como sendo um representante do ecumenismo e defensor do comunismo. A acusação de que João Dias era ecumenista e comunista foi divulgada em meados da década de 1970 por um presbítero do Recife e membro da CES, Misael Vasconcelos, por meio de livreto distribuído entre os presbiterianos de Pernambuco. Em relação ao ecumenismo, uma das críticas a João Dias, era a de que, sobretudo, depois do Vaticano II, ele defendia “nos currículos dos Seminários a inclusão de um estudo profundo e compreensivo do catolicismo com suas bases teológicas e filosóficas. Devemos incentivar os seminaristas para a leitura dos teólogos e pensadores católicos”⁵⁶². Alias, recentemente, para um grupo de pastores presbiterianos, dentre os quais se insere Silvandro Cordeiro Fonseca, “a razão de toda controvérsia envolvendo o Rev. João Dias, tenha sido de fato, o ecumenismo”⁵⁶³.

Outro momento significativo de atuação desse organismo fiscalizador visando excluir do Seminário Presbiteriano do Norte professores considerados indesejados, pode ser observado ainda em meados da década de 1970. Um dossiê sobre o professor e pastor Áureo Bispo dos Santos, organizado pelo Seminário, foi entregue a Comissão em

⁵⁶¹ *Igreja Presbiteriana da Encruzilhada, Recife, 07 de dezembro de 1970. Pasta referente a CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.*

⁵⁶² VASCONCELOS, Misael de Albuquerque. *O “Porque” de um professor ter levado a Igreja Presbiteriana do Brasil à Justiça do Trabalho*. Recife: 1975. p. 20-21.

⁵⁶³ FONSECA, Silvandro Cordeiro. *SPN cem anos: você faz parte desta história*. Recife, 1999. p. 88.

1975. Dentre os documentos arrolados destacamos as denúncias contra aquele professor, realizadas pelo então reitor do Seminário, Heinz Neumann⁵⁶⁴. De posse desse dossiê, a Comissão determinou a dispensa do professor, assim como, “providenciar previamente os documentos ou requisitos legais, na previsão de que, se o dispensado – Rev. Áureo Bispo dos Santos – recorrer a Justiça do Trabalho, esteja a IPB devidamente amparada, para essa eventualidade”⁵⁶⁵. Esta preocupação assumiu um caráter significativo, tendo em vista, ter João Dias, no início da década de 1970, recorrido à Justiça do Trabalho para garantir uma série de direitos trabalhistas, levando o SPN e a IPB, após sucessivas derrotas judiciais em primeira e segunda instância, a cumprir o que previa a Lei Trabalhista⁵⁶⁶.

Após este momento, meados da década de 1970, é importante mencionar que a documentação registrou outras ações semelhantes provenientes da CES, muito embora com menor frequência e visibilidade. É possível pensarmos que não se exigia dessa Comissão uma atuação nos moldes e nas proporções anteriores, pois a IPB de alguma maneira conseguia manter seus seminários dentro de um controle considerado adequado. Isso por que, como vimos, muitos professores e seminaristas de alguma maneira tinham sido expulsos pela CES até meados da década de 1970.

Entendemos que essa diminuição da atuação minuciosa da CES na documentação também poderá indicar ser um reflexo do cenário político nacional de meados da década de 1970. Momento este impulsionado por discussões em torno do projeto de abertura política (distensão) anunciado pelo presidente Ernesto Geisel e do avanço político do Movimento Democrático Brasileiro – MDB –, principalmente depois

⁵⁶⁴ Prof. Áureo Bispo dos Santos (*levantamento de suas atividades didáticas como professor titular do Seminário Presbiteriano do Norte*), Recife, 20 de fevereiro de 1975. Pasta referente a CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁶⁵ Ata da CES reunida no Seminário Presbiteriano do Sul, na cidade de Campinas, em 06 de setembro de 1975. Pasta referente à CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁵⁶⁶ O Processo transcorreu na 9ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife. É importante ressaltar que este processo não foi localizado no arquivo da Justiça do Trabalho de Pernambuco, muito possivelmente, tenha sido destruído no incêndio que atingiu esta Junta posteriormente. Essa atitude do professor João Dias de Araújo de recorrer a Justiça do Trabalho suscitou várias críticas por parte de setores da IPB, principalmente em Pernambuco, ver VASCONCELOS, Misael de Albuquerque. *O “Porque” de um professor ter levado a Igreja Presbiteriana do Brasil à Justiça do Trabalho*. Recife: 1975. Vale lembrar a existência de uma consolidada historiografia que analisa o uso da Justiça do Trabalho por operários urbanos e trabalhadores rurais. MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia (Orgs.). *História, cultura, trabalho: questões de contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011; GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

das eleições de 1974, quando conseguiu eleger uma significativa representatividade, passando a aglutinar as insatisfações de diversos segmentos da sociedade contra o Regime civil-militar⁵⁶⁷. No entanto, apesar da redução do número de investigados e punições, essa prática persistiu, pois a Comissão Especial de Seminários permaneceu em operação até o início dos anos de 1980. Assim, apenas em 1982 novos mecanismos de controle e vigilância são estruturados surgindo a JET- Junta de Educação Teológica.

⁵⁶⁷ Sobre a formação dessa resistência, denominada de *Frentes Democráticas* ver ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-353; REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 18-21.

CAPÍTULO VI – ENTRE CULTOS E TORTURAS: LEGITIMIDADE E CONFLITO

6.1 As celebrações pela revolução redentora/gloriosa

No dia 31 de outubro de 1969 foi enviado ao pastor da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, na cidade do Recife, Josibias Fialho Marinho, um ofício do secretário-executivo da Mesa Executiva do Supremo Concílio da IPB, Fuad Miguel, convocando - *por ordem do Presidente Rev. Boanerges Ribeiro* - uma reunião extraordinária do Supremo Concílio a ser realizada na cidade de Belo Horizonte. Na pauta daquela reunião, marcada para 16 de dezembro do ano em curso, estavam os seguintes itens:

Emendas à Constituição e ao Regimento Interno do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil [...].
Deliberar sobre denúncia contra Sínodos.
Deliberar sobre a necessidade de ter a Bandeira Nacional presente em lugar de honra, em todas as Instituições da Igreja Presbiteriana do Brasil⁵⁶⁸.

Não sabemos ao certo acerca da aprovação ou não de tais deliberações, tendo em vista a precariedade organizacional em que se encontram os acervos documentais da instituição. No que diz respeito ao uso da Bandeira Nacional em local de honra nos templos, o teólogo e professor Zwinglio Mota Dias rememorou que houve sim uma negociação por parte da cúpula da Igreja Presbiteriana visando aprovar sua obrigatoriedade, o que provavelmente não foi viabilizado⁵⁶⁹; no entanto, acreditamos que sua utilização tinha sido recomendada se considerarmos que em inúmeras igrejas, passou a figurar nos púlpitos, prática que ainda é muito comum. Entendemos como revelador o fato de constar em pauta, apresentada pela própria cúpula da IPB, a necessidade de a Bandeira Nacional estar presente nos templos religiosos e em instituições ligadas à Igreja como escolas, colégios, hospitais e asilos. Sua posição em local de destaque nos templos religiosos aponta para o culto ao civismo e aos símbolos da nação, prática muito comum ao período do Regime. É necessário atentar que as ações

⁵⁶⁸ Arquivo Histórico do Seminário Presbiteriano do Norte/SPN, na cidade do Recife.

⁵⁶⁹ Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

políticas, neste caso, encontravam-se agora justificadas; era estabelecida uma relação entre a atividade política e a vontade divina. O governo enquadrava-se e agia seguindo não os desejos humanos, mas a vontade e os desígnios de Deus para o Brasil, uma vez que os militares eram encarados como os responsáveis por salvar o Brasil e a Igreja do comunismo ateu⁵⁷⁰.

Paralelamente, é importante ressaltar que no final da década de 1960 outros setores religiosos, sobretudo da Igreja Católica Romana, escolheram trilhar um movimento inverso ao apresentado acima pela Igreja Presbiteriana do Brasil, ou seja, passaram a apresentar maior contestação ao Regime militar. Sobre essa mudança política, sobretudo articulada por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, o brasilianista Scott Mainwaring entende que “a CNBB agiu de uma maneira similar aos setores moderados da sociedade que, temendo a desordem social ou uma insurreição comunista, inicialmente deram seu apoio ao Regime, mas que, posteriormente, opuseram-se aos militares”⁵⁷¹. O historiador Kenneth Serbin também compartilha da visão de Scott:

[...] a maioria dos bispos intuitivamente apoiou o golpe como medida anticomunista. Porém, enquanto a polarização levava à violência e os militares aprofundaram o controle sobre o país, a Igreja realizou uma revolução religiosa na qual enfatizava a justiça social e assimilava os esforços de uma nova geração de radicais católicos. A militância cristã e o Estado da segurança nacional colidiram. Nos dez anos seguintes, a Igreja e o Exército se engajaram no pior conflito de sua história⁵⁷².

Logo após o Golpe civil-militar, sinais deste desgaste nas relações entre a Igreja Católica e o Estado podiam ser observados, como os ocorridos em 1966 durante as comemorações do segundo aniversário da presença dos militares no comando do país. Neste momento, uma série de eventos havia sido organizada pelos militares e por setores da sociedade civil em inúmeras cidades. Em Recife vinha sendo planejado pelo

⁵⁷⁰ Sobre a relação entre a atividade política e a vontade divina ver, DÉLOYE, Yves. A respeito do ressentimento identitário – religião, passado e nacionalismo ideológico na França (séculos XIX e XX). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 510.

⁵⁷¹ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 103; LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3). p. 303-320.

⁵⁷² SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 86.

IV Exército, dentro da programação alusiva ao aniversário do Golpe, a realização de uma missa campal que deveria ocorrer no Parque 13 de Maio⁵⁷³, celebrada pelo arcebispo de Olinda e Recife dom Hélder Câmara, porém o *Jornal do Commercio* que circulou no dia 01 de abril de 1966 noticiou que o arcebispo enviara uma missiva ao comandante da IV Região Militar expondo sua impossibilidade em conduzir aquele ato religioso uma vez que “tendo as comemorações do Parque 13 de Maio caráter cívico-militar, não se sentia ele à vontade nem em condições de realizar o ofício religioso”⁵⁷⁴.

Em nota oficial proveniente do setor de Relações Públicas do IV Exército, divulgada pelo mesmo jornal um dia após as comemorações, é exposto “que, à última hora, dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, haja se recusado a celebrar a missa campal, considerada ponto culminante das solenidades, embora, tivesse anteriormente, aceito o convite”⁵⁷⁵.

O historiador Carlos Fico também levantou a questão do descontentamento da Igreja Católica em relação ao Regime, trazendo como exemplo um manifesto de repúdio lançado pela CNBB contra a prisão de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC) e de um padre francês em 1967⁵⁷⁶. Outros confrontos desta natureza foram intensificados cada vez mais, sobretudo, com a implantação do AI-5 em 1968⁵⁷⁷. Atitudes semelhantes à de dom Hélder Câmara foram adotadas por outras autoridades católicas, como o bispo diocesano Dom Clemente José Isnard de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Nestes casos, os órgãos de segurança e informação acompanhavam atentamente os passos dessas autoridades religiosas. Não é por acaso que em 30 de abril de 1974 a Secretaria de Segurança Pública da Guanabara- DOPS produziu um informe a respeito de dom Clemente expressando o seguinte:

O Bispo Diocesano dom Clemente José Isnard, de Nova Friburgo, alertou a sua comunidade eclesial para que se abstenha de celebrar missas “oficiais”, ou seja, as solicitadas por autoridades governamentais. Como justificativa, dom Clemente alegou “a

⁵⁷³ O Parque 13 de Maio localiza-se em área central da cidade do Recife, espaço onde era comum a realização de inúmeros eventos cívicos e religiosos.

⁵⁷⁴ DOM HÉLDER não rezou missa. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 03, 01 abr. 1966.

⁵⁷⁵ IV EXÉRCITO afirma que subversivos não tiraram brilho das comemorações. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 03, 02 abr. 1966.

⁵⁷⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 58, 166.

⁵⁷⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 158.

necessidade de manutenção do sentimento religioso em detrimento de uma sociedade pluralista com os presentes ausentes de uma fé comum”. Por outro lado, a CNBB proibiu que, a quaisquer títulos, sejam elogiados as autoridades ou governantes do momento, “a fim de não ofender os opositores presentes a atos litúrgicos, que venham participar da comunhão do senhor”⁵⁷⁸.

Como podemos perceber, era outro comportamento presente na instituição que em muito contrastava com o apoio inicial oferecido aos militares. Em grande medida, em sintonia com a posição descrita pela polícia - e defendida por segmentos significativos da Igreja Católica - inspiram-nos as considerações do cientista político e bispo anglicano, Robinson Cavalcanti, presentes em seu livro *Cristianismo e política*, lançado em 1985:

Se o movimento de 31 de março de 1964 pudesse ser comparado a uma composição ferroviária que é forçada a seguir por um desvio (em 1968), poderíamos dizer que a Igreja Romana, na maioria de sua liderança, resolve descer na primeira estação após a entrada no desvio. Eles vinham ocupando os vagões da primeira classe e os evangélicos os vagões da segunda classe. Quando eles descem, o chefe do trem convida os evangélicos a se mudarem para os vagões da primeira classe (com acesso ao carro-restaurant). Estes o fazem com prazer, ficando imensamente agradecidos pela deferência. A viagem pelo desvio dura mais de uma década. Apesar do desconforto de alguns trechos (inclusive ataque de índios) a tripulação não cessa de se esforçar em tratar bem os passageiros. Poucos são os que resolvem descer do trem e seguir viagem por outro curso e outros meios de transporte⁵⁷⁹.

O autor esclareceu que a posição da Igreja Católica, após haver sido decretado o AI5 em 13 de dezembro de 1968 – o qual suspendia as liberdades e garantias civis, permitia que as forças de segurança do governo agissem e desenvolvessem acirrada campanha repressiva contra os grupos da esquerda e a Igreja Católica – era a de que o governo estava conduzindo a nação por *desvios*; e que neste momento tal instituição religiosa repensou seu apoio inicial aos militares, passando a questionar os trilhos pelos quais a nação era conduzida. Sendo nesse instante em que, segundo Robinson Cavalcanti, as igrejas evangélicas assumiriam o lugar de destaque deixado pela Igreja

⁵⁷⁸ Notas Religiosas/Boletim Informativo nº 04 de 30 de abril de 1974. Localizada no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ. Fundo/Coleção: POLPOL; Setor/Série: DOPS; Notação/Pasta: 203; Folhas: 35.

⁵⁷⁹ CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Nascente, 1985. p. 215.

Católica, as quais, supostamente agradecidas, passaram a oferecer – no final da década de 1960 – considerável apoio, mesmo diante de inúmeros inconvenientes que o governo atravessaria nos anos seguintes. Em troca de seu comprometimento, os evangélicos passariam a usufruir de certos benefícios concedidos pelos militares, como bem indica a metáfora do *carro-restaurant*⁵⁸⁰.

De maneira semelhante, esta problemática foi abordada por Kenneth Serbin, quando analisou algumas estratégias do governo militar para neutralizar as ações de setores da Igreja Católica considerados mais progressistas naquele período. Entendeu o historiador que o Estado passou a oferecer maior liberdade para as religiões concorrentes. Assim:

Como a umbanda e o pentecostalismo protestante, que vinham ganhando adesões no Exército e na população em geral. Reprimida durante o Estado Novo e combatida pela Igreja nos anos 50, a nacionalista e sincrética umbanda cresceu rapidamente depois da Segunda Guerra Mundial e em 1964 atingia 4% do corpo de oficiais. Durante o regime, sua popularidade cresceu. O Exército não só permitiu que a umbanda operasse livremente, como reconheceu seus feriados, contou seus membros no censo e mudou suas dezenas de milhares de centros religiosos da jurisdição policial para a civil. Na região amazônica, os pentecostais receberam apoio declarado de Jarbas Passarinho, um governador militar e depois ministro da Educação de Médici, enquanto a Igreja Presbiteriana, em todo o país, apoiava amplamente o regime⁵⁸¹.

Ainda sobre esta temática, o teólogo e professor Zwinglio Mota Dias afirmou em suas memórias – buscando ressaltar o compromisso firmado pela IPB no final da década de 1960 em relação ao Regime – “que havia uma ideia sub-reptícia na cabeça dos líderes protestantes conservadores: já que a Igreja Católica está contra o governo, é a nossa vez de exercermos esse papel de apoio”⁵⁸².

No caso da IPB, é importante ressaltar não ser interesse nosso compreender até que ponto seu comprometimento havia garantido ganhos políticos significativos – como nomeações a cargos públicos, entre outras possibilidades – concedidos pelo acesso ao

⁵⁸⁰ CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Nascente, 1985. p. 215.

⁵⁸¹ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 121-122.

⁵⁸² Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

carro-restaurante a partir de 1968⁵⁸³, muito embora tais concessões existissem e, quando necessárias, são ventiladas. Estamos afirmando, que para além destes ganhos, tal era o apoio e/ou comprometimento trilhado antes mesmo de 1968, de maneira expressiva; apoio talvez realçado pelo afastamento de setores preponderantes da Igreja Católica e pelo aumento das contestações civis ao Regime que se intensificam ao final da década.

Neste sentido, em 1964, quando das comemorações da semana da Pátria, os jornais do estado de Pernambuco noticiavam a participação inédita da Igreja Batista nas atividades cívicas que seriam realizadas no dia 7 de setembro, na cidade do Recife. Assim, desde o dia 01 de setembro, o jornal *Diario de Pernambuco* acompanhava os preparativos dos milhares batistas nos vários bairros da cidade de Recife e Olinda:

Ficou estabelecido que serão efetuadas concentrações noturnas na Praça de Tejió, Aeroporto, Largo da Paz, Praça do Zumbi, do Cinema Albatroz, de Água Fria, de Beberibe e do Amparo, em Olinda. Essas reuniões irão se repetir, alternadamente, até o dia 6 do mês de setembro próximo⁵⁸⁴.

O momento era considerado especial para a Igreja Batista, pois aproximadamente 15 mil membros desfilaram pelas principais ruas da cidade do Recife. Um dos oradores da concentração cívico-religiosa, o pastor José Almeida Guimarães, destacou publicamente, ao longo do desfile, “a firmeza de convicção dos batistas brasileiros, em ajudar as autoridades a manter a nossa pátria a salvo de intervenções estranhas e que possam macular a sua integridade”⁵⁸⁵. Essa posição da Igreja Batista no Recife e de várias outras cidades do país não diferia significativamente do comportamento adotado pela Igreja Presbiteriana do Brasil.

Para melhor analisar este apoio, consideramos importante destacar alguns aspectos das comemorações do primeiro aniversário do Golpe civil-militar. No dia 02 de abril de 1965 circula em Pernambuco uma matéria do jornal do *Commercio* referente à participação da Cruzada Democrática Feminina (CDF) na organização do primeiro

⁵⁸³ Ao longo deste capítulo tentaremos problematizar um pouco alguns destes ganhos políticos em relação à IPB.

⁵⁸⁴ BATISTAS iniciam concentração noturnas hoje nos subúrbios. Jornal *Diario de Pernambuco*, Recife, p. 06, 01 set. 1964.

⁵⁸⁵ DURANTE duas horas batistas desfilaram: evangelização. Jornal *Diario de Pernambuco*, Recife, p. 03, 09 set. 1964.

aniversário da presença militar à frente do governo⁵⁸⁶. Uma de suas representantes, a senhora Aracy Penha Brasil, destacou a organização de atos cívicos e religiosos, como a missa de Ação de Graças realizada na Igreja da Conceição dos Militares no dia 1º de abril⁵⁸⁷.

Junto à referida reportagem, o jornal publicou uma imagem que, em primeiro momento, podemos supor ser da Igreja da Conceição dos Militares, uma vez que a mesma é citada na matéria. Mas ao lermos sua legenda logo nos damos conta tratar-se da Igreja Presbiteriana da Boa Vista/IPBV, instituição onde naquele mesmo dia também ocorreu um culto de Ação de Graças possivelmente realizado com apoio de integrantes da Cruzada Democrática Feminina, o que nos leva a pensar ser a Cruzada composta por senhoras – de um elevado poder aquisitivo – de diferentes instituições religiosas. Ainda de acordo com a legenda, estiveram presentes inúmeras autoridades civis, como o governador Paulo Guerra, chefes de unidades militares do Recife e líderes religiosos⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ CRUZADA Feminina teve papel destacado nos festejos da Revolução. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 03, 02 abr. 1965.

⁵⁸⁷ Construída no século XVIII em estilo rococó pela Irmandade dos Sargentos e Soldados da Guarnição de Recife, a Igreja da Conceição dos Militares localiza-se na Rua Nova, no Bairro de Santo Antônio.

⁵⁸⁸ Segundo a historiadora Fabiana Bruce, as “fotografias apresentam formas de ver (visões de mundo compartilhadas) e de atuar [...]. Mesmo quando as cenas são distantes no tempo, o que vemos é um jeito de fotografar (direção do olhar), uma temática recorrente – de uma cultura, de uma época, de um estilo de ver e viver”. SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. *Caminhando numa cidade de luz e de sombras: a fotografia moderna no Recife na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. p. 139.



Figura 6: Cruzada Feminina teve papel destacado nos festejos da Revolução. Fonte: *Jornal do Commercio*, Recife, p. 03, 02 abr. 1965.

Uma das possibilidades para pensarmos esta imagem, diz respeito a sua capacidade de ativar nos leitores daquele periódico uma “carga emotiva e sensorial, [...] detonando respostas emotivas que significassem, politicamente, estados de aceitação, contentamento, satisfação – reações passivas e não críticas”⁵⁸⁹. Acreditamos que essa ativação se deva ao potencial presente nas imagens, que dá conta de “estabelecer uma mediação entre o mundo do espectador e o do produtor”⁵⁹⁰; tal reflexão se faz, considerando o entendimento da historiadora Ana Maria Mauad, para quem a fotografia deve ser analisada como testemunho, ou seja, como indício, resíduo de uma realidade presente na imagem⁵⁹¹.

Assim, alguns aspectos da produção da referida imagem serão problematizados. A imagem foi capturada a partir de um ponto estratégico, uma galeria que circundava o templo internamente, possibilitando ampla visão do culto de ação graças, inclusive destacando a presença de militares ocupando as primeiras fileiras próximas ao púlpito, local considerado de honra. Em relação às autoridades civis e militares que compareceram àquele ato religioso, o *boletim dominical* da Igreja informou:

As forças armadas se fizeram representar por oficiais e praças dos diferentes corpos sediados nesta capital, bem como o Governador do Estado, com apresentação de desculpas de sua ausência por ter de comparecer na mesma hora a outra solenidade; Prefeito da Capital, pelo Oficial de Gabinete e carta de próprio punho; Secretário de Segurança Pública, e, por telegrama, o Presidente da Assembleia Legislativa⁵⁹².

As autoridades convidadas que não puderam comparecer enviaram representantes ou justificativas oficiais por meio de cartas ou telegramas, demonstrando assim notória deferência para com as autoridades religiosas. Esse respaldo ou apoio, portanto, era recíproco, como sugerem as informações do *boletim dominical* da referida Igreja e a legenda que acompanha a imagem. Assim, que:

⁵⁸⁹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986. p. 16.

⁵⁹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 86.

⁵⁹¹ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história: interfaces. *Revista Tempo*. v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

⁵⁹² Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, Ano XIV – Recife, domingo, 11 de agosto de 1965, nº 615. Ver também a Ata da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, nº 900, 12/05/65, pp. 56/a-b. Livro VII, nº 876 a 923.

Rendemos graças a Deus, não pelo sofrimento dos que foram vítimas das doutrinas marxistas e sofreram as conseqüências do seu erro, talvez alguns enganados, mas, por estarmos respirando um clima de liberdade, quando podíamos nos encontrar na triste situação de Cuba, onde os ministros do Evangelho estão sendo presos, como noticiam os jornais. Continuemos orando pela paz do Brasil, pela manutenção da democracia e por aqueles que esposam o credo comunista a fim de que se arrependam para que a justiça social seja executada sem violência para o bem de todos. Que Deus guarde a nossa amada Pátria!⁵⁹³

Neste fragmento, a Igreja procurou legitimar ou justificar as ações repressivas praticadas pelos militares como necessárias à ordem, à democracia e à justiça social, ao mesmo tempo em que associava a democracia vivenciada pelo Brasil com a liberdade de culto que os militares garantiriam. Seguindo esta mesma linha de pensamento e considerando as informações presentes também na legenda, o pregador daquela noite, Alderico de Sousa, haveria afirmado que “*Deus sabe quanto o Brasil lucrou com a Revolução Democrática*”; deste modo, as comemorações pelo primeiro aniversário do Regime Militar, realizadas pela IPBV, eram apresentadas naquele periódico como legítimas, não cabendo aos homens qualquer tipo de questionamento, pois que era o próprio Deus a confirmar aquele governo. Entendemos, portanto, que foi dentro desta legitimidade anunciada como algo divino que a Igreja Presbiteriana do Brasil, em sua quase totalidade, reforçava cada vez mais seu apoio ao Regime militar.

Ainda de acordo com o teólogo Zwinglio Mota Dias, estes cultos de ação de graças eram bastante comuns em diversas igrejas protestantes no Brasil. E em sua fala lembrou que em outros países da América Latina – a exemplo do Chile, com a derrubada do governo socialista do presidente Salvador Allender, em setembro de 1973 – tais cerimônias também foram realizadas de maneira significativa. Deste modo, que:

As Igrejas faziam muitos cultos de gratidão a Deus pelo golpe, pedindo a Deus a benção ao novo Brasil que estava nascendo graças aos militares. [...] Não só a Igreja Presbiteriana, várias denominações protestantes assumiram essa atitude por que apoiaram o golpe, da mesma maneira que as grandes Igrejas pentecostais do Chile fizeram vários cultos públicos de apoio a Pinochet. Aqui aconteceu do mesmo jeito⁵⁹⁴.

⁵⁹³ Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, Ano XIV – Recife, domingo 11 de agosto de 1965, nº 615.

⁵⁹⁴ Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

Em análise elaborada, na década de 1980, pelo professor e teólogo Derval Dasilio, autor do prefácio do livro *Inquisição sem fogueira*, a IPB desenvolveu uma posição extremamente conservadora e de direita ao longo do Regime Militar, por defender a atuação e a política adotada pelo governo ditatorial. Dessa maneira, a Igreja procurava, em vários momentos, louvar:

[...] a autoridade de um governo central capaz de impor normas de conduta moral quanto ao aborto, à homossexualidade, ao feminismo e, em geral contra a secularização das escolas públicas e dos cerimoniais nacionais que afirmavam o apoio e a presença divina em todos os atos públicos do governo⁵⁹⁵.

As normas impostas pelos militares adquiriram, dessa forma, uma dimensão divina de acordo com o discurso oficial da IPB. Em diversos atos religiosos de caráter nacional ao longo do Regime – como esclareceu Derval Dasilio – ou nos inúmeros cultos comemorativos e de ação de graças celebrados nos diversos templos presbiterianos do país, como os praticados pela Igreja Presbiteriana da Boa Vista, esse discurso era reafirmado. Ao mesmo tempo, a Igreja Presbiteriana também apresentava constantemente em seu periódico – o jornal *Brasil Presbiteriano* – os presidentes militares como homens de elevada qualidade política e pessoal, uma espécie de chefes predestinados e autorizados a governar o Brasil⁵⁹⁶. Dentre os vários momentos significativos para análise deste posicionamento, destacamos a maneira como foi registrada pelo jornal a saída do general Garrastazu Médici e a posse do general Ernesto Geisel em 1974, protestante de confissão luterana. Ao reproduzir parte de um *boletim dominical* da Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília, de 17 de março de 1974, o jornal *Brasil Presbiteriano* afirmou:

Um homem probo, honesto, operoso e capaz deixa o poder e assume o seu lugar outro homem público, com folha de serviço relevante e personalidade definida e, sobretudo isso, um crente evangélico. [...] Ao General Emílio Garrastazu Médici nossa gratidão pela lhanura e justiça com que nos tratou no seu governo. Ao General irmão Ernesto Geisel, nossas orações a Deus para que seu governo seja uma benção

⁵⁹⁵ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*: a história da igreja presbiteriana do Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 12.

⁵⁹⁶ Para os presbiterianos todas as pessoas, ou tudo o que acontece no universo, foi definido por Deus desde a formação do mundo.

para todos os brasileiros de todas as crenças. Adeus Presidente Médici
– Benvindo Irmão Geisel!⁵⁹⁷

Esse foi o discurso oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, em relação aos presidentes militares; ou seja, passou a ser comum o uso de tratamento cordial e elogioso não apenas para com os generais presidentes, como também ao projeto político implementado pelo Regime. O próprio termo *irmão* sugere um pertencimento, irmanando os protestantes ao chefe militar, o então presidente Geisel. Mas antes mesmo de o general Geisel assumir a presidência da República, setores da IPB recomendavam aos fiéis que fossem realizadas orações de apoio ao futuro dirigente do Brasil. Na ata da reunião ordinária do Sínodo de Pernambuco, que tinha o presbítero Misael de Albuquerque Vasconcelos como presidente, realizada em julho de 1973, registrou-se o seguinte:

Quanto às orações intercessórias pelo General Ernesto Geisel, o Sínodo resolve recomendar aos nossos Presbitérios no sentido de baixarem instruções às Igrejas sob sua jurisdição, cumprindo exortação escriturística, mormente em se tratando de autoridade civil evangélica, para que roguem constantemente ao nosso Deus e Pai, as suas maiores bençãos sobre o nosso futuro Presidente da República, que o façam especialmente na Semana da Pátria, e que este lhe seja comunicado a fim de exercer maior confiança no Senhor dos Exércitos, e nas orações do seu povo, apercebendo-se o Sr. Futuro Presidente de que não está sozinho, mas que uma grande nuvem de testemunhas lhe emprestam ajuda e respeito⁵⁹⁸ (sic).

Esse comprometimento foi capaz de levar inúmeras igrejas presbiterianas a realizarem, na década de 1970, cerimônias religiosas em comemoração ao 12º aniversário do Regime Militar -solenidades que ocorreram quando estava articulada uma pressão externa, sobretudo proveniente dos EUA, em relação às práticas de prisão e tortura que se agigantaram com a implantação do AI5, em 1968, e durante a presidência do general Médici- como veremos no próximo tópico deste capítulo. Exatamente neste momento, a Igreja Presbiteriana do Brasil expressava mais uma vez sua gratidão a Deus

⁵⁹⁷ IGREJA Presbiteriana Nacional saúda Presidente da República. *Jornal Brasil Presbiteriano*, p. 06, mar-abr. 1974.

⁵⁹⁸ Ata da Segunda Sessão Regular da Reunião Ordinária do Sínodo de Pernambuco, 07 de julho de 1973. Livro de Ata do Sínodo de Pernambuco, I volume, 1962-1981. Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte/SPN, Recife.

pela presença dos militares no governo e pelas inúmeras conquistas que o país alcançou, reafirmando seu reconhecimento e apoio ao Regime:

Avaliando todas as conquistas alcançadas pelo movimento revolucionário de 31 de março de 1964, o povo brasileiro festejou o 12º ano de um Brasil novo, fortalecido e respeitado. Igrejas presbiterianas em toda a extensão do território pátrio ofereceram preces de gratidão a Deus pelo clima de austeridade e de desenvolvimento que a nação vem atravessando nestes 12 últimos anos. O presidente Geisel foi objeto de orações para que Deus o preserve com sabedoria e prudência no comando da nação brasileira⁵⁹⁹.

Como se pode perceber, o excerto do editorial sugere que todas as igrejas se congratularam com a passagem de mais um aniversário da presença dos militares, possivelmente com cultos de ação de graças que, como vimos, eram práticas recorrentes na igreja; gratidão também festejada pelo povo brasileiro, expressando contentamento visto como unânime. Entretanto, não é feita qualquer referência à crise econômica vivenciada pelo Brasil a partir de 1973, que afetava diretamente o poder econômico da classe média, assim como o montante da dívida externa, pelo contrário, apresentava o Brasil com projeções animadoras em relação a seu crescimento, qualificando-o ainda como um país austero e respeitado.

Todas essas práticas comemorativas - que tendem a declinar na segunda metade da década de 1970 – figuram como ritos e símbolos religiosos que, organizados pela Igreja Presbiteriana do Brasil em relação ao Regime Militar, mantinham como preocupação instituir ou reforçar um conjunto de novos valores, de normas sociais e políticas⁶⁰⁰. As comemorações em torno dessa nova ordem nacional sofriam, assim, um processo de sacralização, ao mesmo tempo em que continuavam a desqualificar um passado recente da história do país como algo destituído da presença divina, portanto, ilegítimo. A estratégia de tais eventos comemorativos se inseria em uma complexa

⁵⁹⁹ Jornal *Brasil Presbiteriano*, p. 01, 15 abr. 1976.

⁶⁰⁰ Sobre a racionalidade das comemorações como estratégia política ver ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa: as comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 105- 122. Ver também, JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. As comemorações do sete de setembro em 1922: uma re(leitura) da história do Brasil. *Revista de História Comparada*, v. 5, n. 2, p. 155-178, Rio de Janeiro, 2011.

maquinaria cujo objetivo era reforçar o comprometimento firmado pela IPB no que tange o governo ditatorial.

6.2 A posição da Igreja Presbiteriana do Brasil e da comunidade religiosa internacional sobre a tortura durante o Regime civil-militar

Segmentos importantes da Igreja Presbiteriana do Brasil ao realizar tais cultos de Ação de Graças para comemorar o que entendiam ter sido uma revolução, em grande medida, reproduzia a política governamental que se utilizava de certos mecanismos, como discursos e imagens, cuja finalidade era o de promover e projetar o Brasil como um país democrático. Paralelamente, ao longo do Regime civil-militar, a Igreja agiu enfaticamente ajudando o governo e a imprensa comprometida com o projeto político vigente a desmentir quaisquer informações, que circulasse no Brasil ou no exterior, consideradas como capazes de pôr em risco a imagem da nação.

Enquanto tais segmentos desmentiam as informações, no cenário internacional era articulada, sobretudo nos EUA, uma crescente pressão de repúdio as práticas repressivas no Brasil. Conforme o historiador James Green, esse movimento de repúdio contava com presença significativa de inúmeros líderes protestantes brasileiros. Green afirma também que estas pessoas – algumas na condição de exilados políticos, outras por terem deixado o país para evitar a prisão, ou mesmo, viajando a serviço das suas igrejas e entidades ecumênicas – foram fundamentais para fortalecer uma rede de informações no exterior sobre o que acontecia no Brasil.

No final de dezembro de 1969, Jether Pereira Ramalho e sua mulher Lucília viajaram a Nova York, Jether, líder leigo da Igreja Congregacionalista Brasileira, havia recentemente começado a ensinar sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o casal estava em férias de verão. Ao chegarem à cidade, foram diretamente ao encontro de Willian Wipfler, na época diretor assistente do Departamento Latino-Americano do National Council of Churches. Jovelino Ramos, o pastor presbiteriano carioca que tinha deixado o Brasil em 1968 após ter sido acusado de supostas atividades subversivas, os recebeu afetosamente. Estava também presente um velho amigo, Rubem Cesar Fernandes, que fugira do Brasil para exilar-se em meados da década de 1960 e entrara pouco antes para a Universidade Columbia a fim de terminar um doutorado em história do pensamento social. Domício Pereira, ministro presbiteriano do Rio de Janeiro, que viajara a Nova York em outro voo e outro dia, com o

propósito ostensivo de seguir um curso no Seminário Teológico Union, também participou dessa reunião. [...] Discretamente, Jether Ramalho e Domício Pereira haviam levado aos Estados Unidos, escondida na bagagem ou junto ao corpo, coleção de documentos que detalhavam o sucedido a centenas de prisioneiros políticos brasileiros⁶⁰¹.

Esses pastores e membros comuns da IPB e de outras igrejas, segundo James Green, de alguma maneira foram atingidos pela política repressiva do estado brasileiro, muitos dos quais, vigiados pelos órgãos de segurança e informações⁶⁰².

Natural de Minas Gerais, Jovelino Pereira Ramos tinha estudado teologia no Seminário Presbiteriano do Sul, na cidade de Campinas, ainda durante a década de 1950. Jovelino Ramos relata que teve uma significativa experiência política e social ao trabalhar, quando era estudante de teologia, em uma das fábricas da região, reproduzindo assim uma prática pensada por um grupo de padres franceses, conhecidos como padres operários da França⁶⁰³. Formado e residindo no Rio de Janeiro, ingressou em uma entidade ecumênica de jovens protestantes, a União Cristã de Estudantes Brasileira, mas após receber uma bolsa de estudo realizou seu mestrado na Escola de Religião da Universidade de Yale nos EUA, retornando ao Brasil em 1962 quando foi designado pelo seu Presbitério para organizar uma igreja em Ipanema, no Rio de Janeiro. Ali passou a atuar como pastor presbiteriano, destacando-se por coordenar um trabalho junto aos jovens e apresentar um evangelho com forte conotação política e social⁶⁰⁴.

⁶⁰¹ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 215-216.

⁶⁰² Como vimos em capítulos anteriores, em relação a estes nomes, assim como outros, existe uma série de informações produzidas pelos órgãos de segurança e informações localizadas no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ.

⁶⁰³ “Jacques Loew, um advogado francês, após uma crise religiosa decidiu se tornar um sacerdote dominicano. Em 1940, enviado a fazer uma pesquisa sobre as condições de vida dos estivadores do Porto de Marselha, descobriu uma grande miséria física e moral entre os portuários, situação comum em todos os portos daquele tempo. [...] O grupo foi se espalhando e ficou famoso, nos anos 50/60, os padres operários que trabalhavam nas fábricas de Paris. Houve momentos de incompreensão também por parte da Igreja oficial, que nem sempre entendia porque precisava ser operário para trabalhar entre operários, mas amizade de pe. Jacques Loew com o Papa Pio XII conseguiu superar aquela fase difícil e hoje o MOPP (*Missão Operária São Pedro e São Paulo* – grifos nossos) está presente em vários lugares do mundo, na Europa, no Japão, na Rússia e no Brasil”. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/evangoperar.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

⁶⁰⁴ GREEN, James N. op. cit.

Muitos daqueles estudantes que eram liberais na época em que fui para os Estados Unidos agora eram de esquerda e vieram à minha igreja [...]. Os estudantes iam à minha casa, em Santa Teresa, todos os sábados para se juntar e às vezes planejar reuniões. Sem querer virei uma espécie de pastor para estudantes da esquerda. Como protestantes engajados, estávamos muito receptivos às ideias [da encíclica]. [Ela] aprofundou nossa perspectiva teológica em tratar de questões sociais e relacionar-nos com a reforma popular da época⁶⁰⁵.

Ainda segundo Green, a visão teológica de Jovelino Ramos e o trabalho com os jovens levaram a polícia a realizar uma incursão em sua residência em 1966. Neste momento, conseguiu fugir com a ajuda da esposa e de um amigo, o advogado Lisâneas Maciel - que era membro da Igreja Presbiteriana de Ipanema - permanecendo escondido por algumas semanas com apoio dos fiéis daquela Igreja. Em seguida, apresentando-se às autoridades policiais, foi formalmente acusado de subversão por supostas ligações na organização ou reorganização do Partido Comunista Brasileiro e no envolvimento com a Ação Popular, sendo acusado também de estimular a participação de membros da igreja em ações de cunho sociais. Bastante vigiado pelos órgãos de segurança e informações e na iminência de ser preso, conseguiu sair do país em 1968, estabelecendo-se nos Estados Unidos de onde passou a organizar com outros brasileiros uma oposição ao Regime militar, contribuindo também, neste mesmo sentido, com organismos protestantes ecumênicos, como o National Council of Churches- Conselho Nacional de Igrejas- entidade que apresentou preocupação com o desrespeito aos direitos humanos em várias partes do mundo, sobretudo, a partir do final da década de 1960⁶⁰⁶. Compondo essa entidade, assim como o próprio Conselho Mundial de Igrejas (CMI), com sede na cidade de Genebra, estava a Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos da América, que também passou a criticar as prisões e as torturas no Brasil, sobretudo a partir das informações recebidas por presbiterianos brasileiros quando da passagem desses pelos EUA.

⁶⁰⁵ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 42.

⁶⁰⁶ GREEN, James N. op. cit. É importante resaltar que em 1965 Jovelino Ramos compunha uma lista com vários nomes de pastores e membros comuns considerados subversivos pelos órgãos de segurança e informação. Anos depois, foi julgado a revelia, sendo absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça da Segunda Auditoria da 1ª Região Militar em 16 de fevereiro de 1971, absolvição posteriormente confirmada pelo Superior Tribunal Militar. Informações localizadas em: Centro de Informação da Marinha/CENIMAR, 22 de outubro de 1965. Pasta (Secreto 09), Informe nº 1816, pp. 129-132. Localizada no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ); além de documentos disponibilizados no arquivo digital *Brasil: nunca mais*.

Em relação ao Conselho Mundial de Igreja, este desempenhou um importante papel de contestação a governos repressivos na América Latina e no Brasil. De fato, existiu por parte dessa entidade ecumênica uma considerável preocupação em relação à situação política do Brasil e ao lado de setores da imprensa na Europa e nos Estados Unidos, somado também a alguns congressistas norte-americanos reagiram consideravelmente contra ao não cumprimento dos direitos humanos a presos políticos.

Como estratégia, o CMI procurava relatar e/ou tornar público a prática de prisões arbitrárias, de torturas e maus tratos, engrossando, assim, o coro de vozes no exterior contra a repressão existente no Brasil⁶⁰⁷. Nesse sentido, o Conselho Mundial de Igrejas tinha entre as suas preocupações obter informações, seja por meio das autoridades brasileiras ou por uma sofisticada rede de intercessores composta por intelectuais, líderes protestantes e clérigos, algo semelhante com o demonstrado por James Green em relação a outras entidades para obterem informações⁶⁰⁸. Entre seus colaboradores destaca-se o deputado federal pela Guanabara, Lisâneas Dias Maciel, o qual estava ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo, sendo também advogado e membro da Igreja Presbiteriana de Ipanema - que como vimos, tinha até 1968, Jovelino Ramos como pastor. Reeleito em 1974 para o seu segundo mandato legislativo, Lisâneas manteve certo diálogo com o Conselho Mundial de Igrejas, recebendo e fornecendo informações sobre a prática de tortura e o desrespeito aos direitos humanos⁶⁰⁹. O seu trabalho em denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Regime e de defender aqueles que lhe recorriam acontecia, em sua grande maioria, nos tribunais de justiça e na Câmara dos Deputados, por meio de discursos. Ao relembrar sua trajetória no final da década de 1990, Lisâneas afirmou que:

Isso teve origem em uma atitude meio religiosa. Eu tinha que dar assistência aos seres humanos que estavam precisando de ajuda. Eles

⁶⁰⁷ Em relação a institucionalização da tortura ver, MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 53-63.

⁶⁰⁸ De acordo com o apresentado no primeiro capítulo, o Conselho Mundial de Igrejas possuía em sua composição grupos religiosos bastante homogêneos. No que tange a Igreja Católica Romana, oficialmente, não integrava o CMI, mas dele participava enviando representantes para suas assembleias.

⁶⁰⁹ Este conjunto documental produzido pelo Conselho Mundial de Igrejas, de alguma maneira, refere-se às ações exercidas pelo deputado Lisâneas Maciel sobre a violação dos direitos humanos, compreendendo parte da década de 1970, sobretudo, durante o governo do general Geisel. Documentos localizados no acervo pessoal do deputado mencionado, localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV. Documentação que compõe o acervo do deputado federal Lisâneas Maciel.

sabiam que eu fazia parte dessas comissões de direitos humanos internacionais – desde cedo fiz parte disso – e me procuravam. Minha atuação de início era assistencialista, meio religiosa, não era uma atuação política consciente. Mas aquela foi uma época difícil, uma época de entrega do país, de perseguição e violação dos direitos humanos e, como disse, fui me conscientizando a fórceps. A partir daí foi que entrei na política⁶¹⁰.

Inúmeras pessoas lhe solicitaram ajuda, como o senhor Lucas de Souza Dias e sua esposa, dona Nair Mota Dias, residentes na cidade de Passa Quatro, em Minas Gerais. Em 13 de novembro de 1971, esse casal enviou uma carta ao deputado Lisâneas Maciel, solicitando que o mesmo conseguisse informações sobre a prisão e desaparecimento de um dos seus filhos, o jovem presbiteriano Ivan Mota Dias. Eles afirmavam que no dia 15 de maio daquele ano, Ivan foi preso provavelmente pela polícia do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, pois ali residia e estudava. Após 75 dias de buscas por estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e por inúmeras prisões, sem sucesso algum, e já se aproximando do sexto mês da prisão do filho, estavam recorrendo ao deputado e também presbiteriano, Lisâneas Maciel⁶¹¹. Claro está que outras correspondências também foram endereçadas a Câmara dos Deputados e em particular ao deputado citado, pois anos depois, mais precisamente no dia 29 de abril de 1974, foi remetida uma carta para o casal Lucas e Nair Mota Dias, onde informava o deputado Lisâneas Maciel que “reiterou junto ao novo governo federal o problema do desaparecimento do Ivan”. E que “a liderança do governo na Câmara prometeu reexaminar o assunto que diversas vezes levamos ao conhecimento das autoridades”⁶¹².

Segundo os órgãos de segurança e informações, Ivan Mota Dias cursava História na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), quando passou a representar uma ameaça ao governo. Em seu prontuário no DOPS-RJ, identificado pela inscrição, RJ 32.669, consta que no dia 12 de outubro de 1968 Ivan foi preso com outros estudantes por participar do 30º Congresso da União Nacional dos

⁶¹⁰ Depoimento concedido por Lisâneas Maciel ao CPDOC/FGV em 1998, tendo como entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Carlos Eduardo Barbosa Sarmiento; Marieta de Moraes Ferreira; Marly Silva da Motta, p. 08.

⁶¹¹ LM C 1970. 03.30. p. 6A. Arquivo pessoal do deputado Lisâneas Maciel. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

⁶¹² LM C 1970. 03.30. p. 6. Arquivo pessoal do deputado Lisâneas Maciel. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

Estudantes na cidade de Ibiúna, no estado de São Paulo, sendo levado ao presídio Tiradentes. Após ter prestado depoimento no DOPS daquele estado foi transferido para o DOPS do Rio de Janeiro e solto por ordem do seu diretor em 18 de outubro. Em seu termo de declaração prestado neste mesmo dia para as autoridades policiais, consta “que não conhece seus companheiros; que não sabe a diferença entre o comunismo de Moscou e o Chinês; que é de uma família evangélica e seu irmão é pastor (Swinglio Mota Dias)”⁶¹³. Poucos dias depois, em 21 de outubro de 1968 foi solicitada sua prisão preventiva pela 2ª Auditoria de Guerra da 2ª Região Militar de São Paulo. Estando foragido, passou a viver na clandestinidade, e segundo informações da própria polícia e do Ministério da Marinha, através do Centro de Informação da Marinha, tinha incorporado os codinomes de *Cabana* e *Eli* e figurava entre os militantes de organizações armadas de esquerda como o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁶¹⁴ e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES). Sobre essas organizações destacamos o ponto de vista do historiador Daniel Aarão Reis, pois o mesmo participou da luta armada integrando um grupo político, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* concedida ao jornalista Elio Gaspari, Daniel fez as seguintes afirmações:

Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática⁶¹⁵.

Assim como Daniel Aarão, Ivan Mota Dias - que foi assassinado pelos órgãos de repressão no início da década de 1970, cujo corpo até o momento encontra-se desaparecido - fazia parte de um grupo de jovens que desejava e entendia, ser a luta

⁶¹³ Prontuário de Ivan Mota Dias nº 32.669. Localizado no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ.

⁶¹⁴ Sobre a formação, composição e atuação da VPR, recomendamos a leitura do livro de MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

⁶¹⁵ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Sobre essa perspectiva ver também REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

armada capaz de atingir e combater o governo, em um momento em que a repressão estatal assumia proporções alarmantes, sobretudo, após a implantação do AI5 em 1968. Pelo seu envolvimento político com organizações consideradas pelas leis brasileiras como subversivas, Ivan foi condenado à revelia a uma pena de oito anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, como determinava o artigo 23 da Lei de Segurança Nacional⁶¹⁶. De fato, o Decreto-Lei de número 898 de 29 de setembro de 1969, que regulamentava a LSN, previa em seu artigo 23 que “tentar subverter a ordem ou estrutura política e social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido, de grupo ou individual”, acarretava uma pena que variava entre 08 a 20 anos de reclusão.

O então pastor Zwinglio Mota Dias, irmão de Ivan, - ambos pertencentes à quarta geração de uma família de presbiterianos - também esteve sobre a vigilância do aparato repressivo. O seu prontuário, produzido pela Secretaria de Segurança Pública da Guanabara, registrou que o mesmo foi detido em primeiro de julho de 1970, tendo prestado esclarecimento sobre suas supostas atividades com a Aliança Libertadora Nacional (ALN) – uma organização da esquerda revolucionária que surgiu em 1967 e era comandada por Carlos Marighella - e em seguida, em 06 de julho, “encaminhado ao CODI onde poderá ser posto em liberdade vigiada a critério daquele órgão”⁶¹⁷. De acordo com suas memórias, relatou Zwinglio que sua prisão esteve fortemente ligada ao fato de seu irmão está vivendo na clandestinidade, pois

[...] eles queriam saber notícias do meu irmão. [...] Meu irmão era líder estudantil, era professor de cursinho aqui, participava de todo o processo político do movimento estudantil, fez parte da Comissão organizadora do encontro de estudantes em Ibiúna. [...] E que logo após ter sido solto saiu uma lista com noventa nomes de estudantes que deveriam ser presos porque eram pessoas perigosas para o regime. [...] Saiu no jornal com a convocação onde quer que eles tinham

⁶¹⁶ Em relação a Ivan Mota Dias ver os seguintes documentos: (Prontuário nº 5.245); (Fundo/Coleção: POLPOL. Setor/Série: Pront. GB. Notação/Pasta: 5.245); (Fundo/Coleção: POLPOL. Setor/Série: Secreto. Notação/Pasta: 127. Folhas: 76/79. Data: 07/12/1973); (Fundo/Coleção: POLPOL. Setor/Série: Secreto. Notação/Pasta: 66. Folha: 63 e 48); (Fundo/Coleção: POLPOL. Setor/Série: Secreto. Notação/Pasta: 47); (Fundo/Coleção: POLPOL. Setor/Série: Comunismo. Notação/Pasta: 145. Folhas: 673. Data: 07/06/1976). Localizados no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ.

⁶¹⁷ Prontuário de Zwinglio Mota Dias nº 4.257. Localizado no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ.

estado preso, deveria voltar, ficar preso. [...] Aí ele foi pra clandestinidade. Aí ele foi direto pra luta armada⁶¹⁸.

Além desse envolvimento político, lembrou Zwinglio, a participação do seu irmão no movimento estudantil protestante, antes mesmo de 1964, na Associação Cristã de Acadêmicos (ACA) na cidade do Rio de Janeiro, associação que nunca agradou aos setores mais conservadores da Igreja Presbiteriana do Brasil; e por isso mesmo, após o Golpe civil-militar de 1964, a ACA passou a ser fortemente combatida não apenas pela IPB, mas por diversas instituições religiosas que tinham jovens envolvidos com os trabalhos da ACA, acarretando em sua quase imediata desmobilização, levando inúmeros jovens a ingressarem em movimentos da esquerda, como teria acontecido com seu irmão.

Em relação ao pastor Zwinglio, durante 40 dias permaneceu, sob tortura, encarcerado no Rio de Janeiro. Em sua entrevista, o então professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG relatou o seguinte:

Minha prisão aconteceu assim, a Maria do Carmo Brito, esposa de Juarez Brito, que era colega de militância estudantil do meu irmão, o Juarez e a Maria do Carmo eram casados, eram muito amigos do meu irmão e eu tive com eles várias vezes e eles criaram o movimento chamado (Molina), no qual o Ivan fazia parte. Depois eles se juntaram com outros e formaram a VPR. [...] Então, houve uma ação do Juarez com a Maria do Carmo que deu errado e o Juarez se matou para não ser preso, e ela ia fazer a mesma coisa, mas não teve tempo, os caras tiraram a arma da mão dela, então ela foi presa e foi barbaramente torturada. E os caras estavam em cima dela para que ela desse notícias do meu irmão. E ela não sabia, mas ela passou a pensar um pouco, pensou em mim e deu meu nome [...] ela pensou assim: “bom, o Zwinglio vai ser incomodado, essa chateação, mas ele não tem nada,”. E foi assim, numa madrugada, quatro horas da manhã, foi uma complicação por que... quer dizer, eu não tinha nada, mas também tinha um montão de coisa, que ela não sabia. [...] Até aquele momento toda a minha militância ecumênica e política era desconhecida dos órgãos de segurança. E depois que fui preso é que a coisa se complicou um pouco, porque eu era casado com uma uruguaia, eu viajava muito ao Uruguai, muito, duas vezes por ano, aí comecei a ser acusado. Aí descobriram minhas relações com a UCEB, aí começaram a me acusar de ser pombo correio dos Tupamaros, que era o movimento guerrilheiro que havia lá. Meu irmão tava na

⁶¹⁸ Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

clandestinidade, e eu claro, eu tinha que explicar esse negócio. Mas não conseguiram provar nada especificamente [...]”⁶¹⁹.

Diante destes acontecimentos, o mesmo esclareceu a posição assumida pelo Presbitério Rio Norte, ao qual pertencia no momento da sua prisão em 1970, e de outros colegas também pastores, assim como o comportamento da Igreja Presbiteriana da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhava como pastor. Relembrou que o referido Presbitério ficou, inicialmente, bastante assustado com a situação, como também vários colegas estavam indecisos sobre que posição tomar naquela hora. A sua igreja local demonstrou-se solidária e indignada com a situação em que o mesmo se encontrava. E no final, o que aconteceu foi que o Presbitério Rio Norte resolveu fazer um culto de Ação de Graças após sua saída da prisão.

Em liberdade, mas vigiado e tendo que comparecer aos órgãos de segurança, Zwinglio procurou sair do Brasil, o que foi possível com a ajuda de amigos protestantes e de militares membros da sua igreja. Solidariedade que o fez conseguir um passaporte lhe possibilitando residir, inicialmente, no Uruguai, onde passou a cooperar para a revista *Carta Latino-Americana*, pertencente a uma organização ecumênica, conhecida como Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), entidade com fortes ligações com o CMI. Mas posteriormente, com o Golpe civil-militar naquele país, foi levado a migrar para a Alemanha permanecendo até o final da década de 1970, quando retornou para o Brasil, como relatou em sua entrevista, diferentemente de Ivan Mota Dias, que mesmo com a interferência do advogado e deputado federal Lisâneas Maciel, não foi possível a realização de um culto de Ação de Graças para ser recebido após sua prisão.

Alguns documentos do CMI, como o informe que circulou no dia 21 de maio de 1975, registrou que o próprio Lisâneas acreditava que a qualquer momento teria seus direitos políticos cassados. O que veio a ocorrer ainda no governo presidencial do protestante General Ernesto Geisel, em 1º de abril de 1976. Este mesmo documento relata também uma forte preocupação em relação ao governo do general presidente Geisel. Havia por parte desses observadores internacionais – em grande medida informados por brasileiros e observadores enviados ao Brasil pelo CMI -o entendimento de que a *linha dura* estava surgindo mais uma vez no Brasil, mesmo contra a “linha

⁶¹⁹ Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.

mais suave”, relativamente conduzida por Geisel. O CMI alegava que fenômeno semelhante havia acontecido no Chile, onde alguns militares acusavam o general Pinochet de governar de maneira branda, como uma *pomba*⁶²⁰.

Sobre este período, uma historiografia mais recente tem procurado, portanto, desconstruir a imagem de Geisel como o presidente avesso à prática da tortura e que durante o seu governo teria combatido veementemente tais abusos de violações aos direitos humanos. O historiador Antonio Torres Montenegro fez uma releitura do governo Geisel, evidenciando, por meio de inúmeros depoimentos de presos políticos, que durante o seu governo a prática da tortura era algo conhecido e bastante presente, ampliando assim, a complexidade que envolve o período, muitas vezes, congelado apenas como um governo moderado e de abertura política⁶²¹. Esse entendimento foi mais problematizado ao analisarmos o discurso do general sobre a tortura no Brasil, em entrevista concedida na década de 1990 ao CPDOC, onde afirma que “a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar o mal maior”⁶²².

Conhecendo essa situação e ciente das suas limitações, o CMI procurou interferir nos países onde havia denúncias de que governos desrespeitavam os direitos fundamentais de seus opositores, a exemplo do Brasil, como demonstrava o general Geisel em sua entrevista. Um *Memorando Reservado*, de outubro de 1976, registrou a maneira como essa instituição procurava agir. Relatou que nenhum movimento significativo poderia ser feito, no entanto, era fundamental interferir imediatamente na hora da tortura com o objetivo de salvar vidas, pois esses cristãos comprometidos precisavam de um forte e visível apoio, através de igrejas, governos, organizações não governamentais, ações parlamentares e diplomáticas. O primeiro passo a ser trilhado era divulgar essa preocupação cristã em toda a América Latina por meio de jornais e outros meios de comunicação, concomitantemente, o CMI deveria fazer um movimento a nível

⁶²⁰ LM CMI 1976. 04.02. p. A4. Arquivo pessoal do deputado Lisâneas Maciel. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

⁶²¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 15-51.

⁶²² D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1997. p. 225.

local, informando esses fatos nas congregações⁶²³ de cidades pequenas. Nessa proposta, se afirmava ainda ser o assunto urgente e vital, por isso mesmo, era necessária uma ajuda coordenada, assim como, a criação de grupos de estudos aumentando a pressão sobre a temática⁶²⁴.

Um documento anterior, uma espécie de circular, de maio de 1975, fazendo significativas menções ao deputado Lisâneas Maciel e sua necessidade de apoio externo, também nos permite entender a atuação do Conselho Mundial de Igrejas. Uma das propostas arroladas ao documento mencionava a real necessidade de que fossem estabelecidos contatos com congressistas nortes americanos, como o senador Frank Church⁶²⁵, e assim, exercer pressão sobre o Departamento de Estado dos Estados Unidos; além de informar acerca dessa realidade a políticos de destaque em todos os lugares. Nessa direção, um exemplo a ser seguido era os esforços realizados por colegas franceses que pressionavam seus deputados a se posicionarem, tendo esses amigos também recorrido à imprensa na França para denunciar o que acontecia no Brasil⁶²⁶.

O CMI talvez estivesse fazendo referências a um conjunto de ações que vinham sendo executadas nos EUA e em parte da Europa, articuladas por grupos de brasileiros exilados e por entidades formadas por intelectuais ou religiosos, que questionavam as ditaduras militares, sobretudo, na América Latina. Segundo James Green, essa nem sempre era uma tarefa fácil para estes ativistas, pois

Os contatos internacionais eram às vezes precários e a transmissão de informações freqüentemente problemática, mas a capacidade dos ativistas de utilizar o simbolismo do corpo torturado a fim de suscitar

⁶²³ Termo geralmente usado para designar um templo (igreja local) que não é autônoma em aspectos jurídicos, e, em muitos casos, não possui uma independência financeira, ou seja, sua organização e decisões internas encontram-se subordinadas a outro templo (uma igreja maior).

⁶²⁴ LM CMI 1976. 04.02. p. 14. Arquivo pessoal do deputado Lisâneas Maciel. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

⁶²⁵ Frank Church foi um destacado senador do partido democrata, eleito em 1957 e reeleito por mais três vezes consecutivas (1962-1968-1974). Publicamente colocou-se contra guerra do Vietnã nos anos de 1960, sendo uma figura importante na política externa norte-americana, sobretudo, durante a década de 1970, tendo sido também presidente nos anos de 1979 a 1981 do Comitê do Senado sobre Relações Exteriores. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Frank_Church>. Acesso em: 31 jul. 2013. Sobre o senador Frank Church em relação a sua atuação em relação aos direitos humanos, ver GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 317-350.

⁶²⁶ LM C 1976. 04.02. p. A4. Arquivo pessoal do deputado Lisâneas Maciel. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.

apoio e ativar a alavancagem política internacional mostrou ser por vezes uma estratégia bem-sucedida⁶²⁷.

De fato, as estratégias utilizadas por esses grupos de ativistas brasileiros eram as mais diversas, objetivando atrair a atenção e o apoio internacional. Uma dessas ações realizadas na França, onde o simbolismo do corpo torturado foi empregado, aparentemente com certo sucesso, foi registrado com preocupação pelos órgãos de segurança e informação do Brasil. Um informe, de nº 298, expedido pelo Sistema de Informação e Segurança, SISA-RJ⁶²⁸, em 18 de maio de 1970, alertava as autoridades brasileiras sobre a atividade de subversivos brasileiros exilados na França. Em anexo, destacam-se três fotografias, o que demonstrava a eficiência desses órgãos que integravam a estrutura de vigilância do estado em mapear as ações e os passos dos exilados⁶²⁹.

⁶²⁷ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 33.

⁶²⁸ O SISA criado em 1968, foi, posteriormente, em 20 de maio de 1970, transformado em CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica). FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 91.

⁶²⁹ “*Cristo das torturas*” em *Paris. Ação de brasileiros subversivos*. Prontuário/fundo sob nº 29.737, datado de 1970. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.



Figura 7: Cristo das torturas. Fonte: Prontuário/fundo sob nº 29.737, datado de 1970. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

A encenação nomeada pelos brasileiros envolvidos em sua montagem de *Cristo das Torturas*, segundo indicava o próprio informe, tinha sido instalada na Igreja Católica de Saint-Germain-des-Prés, localizada em uma área central da cidade de Paris. Descrevia ser um boneco composto de cera e massa e de estatura semelhante à de uma pessoa, estando disposto do lado esquerdo da entrada daquela igreja. Como podemos identificar pelas três fotografias – que como vimos anteriormente, segue a mesma disposição – o boneco encontrava-se crucificado e foi fixado em um local próximo da imagem de Jesus Cristo, este sempre presente nos templos católicos, indicando que seus idealizadores estabeleceram um paralelo entre o sofrimento de Cristo ao ser crucificado e as torturas praticadas no Brasil.

O informe do Sistema de Informação e Segurança do estado do Rio de Janeiro documenta um conjunto significativo de detalhes da encenação. O informante declara:

[...] Conforme se verifica nas fotografias anexas, no topo da cruz, no lugar da legenda INRI, foi colocado um círculo de madeira, azul, com a inscrição “Ordem e Progresso”, e contendo as estrelas brancas, desenho idêntico ao da Bandeira Nacional. Nos pés do “Cristo das Torturas” acha-se uma tabuleta de madeira, contendo, além de um desenho de uma caveira, a inscrição em português: “Esquadrão da Morte”. Pelas referidas fotografias, constata-se também a existência de tomadas com fios elétricos e de uma mangueira d’água penetrando na boca do boneco de cera. Os fios percorrem as diversas partes do corpo, inclusive os órgãos genitais, e todo esse aparato, conforme explicam, “simboliza os diversos métodos de tortura utilizados no Brasil”. [...] Eles têm desenvolvido, através de palestras e publicações em jornais (incluindo o L’HUMANITÉ, órgão do Partido Comunista da França), intensa campanha contra o Brasil, explorando principalmente o assunto referente às torturas. [...] ⁶³⁰.

O acesso destes religiosos a setores da imprensa no exterior, ou qualquer forma de protesto, era encarado pelos órgãos de repressão como um mal a ser combatido, tendo em vista, a capacidade dessas informações de pôr em suspensão, ou mesmo, de causarem constrangimentos, no cenário internacional, o Regime Militar. Uma dessas denúncias que circulou na imprensa estrangeira, propagando que nas prisões do Brasil a prática da tortura era algo sistemático, foi arquitetada pelo pastor e missionário da Igreja

⁶³⁰ “*Cristo das torturas*” em Paris. Ação de brasileiros subversivos. Prontuário/fundo sob nº 29.737. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

Metodista Frederick Bisten Morris em 1974, durante a presidência do general Geisel⁶³¹.

Fred Morris chegou ao Brasil em 1970 e logo depois se estabeleceu, a pedido da sua Igreja, na cidade do Recife, tendo como objetivo dirigir um Centro Comunitário Metodista no bairro de Caixa d'Água na vizinha Olinda. Fred passou a manter com dom Hélder Câmara uma estreita relação, integrando uma organização ecumênica conhecida como Equipe Fraterna, (católicos, presbiterianos, metodistas, entre outros segmentos religiosos⁶³²) que entre seus objetivos procurava estreitar os laços entre as várias igrejas, sobretudo, com a Igreja Católica. Ao mesmo tempo, passou também a trabalhar em uma fábrica, a *Concreto Blocos do Nordeste* fixada na cidade de Camaragibe, tendo sido também convidado a lecionar em 1972 no Programa de Mestrado em Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Ainda segundo Fred, em seu depoimento para Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 2008, o mesmo teria passado a ser motivo de preocupação para os militares, sobretudo, porque também exercia a função de correspondente, no Nordeste, da revista *Time*.

Antes mesmo de sua prisão e tortura, as autoridades militares o convocaram para prestar esclarecimentos sobre sua atividade no Brasil. Dentre as preocupações dos militares estava a relação de Fred com o que denominavam de “más companhias”, como a de dom Hélder, além de acreditarem que a matéria publicada pela revista *Time* na edição de 24 de junho de 1974, intitulada *O pastor dos Pobres* - em que dom Hélder era apresentado como alguém que denunciava a pobreza do Nordeste e a prática da tortura - era de autoria de Fred Morris, fato que negou em seu depoimento⁶³³. Relatou Fred Morris a Comissão de Anistia que sua prisão ocorreu no dia 30 de setembro de 1974 sob a acusação de possuir vínculos com os comunistas e de ser também agente da CIA. Após 17 dias encarcerado, foi levado diretamente ao Aeroporto do Recife e expulso do

⁶³¹ Sobre Fred Morris ver MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 15-51. Ver também GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶³² Uma pesquisa sobre a Equipe Fraterna no Recife nos anos de 1970 intitulada *Descobrimos-se irmãos na luta pela justiça: a experiência da “equipe fraterna”*, foi publicada nos Anais III Simpósio Internacional de Teologia e Ciências da Religião (Religiosidades populares e multiculturalismo: intolerância, diálogos, interpretações). SILVA, César Veloso; GOMES, Christiane Teixeira; MARQUES, Luiz Carlos Luz.

⁶³³ Declaração do Reverendo Fred B. Morris a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Governo do Brasil, em 26 de setembro de 2008, no auditório dom Hélder Câmara, na sede da CNBB em Brasília. Documento gentilmente cedido por Fred Morris.

Brasil por decreto do presidente Geisel, por ser *uma pessoa nociva aos interesses nacionais*. Nos Estados Unidos, Fred testemunhou para o Comitê do Congresso sobre Direitos Humanos, realizou visitas a vários congressistas que tinham denunciado a sua prisão e tortura, assim como, compareceu a recém-fundada *Washington Office on Latin America* (WOLA), entidade criada por igrejas nos EUA para defender os direitos humanos na América Latina. Registrou ainda em sua declaração ter participado de programas de televisão nos EUA e Canadá e realizado conferências em igrejas e universidades, como Harvard e Yale, relatando a sua prisão e a prática de se torturar presos políticos no Brasil⁶³⁴.

Aproveitando as circunstâncias do momento, em 18 de novembro de 1974 a revista *Time* publicou uma extensa matéria assinada por Fred Morris intitulada *Torture, brazilian style* (Tortura, estilo brasileiro), na qual o Brasil era denunciado como um país que desrespeitava os direitos humanos⁶³⁵. Nesta matéria, Fred Morris expôs - para milhões de assinantes e leitores da revista nos EUA e em vários países - a sua própria experiência ao ser preso e torturado e as perseguições sofridas por dom Hélder Câmara por defender presos políticos⁶³⁶. Neste mesmo período, matérias semelhantes foram publicadas por revistas e jornais na Europa e Estados Unidos. Um importante jornal, o *The New York Times*, em 09 de julho de 1974, fez circular uma significativa matéria informando a seus leitores sobre inúmeras prisões e desaparecimento de opositores do governo brasileiro, dentre os quais figuram David Capistrano da Costa, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e o pastor e missionário presbiteriano Paulo Stuart Wright⁶³⁷. Nessa perspectiva, tanto as atividades de brasileiros no exterior como a circulação de informações em revistas e periódicos na imprensa internacional, ao expor a temática da tortura, eram encaradas com preocupação por parte do governo no Brasil,

⁶³⁴ Declaração do Reverendo Fred B. Morris a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Governo do Brasil, em 26 de setembro de 2008, no auditório dom Hélder Câmara, na sede da CNBB em Brasília. Documento cedido por Fred Morris.

⁶³⁵ Outras matérias assinadas por Fred Morris fazendo referências as prisões e torturas de presos políticos no Brasil, além da sua experiência na prisão e a atuação de dom Hélder Câmara a favor dos direitos humanos, foram localizadas no arquivo digital *Brasil: nunca mais*.

⁶³⁶ TORTURE, Brazilian Style. Revista *Time*, 48-51, 18 nov. 1974. Material disponibilizado por Fred Morris, que atualmente reside na Guatemala.

⁶³⁷ FATE of prisoners an issue in Brazil. *The New York Times*, Nova York, 09 jul. 1974. Essa matéria também foi reproduzida pelo *Jornal Síntese* n. 15, do Diretório Central dos Estudantes da PUC-RJ em 20 de agosto de 1974.

como indicava o informe nº 298 do Sistema de Informação e Segurança-RJ, descrito anteriormente.

Parte da imprensa nacional, em grande medida, apoiava o discurso oficial do governo em relação à tortura, como o caso do *Jornal da Tarde*, analisado por Juliana Gazzotti.

Em 1971, a tortura já se tornara um processo trivial no interrogatório dos presos. As denúncias a essa prática eram constantes, mesmo assim, o *JT* não mudou sua postura e continuou atribuindo a existência dessas práticas a atitudes isoladas no seio dos órgãos de repressão governamentais. Nesse aspecto, nas páginas do jornal prevalecia a versão oficial⁶³⁸.

Essa posição por parte do *Jornal da Tarde* - que pertencia à tradicional família Mesquita, assim como o jornal *O Estado de São Paulo* – será mais bem compreendida se investigando alguns dos seus editoriais, a exemplo do que foi publicado no dia 27 de agosto de 1971, sob o título *A tortura que não houve e nossa imagem no exterior*.

Os casos lamentáveis de torturas que já algumas vezes resultaram na morte de pessoas comuns e de terroristas não significam que o governo brasileiro tenha institucionalizado aqui essa prática... Pode significar apenas – como efetivamente significa – que o governo não se dispôs ainda a utilizar todo o poder que tem nas mãos para que autoridades subalternas, moralmente despreparadas para exercerem as funções que lhes são atribuídas, se entreguem a práticas incompatíveis com os padrões éticos apregoados, acreditamos que com sinceridade, pelos altos dirigentes do regime em que vivemos. E é lamentável que, com essa omissão, o governo contribua para alimentar uma propaganda que, embora estúpida e desmoralizadora, ainda consegue prejudicar o Brasil no Exterior, apesar das repercussões altamente positivas que vai obtendo no mundo a sua obra de recuperação de nossa economia⁶³⁹.

E como teria se comportado o jornal *Brasil Presbiteriano* frente a tortura e ao desrespeito aos direitos humanos, sobretudo, a pastores e membros comuns? Como analisamos, o jornal, após 1964, se posicionava de maneira favorável a presença dos militares no controle do governo, como algo benéfico à Igreja e ao Brasil. Assim, o

⁶³⁸ GAZZOTTI, Juliana. O *Jornal da Tarde* e o pós-AI5: o discurso da imprensa desmistificado. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 75.

⁶³⁹ A TORTURA que não houve e a nossa imagem no exterior. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 04, 27 ago. 1971. Apud GAZZOTTI, Juliana. op. cit., p. 76.

jornal passou a combater, a partir de meados da década de 1960 e 1970, em suas matérias e editoriais, aqueles que criticavam o governo e que propugnassem um evangelho de cunho mais social, ou mesmo, que defendessem práticas ecumênicas, nomeando-os de subversivos, comunistas e liberais, sugerindo para estes, a sua saída ou expulsão da instituição⁶⁴⁰. Além dos cultos de Ação de Graças realizados em nome da *revolução redentora* de 1964, sugeriu o jornal, em outra matéria, que diante das eleições para a escolha do presidente do Supremo Concílio, a ser realizada em 1974, a IPB continuasse a ser controlada por alguém tido como *linha dura*, em uma clara referência ao pastor Boanerges Ribeiro que tentava a terceira vitória consecutiva, o que de fato ocorreu⁶⁴¹.

Foi diante desse quadro que compreendemos a posição do jornal – como órgão que representava o pensamento oficial da Igreja – em relação à prisão e tortura de pastores e membros. Aliás, não localizamos, pelo menos até meados da década de 1970, qualquer posicionamento contrário por parte desse jornal a essas práticas. Nem mesmo quando os implicados estavam ligados à própria Igreja Presbiteriana do Brasil, como foi visto a partir da prisão do pastor Zwinglio Mota Dias e das prisões e desaparecimentos do pastor e também missionário Paulo Stuart Wright e do jovem presbiteriano Ivan Mota Dias. Isso por que, após 1964, o jornal assumiu uma postura pró-governo, como pode ser percebido pelas constantes matérias sobre a expansão da IPB, sobretudo, para a região Norte do país, seguindo a abertura de novas estradas e os projetos de colonização do governo militar. Na proporção de que projetos como a construção da estrada Belém-Brasília avançavam, o jornal procurava informar acerca dos passos da IPB nessa região; fazendo uso de uma narrativa em que apresentava a Igreja em uma espécie de marcha, orgulhosamente desbravando locais desconhecidos, fomentando, assim, um considerável crescimento, como era descrito pelo jornal⁶⁴².

⁶⁴⁰ Para exemplificar o que estamos tratando ver A IGREJA face à subversão. *Jornal Brasil Presbiteriano*, maio-jun. 1974.

⁶⁴¹ PRESIDENTE “linha dura”. *Jornal Brasil Presbiteriano*, maio-jun. 1974.

⁶⁴² A esse respeito ver matérias como: BELÉM-BRASÍLIA: estrada missionária. *Jornal Brasil Presbiteriano*, mar-abr. 1965; BELÉM-BRASÍLIA: dois anos depois. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 05, maio 1965; BELÉM-BRASÍLIA: estrada missionária. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 07, jul. 1965; A REFORMA na BR – 14. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 12, dez. 1965; PRESBITERIANOS na “estrada missionária”. *Jornal Brasil Presbiteriano*, mar. 1967; A IPB CRESCE no Norte. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 5; 6, mar. 1968; UM TEMPLO por semana. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 5; 6, mar. 1968; AMAZÔNIA: a IPB cresce. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 9; 10, maio 1968.

Associado a esse crescimento, alguns membros da Igreja passam a ocupar cargos políticos importantes da administração pública, o que levava o jornal *Brasil Presbiteriano* a divulgar tais acontecimentos com certo entusiasmo. Dois desses momentos que podemos evidenciar essa sintonia da IPB com o Regime civil-militar, diz respeito à eleição de Geremias Fontes como governador do estado Rio de Janeiro em 1966⁶⁴³ e posteriormente, quando Eraldo Gueiros Leite – integrante de uma tradicional família de presbiterianos - foi indicado pelo presidente Médici para ocupar a direção do poder Executivo em Pernambuco entre 1971-1975⁶⁴⁴.

Esses aspectos demonstraram um notório envolvimento de setores da Igreja em sintonia com o Regime civil-militar, revelando elementos que justificavam o silêncio por parte da linha editorial do jornal *Brasil Presbiteriano* - tendo à frente o pastor Boanerges Ribeiro – em relação à tortura no Brasil. Silêncio estrategicamente agenciado, o qual em si mesmo era revelador de uma prática e de escolhas, indicando o lugar político em que se encontrava a IPB⁶⁴⁵.

Porém, é possível identificar a Igreja Presbiteriana do Brasil se manifestando de maneira oficial sobre a tortura. Isso ocorreu no momento em que se intensificava, no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, uma série de críticas que estavam sendo elaboradas por entidades religiosas, como o Conselho Mundial de Igrejas, o Conselho Nacional de Igrejas dos EUA, a Igreja Presbiteriana Unida dos Estados

⁶⁴³ *Geremias Fontes governador eleito do Estado do Rio*. Jornal Brasil Presbiteriano, outubro de 1966, Nº 19/20; *Geremias Fontes homenageado em São Paulo*. Jornal Brasil Presbiteriano, abril/maio de 1967.

⁶⁴⁴ Em 15 de março de 1971, o advogado Eraldo Gueiros Leite é empossado no cargo de governador de Pernambuco, tendo como vice o senhor Barreto Guimarães. Integrante da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), Gueiros, sem ter que enfrentar candidatos da oposição, foi eleito em 03 de outubro de 1970 de maneira indireta e unânime pelos deputados estaduais da Assembleia Legislativa, conforme o artigo 189 da EC-1/69. Antes, porém, ocupou diversos cargos públicos importantes, sendo nomeado ministro do Superior Tribunal Militar em março de 1969 pelo presidente Costa e Silva. REIS, Palhares Moreira. Período autocrático: Arena x MDB em Pernambuco; 1966-1978. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 1986. p. 143-147. Em relação à concepção política de Eraldo Gueiros, sugerimos a leitura de uma série de discursos de sua autoria, proferidos entre 1970 e 1973, e publicados posteriormente por: LEITE, Eraldo Gueiros. *Para servir a Pernambuco*. Recife: Composto e Impresso nas Oficinas da Companhia Editora de Pernambuco/CEPE.

⁶⁴⁵ Sobre a materialidade dos jornais, que consistia na escolha de cada assunto, no lugar que a matéria dever ocupar no jornal, e no uso ou não de imagens, entre outros aspectos, ver DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 138.

Unidos da América (UPCUSA)⁶⁴⁶, segmentos da imprensa internacional e por grupos de brasileiros, muitos dos quais exilados.

A revista norte-americana *Presbyterian Life*, na edição de 15 de setembro de 1970, publicou uma matéria fazendo menção a uma reunião realizada com representantes da UPCUSA e a IPB. Neste encontro, várias questões foram tratadas, como a transferência para a IPB de propriedades existentes no Brasil ainda sobre o controle da igreja norte-americana, além de um relacionamento independente e livre que as duas instituições deveriam manter. Nesta mesma reunião, teria sido discutida a existência de tortura a prisioneiros políticos e o aumento da repressão no Brasil. A esse respeito, afirmou a matéria que o presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil, o pastor Boanerges Ribeiro, assegurou que a delegação brasileira condenava a tortura a prisioneiros em qualquer tempo e sobre quaisquer circunstâncias⁶⁴⁷.

A publicação dessa matéria provocou, algum tempo depois, a reação por parte do pastor Boanerges Ribeiro. Em seu informe, assinado em fevereiro de 1971 e encaminhado a Comissão Executiva do Supremo Concílio da IPB, projetou a seguinte preocupação:

A notícia é suspeitosamente incompleta. Por outro lado, o pronunciamento aí mencionado foi feito em reunião a portas fechadas, à qual apenas estavam presentes representantes de nossa Igreja [...]. cremos que a Comissão Executiva do Supremo Concílio deveria tratar de verificar de que maneira, sem que houvesse um comunicado oficial, essa matéria veio a ser publicada em uma revista que, aparentemente, não tinha reporte à reunião⁶⁴⁸.

Algumas possibilidades poderão ser suscitadas para pensarmos nas implicações que uma notícia como a publicada pela revista *Presbyterian Life* poderia provocar naquele momento para a IPB. Diante dessa matéria, Boanerges Ribeiro sugeriu a cúpula da Igreja que verificasse como aquele órgão de imprensa teve acesso a tais informações,

⁶⁴⁶ É válido salientar que “em 1958, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) uniu-se à Igreja Presbiteriana Unida, formando a Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América (UPCUSA)”. NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 69.

⁶⁴⁷ BRAZILIAN moderator condemns torture. Revista *Presbyterian Life*, 15 set. 1970. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

⁶⁴⁸ À Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil/*Informe do Presidente*. Pasta da CE-SC de 1971. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo.

pois se tratava de uma reunião a portas fechadas e para um grupo restrito. Nestas condições, foi possível para a delegação brasileira afirmar perante os representantes da igreja norte-americana, ser a IPB contrária a tortura de presos políticos. Mas ao ser divulgado internacionalmente, este posicionamento causou certo desconforto na instituição. Podemos pensar que as preocupações do presidente da IPB, em relação às informações que circulavam na imprensa, eram reveladoras de um *modus operandi* possível. Não há contradição quando setores da cúpula da Igreja se posicionavam de maneira contrária a tortura, indicando haver tais práticas no Brasil, sendo necessário logo em seguida, desfazer esse posicionamento.

Tal comportamento deve ser compreendido a partir do mundo das relações e dos interesses que permeiam as instituições em um dado instante. Assim, em 1º de julho de 1971, Boanerges Ribeiro, remeteu uma correspondência para a UPCUSA, apresentando qual seria o entendimento oficial da igreja em relação a supostas práticas de torturas no governo do presidente Médici.

Sr. Moderador:

Pelo noticiário de jornais brasileiros viemos a saber que a Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos da América deliberou manifestar-se contra “torturas de prêsoes políticos no Brasil”.

Não possuindo o texto da sua decisão, somos, contudo, à vista do noticiário, obrigados a comparecer diante do irmão para afirmar o completo e enérgico repúdio da Igreja Presbiteriana do Brasil a tal tipo de manifestações por uma Igreja com a qual a Igreja Presbiteriana do Brasil vinha mantendo relações fraternas.

Sabemos que a Assembléia Geral da Igreja Unida estabeleceu, há algum tempo, um grupo de trabalho destinado a estudar a situação política e social latino-americana; mais de uma vez fizemos sentir, a representantes de sua Igreja, a preocupação da Igreja Presbiteriana do Brasil com o fato de que êsse grupo de trabalho organizado sem qualquer consulta conosco, evitava convidar, para informá-lo sobre a situação brasileira, a Igreja Presbiteriana do Brasil. Contudo, ao que fomos informados, o mesmo grupo de trabalho era orientado pelas informações de pessoas, do Brasil e dos estados Unidos, que já haviam antes demonstrado mais interesse em combater o govêrno estabelecido no Brasil como resultado de nossos sentimentos anti-comunistas e de nossa decisão de eliminar a corrupção política, do que em esclarecer a Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos da América.

A intenção de desinformar sua Igreja tornou-se clara, para nós no Brasil, quando a revista Presbyterian Life trouxe notícia de reunião particular entre representantes da Igreja Presbiteriana do Brasil e da COEMAR (de sua Igreja) e não mencionou, sequer, as claras e

enérgicas afirmações feitas por toda a delegação brasileira, de completa liberdade de consciência e de culto, no Brasil, sob o atual governo, bem como a satisfação do povo brasileiro com o atual regime. Na mesma ocasião lembramos a seus representantes a declaração do Presidente da República, de que não há “prêso políticos no Brasil”.

Não tendo sido consultado pela Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos; surpreendidos com o noticiário de decisões injustas contra nosso governo, da Assembléia Geral de sua Igreja; decisões que não resultam de informações verdadeiras, venho, sr. Moderador, dizer-lhe que a Igreja Presbiteriana do Brasil totalmente se dissocia de decisões que sua Igreja haja tomadô, sôbre suposta tortura de “prêso políticos” no Brasil.

Ao mesmo tempo, apresento-lhe nossa estranheza, pelo completo silêncio que sua Igreja (tão interessada em “prêso políticos” no Brasil) mantém a propósito dos brasileiros que têm sido assassinados por terroristas.

Se a Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos tiver interêsse em melhores esclarecimentos, sr. Moderador, estaremos sempre à sua disposição, para informá-lo.

Pedimos a Deus que oriente a Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos da América, e a sua pessoa, sr. Moderador⁶⁴⁹. (sic)

A correspondência, endereçada à liderança da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América, abordou questões delicadas para as duas instituições religiosas naquele momento. Um dos aspectos defendidos pela IPB - que de certa maneira reforçava o discurso oficial do governo, o qual procurava veementemente negar a existência de práticas de torturas no Brasil - era a existência da liberdade de consciência e de culto no país, antes ameaçada. Aliás, a defesa desses aspectos foi bastante utilizada por esta instituição para legitimar o Golpe civil-militar de 1964, assim como as ações de vigilância e repressão contra aqueles identificados como comunistas.

A própria Igreja, em vários momentos, ao longo da década de 1960 e 1970, construiu mecanismos de controle em relação aos seus pastores e membros comuns identificados como uma ameaça à Igreja e ao Brasil. A correspondência também nos possibilita pensar na existência, por parte significativa da IPB e de inúmeros outros setores sociais, de uma considerável aprovação ao governo do presidente Médici, haja vista, o acentuado crescimento econômico vivenciado pelo país naquele momento,

⁶⁴⁹ *Supremo Concílio Igreja Presbiteriana do Brasil (gabinete do presidente), 1º de julho de 1971. Apud PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008. p. 118. Na Tese, rápidas referências a esta correspondência foram feitas por Valdir Gonzales, mas em anexo disponibilizou sua cópia, de maneira integral, como podemos constatar na página de número 363.*

denominado de *milagre brasileiro*⁶⁵⁰. Seguindo em defesa ao governo, a missiva criticava a Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América por apresentar informações sobre o Brasil tomando por base o diálogo estabelecido com brasileiros, considerados pouco confiáveis pela IPB; em outros termos, para ser legítimo, esse diálogo deveria acontecer apenas entre as instituições religiosas.

Dessa perspectiva, delineada pela correspondência assinada pelo presidente do Supremo Concílio, Boanerges Ribeiro, compreende-se que as reações e as posturas críticas em relação ao Brasil adotadas pela UPCUSA, entidades ecumênicas e por personagens como os pastores Zwinglio Mota Dias, Jovelino Pereira Ramos, Paulo Stuart Wright, o pastor e missionário da Igreja Metodista, Fred Morris, assim como, os presbiterianos Ivan Mota Dias e o deputado federal Lisâneas Maciel - entre tantos outros protestantes ou não, que foram investigados, presos, torturados e/ou exilados - não eram reconhecidas pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Ao realizar cultos de Ação de Graças e ao defender a inexistência de presos políticos e de torturas, a IPB - como tantas outras instituições e grupos sociais que incorporavam e defendiam os discursos e práticas do Regime civil-militar – demarcava um lugar político pró-governo.

Diante da complexa teia de relações expostas ao longo da nossa escrita, ratificamos que - com certa intensidade documental até meados da década de 1970 - a Igreja Presbiteriana do Brasil configurou-se como uma instituição preocupada em legitimar o estado de exceção. Muito embora, é importante mencionarmos que após este momento, detectamos certo silêncio institucional, forçado, muito provavelmente, pelo fortalecimento de um movimento de resistência democrática que estava em curso.

Para a historiadora Maria Paula, a partir de 1974 vai se estruturando uma resistência democrática em torno do MDB, mas que era composta de um conjunto de forças sociais bastante variadas: movimento estudantil, setores da esquerda, da Igreja Católica, da imprensa alternativa, entre outros segmentos sociais⁶⁵¹. No entanto, considerando a documentação investigada até o momento, a Igreja Presbiteriana do Brasil não integrava essas *Frentes Democráticas*, como ficaram conhecidas tais forças,

⁶⁵⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O regime militar brasileiro e sua política externa. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 148-150.

⁶⁵¹ ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-353.

que bradavam cada vez mais fortes exigindo liberdades democráticas para o país. Mesmo apresentando o que entendemos ser um estratégico silêncio, quando inúmeros segmentos sociais tinham repensado suas ligações com o Regime, integrando agora forças políticas de resistências, segmentos da IPB ainda procuravam estreitar seus laços com o governo e com instituições militares⁶⁵². Vínculos de continuidade que poderão ser elucidados a partir de um documento produzido pela Comissão Executiva do Supremo Concílio em 1975, onde foi aprovada a sugestão para que pastores realizassem cursos na Escola Superior de Guerra (ESG).

Sugestão no sentido de aproveitamento por ministros presbiterianos do Curso Intensivo mantido pela Escola Superior Guerra.

Considerando a importância da orientação filosófico-doutrinária da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA para os líderes brasileiros;

Considerando a possibilidade de pleitear uma vaga junto à ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA para os pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil no curso de pós-graduação da referida Escola;

Considerando a oportunidade da Igreja Presbiteriana do Brasil estar presente no ambiente do mais alto nível cultural do País em assuntos econômico-político e psico-social;

A CE-SC resolve:

a) Entrar em contato com a Escola Superior de Guerra para estudar a possibilidade de conseguir uma vaga anualmente em nome da Igreja Presbiteriana do Brasil;

b) Que os futuros pastores estagiários sejam indicados pela própria Comissão Executiva do Supremo Concílio

c) Que a IPB, através da Fundação Educacional, conceda bolsa de estudos ao estagiário visto ser o curso de dedicação exclusiva no período de um ano⁶⁵³ (sic).

A Escola Superior de Guerra foi apresentada, portanto, como sendo uma instituição de referência no Brasil, capaz de contribuir para a formação intelectual de inúmeros pastores. Fundada em 1949, a ESG - assim como a maior parte das Escolas de Guerras na América Latina - foi espelhada na National War College dos EUA, criada

⁶⁵² No que tange a relação da IPB com o Regime civil e militar durante o final da década de 1970 e início da década de 1980 não localizamos investigações consistentes, chamamos a atenção apenas para um artigo com breves considerações a esse respeito produzido em 2004, momento em que se lembrava os 40 anos do golpe. SOUZA, Silas Luiz. A IPB e o governo militar de 1964. *Revista Teológica. Seminário Presbiteriano do Sul*, v. 64, n. 57, p. 107-123, jan-jun. 2004. Já para outros grupos protestantes, como os batistas, ver o recente e instigante artigo de MACHADO, Adriano Henrique. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”. In: Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social, 27, 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

⁶⁵³ Doc. XXXV da Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio, Brasília, 04 de fevereiro de 1975. Este documento também foi publicado pelo jornal Brasil Presbiteriano, fevereiro de 1975, p. 03.

em 1946 logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A ESG destacou-se na reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) dando respaldo intelectual às ações do Regime civil-militar no Brasil. A formulação de suas diretrizes de segurança nacional estava enormemente pautada na defesa dos valores cristãos e democráticos ameaçados pelo comunismo ateu⁶⁵⁴. Essas diretrizes ou orientações filosóficas, doutrinárias e psicossocial presente na ESG, como expressava o documento acima, deveriam fazer parte da formação de alguns pastores escolhidos pela cúpula da IPB.

A desejada parceria entre a Igreja e ESG parece ter sido concretizada, tendo em vista a presença do pastor Guilhermino Silva da Cunha, como aluno na turma de 1980, que viria a ser o presidente do Supremo Concílio da IPB entre 1994 e 2002⁶⁵⁵. É provável – a partir de novas investigações – que outros pastores e membros da Igreja Presbiteriana do Brasil e de diversas instituições religiosas tenham, de fato, integrado o quadro de alunos da ESG, podendo indicar continuidade no comportamento e/ou no posicionamento de concordância política em relação ao Regime civil-militar em um momento de fortalecimento de lutas por liberdades democráticas no país.

⁶⁵⁴ Um significativo artigo sobre o papel da ESG na formação da Doutrina de Segurança Nacional foi publicado por: FERNADES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, v. 02, n. 04, p. 831-856, jul-dez. 2009.

⁶⁵⁵ Durante a entrevista com o pastor Guilhermino Cunha, realizada nas dependências da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro em dezembro de 2011, chegou a mencionar a sua passagem pela ESG como algo relevante e positivo para a IPB e para os grupos religiosos de uma maneira geral. E como resultado da sua passagem pela ESG, localizamos na Biblioteca da Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro, o seu trabalho de conclusão de curso apresentado em 22 de julho de 1985 em parceria com Dom Estevão Tavares Bettencourt, intitulado *A ação pastoral das igrejas e suas repercussões na sociedade brasileira*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa narrativa mostrou como uma significativa parcela da Igreja Presbiteriana do Brasil, já a partir de 1962, se constitui em importante aliada de um projeto político conservador e de manutenção do *status quo* político-social que, em grande medida, apoiou o Golpe civil-militar de 1964. A partir deste instante, um comportamento autoritário ganha contornos bastante definidos na instituição, pelo menos até meados da década de 1970. Durante este período, a IPB, fazendo uso de mecanismos de vigilância e controle interno - que para muitos estudiosos se aproxima dos utilizados pelos militares - consegue gerenciar as críticas que recebia de pastores, seminaristas e membros comuns em relação à posição ampla de setores da Igreja que legitimavam e concordavam com a política estatal.

É preciso lembrar aos leitores que este apoio/legitimação gerou consideráveis contrapartidas que necessitam ser investigadas mais detalhadamente. Vários foram os presbiterianos, mas também batistas e integrantes de outros grupos protestantes, nomeados para cargos governamentais, como governadores e prefeitos, outros ainda ocuparam altos escalões no poder Judiciário, compondo a ativa e temida Justiça Militar⁶⁵⁶. Mas escolhemos concentrar os nossos esforços na investigação de uma série de práticas, discursos e confrontos que permearam a instituição entre o início da década de 1960 até meados da década de 1970, o que nos permitiu observar a postura adotada por segmentos majoritários da IPB em relação ao Governo Militar.

Diante da sistemática investigação realizada, é possível afirmar que essa instituição política/religiosa, de fato, estruturou um significativo apoio ao Regime civil-militar instituído a partir de 1964. Legitimação que salta aos olhos nesta narrativa histórica de inúmeras maneiras: quando a IPB reprime grupos de pastores e leigos que defendiam um evangelho com uma perspectiva social e revolucionária; quando

⁶⁵⁶ SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de, MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005; SOUZA, Silas Luiz de. A IPB e o governo militar de 1964. *Revista Teológica. Seminário Presbiteriano do Sul*, v. 64, n. 57, jan-jun. 2004; ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

reestrutura o jornal *Brasil Presbiteriano* que passou a publicar matérias e editoriais de apoio ao novo governo; quando realiza cultos de ação de graças comemorando a *Revolução Redentora de 1964*; quando nega a existência de torturas e de presos políticos no Brasil; quando denuncia pastores, professores e membros comuns aos órgãos de segurança e informação do Estado e também quando cria mecanismos de vigilância e controle interno, como a Comissão Especial de Seminários, entre outras ações.

Neste sentido, a IPB, dentre outras instituições religiosas no país, confundia suas ações com a do próprio Estado. A IPB formulou discursos e práticas em estreito diálogo com as diretrizes agenciadas pelo Regime de exceção. Assim, concordamos com o pensamento de Michael Foucault em que o poder repressivo não se encontra restrito e/ou aprisionado apenas às estruturas tradicionais do Estado – órgãos de segurança e informações – mas ele circula e é internalizado por instituições as mais diversas, como as escolas e as igrejas⁶⁵⁷.

Reforçando ainda mais a tese de que a Igreja Presbiteriana do Brasil figurou como um importante sustentáculo civil ao Governo implantado em 1964, são instigantes as considerações elaboradas pelo teólogo e historiador Lyndon Santos. Em artigo, onde Lyndon pensa a existência de um comportamento comum a vários grupos evangélicos neste período, ele consegue sistematizar e sintetizar magistralmente qual teria sido essa posição político-social e teológica que, em muito, se traduz no próprio caminho percorrido por setores majoritários da IPB, como procuramos problematizar ao longo deste trabalho.

As igrejas evangélicas passaram a receber um tipo de pregação mais conservador e fundamentalista, oriundo das altas lideranças que apoiavam o regime. O ambiente eclesiástico reproduziu o que a sociedade vivia sob símbolos e discursos religiosos. [...] Ficaram conhecidas as frases dos anos 70 que diziam que “crente deve votar no governo” e “crente não se mete em política”. Votar no governo era uma salvaguarda contra as possíveis ameaças comunistas (demoníacas) infiltradas no partido de oposição, nos movimentos populares e nas teologias heterodoxas. [...] Essa esfera do público reservada somente aos não-evangélicos, com raras exceções, tinha como justificativa teológica a frase dita por Jesus: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. O pronunciamento de Jesus era

⁶⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. Sobre o poder em Foucault, e, especificamente, o poder pastorado, entendido como um poder benfazejo, ver FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

utilizado para justificar a separação entre o profano e o sagrado, o mundo e a igreja, o material e o espiritual. Os evangélicos deveriam cuidar das coisas que pertenciam a Deus. Todas as demais pertenciam a César, inclusive a política. [...] Se quisermos encontrar alguns dos principais porta-vozes do regime militar no espaço e no tempo cotidianos do período pós-64, busquemos os milhares de pregadores dominicais. Eles reproduziram o que os manuais teológicos e as cúpulas de suas denominações definiam como verdade teológica e identidade eclesiástica, em discursos carregados de conservadorismo ideológico. Houve todo um esforço para demarcar com maior rigor as identidades eclesiásticas no campo religioso após 1964. O ambiente repressor favoreceu as estratégias de fixação identitárias. [...] Não somente as prédicas noturnas, mas o ensino regular e sistematizado nas escolas dominicais e nos seminários teológicos, onde se formavam lideranças eclesiásticas, foi um dos instrumentos de reprodução de valores e idéias do regime⁶⁵⁸.

Mas para além desse cenário, onde figura a Igreja Presbiteriana do Brasil, a investigação também aponta para outra problemática bastante pertinente. A partir de meados da década de 1970, tal posicionamento vai sofrendo uma considerável alteração, ou seja, se compararmos aos anos anteriores, há uma redução na documentação que aproximava essa instituição ao Regime. Mesmo de maneira apressada, podemos inferir que estes eram os primeiros sinais de um silêncio, atualmente, ainda bastante arraigado na instituição em questão. Pois como tão bem problematiza Daniel Aarão, “*a ditadura, desde o início, sempre suscitou oposições. Estas se multiplicariam, principalmente nos últimos anos da década de 1970, tornando-se então difícil encontrar alguém que apoiasse explicitamente o regime que se extinguiu*”⁶⁵⁹. Compreender a metamorfose experimentada por essa instituição exige outras investigações, empreitada que de certa maneira já começa atrair o interesse de alguns pesquisadores, resultando no surgimento de outros trabalhos de história⁶⁶⁰.

⁶⁵⁸ SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de, MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 159, 161-162.

⁶⁵⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan-jun. 2010. p. 173.

⁶⁶⁰ MACHADO, Adriano Henrique. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”. In: Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social, 27, 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de... *et al* (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, v. IV, 2001.

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó/SC: Argos, 2009.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa: as comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

ALMEIDA, Vasni de. Os metodistas e o golpe militar de 1964. *Estudo de Religião*, v. 23, n° 37, p. 54-68, jul./dez. 2009. (nota 164, cap. II).

ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.

ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Ática, 1982.

Anais da Conferência do Nordeste: Cristo e Processo Revolucionário Brasileiro, promovido pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Loqui LTDA, 1962.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Revista Mediações (Dossiê: 40 anos de maio de 68)*, v. 12, nº 02, p. 78-89, jul/dez. 2007.

AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARDENO TUCCI, Maria Luiza (Org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

AQUINO, Marcia Elizabeth de. *Personas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: M. E. de Aquino, 2003.

ARAÚJO, João Dias de. Teologia para o Brasil. *Revista Teológica*, ano XXV, nº 27, 1961.

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história sombria da Igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da Anistia no Brasil: memória, testemunho e reparação. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla Simone; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da Memória: história oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARNOLD, Frank L. *Uma longa jornada missionária*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- AYRES, Evaristo; WRIGHT, Jaime (Orgs.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1985.
- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- BARTH, Karl. *Dádiva e louvor: ensaios teológicos de Karl Barth*. Tradução de Walter O. Schlupp, Luís Marcos Sander e Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2006.
- BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EdUFSPar, 2002.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL, Serviço de Estatística, Demografia, Moral e Política. Ministério da Justiça. *Estatística do Culto Protestante do Brasil*, 1967.
- BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

CÂMARA, Hélder. *Palavras e reflexões*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

CAMPOS JUNIOR, Heber Carlos de. *A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao “modernismo” dentro de seus seminários nas décadas de 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, São Paulo, 2003.

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Nascente, 1985.

CAVALCANTI, Robinson. Political cooperation and religious repression: presbyterians under military rule Brazil (1964-1974). *Review of Religious Research*, v. 34, nº 02, p. 97-116, dez. 1992.

CÉSAR, Elben M. Lenz. Mochila nas costas e diário na mão: a fascinante história de Ashbel Green Simonton. Revista *Ultimato*, Viçosa, MG, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CODATO, Adriano Nervo. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 24, nº 47, p. 271-302, jul. 2004.

COELHO, Fernando. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

CONRADO, Flávio; FERNANDES, Clemir. *Waldo César: vida e compromisso com a responsabilidade social da igreja*. 2011. Disponível em:
<<http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=596>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

COSTA, Lucas Aparecido. Por um cristianismo social: a proposta dos cristãos – o semanário Brasil, Urgente (1963-1964). *Revista Estudos Históricos*, v. 25, n. 49, p. 190-208, jan-jul. 2012.

COSTA, Priscila Borba. O Destino Manifesto do povo estadunidense: uma análise dos elementos delineadores do sentimento religioso voltado à expansão territorial. In: Congresso Internacional de História, 5, 2011, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM, 2011.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1997.

DACANAL, Verônica. O Jornal A Noite e as eleições de 1962 – O Jornalismo e o papel dos Intelectuais. In: Congresso Internacional de História, 5, 2011, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM, 2011, p. 977-985.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

DEL CASTILLO TRANCOSO, Alberto. *Conceptos, imágenes y representaciones de La niñez em La ciudad de México, 1880 – 1920*. México – DF.: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos; Institutos de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2006.

DEL CASTILLO TRANCOSO, Alberto. La memória histórica y lós usos de La imagen. *Revista História Oral*, v. 13, nº 01, p. 87-101, jan./jun. 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972 a 1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DÉLOYE, Yves. A respeito do ressentimento identitário – religião, passado e nacionalismo ideológico na França (séculos XIX e XX). In: BRESCIANI, Stella;

NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6º edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

DUPAS, Gilberto. Religião e Sociedade. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). *Uma nação com alma de igreja*: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista*: imprensa, política e catolicismo. (Blumenau 1960-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERNADES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, v. 02, n. 04, p. 831-856, jul-dez. 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 3).

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

FERREIRA, Muniz. Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro. In: DIAS, André Luis Mattedi; NETO, Eurelino Teixeira Coelho; LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiro (Orgs.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da Ditadura. In: MOTA, Rodrigo Patto Sá; AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Silvandro Cordeiro. *SPN cem anos: você faz parte desta história*. Recife, 1999.

FORSYTH, William B. *Jornada no Império: vida e obra do Dr. Kalley no Brasil*. São Paulo: Fiel, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola: São Paulo, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline (Orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GAZZOTTI, Juliana. O *Jornal da Tarde* e o pós-AI5: o discurso da imprensa desmistificado. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006

GIESBRECH, Érica. *Fiéis em Fuga? A nova configuração da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Selection from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, ed. e trans., Hoare Q, Nowell-Smith G., London: Laurence e Wishart, 1971.

GRAMSCI, A. A Formação dos Intelectuais. In: GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a formação da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Vol. 2.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

HOOFT, W. A. Visser't. *The first assembly of the World Council of Churches - The Official Report*. New York: Harper & Brothers, 1949.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Richard Shaull pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca da produção de memória religiosa. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, v. IV, ano II, n. 4, p. 03-19, maio/2009.

JOHNSON, John J. *Latin America in caricature*. Austin: University of Texas Press, 1980.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. As comemorações do sete de setembro em 1922: uma re(leitura) da história do Brasil. *Revista de História Comparada*, v. 5, n. 2, p. 155-178, Rio de Janeiro, 2011.

JUNQUEIRA, Mary A. Representações políticas do território latino-americano na revista Seleções. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, nº 42, p. 323-342, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. Da tesourinha ao sacerdote: os dois últimos chefes da censura brasileira. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFCar, 2006.

LEFEBVRE, H. *La presencia e La ausência. Contribucion a La Teorias de Las Representaciones*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1983.

LEITE, Eraldo Gueiros. *Para servir a Pernambuco*. Recife: Composto e Impresso nas Oficinas da Companhia Editora de Pernambuco/CEPE.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. São Paulo: ASTE, 2002.

LOPES, Gustavo Esteves. Intimidação e terrorismo: História Oral do Comando de Caça aos Comunistas (1962-1968). *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP–UNICAMP. Campinas, 06 a 19 de setembro de 2004. Cd-rom.

LOUREIRO, Clarissa. A importância das capas na simbolização da literatura de cordel ao longo de sua história. *Linguagem – Revista de Letra, Arte e Comunicação*. Blumenau, v. 4, n° 3, p. 260-271, set./dez. 2010.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACHADO, Adriano Henrique. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”. In: Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social, 27, 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

MAGNUSON, N. A. O Evangelho Social. In: ELWELL, Walter A. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1992. v. 2.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MANJARREZ, Maricela Gonzáles Cruz. Momentos y modelos em La vida diária. El fotoperiodismo em algunas fotografías de La ciudad de México, 1940-1960. In: LOS REYES, Aurélio de (Coord.). *História de La vida cotidiana em México. Siglo XX. La imagen, espejo de La vida?* Tomo Volume 2. Ciudad de Máxico: El Colégio de México; Fondo de Cultura Económica.

MARIN, Richard. *Dom Helder Camara, les Puissants et les pauvres: pour une histoire de l'Église des pauvres dans le Nordeste brélien (1955-1985)*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3).

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história: interfaces. *Revista Tempo*. v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MATOS, Alderi S. *Os pioneiros: presbiterianos do Brasil (1859-1900): missionários, pastores e leigos do século 19*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela liberdade: o 13 de março das direitas. *Revista Varia História*, nº 33, p. 234-245, 2005.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Ingênuos, Pobres e Católicos: a relação do EUA com a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2010.

MESQUIDA, Peri. Educação protestante e processo civilizador na América Latina: de facundo ao solitário. In: Simpósio Internacional – Processo Civilizador, 10, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5º edição. São Paulo: Contexto, 2003

MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras: Ou uma história a contrapelo. *Revista Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, nº 01, p. 37-62, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia (Orgs.). *História, cultura, trabalho: questões de contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Maceió: EDUFAL, 2007.

NOGUEIRA, Alcides. *O Evangelho Social e a Igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1965.

OLIVEIRA, Antenor Santos de. *Você conhece o comunismo? Mas conhece mesmo?!!!*. São Bernardo do Campo: Composto e impresso na imprensa metodista, 1964.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. *Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OLIVEIRA, Lauro. Palavras sobre dom Helder. In: MONTENEGRO, Antonio; SOARES, Edla; TEDESCO, Alcides (Orgs.). *Dom Helder, peregrino da utopia: caminhos da educação e da política*. Recife: A Prefeitura; Ed. Universitária da UFPE, 2002.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a cruz e a espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 26, p. 122-127, set./dez. 2001.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978)*, Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Rodrigo Nóbrega Moura. A nação brasileira e o protestantismo: religião e americanismo no projeto nacional de Tavares Bastos. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, ano 06, v. II, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIERSON, Paul. *A younger church in a search of maturity: Presbyterianism in Brazil from 1910 to 1959*. San Antonio: Trinity University Press, 1974.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, p. 03-15, 1989.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução*. Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PRESOT, Aline Alves. *As marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1981)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011.

REILY, Alexander Durkan. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: AEST, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan.-jun. de 2010.

REIS, Palhares Moreira. Período autocrático: Arena x MDB em Pernambuco; 1966-1978. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 1986.

RÉMOND, René. Uma história do presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROCHA, Zildo (Org.). *Circulares Interconciliares, VoluSóme II – Tomo I*. De 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964. Recife: Editora CEPE.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os setores subalternos das forças armadas brasileiras: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. pp. 173-189.

SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHAULL, Richard. *Surpreendidos pela graça. Memórias de um teólogo: Estados Unidos, América Latina e Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Eduardo Gomes. *A rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Elizete da. Protestantismo e Questões Sociais. *Revista Sitientibus*. Feira de Santana, nº 14, p. 129-142, 1996.

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.); IVO, Alex de Souza... et al. *Ditadura militar na Bahia: novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, v. 01, 2009.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. *Caminhando numa cidade de luz e de sombras: a fotografia moderna no Recife na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SILVA, Héleron. O movimento de juventude protestante. In: SILVA, Héleron; MOURA, Enos Filho; MORAES, Mônica (Orgs.). *Eu faço parte desta História*. Relatório da Secretaria de Cultura – Comissão de História da Mocidade – da Confederação Nacional da Mocidade da Igreja Presbiteriana do Brasil, 2002.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOSP-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SILVA, Wellington Teodoro da. *O jornal Brasil, Urgente: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, José Roberto. Mapeamento histórico do(s) protestantismo(s) em terra brasilis: o protestantismo de missão e a contribuição de Ashbel Green Simonton. *Revista Paralellus*, Recife, ano 02, nº 04, p. 137-155, 2011.

SOUZA, Silas Luiz de. O crente e o comunismo. *Revista Teológica*, ano XXV, nº 33-34, 1964.

SOUZA, Silas Luiz de. A IPB e o governo militar de 1964. *Revista Teológica. Seminário Presbiteriano do Sul*, v. 64, n. 57, p. 107-123, jan-jun. 2004.

SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005.

TAVARES, Flávio. *1961: o golpe derrotado*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

TIEDEMANN, Rolf. Introdução à edição alemã. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

TOGNINI, Enéas. *A autobiografia*. São Paulo: Hagnos, 2006.

VASCONCELOS, Misael de Albuquerque. *O “Porque” de um professor ter levado a Igreja Presbiteriana do Brasil à Justiça do Trabalho*. Recife: 1975.

VICENTE, Erinaldo Cavalcanti, *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns – 1958-1964]*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O regime militar brasileiro e sua política externa. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. *De pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHITE, R. C. Jr. Implicações Sociais do Evangelho. In: ELWELL, Walter A. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1992.

WRIGHT, Jan Delora. *O coronel tem um segredo: Paulo Stuart Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FONTES

Instituições de Memória e Documentação:

1. Arquivo Nacional

- Cód-Ref. BR RJANRIO, XX PE.0.0.41 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

2. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE)

- Prontuário do Pastor João Dias de Araújo sob nº 16.453. Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco/DOPS. Arquivo Público Jordão Emereciano/APEJE.

- Prontuário Funcional nº 5.247. Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.
- Prontuário Funcional nº 29.222. Delegacia de Ordem Política e Social/DOSP/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.
- Prontuário/fundo sob nº 29.737, datado de 1970. Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS/PE. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano/APEJE.

3. Arquivo Público do Estado do Paraná

- Cód-Ref. BR PRA PPR, XX PB4. O. PT. 1119 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

4. Arquivo Público Mineiro

- Cód-Ref. BR MGAPM, XX DMG. 0.0. 1336, pasta 0231-1 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça.

5. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

- Prontuário de Zwinglio Mota Dias nº 4.257.
- Prontuário de Ivan Mota Dias nº 32.669.
- Centro de Informação da Marinha/CENIMAR, 22 de outubro de 1965. Pasta (Secreto 09), Informe nº 1816, pp. 129-132.

6. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

- Cód-Ref. BR RNAPERN, XX DO. 0 FC.1563. Memórias Reveladas – Centro de referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985).

7. Arquivo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

- Documentação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina/ALESC (gentilmente cedida por Derlei De Luca. Arquivo pessoal).
- Diário da Assembleia do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 14 de maio de 1964, p. 21.

8. Arquivo Histórico Presbiteriano (São Paulo)

- Pasta do CE-SC de 1964.
- Pasta CE-SC de 1966.
- Pasta da CE-SC de 1971.
- Pasta do SC-IPB de 1966.
- Pasta referente à Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, realizada na cidade de Campinas entre os dias 29 e 30 de abril de 1964.
- Pasta referente à Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, realizada na cidade de Brasília, no início de 1965.
- *VI Congresso da Mocidade*. Documento encaminhado à Comissão Executiva do Supremo Concílio por Amantino Vassão aos 27 de abril de 1964.
- Pasta referente à Reunião da Comissão Executiva do Supremo Concílio de abril de 1964.
- Pasta referente a CES/Pasta da CES.

9. Arquivo Interno da Igreja Presbiteriana da Boa Vista (Recife/Pernambuco)

- Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, Ano X.
- Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, Ano XII.
- Boletim da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, Ano XIV.
- Livro VII, nº 876 a 923.

10. Arquivo Interno da Igreja Presbiteriana de Florianópolis (Santa Catarina)

- Livro 09, nº 910.
- Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284.
- Resolução da Igreja Presbiteriana de Florianópolis: restauração post mortem de condição de membro de Igreja Paulo Stuart Wright – 19/10/1999.
- Documento nº 57.

11. Arquivo do Seminário Presbiteriano do Norte (Recife)

- Livro de Ata da Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte, 25 de novembro de 1964.
- Livro de Ata do Sínodo de Pernambuco, I volume, 1962-1981.
- Livro de Ata do Diretório Acadêmico George Edward Henderlight, nº 49, 10/04/64.
- Livro de Atas da Congregação dos Professores do Seminário Presbiteriano do Norte, nº 180, 20 e 27/05/64.

12. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

- Arquivo Pessoal do general Antônio Carlos Muricy.
- Arquivo Pessoal de Juracy Magalhães.
- Arquivo Pessoal de Gustavo Capanema.
- Arquivo Pessoal do deputado Lisâneas Maciel.

13. CEHIBRA (Fundação Joaquim Nabuco/Recife)

- Cruzada Democrática Feminina (Acervo documental).

14. Brasil: Nunca Mais (Arquivo Digital)

- Pasta 266, p. 3094-3099.
- Pasta 279, p. 17344-17345.
- Dossiê cedido por Derlei De Luca.

15. Digesto Presbiteriano

- Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1951-1960).

Relatos Orais:

- Anivaldo Padilha foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em 22 de fevereiro de 2013, pelo pesquisador Márcio Vilela.

- Cilas de Menezes foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em julho de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Enéas Tognini foi entrevistado na Igreja Batista da Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Enos Moura foi entrevistado em sua residência, na cidade de São Paulo/SP, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Guilhermino Cunha foi entrevistado na Catedral Presbiteriana, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela
- João Dias de Araújo foi entrevistado em sua residência, na cidade de Feira de Santana, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Josué Mello foi entrevistado nas dependências da Faculdade Dois de Julho, onde à época era Reitor, na cidade de Salvador, Bahia, em setembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Juvanete Vilela foi entrevistada em sua residência na cidade de Águas Belas, Pernambuco, em janeiro de 2012, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Maely Ferreira Vilela, advogado e pastor presbiteriano, foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em 28 de dezembro de 2012, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Rubem Cesar Fernandes foi entrevistado na sede ONG Viva Rio, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Zwinglio Mota Dias foi entrevistado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2011, pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Francisco Julião - entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV.